



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Ana Stela de Negreiros Oliveira

O POVOAMENTO COLONIAL DO SUDESTE DO PIAUÍ: INDÍGENAS E  
COLONIZADORES, CONFLITOS E RESISTÊNCIA

RECIFE

2007

Ana Stela de Negreiros Oliveira

O POVOAMENTO COLONIAL DO SUDESTE DO PIAUÍ: INDÍGENAS E  
COLONIZADORES, CONFLITOS E RESISTÊNCIA

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação  
em História do Centro de Filosofia e Ciências  
Humanas da Universidade Federal de Pernambuco  
como requisito parcial para obtenção do título de  
Doutora em História.

Orientadora: Profa. Dra. Gabriela Martin

Recife

2007



**ATA DA DEFESA DA TESE DA ALUNA ANA STELA DE NEGREIROS OLIVEIRA.**

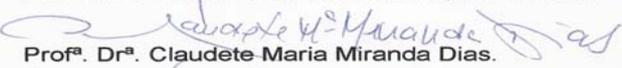
Às 19:00 h do dia 26 (vinte e seis) de fevereiro de 2007 (dois mil e sete), no Curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, a Comissão Examinadora da Tese para obtenção do grau de Doutor apresentada pela aluna **Ana Stela de Negreiros Oliveira** intitulada "**O povoamento colonial do Sudeste do Piauí: indígenas e colonizadores, conflitos e resistência**", em ato público, após arguição feita de acordo com o Regimento do referido Curso, decidiu conceder à mesma o conceito "**APROVADA**", em resultado à atribuição dos conceitos das professoras doutoras: Maria Gabriela Martin Ávila (Orientadora), Cláudia Alves de Oliveira, Teresinha de Jesus Mesquita Queiroz, Claudete Maria Miranda Dias e Bartira Ferraz Barbosa. Assinam, também, a presente ata o Coordenador, Prof. Dr. Antonio Torres Montenegro e a Secretária do Deptº de História, Rogéria Feitosa de Sá, para os devidos efeitos legais.

Recife, 26 de fevereiro de 2007.

Profª. Drª.  Maria Gabriela Martin Ávila.

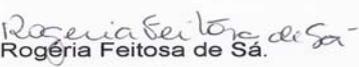
Profª. Drª.  Cláudia Alves de Oliveira.

Profª. Drª.  Teresinha de Jesus Mesquita Queiroz.

Profª. Drª.  Claudete Maria Miranda Dias.

Profª. Drª.  Bartira Ferraz Barbosa.

Prof. Dr.  Antonio Torres Montenegro.

 Rogéria Feitosa de Sá.

A Laerte Cesário de Oliveira e  
Juscelino de Negreiros Oliveira (*in  
memoriam*).

## AGRADECIMENTOS

À minha orientadora, Profa. Dra. Gabriela Martin, pela orientação, confiança e compreensão.

À Profa. Dra. Teresinha Queiroz, pela orientação e apoio.

Às professoras doutoras Niède Guidon e Anne-Marie Pessis, incentivadoras da pesquisa no Sudeste do Piauí, pela confiança.

À Profa. Dra. Claudete Dias, pela colaboração em diversas fases desse trabalho.

Ao Prof. Dr. Ricardo Pinto de Medeiros, pela gentileza ao ceder informações, documentos, e dar sugestões ao trabalho.

Ao Prof. Dr. José Elias Barbosa Borges, pelo estímulo desde o início dessa pesquisa.

Ao Prof. Dr. Paulo Cunha, pelas indicações de leituras em vários momentos desta tese.

À minha família, em especial minha mãe e meus irmãos, pelo apoio.

Aos amigos queridos Viviane Castro, Marcela Barreto e Raniere, que me acolheram em Recife; Nicéa Ribeiro, em João Pessoa; Maria Raquel Negreiros, Severino Neto, Tainah Negreiros, Nelson Junior e David, em Teresina; e Maria Dias, Peter Wery e Eli Napoleão, no Rio de Janeiro.

Ao pesquisador Reginaldo Miranda, pelas indicações preciosas no Arquivo Público do Piauí e pela cessão de todas as suas publicações, as quais foram importantes para este trabalho.

Aos pesquisadores e funcionários da FUMDHAM, de maneira especial Cristiane Bucu, pelo auxílio e por compartilhar opiniões; Gisele Daltrini, pelas observações e comentários; Sirleide dos Santos, pela colaboração e Marcelo Brito pelo trabalho com as imagens.

## RESUMO

Esta tese tem como objetivo discutir o processo de colonização do Sudeste do Piauí, nos séculos XVIII e XIX, com a proposta de estabelecer uma nova visão da colonização, a partir da relação estabelecida entre os grupos indígenas, colonizadores e o poder governamental, dando ênfase às diversidades e especificidades desse processo na região. Discute-se não só a história política, como também socioeconômica, de forma dinâmica, analisando as etapas do povoamento colonial em sua totalidade, desde a fase em que os agentes da Casa da Torre atravessaram a serra dos Dois Irmãos e se estabeleceram às margens do rio Piauí, construindo fazendas, combatendo os povos indígenas e formando expressivos rebanhos. Busca-se também identificar e localizar os povos indígenas que habitaram a região e verificar a relação estabelecida entre eles e os poderes adventícios. Deste modo, são analisados os interesses conflitantes entre índios, sesmeiros e colonos, para que sejam identificadas as formas de ação para reprimir e resistir. Dentro desse processo, a ênfase recai sobre *os Pimenteira*, grupo indígena mais evidenciado na documentação do Arquivo Público do Piauí, relativa à região Sudeste, privilegiando, na mencionada documentação, a guerra de colonização e informações sobre a cultura e as formas de resistência. Então, poder-se-á entender como esses povos conseguiram sobreviver em um período no qual todos os outros grupos indígenas encontravam-se praticamente dispersos ou aldeados.

Palavras-chave: História Indígena. Etno-História do Piauí. Índios Pimenteira. Piauí. Brasil.

## ABSTRACT

The main purpose of this thesis is to discuss the portuguese colonization in southeastern Piauí, Brazil, during the XVIII th. and XIX th. centuries, as proposal aiming at providing a new overview of this colonization process. This is intended to be done starting from the relations established among those indian groups, the colonizers and the government authorities. We emphasize the diversities and specific characteristics of this process in that region. In addition, we emphasize not only the political history, but also the social and economic factors, trying to detail our purpose by means of a dynamic description. An emphasis on the colonial peopling process is also discussed in its global view, and an the emphasis was given the *Casa da Torre* cowboys crossed the *Dois Irmãos* Mountain and settled themselves on the margins of the *Piauí* River and founded new farms, fighting the indian groups and developing large and impressive cattle livestocks. It is also our purpose to identify and locate the indian tribes that inhabited those areas and verify the relationships stablished among them and the arriving settlers, trying to analyze the conflicting interests involving those indians, the *sesmeiros*, i.d. recivers of *sesmarias*, land granted by the colonial king, as well as trying to identify the ways of action furtherly taken to repress and resist. With all this procedure, an emphasis was given to the most discussed indian group, what is evident by the analysis of the existing old document in the *Arquivo Público do Piauí*, related to the southeastern region of that state. We rather used the documents related to the conquest wars and to information about local and cultural aspects, in order to understand how those people succeeded to survive during a period when other indigenous groups were practically dispersed or located in controlled settlements.

Keywords: Indian History. Etno-History in Piauí. Pimenteira Indians. Piauí. Brazil.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	– Mapa da região Sudeste do Piauí.....	24
Figura 2	– Mapa do Piauí com os Parques Nacionais.....	25
Figura 3	– Planta da cidade de Oeiras de autoria de Pedro Cezar de Menezes. 1809.....	37
Figura 4	– Planta da vila de Jerumenha de autoria de Pedro Cezar de Menezes. 1809.....	39
Figura 5	– Planta do aldeamento de São Gonçalo do Amarante de autoria de Pedro Cezar de Menezes. 1809.....	45
Figura 6	– Cópia do quadro com as datações de vestígios cerâmicos da área do Parque Nacional Serra da Capivara de Leandro S. de Oliveira Silva. 2006.....	51
Figura 7	– Distribuição espacial da aldeia da Queimada Nova de Silvia Maranca. 1976.....	52
Figura 8	– Mapa dos Povos Indígenas do Sudeste do Piauí.....	60
Figura 9	– Reprodução parcial do mapa etno-histórico de Nimuendaju. 1981.....	63
Figura 10	– Mapa geográfico das Capitânicas do Grão-Pará, Rio Negro, Maranhão e Piauí. 1780.....	81
Figura 11	– Mapa da Capitania do Piauí e parte das do Maranhão e do Pará. S/D....	82
Figura 12	– Carta geográfica da Província de São José do Piauí de autoria de Major Schwarzmann e Mr Lê Chev de Martius. 1828.....	132
Figura 13	– Carta topográfica e administrativa da Província do Piauí de autoria do Visconde J. de Villiers de L'ille Adam. 1850.....	133

## **ABREVIATURAS**

AHE/RJ - ARQUIVO HISTÓRICO DO EXÉRCITO/RIO DE JANEIRO

AHI/RJ - ARQUIVO HISTÓRICO DO ITAMARATY/RIO DE JANEIRO

AHU - ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO

CAB - CASA ANÍSIO BRITO - ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ

IHGB - INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO NACIONAL

IPHAN - INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL

FUMDHAM - FUNDAÇÃO MUSEU DO HOMEM AMERICANO

RIHGB - REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO

RIGHP - REVISTA DO INSTITUTO GEOGRÁFICO E HISTÓRICO PIAUIENSE

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>11</b>
<b>2</b>	<b>COLONIZAÇÃO DO SUDESTE DO PIAUÍ.....</b>	<b>26</b>
2.1	COLONIZADORES E MISSIONÁRIOS NO SERTÃO DO PIAUÍ.....	26
2.2	A CAPITANIA DE SÃO JOSÉ DO PIAUÍ.....	35
<b>3</b>	<b>POVOS INDÍGENAS.....</b>	<b>46</b>
3.1	DADOS ARQUEOLÓGICOS.....	46
3.2	POVOS INDÍGENAS DO SUDESTE DO PIAUÍ.....	53
3.3	OS PIMENTEIRA.....	61
<b>4</b>	<b>GUERRA AOS PIMENTEIRA.....</b>	<b>83</b>
4.1	A GUERRA SERTÃO ADENTRO.....	83
4.2	ESTRATÉGIAS E TÁTICAS DE RESISTÊNCIA.....	114
4.3	A CAMPANHA DE JOÃO DO REGO CASTELO BRANCO, 1779.....	118
<b>5</b>	<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>134</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>138</b>
	<b>APÊNDICES.....</b>	<b>151</b>
	APÊNDICE A - Fazendas localizadas na região sudeste do Piauí em 1697.....	152
	APÊNDICE B - Fazendas localizadas no sudeste do Piauí nos séculos XVIII e XIX.....	154
	APÊNDICE C - Sesmarias concedidas a particulares no sudeste do Piauí nos séculos XVIII e XIX.....	156
	APÊNDICE D - Fazendas localizadas no sudeste do Piauí no século XIX.....	157
	APÊNDICE E - Fazendas localizadas na região de São Raimundo Nonato, sudeste do Piauí, na segunda metade do século XIX.....	163
	APÊNDICE F - Fazendas localizadas no sudeste do Piauí no início do século XX.....	165
	<b>ANEXOS</b>	<b>167</b>
	ANEXO A - Diário de Antonio do Rego sobre a entrada de 1779	
	ANEXO B - Sumário de testemunhas contra José Leite, 1766	

# 1 INTRODUÇÃO

Sabemos pouco sobre o índio do sertão, posto que, durante muito tempo, os estudos sobre os povos indígenas que habitaram o Nordeste brasileiro privilegiaram somente os que viveram ao litoral, à época da colonização.

A visão etnocêntrica do colonizador gerou um desinteresse pela cultura dos povos nativos, influenciou os cronistas, viajantes e funcionários enviados ao Brasil em missões, como também espelhou a elite colonial. O conhecimento que se tem da cultura desses povos foi construído por esses religiosos, funcionários da administração colonial, viajantes, aventureiros e senhores de engenho, sendo, portanto, visões geralmente distorcidas, advindas do ponto de vista do outro, feito por cronistas estranhos à cultura local.

Durante muito tempo, nos estudos da História do Brasil, predominou a visão sobre os povos indígenas como vítimas do sistema colonial, devido aos massacres e genocídios. Os estudos antropológicos juntamente com a Sociologia tiveram a preocupação de estudar as camadas populares brasileiras; neste sentido, prevaleceu, até recentemente, a concepção de serem sociedades portadoras de culturas exóticas com características e costumes diferentes, portanto condenadas ao desaparecimento, razão pela qual deveriam ser investigados.

Pedro Puntoni (apud CUNHA, 1992) destaca que a maior atenção que se dá, nos dias atuais, ao estudo dos povos indígenas deve-se ao fato de que se percebeu que os índios têm futuro. Antes, em razão de se esperar o fim desses povos, não havia interesse por sua história. Atualmente, historiadores e antropólogos buscam compreender a sociedade indígena e suas relações com o passado colonial; por isso, torna-se cada vez mais necessário o diálogo entre esses estudiosos. Para o autor, entretanto, existem dificuldades para o estudo por existirem apenas os relatos e as informações de uma documentação produzida pelos agentes da colonização; e ainda pelo fato de que, diferente da Meso-América, onde os povos indígenas deixaram registros, aqui, para se recuperar sua história de maneira crítica, conta-se com embargos teóricos e metodológicos (PUNTONI, apud RISÉRIO, 1997, p. 49-55).

Este trabalho tem como proposta analisar o processo de colonização do Sudeste do Piauí, buscando identificar os povos indígenas que habitaram na região, priorizando informações sobre a localização, formas de contato, cultura material, exploração de mão-de-obra e formas de resistência desses povos. Procurou-se compreender como eles, em diferentes situações e contextos, elaboraram estratégias de sobrevivência durante o período colonial.

Buscou-se também verificar como os Pimenteira, últimos povos indígenas do sertão do Piauí conseguiram sobreviver, durante quase 50 anos, a uma constante situação de confrontos. E, ao resgatar-se a presença e a atuação dos índios Pimenteira, trabalhou-se com a hipótese de que esse grupo não era formado por uma só etnia, levantando a possibilidade da existência de duas etnias ou mais que fugiram das frentes pastoris que atuavam, no século XVII, na região do São Francisco.

Maria Sylvia Porto Alegre (apud DINIZ, et al. 1993, p. 197) afirma que, com a expansão pastoril dos séculos XVII e XVIII, muitos grupos do sertão foram tirados de seu relativo isolamento, expulsos de suas terras ou dizimados, sendo que muitos se refugiaram nas áreas mais áridas e mais afastadas, que ainda não haviam despertado o interesse dos colonizadores. A autora aponta também, como únicas possibilidades para essas etnias, a extinção, a migração ou a permanência no local de origem. Migração constante parece ser o caso da etnia Pimenteira, na Capitania do Piauí.

Indagou-se também se não teria ocorrido um processo de etnogênese no século XVIII. Sob este aspecto, João Pacheco de Oliveira define etnogênese como um processo de emergência histórica de um povo que se autodefine em relação a uma herança sociocultural, a partir da reelaboração de símbolos e reinvenção de tradições culturais, muitas das quais apropriadas da colonização e repelidas pelo horizonte indígena. Acrescenta ainda que este conceito é empregado por Gerald Sider no contexto de oposição a etnocídio. No caso do Nordeste atual, abrange tanto a emergência de novas identidades como a reinvenção de etnias já reconhecidas (OLIVEIRA, apud OLIVEIRA, 2004, p. 13-42).

É importante ressaltar que esta pesquisa privilegiou a área geográfica que tem como base o rio Piauí, o principal curso d'água da região, com nascente no divisor de águas com a bacia do São Francisco. Procurou-se trabalhar com um espaço que pudesse servir de referência para a mobilidade dos povos indígenas, procurando não reduzi-los apenas aos limites do atual Estado do Piauí. Para tanto, buscou-se avançar pela região Oeste da Bahia e Norte do Tocantins, pois é fato que as fronteiras indígenas não coincidiam com a divisão territorial da região.

O Piauí é um rio temporário que atravessa, na região Sudeste, os municípios de Caracol, São Raimundo Nonato e São João do Piauí. A área escolhida para este estudo está situada na fronteira entre duas grandes formações geológicas: a bacia sedimentar Piauí-Maranhão e a depressão periférica do rio São Francisco.

Assinale-se que o Sudeste do Piauí encontra-se localizado na microrregião Alto Piauí e Canindé, região de caatinga que apresenta clima semi-árido, tendo como município-pólo a

cidade de São Raimundo Nonato. Nessa área, estão localizados o Parque Nacional Serra das Confusões<sup>1</sup> e o Parque Nacional Serra da Capivara,<sup>2</sup> constituindo-se no maior centro arqueológico da Américas, com pesquisas que auxiliam a compreender a ocupação daquela região desde a Pré-História ao estabelecimento dos grupos agricultores-ceramistas.

Neste sentido, foi adotado um corte temporal que propõe um estudo a partir da segunda metade do século XVIII à primeira metade do XIX, isso porque esse período é marcado pela guerra contra os índios Pimenteira e pela consolidação do processo da colonização da região. É também uma fase marcada pela expulsão dos jesuítas dos territórios portugueses e pela implantação da política pombalina, que, de certa maneira, modificou a política indigenista adotada pelo governo português, visando à incorporação dos povos indígenas ao conjunto da população. Deste modo, a política pombalina atinge a identidade étnica dos grupos na medida em que impõe a obrigatoriedade da língua portuguesa, inclusive na adoção de nomes portugueses em substituição aos nomes indígenas, proibição do uso das línguas nativas, promovendo também casamentos mistos.

Como o tema tem uma característica ampla, é importante destacar que este estudo adota uma diversidade de tendências, diferentes correntes para a concepção do conhecimento histórico e conceituação de categorias históricas, buscando elaborar um estudo teoricamente aberto e diversificado; desta forma, o diálogo entre as disciplinas mostra-se necessário. A pesquisa caminha por terrenos da Nova História, especialmente da História Social, da Antropologia, da Arqueologia e da Etno-História. É uma tentativa de ajudar a pensar a História do Piauí através da guerra de colonização entre populações indígenas e poderes adventícios, não somente em termos de submissão e extermínio, mas também de diversas formas de resistência.

A História Social, além de demarcar o espaço de uma nova história em oposição à historiografia tradicional, manifesta um espírito de síntese, mas sob o ponto de vista estrutural e da nova sociedade colonial, priorizando o enfoque histórico sob o ponto de vista das classes populares, dos conflitos sociais, ao mesmo tempo em que formula novos problemas, métodos e abordagens da pesquisa histórica (CASTRO, apud CARDOSO; VAINFAS, 1997, p. 45-59).

---

<sup>1</sup> O Parque Nacional Serra das Confusões possui uma área de 502.411 hectares, abrangendo terras dos municípios de Caracol, Guaribas, Santa Luz e Cristino Castro.

<sup>2</sup> O Parque Nacional Serra da Capivara está localizado no Sudeste do Estado do Piauí, ocupando áreas dos municípios de São Raimundo Nonato, Coronel José Dias, João Costa e Brejo do Piauí. O parque tem 129.953 hectares e seu perímetro é de 214 quilômetros.

As novas abordagens da História foram essenciais para o desenvolvimento desta pesquisa, pois permitiram que se pudesse repensar a dinâmica da colonização e a própria percepção dos povos indígenas como passivos; buscando mostrar que, no processo colonial, apesar de a documentação identificá-los como selvagens, gentios, silvícolas ou apenas como empecilhos à colonização da região, eles podem ser vistos como sujeitos ativos da sua própria história, incluindo o processo de colonização do sertão, através da relação estabelecida entre os grupos atuantes.

Dentre os principais conceitos adotados por essa pesquisa, buscou-se destacar a noção de aculturação adotada por Natan Wachtel, na qual ele afirma que os estudos de aculturação respondiam inicialmente aos problemas da situação colonial e comportavam a idéia de uma supremacia da cultura européia, mas que a aculturação não se reduz a uma única marcha, à simples passagem da cultura indígena à cultura ocidental; existe um processo inverso pelo qual a cultura indígena integra elementos europeus sem perder suas características originais (WACHTEL apud LE GOFF; NORA, 1988). As características culturais dos Pimenteira apontam para um processo de aculturação e assimilação. Antes do contato que passou a existir com a guerra, o grupo não vivia um processo de isolamento, pois, apesar de anteriormente a documentação não mostrar a ocorrência de embates, existia um contato confirmado pelos instrumentos de ferro e contas de rezar encontrados nas aldeias e até possíveis relações comerciais.

Já a noção de circularidade cultural, de Carlo Ginzburg, vai mais além, supõe a existência de uma dinâmica entre cultura erudita e popular, pela qual perpassa a influência mútua entre o erudito (classes dominantes) e o popular (classes subalternas). De acordo com o autor, os historiadores partem com uma grande desvantagem, sendo que o que foi deixado pelas classes subalternas é predominantemente oral ou escrito por indivíduos ligados à classe dominante; neste contexto, o que chega até nós em relação aos povos indígenas passa por filtros ou por intermediários que os deformam (GINZBURG, 1987).

Serge Gruzinski, em seu trabalho *O pensamento mestiço*, ao estudar as formas de mestiçagens entre vencidos e vencedores na América, afirma que desde os primeiros tempos, a mestiçagem biológica, quase sempre acompanhada pela mestiçagem de práticas e crenças, introduziu um novo elemento perturbador; a maioria da população que chegou inicialmente à América era formada por homens; o resultado foram estupros e concubinagens que geraram uma população de tipo novo, os mestiços. Este parece ser o principal elemento formador da sociedade piauiense (GRUZINSKI, 2001).

Em estudos mais recentes,<sup>3</sup> os pesquisadores buscam destacar a experiência, as vivências e as estratégias indígenas, ou seja, como os grupos se comportam diante da nova ordem. O próprio conceito de resistência foi ampliado para uma concepção mais ampla, levando em conta a resistência cultural do cotidiano, através de gestos e práticas que quebraram uma suposta totalidade da dominação como também as simulações, os acordos e as alianças.

Destaque-se que se buscou compreender as diferentes estratégias utilizadas pelos povos indígenas durante o período colonial; entretanto, é importante perceber essa resistência não apenas como reação anônima, coletiva e estruturalmente limitada. Nesse sentido, novas leituras do espaço intermediário podem mostrar como se concretizam as diversas formas de resistência.

Importante referencial para quem vai trabalhar com essa temática é a obra *História dos índios no Brasil* (CUNHA, 1992), na qual diversos ensaios discutem a história indígena privilegiando o olhar do conquistado.

John Monteiro (apud NOVAES, 1999, p. 237-249) discute a visão que, por muito tempo, foi apresentada do binômio índio resistente *versus* índio colaborador, explicados como características naturais do índio, como também a reação indígena vinculada à obstinação do índio ou a uma reação anônima e coletiva, o que de certa forma esvazia uma perspectiva de se perceber o índio como sujeito de sua própria história e capaz de fazer articulações em situações de conflitos. Afirma também que muitos valores atribuídos aos índios são apreendidos e instrumentalizados com a finalidade de abrir espaços de diálogo e negociações; é neste espaço intermediário que se articula a resistência dos povos indígenas.

Em relação aos conflitos entre colonizadores e povos indígenas do Nordeste, ressaltam-se dois estudos, o de Pedro Puntoni e o de Maria Idalina da Cruz Pires, autores que analisam a guerra dos bárbaros relacionada à expansão pecuária do sertão nordestino. O primeiro focaliza as “Guerras no Recôncavo”; e a segunda restringe-se apenas ao episódio

---

<sup>3</sup> Ver MONTEIRO, John Manuel. Armas e armadilhas – história e resistência dos índios. In: NOVAES, Adauto (Org.). **A outra margem do Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. p. 237-249. MONTEIRO, John Manuel. **Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994; CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: FAFESP/Secretaria Municipal de Cultura/Companhia das Letras, 1992. VAINFAS, Ronaldo. **A heresia dos índios: catolicismo e rebeldia no Brasil colonial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. POMPA, Cristina. **Religião como tradução: missionários, Tupi e “Tapuia” no Brasil colonial**. Bauru-SP: EDUSC, 2003. ALMEIDA, Maria Regina C. **Metamorfoses indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003; FARAGE, Nádia. **As muralhas dos sertões: os povos indígenas no Rio Branco e a colonização**. Rio de Janeiro: Paz e Terra/ANPOCS, 1991. PIRES, Maria Idalina da C. **Resistência indígena nos sertões nordestinos no pós-conquista territorial: legislação, conflito e negociação nas vilas pombalinas - 1757-1823**. 2004. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Pernambuco, [2004].

“Guerra do Açu” (PUNTONI, 2002; PIRES, 1990). As últimas pesquisas sobre a guerra dos bárbaros não incluem as lutas no Piauí, sendo que a resistência chegou ao início do século XIX, com os Pimenteiras no Sudeste do Estado e com a participação de bandeiras que contavam com quase 100 homens.

Em Universidades do Nordeste, pesquisas diversas que contribuem para a etno-história indígena estão privilegiando o estudo da relação povos nativos/ordens religiosas, enfatizando especialmente a política de aldeamentos.<sup>4</sup> No Piauí, a ação da Companhia de Jesus parece mais voltada para a atividade econômica do que para a evangelização.

Sobre os povos indígenas do Nordeste, a tese de Ricardo Pinto de Medeiros procurou identificar como ocorreu a destruição e o encobrimento da diversidade étnica existente no sertão nordestino durante o período colonial. O referido autor procurou, através da interdisciplinaridade, focar a diversidade da cultura desses povos, utilizando princípios da Antropologia, da Linguística e da Arqueologia (MEDEIROS, 2000).

Convém enfatizar que o presente estudo inspira-se em textos clássicos de vários historiadores, como, por exemplo, Capistrano de Abreu e Sérgio Buarque de Holanda, que enfocam o processo de interiorização no Brasil. São trabalhos que apontam para o processo de ocupação do interior, abrindo brechas e trilhas por onde se pode percorrer para averiguar o processo de colonização e fundamentar o contexto social, político e econômico (ABREU, 1976; 1998; HOLANDA, 1952).

Apesar da fragmentação das informações históricas específicas sobre a região Sudeste do Piauí, já existe uma historiografia preliminar sobre a colonização do Estado, sendo que vários historiadores abordaram o tema, estudos fundamentais no desenvolvimento desta.

Pode-se ter uma visão geral em estudos mais antigos, textos clássicos da historiografia regional, como o de Odilon Nunes (NUNES, 1975; COSTA, 1974; ALENCASTRE, 1857), *Pesquisa para a história do Piauí*, que juntamente com as cronologias históricas de Costa e Alencastre são pesquisas documentais pioneiras, que, apesar de não apresentarem uma preocupação mais profunda de análise, seguiram um plano de narrativa cronológica, destacando os grupos indígenas, a doação de sesmarias, as lutas entre posseiros e sesmeiros, os caminhos do gado e outros aspectos relacionados com a região em estudo. O trabalho de

<sup>4</sup> Ver SOUSA, Mônica Hellen Mesquita. **Missão na Ibiapaba**: estratégias e táticas na Colônia nos séculos XVII e XVIII. 2003. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Ceará, [2003]. LOPES, Fátima Martins. **Missões religiosas**: índios, colonos e missionários na colonização do Rio Grande do Norte. 1999. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, [1999]. VALLE, Sarah Maranhão do. **A perpetuação da conquista**: a destruição das aldeias indígenas em Pernambuco no século XIX. 1992. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, [1992]. BARBOSA, Bartira Ferraz. **Índios e missões**: a colonização do médio São Francisco pernambucano nos séculos XVII e XVIII. 1991. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, [1991].

Alencastre é confuso e fornece informações equivocadas, como a data de fundação dos aldeamentos e dados sobre a guerra dos Pimenteiras, a qual, de acordo com o autor, havia sido finalizada desde o século XVIII, enquanto a documentação mostra a formação de tropas com até 200 homens em 1812. Ressalte-se que, durante muito tempo, as informações de Alencastre foram utilizadas por diversos pesquisadores que estudam os povos indígenas do Nordeste.

Alguns trabalhos mais recentes de Mestrado e Doutorado abordam o Piauí colonial e identificam aspectos da economia, formação da sociedade, revelando como se desenvolveram as relações de poder (DIAS, 1999; BRANDÃO, 1995; 1999; KNOX, 1985; 1986).

Poucos estudos analisam a atuação dos jesuítas na Capitania do Piauí; por isso, destaca-se, aqui, a pesquisa de Padre Cláudio Melo, *Os jesuítas no Piauí* (MELO, 1991), que apresenta, de forma sucinta, a presença da Companhia de Jesus em terras do Piauí. Justifica-se, desta forma, a necessidade de novas abordagens sobre o tema.

Em relação à temática “índios do Piauí”, faz-se essencial a pesquisa realizada por João Gabriel Baptista (BATISTA, 1994.), trabalho pioneiro que buscou localizar e identificar os grupos que habitaram, neste Estado, bem como a guerra que dispersou a população nativa. O autor distingue a presença de quatro etnias na Capitania do Piauí, quais sejam: *Jê*, *Tupi-Guarani*, *Caribe* e a *Cariri*. Cada etnia era dividida em nações, e estas em várias tribos, perfazendo o total de 211 tribos que ocupavam as margens dos rios, lagoas e o litoral. A pesquisa de João Gabriel Baptista serviu de base para quase todos os trabalhos relacionados a esta temática, mas muitos dados têm que ser vistos com ressalvas.

Entre os trabalhos mais atuais, Luiz Mott fez um levantamento de documentos referentes à etno-história, e analisou os mais antigos, como, por exemplo, *Descrição do Sertão do Piauí remetido ao Ilmo e Rmo Srº Frei Francisco de Lima, Bispo de Pernambuco*, de 1697; este localiza as principais fazendas e os grupos indígenas existentes; e a *Descrição da Capitania de São José do Piauí*, de 1772, de autoria do ouvidor Antonio José de Moraes Durão, no qual descreve as principais vilas, com número de fogos, almas e fazendas (MOTT, 1985).

Paulo Machado escreveu sobre o extermínio dos povos indígenas do Piauí, e fez uma distribuição espacial dos grupos com percentual do espaço físico ocupado por cada nação, número de tribos, de habitantes e os aldeamentos. Ele cita sete nações indígenas: *Acroá*, *Tremembé*, *Gueguê Timbira*, *Jaicó*, *Tabajara* e *Pimenteiras*, espalhadas pelo território – hoje o Piauí (MACHADO, 2002).

A pesquisa de João Renôr F. de Carvalho apresenta importante documentação dos arquivos públicos do Pará e Maranhão sobre a resistência Gueguê e Acoroá no século XVII (CARVALHO, 2005).

Trabalhos mais recentes, como a pesquisa que vem sendo desenvolvida por Reginaldo Miranda, dão ênfase, principalmente, à fundação e desenvolvimento dos aldeamentos na Capitania do Piauí, trazendo à tona uma pesquisa documental de suma importância (MIRANDA, 2003; 2004). Já *A história negada: em busca de novos caminhos*, de Joína Freitas Borges, destaca os povos indígenas do litoral piauiense buscando a interface com a Arqueologia (BORGES, 2004).

A documentação escrita e iconográfica mostra-se pobre e repleta de lacunas; de acordo com John Monteiro, o grande desafio do historiador, além de preencher esses vazios, é desconstruir as imagens e os pressupostos que se tornaram lugar comum nas representações do passado (MONTEIRO apud NOVAES, 1999).

Nesta pesquisa, foi trabalhada uma documentação inédita ou pouco pesquisada, sendo que, em sua maior parte, tratam-se de Correspondências entre autoridades, Ofícios, Auto de testemunhas, Devassas, Ordens Régias e Cartas, geralmente de autoridades ou potentados, denunciando ao governador ou à Corte as ações de povos indígenas que ameaçavam as fazendas e seus moradores ou tratando da formação de tropas, aquisição de armas e munições e de confrontos. Esses documentos descrevem as queixas dos moradores que pedem providências ou descrevem a preparação e a ação de bandeiras punitivas; portanto dizem pouco ou quase nada sobre a cultura dos povos indígenas. Analisando essa documentação, este trabalho buscou entender a formação do grupo que estava em guerra com o colonizador.

Sobre etnônimos, Pedro Puntoni (1997) comenta as mais diversas dificuldades em que o historiador tem esbarrado: os documentos não padronizaram a grafia dos nomes e geralmente designam os grupos pelos nomes que lhes foram atribuídos pelos que informaram sobre sua existência – caso do topônimo Pimenteiras, pois o grupo não se auto-intitulava com esse nome, etnônimo surgido em alusão ao sertão da Pimenteiras, área correspondente à região situada entre os rios Piauí e Gurguéia. O etnônimo Pimenteira aponta para grupos que fugiram da voracidade das frentes pastoris que avançaram pelo rio São Francisco no período compreendido entre o final do século XVII e início do XVIII. Deste modo, optou-se por utilizar, durante todo o texto, o nome do grupo no singular com inicial maiúscula.

Sobre a identificação étnica dos grupos, Puntoni afirma também que “não encontraremos descrições isentas, em geral as identidades étnicas definem-se negativamente,

isto é, trata-se de mais de uma situação de atribuição por outros do que de auto-atribuição” (PUNTONI, 1997 apud RISÉRIO, 1997).

Ao percorrer os arquivos, à busca de dados, para a construção do presente texto, teve-se o privilégio de conhecer e dialogar com personagens como José Leite, Antonio do Rego Castelo Branco, índios, índias e negros anônimos que participaram e fizeram a história do Piauí, os quais se encontram em arquivos espalhados pelo Brasil.

Alguns documentos direcionaram ao encontro de José Leite, personagem que veio a se tornar uma voz discordante no processo colonial na Capitania do Piauí, apesar de fazer parte de um grupo privilegiado, pois era irmão do padre jesuíta João de Sampaio, que foi superior nas fazendas que constituíam a Capela, instituída por Domingos Afonso Sertão, um dos primeiros desbravadores das terras do Piauí, proprietário de mais de trintas fazendas de gado e sítios (SERTÃO, 1867, p. 140-150). Então, procurou-se acompanhar a trajetória deste personagem, e juntamente com ele compreender questões pertinentes a respeito da presença e da posterior expulsão dos jesuítas do Brasil.

Provavelmente, José Leite deve ter travado conhecimento acerca dos povos indígenas no sertão das Pimenteiras; até mesmo conhecesse mais sobre esse grupo do que o governo do Piauí, pois, somente em 1769, a documentação mostra o início o processo de contato. É possível que o padre João de Sampaio, irmão de José Leite, tivesse participado da catequização desse grupo, pois acredita-se também que aqueles que passariam a ser chamados de Pimenteira já haviam tido contato com uma missão jesuítica, visto que, ainda no século XVIII, foram encontrados, em uma antiga aldeia do grupo, utensílios que indicavam práticas cristãs, como, por exemplo, contas de rezar e esculturas.<sup>5</sup>

Ressalte-se que o supramencionado personagem era uma pessoa letrada e tinha conhecimento do funcionamento do poder, opinando sobre fatos que provavelmente eram desconhecidos da grande maioria da população local. Faz-se interessante observar que uma das testemunhas confessou que o autuado, José Leite, era muito inteligente; sabia mais que os outros moradores e, por esse motivo, não era bem aceito pelos habitantes locais. Ele impressionava as pessoas ao afirmar que tinha recebido carta de seu irmão, padre João de Sampaio, informando que os jesuítas sabiam quem eram os atuais administradores das fazendas da Capela do Piauí, como também quem as estava melhor administrando. Acrescentava ainda que todos os que compraram os bens dos regulares se achavam

---

<sup>5</sup> CARTA do ouvidor-geral Luiz José Duarte Freyre para João Pereira Caldas, governador da Capitania do Piauí, datada de 21 de julho de 1766. CAB – Casa Anísio Brito-Arquivo Público do Estado do Piauí, p. 65v -73v, códice 147.

excomungados e ameaçava que os jesuítas ainda iriam voltar de Portugal para o Piauí. Tornase perceptível que José Leite fazia uma espécie de chantagem com os moradores do local.

Não obstante o autuado negar quase todas as acusações, ainda assim foi condenado. O ouvidor-geral Luiz José Duarte Freyre, depois de tomar o depoimento das testemunhas e inquirir o acusado, afirmou que, à busca nos pertences de José Leite, nada encontrou que pudesse incriminá-lo. Francisco Xavier de Mendonça Furtado, em correspondência ao governador João Pereira Caldas, afirmou que José Leite seria sentenciado conforme o merecimento dos autos e seria remetido à cadeia de Limoeiro, em Portugal, prisão para onde eram enviados os prisioneiros considerados perigosos, como alguns jesuítas. Após a investigação, em 1766, ele foi enviado para o Maranhão de onde seguiu para a prisão em Portugal. Todos os seus bens foram confiscados e seus últimos passos foram seguidos de perto pelas autoridades.<sup>6</sup> Em razão disto, a personagem desaparece da documentação do Arquivo Público do Piauí.

Foram encontradas também índias anônimas, que, ao serem capturadas e levadas para Oeiras, sede do governo, onde seriam distribuídas em casas de família, não aceitaram a separação e exigiram ficar junto com filhos; sabe-se que essa exigência foi atendida.<sup>7</sup> Já outras índias Pimenteira, em outra situação, preferiram fazer alianças com negros para fugirem do jugo do comandante José Dias Soares e assim alcançar Parnaguá, no extremo Sul da capitania ou (quem sabe) chegar até o rio São Francisco. Assim, estariam fazendo o caminho de volta de seu povo. Assinale-se que muitos grupos indígenas fugiram das frentes pastoris provenientes da Bahia e Pernambuco e buscaram refúgio no Piauí.<sup>8</sup>

Nesta investigação, ocorreu o encontro com a índia Gueguê Maria de Souza. Em julho de 1804, seu pai, o índio Gueguê, sargento-mor Severino de Souza (não era um índio comum); encaminhou ao príncipe regente, Dom João, uma denúncia contra o governador do Piauí, Pedro José Cezar de Menezes, acusado de cometer abusos e praticar violência contra sua filha, Maria de Souza.<sup>9</sup> Atitudes como a de Severino de Souza, de certa forma, serviram para quebrar a hegemonia de dominação colonial. Nesse sentido, nos dias atuais, os historiadores trabalham com um conceito de resistência ampliado, não visando apenas às

<sup>6</sup> CARTA de Francisco Xavier de Mendonça Furtado a João Pereira Caldas, datada de 02 de maio de 1767. CAB, p. 94, código 273.

<sup>7</sup> DECLARAÇÃO que manda fazer o Governo em 23 de junho de 1790. CAB, p. 80v-81, código 152.

<sup>8</sup> OFÍCIOS e Relações de José Dias Soares, referentes à entrada que fez ao gentio Pimenteira, na Capitania do Piauí. (1811). IHGB, Coleção Instituto Histórico, lata 178, pasta 48, doc. 2.

<sup>9</sup> CONSULTA do Conselho Ultramarino, ao príncipe regente D. João, sobre a representação se Severino de Sousa, datado de 27 de julho de 1804. Capitania do Piauí, Projeto Resgate, doc. 1408. CD-ROM. Citado inicialmente por MIRANDA, Reginaldo Silva. **São Gonçalo da Regeneração**: marchas e contramarchas de uma comunidade sertaneja: da aldeia indígena aos tempos atuais. Teresina: Edição do autor, 2004. p. 114-115.

ações bélicas, com a extinção de povos indígenas, mas adotando uma concepção mais ampla, que enfoca as relações culturais diferenciadas e a resistência através de gestos e práticas cotidianas.

O último personagem, Antonio do Rego Castelo Branco – encontrado no Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em seu *Diário dos mais notáveis acontecimentos da guerra aos Pimenteiras* – falou acerca de suas impressões sobre a bandeira que partiu de Oeiras, em 1779.<sup>10</sup> Assim, foi possível conhecer também um pouco mais do dia-a-dia de homens que enfrentaram a caatinga com sua terra seca, sede, animais perigosos, enfim o desconhecido, como os próprios índios Pimenteira. Sem negar toda a violência do processo colonial, o relato aborda as relações culturais em situação de contato e como cada povo elaborava suas estratégias de sobrevivência.

Esse documento era considerado como “lastimavelmente desaparecido” por alguns pesquisadores (MOTT, 1985). Talvez o documento original esteja realmente perdido, mas se pode considerar um grande êxito ter encontrado uma cópia no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Outra satisfação foi encontrar diversos mapas relacionados à Capitania do Piauí, e plantas das principais cidades e do aldeamento de São Gonçalo do Amarante, que estão localizados no Arquivo Histórico do Exército no Rio de Janeiro. Os mapas selecionados fazem referência aos povos indígenas e, neste trabalho, buscou-se utilizá-los para mostrar a evolução do povoamento no Piauí e dar ênfase ao processo de ocupação da região Sudeste, do século XVIII ao XIX. A maioria desses mapas foi organizada em 1809, na administração do governador Carlos Cezar Burlamaqui.

Já o mapa geográfico das capitanias do Grão-Pará, Rio Negro, Maranhão e Piauí, de 1780, foi copiado pelo tenente Francisco Czischeki, em 1822. No espaço entre os rios Piauí e Gurguéia, aparecem “terras não descobertas”, confirmando que, até esse período, o autor ignorava a presença dos Pimenteira na região ou que o grupo não causava ainda incomodo aos colonizadores. No mapa geográfico das capitanias do Piauí e parte do Grão-Pará e Maranhão, sem data, estão identificadas poucas fazendas, mas aparecem três lagoas entre os rios Piauí e Gurguéia e a denominação “Pimenteiras”. Portanto, esse território foi sendo marcado aos poucos como um território dos índios Pimenteira.

Nos mapas mais recentes, já do século XIX, como a carta geográfica da Província do Piauí, de autoria do major Schwarzmann e Mr Le Chev de Martius, de 1828, o Piauí aparece

---

<sup>10</sup> DIÁRIO (cópia) dos mais notáveis acontecimentos da guerra aos Pimenteiras, por Antonio do Rego Castelo Branco. Lagoa do Tabuleiro, 30 de julho de 1779. IHGB, Coleção Instituto Histórico, lata 222, pasta 27.

totalmente ocupado por fazendas nas margens dos rios, e um dos poucos espaços vazios é justamente entre os rios Piauí e Gurguéia, onde aparecem “índios Pimenteiras”, contradizendo a documentação que indica 1815 como o ano em que a conquista foi dada como concluída e os povos indígenas como extintos.

A carta topográfica e administrativa da Província do Piauí de 1850, de autoria do Visconde J. de Villiers de L'ille Adam, apresenta o Piauí dividido em seis comarcas: da Capital, de Parnaíba, Príncipe Imperial, Campo Maior, Parnaguá e São Gonçalo. Na região do rio Piauí, aparecem fazendas, mas entre o Piauí e o Gurguéia, área que havia sido ocupada pelos Pimenteira, ainda continua um vazio. Contraditoriamente, a de São Raimundo Nonato foi elevada à categoria de vila nesse mesmo ano, mas aparece o nome Confusões no local da vila de São Raimundo Nonato, que, desde 1832, havia sido elevada à categoria de freguesia, com a sede no local Confusões. Em 1836, a sede foi mudada para o local Jenipapo.

As plantas da cidade de Oeiras e da vila de Jerumenha foram feitas por Pedro Cezar de Menezes, em 1809, quando o governador do Piauí, Carlos Cezar Burlamaqui, organizou uns "mapas gerais da população da capitania e das forças militares", o qual remeteu ao governo no Rio de Janeiro. Essas plantas nos mostram a organização das poucas vilas e cidades da capitania, já no século XIX. A planta da Aldeia de São Gonçalo do Amarante, também de 1809, foi feita por Pedro Cezar de Menezes, sendo a única planta dos aldeamentos que existiram no Piauí.

Quanto à distribuição das informações, este trabalho está organizado em Introdução, três Capítulos e Conclusão.

O primeiro capítulo, que corresponde à *Introdução*, situa o leitor no contexto da pesquisa realizada, apresenta a documentação e as diferentes leituras já realizadas sobre o tema em estudo.

No segundo capítulo, *Colonização do Sudeste do Piauí* é feita uma abordagem contextual da capitania, buscando entender como era o Piauí nos séculos XVIII e XIX e como estava organizada a administração. O objetivo é que se possa compreender a política indigenista adotada durante o período.

No terceiro capítulo, *Povos indígenas do Sudeste do Piauí*, procura-se apresentar um quadro dos povos indígenas que habitaram a região Sudeste, buscando identificá-los, localizá-los e caracterizá-los, com ênfase nos Pimenteira, grupo mais citado pela documentação relativa à Capitania do Piauí.

No quarto capítulo, *Guerra aos Pimenteira*, recupera-se a narrativa da guerra que ocorreu na região, de 1770 a 1812, com os principais acontecimentos e os encontros e

desencontros entre a etnia Pimenteira e as tropas. Buscou-se também identificar as várias formas de estratégias e resistência dos índios ao processo de colonização. Tomando como base o *Diário dos mais notáveis acontecimentos da guerra aos Pimenteiros*, de autoria de Antonio do Rego Castelo Branco, que relata a entrada de 1779, tentou-se compreender a dinâmica dos conflitos e o cotidiano das bandeiras que adentravam o sertão.

A título de ilustração, observe-se, na Figura 1, a seguir, o Mapa da região Sudeste do Piauí e na Figura 2, o Mapa com os Parques Nacionais localizados na região.

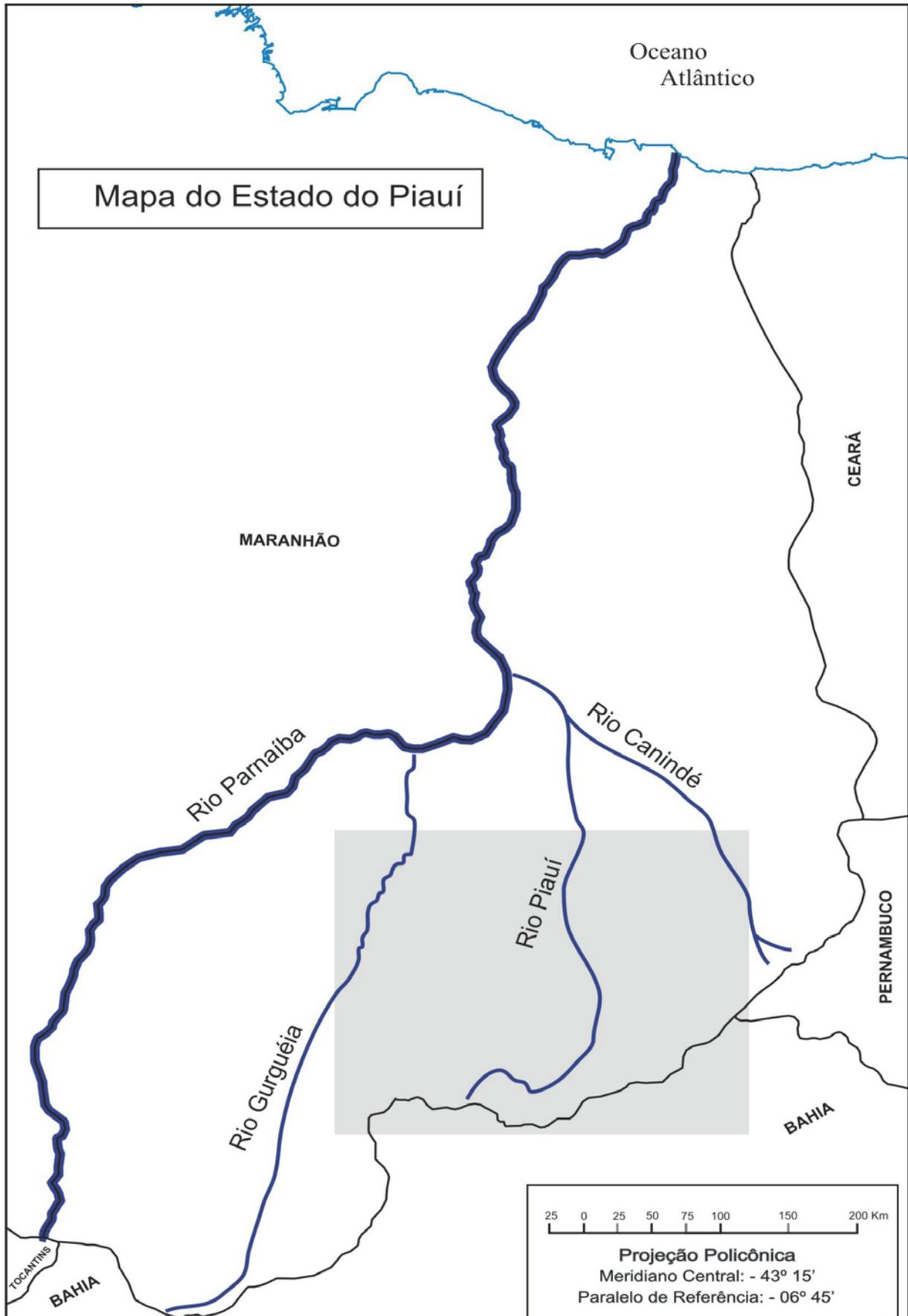


Figura 1 – Mapa da Região Sudeste do Piauí

Fonte: IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), com adaptações da autora.



Figura 2 - Mapa dos Parques

Fonte: FUMDHAM - Fundação Museu do Homem Americano

## 2 COLONIZAÇÃO DO SUDESTE DO PIAUÍ

### 2.1 Colonizadores e missionários no sertão do Piauí

Em relação ao processo de colonização do Piauí, busca-se considerar suas especificidades econômicas, sociais e políticas, dentro do processo de colonização do Brasil, como também mostrar as múltiplas relações que envolveram grupos indígenas, Companhia de Jesus, diferentes interesses latifundiários e autoridades coloniais.

Apesar de a colonização do Sudeste Piauí ter sido considerada tardia, em apenas dois séculos de contato entre colonizador e povos indígenas, a violência extrema de uma guerra contínua dispersou toda a população nativa, sendo que as terras foram ocupadas para a implantação de uma economia baseada na criação de gado.

O projeto colonial para a região Sudeste pode ser dividido em duas etapas: inicialmente aconteceu a ocupação daquela área, com a chegada dos sertanistas provenientes do São Francisco, durante o final do século XVII e início do XVIII, dispersando a sua população nativa; provavelmente os remanescentes dos agricultores-ceramistas. Para as etnias que sobreviveram, restou somente buscar áreas de refúgio para serem incomodados novamente pelo processo de ampliação da área das fazendas de gado no século XVIII ou integrar-se ao processo colonial.

A segunda fase deu-se a partir da segunda metade do século XVIII, após a expulsão dos jesuítas, com a expansão da área ocupada pelas fazendas de gado, período em que tiveram início os conflitos com os Pimenteiras, últimos povos indígenas em guerra com o colonizador na Capitania do Piauí. Durante essa fase, ocorreu o abandono de diversas fazendas pelos moradores locais e, depois, o despovoamento da região, com a dispersão dos povos indígenas para que ocorresse um repovoamento colonial e a construção geográfico-social daquela área. Esta fase se prolonga até o início do século XIX, com o controle da região pelos colonizadores e a total dispersão dos povos indígenas.

O Sudeste do Piauí encontrava-se na rota dos dois pontos de irradiação da pecuária para o interior do Brasil, a corrente baiana e a pernambucana, assim como dos caminhos do gado do sertão para distribuição na Bahia e Minas Gerais.

É importante destacar que do rio Piauí, principal curso d'água da região, partia um dos caminhos do gado para a Bahia. Segundo Monsenhor Chaves (CHAVES, 1994, p. 13-14), o Sudeste do Piauí foi uma das primeiras regiões na Capitania a serem povoadas, sendo que, de lá, partia o primeiro caminho, da primeira fazenda, chamada Tabuleiro Alto,<sup>11</sup> até alcançar o rio São Francisco, na fazenda Sobrado. Os rios indicavam e formavam os caminhos dos colonizadores, e suas margens foram repovoadas pelas fazendas de gado.

Sobre o rio Piauí, afirma também Monsenhor Chaves:

O rio Piauí, que corre do sul para o norte e entra no Canindé, foi o primeiro a ser povoado no ano de 1682, quando foi descoberto, e dele a região tomou o nome. Nele achavam-se 20 fazendas. No riacho Moicatá, 3; no Itagoera, 4; no Guaribas, 3. Nas cabeceiras deste riacho há umas lagoas muito grandes com 2 fazendas. Entre estas fazendas ficam 7 a 8 lagoas grandes das quais se tira sal semelhante ao do Reino. Suas águas são mais salgadas que as do mar. As fazendas, porém, estão nas margens de lagoas de água doce (CHAVES, p. 13-14).

Corroborando a afirmativa, Von Martius e Von Spix, em passagem pelo Piauí, no início do século XIX, relatam que, na passagem de Juazeiro-BA, encontravam-se ainda duas estradas do Piauí, que costumam chamar de Travessia Nova, as quais se dirigiam para as nascentes do Canindé e, por ele abaixo, a Oeiras, ora se aproximando, ora se afastando do rio São Francisco. A Leste das duas primeiras, entre a foz do Arroio Pontal e o Arraial de Cabrobó, saía a terceira estrada. A Oeste da Travessia Nova, a Província do Piauí comunicava-se com o sertão do São Francisco pela Travessia Velha. Esta estrada começava na povoação Sobrado, à margem do rio, e acompanhava o curso do rio Piauí, que ela ora alcançava em sua nascente, ora mais abaixo, conforme suas diversas direções (SPIX; MARTIUS, 1976, p. 252). Por conseguinte, fica evidente que a comunicação entre a região do São Francisco e o Sudeste do Piauí já existia desde os primeiros tempos do período colonial. Seus caminhos eram utilizados pelos povos indígenas e, depois, também pelos colonizadores.

Em meados do século XVII, começaram as penetrações colonizadoras no Sudeste do Piauí, inicialmente feitas por bandeirantes e religiosos. A partir de então, até o início do século XIX, numerosas expedições foram organizadas, com a finalidade de expulsar o nativo de suas terras, escravizá-lo nas fazendas de gado e reduzi-lo em aldeamentos. Os primeiros colonizadores começaram a expandir seus currais rumo aos vales dos rios Piauí, Gurguéia, Canindé e Parnaíba. Ressalte-se que era intensa a presença de sertanistas de contrato na Capitania do Piauí.

---

<sup>11</sup> A fazenda Tabuleiro Alto, localizada no baixo Piauí, de acordo com a documentação, em 1803, sofreu ataque dos índios Pimenteira; quanto à fazenda Sobrado, estava localizada no atual estado da Bahia.

Inicialmente, os primeiros conquistadores do território não objetivavam a aquisição da terra para a instalação de fazendas, visando-se apenas à conquista dos povos indígenas para serem utilizados como mão-de-obra, principalmente nas tropas militares. Essa caçada violenta dizimou inúmeras etnias.

Dentre os sertanistas que chegaram até o território correspondente ao atual Estado do Piauí, destaca-se, neste texto, a presença dos bandeirantes da Casa da Torre, que, em 1674, perseguindo os Galanches e os Gueguê, desalojados do Morro do Chapéu, ultrapassaram o rio São Francisco e atingiram a região. Um ano após esta luta, os Dias d'Ávila da Casa da Torre e seus vaqueiros haviam estendido seus domínios até a fazenda Sobrado, na Bahia, sendo que, até o século XVIII, já tinham devassado toda aquela região.

Garcia d'Ávila foi o fundador da Casa da Torre, mas coube ao segundo Garcia d'Ávila dar início à penetração para o Oeste, que foi continuada por seu sucessor, Francisco Dias d'Ávila, e o neto deste, o segundo Francisco Dias d'Ávila, os quais completaram a penetração e a ocupação. A família tornou-se assim grande proprietária de terras e muito poderosa devido aos acordos e acertos firmados com o governo (CALMON, 1939; 1958).

De acordo com Serafim Leite (1945, p. 551), Domingos Afonso Mafrense, cujas incursões pelo interior do Brasil lhe renderam a alcunha "Sertão", foi o descobridor e povoador da região do rio Piauí. Perseguiu e dominou os Gueguê, desde o São Francisco até o Piauí, na entrada que participou com Francisco Dias D'Ávila, da Casa da Torre, já tendo como objetivo a conquista do território para o estabelecimento das fazendas de gado. Dentre os que entraram na região pelo sertão baiano, foi Domingos Afonso Mafrense quem deixou a obra colonizadora mais durável. De acordo com o relato de padre Miguel de Carvalho, em 1697, Domingos Afonso Mafrense e Leonor Pereira Marinho eram os proprietários de todo o interior do Piauí (CARVALHO apud ENNES, 1938).

Domingos Afonso Mafrense e Julião Afonso Serra entraram pelas cabeceiras do rio Piauí em 1674. A partir de 1676, ocorreram as concessões das primeiras sesmarias de terras que beneficiaram Domingos Afonso Mafrense, Julião Afonso Serra, Francisco Dias de Ávila e Bernardo Pereira Gago. Essas terras foram doadas pelo governador de Pernambuco, Dom Pedro de Almeida. Eram 10 léguas de terras para cada um, nas margens do Gurguéia (NUNES, 1975, p. 72). Posteriormente, Mafrense recebeu sesmarias nas margens do rio Parnaíba, em Parnaguá (1681), no Gurguéia e Paraim (1684) e, novamente, às margens do

Parnaíba (1686). A expansão das fazendas de gado teve início com essas imensas doações feitas aos senhores da Casa da Torre.<sup>12</sup>

As fazendas constituíam o principal móvel de ocupação do espaço piauiense, sendo que, desde 1697, vinte anos após a entrada da Casa da Torre no sertão do Piauí, havia sido constatada a existência de 129 fazendas de gado e 153 sítios às margens dos rios e lagoas, com uma sociedade, de certa forma, organizada (CARVALHO apud ENNES, 1938). Podemos destacar que, às margens do rio Piauí, encontravam-se localizadas, de acordo com Pe Miguel de Carvalho, 21 fazendas com 74 habitantes (Ibid., p. 383-384).<sup>13</sup>

Quando Domingos Afonso Mafrense retornou à Bahia, onde possuía residência, deixou cerca de 30 fazendas de gado que seriam administradas por vaqueiros de sua confiança. Após sua morte, em 1711, sem herdeiros, deu-se a conhecer que ele havia instituído em testamento todas as terras e gados que possuía no Piauí, para serem administradas pelo reitor do Colégio da Bahia. Assim sendo, as ditas fazendas passaram a ser administradas pelos jesuítas:

Nomeio e instituo por meus testamenteiros, em primeiro lugar, o Rv. Padre Reitor da Companhia de Jesus desta cidade da Bahia, que ao presente for, e adiante lhe for sucedendo, e não aceitando este, nomeio ao licenciado Francisco Ximenes, e em terceiro lugar a Antonio da Silva Livreiro, meu vizinho, e em quarto ao capitão Belchior Moreira, aos quais e cada um *in solidum* dou todo o meu poder, que em direito posso [...]

Declaro que sou senhor e possuidor da metade das terras, que pedi no Piauí, com o coronel Francisco Dias de Ávila e seus irmãos, as quais terras descobri e povoei com grande risco de minha pessoa, e considerável despesa, com adjutório dos sócios, e sem eles, defendi também muitos pleitos, que se moveram sobre as ditas terras, ou parte delas: e havendo dúvidas entre mim, e Leonor Pereira Marinho, viúva do dito coronel, sobre a divisão das ditas terras, fizemos uma escritura de transação no cartório de Henrique Valensuella da Silva, na qual declaramos os sítios com que cada um havíamos de ficar, assim dos que tínhamos ocupado com gados, como arrendados a várias pessoas, acordando e assentando juntamente a forma com que havíamos de ir ocupando as mais terras por nós ou pelos rendeiros que metêssemos, como mais largamente se verá da dita escritura. Declaro que nas ditas terras, contéidas nas ditas sesmarias, tenho ocupado muitos sítios com gados meus, assim vacum como cavalar, e todos fornecidos com escravos e cavalos, e o mais necessário: o que tudo constará dos meus papeis, fábricas, com a quantidade dos gados pelas entregas de cada uma das fazendas, e assim mais muitos sítios dados de arrendamento a várias pessoas; e outros muitos estão ainda por povoar e desocupados, que também se poderão ir dando de arrendamento, ou ocupando com gados meus, como melhor parecer a meu sucessor (SERTÃO, 1867).

Ressalte-se que, no Sudeste do Piauí, o nome Afonso Sertão tornou-se muito comum. Na documentação que abrange do século XVIII ao XIX, encontram-se citadas várias pessoas com esse nome, inclusive como nome de família. Alguns deles eram proprietários de

<sup>12</sup> O sistema de sesmarias foi abolido somente em 1822, e a ocupação da terra passou a ser feita pelo regime de posse. É interessante destacar-se que uma data de sesmarias poderia conter mais de uma fazenda de gado e sítios.

<sup>13</sup> O rio Piauí foi descrito pelo autor como um riacho.

fazendas, outros eram escravos ou trabalhadores comuns. Não se sabe se eram aparentados de Domingos Afonso Sertão ou se tudo não passou de uma singela homenagem ao grande proprietário de terras, que, além do posto de capitão-mor da Companhia de Infantaria de Ordenança, foi também tesoureiro geral da Bahia, Provedor da Santa Casa da Misericórdia da cidade da Bahia, e ainda pertencia a várias corporações religiosas; era cavaleiro professo da Ordem de Cristo.<sup>14</sup>

Em estudo realizado por Cláudio Melo, o autor informa que, quando o jesuíta padre Manuel da Costa chegou ao Piauí, para tomar posse das fazendas, o patrimônio já estava sendo distribuído entre os filhos naturais de Domingos Afonso Mafrense, destacando-se Agostinho e Vidal Afonso Sertão, personagens que foram citados, em 1769, como proprietários de fazendas no Sudeste do Piauí.<sup>15</sup> De acordo com o autor, o processo do inventário durou cinco anos (MELO, 1991).

Os jesuítas, logo no mesmo ano da morte de Domingos Afonso Mafrense, tomaram posse das fazendas, sendo o primeiro administrador o padre Manuel da Costa. O reitor do Real Colégio da Bahia era o jesuíta italiano João Antônio Andreoni.<sup>16</sup>

Em 1749, os jesuítas do Colégio do Maranhão fundaram, no Piauí, o Seminário do Rio Parnaíba, localizado em Oeiras, tendo como regente o padre Francisco Ribeiro. O estabelecimento, sob a invocação de Santa Úrsula, não era um colégio propriamente dito, mas Seminário. À época, a Coroa subsidiava o sustento dos mestres, sendo que os pais dos alunos que vinham de diversas regiões do sertão auxiliavam também com uma pensão para o sustento dos filhos (NUNES, 1975, p. 144). Foi o primeiro estabelecimento de ensino secundário, com ensino de gramática e humanidades. No entanto, a atuação da Companhia de Jesus no Piauí está mais relacionada à administração das fazendas de gado do que às missões e catequese.

Nas fazendas administradas pelos jesuítas, em 1739, já havia cerca de 30.000 cabeças de gado vacum e 164 trabalhadores. Quando foram incorporadas à coroa, algumas fazendas estavam repartidas em sítios ou arrendadas a particulares. Segundo Pereira da Costa, os padres compraram outras fazendas e exerceram grande influência na região; aproveitando-se do

<sup>14</sup> DOCUMENTOS Históricos da Biblioteca Nacional. Tomo XXX, Rio de Janeiro, 1935. p. 233-235.

<sup>15</sup> Agostinho e Vidal Afonso Sertão foram ouvidos como testemunhas na devassa realizada contra José Leite. Ver AUTO da devassa que mandou fazer o juiz Ordinário da Cidade de Oeiras, o tenente de Cavalaria Luiz Pereira Magalhães, sobre o gentio silvestre convezinho da ribeira do Piauí que matou e mutilou Faustino Ferreira, e insultou os mais moradores da dita, datada de 20 de julho de 1770. Capitania do Piauí, Projeto Resgate, Arquivo Ultramarino. Doc. 643, CD-ROM.

<sup>16</sup> O jesuíta chegou ao Brasil em 1681 e exerceu diversos cargos na instituição, desde diretor de estudos e secretário particular do padre Vieira, quando este ocupou o cargo de visitador geral a reitor do Colégio da Bahia. Mas ficou conhecido por seu trabalho “Cultura e opulência do Brasil”, editado em Lisboa em 1711; ANTONIL, André João. **Cultura e opulência do Brasil**. 3. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1982.

trabalho de cerca de 700 escravos, entre negros e índios domesticados (COSTA, 1974, p. 74-75).<sup>17</sup> Em 1739, trabalhavam nessas fazendas aproximadamente 164 pessoas e, em 1743, registraram-se 170 trabalhadores (NUNES, 1991, p. 170-171).

Para Odilon Nunes, a administração das fazendas de Domingos Afonso Mafrense pelos jesuítas constituiu-se fundamental para a coesão do território, transformando-o em um todo homogêneo; o que impediu a dispersão por pequenos donos, tendo em vista que isso poderia facilitar a atração de aventureiros de regiões vizinhas. Esse fato tornou-se importante para o processo de criação da Capitania, da Província e depois do Estado do Piauí (Id. *ibid.*).

A mais importante das fazendas da Companhia veio a ser a Vila da Mocha, primeira capital do Piauí, hoje cidade de Oeiras. De acordo com o testamento de Domingos Afonso Mafrense, as fazendas foram doadas na condição de não serem alienadas, devendo se construir no local uma capela ou morgado, e sua renda ser aplicada para ajudar donzelas, viúvas e pobres; com o que sobrasse, seriam adquiridas novas fazendas (SERTÃO, 1867).

Em 1758, o poder temporal dos jesuítas foi suprimido em todo o Brasil, e, em 1759, o governo português decretou a expulsão da Companhia de Jesus de todo o Império português. Em 1760, os jesuítas do Piauí foram presos e remetidos para a Bahia; dentre eles, padres João de Sampaio, Manuel Cardoso e José Figueiredo; o leigo Jacinto Fernandes e Donato Antônio Ferreira, que residiam na capela instituída por Domingos Afonso Mafrense. Encontravam-se mais dois em Parnaguá, os quais foram presos e remetidos para a cidade de São Luís (NUNES, 1991).

Após a expulsão dos jesuítas, as antigas fazendas de Domingos Afonso Sertão passaram para a Real administração, sendo denominadas Fazendas do Fisco ou Fazendas do Real Fisco. Após a proclamação da Independência, as fazendas tornaram-se patrimônio do governo imperial, passando de Fazendas do Fisco a Fazendas Nacionais. Quando incorporadas ao patrimônio da Coroa Portuguesa, em 1759, foram redivididas em três inspeções: Canindé, Nazaré e Piauí, tendo cada uma sua sede, chamada residência, onde morava o administrador responsável por aquela inspeção, o qual era enviado de Portugal e pago pelo erário real. Para cada fazenda, foi nomeado um criador (LIMA, 2005).

A inspeção de Canindé situava-se ao longo do rio Canindé, sendo composta pelas seguintes fazendas: Ilha, Pobre, Baixa dos Veados, Sítio, Tranqueira, Poções, Saco, Saquinho, Castelo, Buriti, Campo Largo e Campo Grande. A inspeção de Nazaré estava situada ao longo

---

<sup>17</sup> As fazendas Guaribas e Matos foram compradas em 1745, e as fazendas Salinas, Cachoeira e Pobre, em 1759. Já as fazendas Itauera e São Romão foram arrematadas em execução que os padres moveram contra Domingos Jorge; a fazenda Água Verde foi-lhes doada por Martinho Soares.

do rio Parnaíba e era composta pelas seguintes fazendas: Tranqueira de Baixo, Gameleira, Guaribas, Matos, Lagoa de São João, Olho d'água, Mocambo, Serrinha, Jenipapo, Algodões e Catarens. Por sua vez, a inspeção Piauí estava localizada às margens do rio Piauí; era constituída pelas fazendas Salinas, Brejinho, Grande, Boqueirão, Gameleira, Cachê, Serra, Cachoeira, Espinhos e Julião (LIMA, 2005, p. 24-25). Com base nos estudos até então realizados para esta Tese, acredita-se que, provavelmente, a residência da inspeção do Piauí estava localizada no atual município de Pajeú do Piauí e a residência da inspeção do Canindé tinha sede no atual município de Santo Inácio do Piauí, porém a situação dessas fazendas tornou-se muito complicada, o que se constata em inúmeros documentos do Arquivo Público do Piauí, que relatam situações de desordens, disputas de terras, administração ruim e queixas dos moradores.

Por outro lado, observa-se, nesse contexto, o cotidiano em mudança, isto é, o total estilhaçamento e desorganização da Capitania do Piauí, com a expulsão dos padres, passando-se a utilizar mais a força. Destaque-se que os próprios administradores dos aldeamentos reclamavam também da falta de sacerdotes nas missões e de que os índios se encontravam em ruína espiritual, assim como era excessivo o número dos que fugiam das aldeias e vagavam pela Capitania.<sup>18</sup>

Com a saída das fazendas da administração da Companhia de Jesus, ficou evidente a desorganização de sua administração, especialmente nas da residência do Piauí, onde ocorreram denúncias de que a mata estava sendo destruída e o gado diminuindo. Vários documentos existentes no Arquivo do Piauí relacionam também denúncias de violência nas fazendas localizadas nas cabeceiras do rio Piauí durante este período. São relatos de assassinatos, disputas de terras, raptos de mulheres. Muitas dessas denúncias envolviam o feitor Luiz Antonio Ribeiro, administrador de fazendas do Fisco - Residência do Piauí entre 1773 a 1776. Ele era acusado de maltratar os escravos, violentar mulheres, como também de criar problemas em relação à administração das mencionadas fazendas, como, por exemplo, a não divisão do gado com outros administradores.<sup>19</sup> Estas ocorrências culminaram com fugas de alguns escravos, em 1773, sendo que quatro deles foram ao governador Gonçalo Lourenço

---

<sup>18</sup> CARTA de Antonio José de Moraes Durão, João do Rego Castelo Branco e José Esteves Falcão ao Vigário Geral desta cidade, datada de 21 de março de 1776. CAB, p. 136v, códice 150.

<sup>19</sup> CARTA de Antonio José de Moraes Durão, João do Rego Castelo Branco e José Esteves Falcão ao juiz ordinário da cidade de Oeiras Antonio Teixeira de Novais, datada de 8 de abril de 1776. CAB, p. 138v-141, códice 150.

Botelho reclamar dos maus-tratos recebidos nas fazendas do Fisco administradas por Luiz Antonio Ribeiro.<sup>20</sup>

Apesar de os relatos dos livros não mostrarem discordâncias neste processo de transição, foram encontradas nos registros documentais vozes discordantes, como a de José Leite, citado anteriormente. José Leite revelou, nesta pesquisa, um processo tenso, mostrando que vozes dissonantes como a sua foram emudecidas. Ainda conforme seu relato, em 1766, José Leite foi acusado de ter a ousadia de “fazer práticas sediciosas e de espalhar notícias irreverentes contra o sagrado respeito de El Rey Nosso Senhor e contra o decoro dos seus ministros de Estado”.<sup>21</sup>

De acordo com Paulo de Assunção, a lei de 28 de agosto de 1767 confirmava a expulsão dos religiosos do território português e também tinha caráter punitivo:

Procurava evitar o possível retorno da Companhia à terra lusitana; o vínculo de qualquer súdito por meio de cartas de confraternização ou de cartas de Associações realizadas de forma secreta; e o contato com qualquer ex-jesuíta ou jesuíta existente fora do reino. Definia-se, para tanto, junto ao sistema judiciário, punições para aqueles que contrariassem as ordens régias, auxiliando os proscritos na sua indomável obstinação (ASSUNÇÃO, 2004, p.45).

Deste modo, José Leite foi condenado por não concordar com a expulsão dos jesuítas do Brasil; afirmava que toda a trama para a expulsão havia sido desenvolvida pelos irmãos Sebastião José de Carvalho e Melo, conde de Oeiras, depois marquês de Pombal, e Francisco Xavier de Mendonça Furtado<sup>22</sup> (MAXWELL, 1996, p. 3), os quais eram responsáveis pela prisão e expulsão dos padres, justificando ainda que Sua Majestade de Portugal havia pedido ao Papa que conservasse em Portugal os regulares que haviam ido do Brasil. Alegou ainda que os moradores do Pará entregaram uma carta a um padre, na qual estes atribuíam responsabilidade a Francisco Xavier de Mendonça Furtado de entregar a cidade à França por 2 milhões e meio. Segundo José Leite, outro motivo para a expulsão dos jesuítas foi o fato de o confessor do rei, no caso o padre Gabriel Malagrida (MELO, 1991)<sup>23</sup> ter sido contra a

<sup>20</sup> OFÍCIO de Gonçalo Lourenço Botelho de Castro ao juiz ordinário de Jerumenha, datado de 26 de agosto de 1773. CAB, p. 50v-51, código 150.

<sup>21</sup> SUMÁRIO do Ouvidor Geral Luiz José Pereira Freyre a João Pereira Caldas, datado de 21 de julho de 1766. CAB, p. 65v-73v, código 147.

<sup>22</sup> Francisco Xavier de Mendonça Furtado era governador do Pará à época da expulsão dos padres jesuítas. Após a ascensão do conde de Oeiras a secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, foi nomeado governador e capitão-general do Estado do Grão-Pará e Maranhão. Chegou em São Luís em 1751, mas estabeleceu residência em Belém. Relaciona-se a ele a difusão das leis de liberdade dos índios e abolição da autoridade temporal dos missionários sobre as aldeias indígenas em 1757. Regressou ao Reino em 1759 e depois ocupou os cargos de secretário de Estado Adjunto do conde de Oeiras e secretário de Estado da Marinha e Negócios Ultramarinos.

<sup>23</sup> O padre Gabriel Malagrida esteve na Capitania do Piauí no século XVIII, e percorreu várias fazendas. Esteve também em Mocha, Arozés, Surubim, Barras e Piracuruca.

pretensão de Sebastião José de Carvalho e Melo receber o título de conde e, por isso, o mesmo não ter sido concedido por Sua Majestade. Padre Malagrida foi condenado pelo Tribunal de Inquisição e queimado em 1761.<sup>24</sup>

No que diz respeito à relação das instituições citadas anteriormente com os povos indígenas da região, Luiz Mott afirma que, na época da chegada de Mafrense, existiam no Piauí inúmeras tribos indígenas que fugiam da perseguição dos senhores de engenho da Bahia, de Pernambuco e do Maranhão, refugiando-se nas margens dos rios piauienses (MOTT, 1985, p. 71). A permanência de grupos indígenas no Piauí até o século XIX parece estar ligada à presença dos jesuítas na região.

No Sudeste do Piauí, as campanhas contra os índios se concentram na segunda metade do século XVIII, após a expulsão daqueles religiosos. Durante esse período, alguns grupos passaram a incursionar pelo território piauiense, causando preocupação à população.

Outra questão a ser considerada é que, desde a metade do século XVII, muitas sesmarias já haviam sido distribuídas, e isso leva a pensar-se que muitos grupos poderiam estar dispersos ou extintos na metade do século XVIII. Alguns autores consideram o Piauí como uma área de refúgio de índios perseguidos na Bahia, Maranhão e Goiás, geralmente pela Casa da Torre (NUNES, 1991, p. 63-65; MOTT, 1985).

Em razão de o documento de Pe. Miguel de Carvalho, de 1697, conter escassas informações sobre os índios, acredita-se que, nesse período, muitos grupos indígenas da região já estivessem dominados, e incursionavam pelo Piauí somente os que vinham dos lados do rio São Francisco. O referido documento chega a enumerar 36 grupos indígenas, excetuando o alto Parnaíba e o Gurguéia, os demais grupos estavam todos pacificados. As regiões do Poti e do Canindé estavam povoadas de colonos (CARVALHO apud ENNES, 1938),<sup>25</sup> portanto, muitos povos indígenas, acossados no São Francisco em meados do século XVII, buscavam as cabeceiras do rio Piauí.

Por sua vez, Carlos Ott mostra o caminho inverso feito pelos grupos da região, ao afirmar que, na segunda metade do século XVIII, povos indígenas desciam frequentemente da serra do Gurguéia e da serra do Piauí e atacavam fazendas e povoações ao longo do rio São Francisco (OTT, 1958, p. 28); deste modo, a ameaça à estabilidade da economia ocorria porque constantemente atacavam rebanhos, incendiavam casas e matavam moradores, na luta contra a invasão cada vez maior de seus territórios.

<sup>24</sup> SUMÁRIO do Ouvidor Geral Luiz José Pereira Freyre a João Pereira Caldas, datado de 21 de julho de 1766.

<sup>25</sup> Descrição do sertão do Piauí remetida ao Ilm<sup>o</sup> e Rm<sup>o</sup> Sr<sup>o</sup> Frei Francisco de Lima Bispo de Pernambuco por Pe. Miguel de Carvalho, datada de Piauí, 02 de março de 1697.

Entre o final do século XVII e metade do século XVIII, sobreveio um aumento significativo da população do Piauí. Em 1697, o número de moradores das fazendas era de 438 pessoas e, em 1762, o número de pessoas correspondia a 12.7444 habitantes (BRANDÃO, 1999, p. 52); logo, tais fatos levam a crer-se que aumentou a disputa pela terra e a intensificação do processo de “limpeza do território”. Conseqüentemente, os grupos indígenas que ainda se encontravam no Piauí têm a sua situação ainda mais complicada com o aumento da violência.

Em relação à ocupação do sertão, Tanya Brandão relata que o governo português achava-se impossibilitado de empreender com recursos próprios o devassamento do interior, sendo esse um dos motivos para que os títulos territoriais referentes à área de conquista fossem concedidos aos devassadores, em troca de serviços. Geralmente as sesmarias que eram doadas aos conquistadores extrapolavam as delimitações fixadas por lei (Ibid., p. 49).

A partir do século XVIII, a concentração de terras foi responsável por inúmeros conflitos entre sesmeiros que não viviam nas fazendas; e posseiros que trabalhavam e viviam na terra. Principalmente na parte burocrática, a disputa tornou-se mais acirrada, haja vista que a Casa da Torre e os outros ricos sesmeiros que residiam no litoral fizeram de seus procuradores que residiam no Piauí homens poderosos, com cargos de capitão-mor, outorgando-lhes lei e autoridade.

## **2.2 A Capitania de São José do Piauí**

A região do atual Estado do Piauí foi, durante muito tempo, considerada pelo colonizador como terra de ninguém, mesmo sendo imensamente povoada de povos indígenas. Antes da instalação da Capitania do Piauí, toda a região situada a oeste do rio São Francisco era conhecida por “Sertão de Dentro” ou “Sertão de Rodelas”. Pertenceu a diferentes capitanias em períodos diversos: inicialmente a administração estava a cargo de Pernambuco, sendo que deveria ser desmembrada em 1695, mas, de fato, isso não ocorreu; somente a partir de 1715 esteve sob a jurisdição da Capitania do Grão-Pará e Maranhão. A jurisdição eclesiástica esteve dependente da Bahia. Em 1718, foi criada a Capitania de São José do Piauí, mas instalada somente em 1758 (COSTA, 1974, p. 54).

Podemos considerar o período pós-implantação da Capitania como uma fase de consolidação do processo de colonização, não obstante trata-se de uma época em que os conflitos com os povos indígenas, mesmo em menor escala, ainda vigoravam.

O primeiro governador nomeado para administrar o Piauí foi João Pereira Caldas, que governou de 1759 a 1769. Pode ser considerado um governador inimigo dos jesuítas e dos índios, posto que, desde o início de seu governo, demonstrou interesse na perseguição aos indígenas. Ainda em 1759, recebeu autorização para estabelecer vilas no Piauí, como também ordem para estabelecer um regimento de cavalaria auxiliar para, logo depois, seqüestrar os bens dos jesuítas, e, remetê-los, presos, para a Bahia (NUNES, 1975, p. 165).

Ainda enfatizando os estudos realizados para a construção desta Tese, pôde-se perceber que havia grande preocupação do governo de Francisco Xavier de Mendonça Furtado com a administração da Capitania de São José do Piauí; este manteve intensa troca de correspondência com João Pereira Caldas, principalmente para tratar da criação das primeiras vilas. Ressalte-se que João Pereira Caldas tinha sido ajudante de sala do governador do Pará, tratava-se, desta forma, de pessoa de sua confiança. Vê-se que o Piauí era uma área de interesse para a política pombalina, na luta contra os jesuítas; por conseguinte, era importante a integração da região ao processo colonial (VAINFAS, 2000).<sup>26</sup>

Por sua vez, o governador recebeu do rei de Portugal a missão de organizar a máquina administrativa; e, em 1761, teve início o processo que determinava que cada uma das sete freguesias que existiam no Piauí fosse transformada em vila, fato que ocorreu em 1762. A maioria das vilas estava localizada na região Centro-Norte da Capitania: Campo Maior foi criada na sede da freguesia de Santo Antonio do Surubim, contando com 137 moradores, 29 casas; e, no total da Freguesia, com 320 fogos e 2033 habitantes. A vila de Marvão do Piauí foi instalada em 12 de setembro do mesmo ano, com 6 fogos na sede; em toda a Freguesia, havia 195 fogos, com 994 moradores. Foi criada também a vila de São João de Parnaíba; e, por último, a freguesia de Nossa Senhora da Conceição dos Aroases; no lugar da paróquia, existiam 21 fogos de índios e quatro casas abandonadas; então, resolveram fundar a vila no lugar Catinguinha, onde havia 22 fogos, à qual deram o nome de Valença do Piauí.

A Vila da Mocha foi elevada à categoria de cidade, com o nome de Oeiras, em homenagem ao ministro Sebastião José de Carvalho e Melo, então conde de Oeiras.

---

<sup>26</sup> João Pereira Caldas veio para o Brasil com a comitiva de Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Era filho de Gonçalo Pereira, que havia sido governador do Maranhão. João Pereira Caldas, depois de governador de São José do Piauí, foi ser capitão general e governador do Grão-Pará e Maranhão, da qual faziam parte as capitanias de São José do Piauí, São José do Rio Negro (hoje Estado do Amazonas), Praça Forte de São José de Macapá (origem do atual Amapá) e Maranhão, motivo este que levou à intensa troca de correspondência para prestação de contas de seus atos entre o segundo governador do Piauí, Gonçalo Lourenço Botelho de Castro, e João Pereira Caldas. Durante este período, muitas questões administrativas eram resolvidas em Belém.

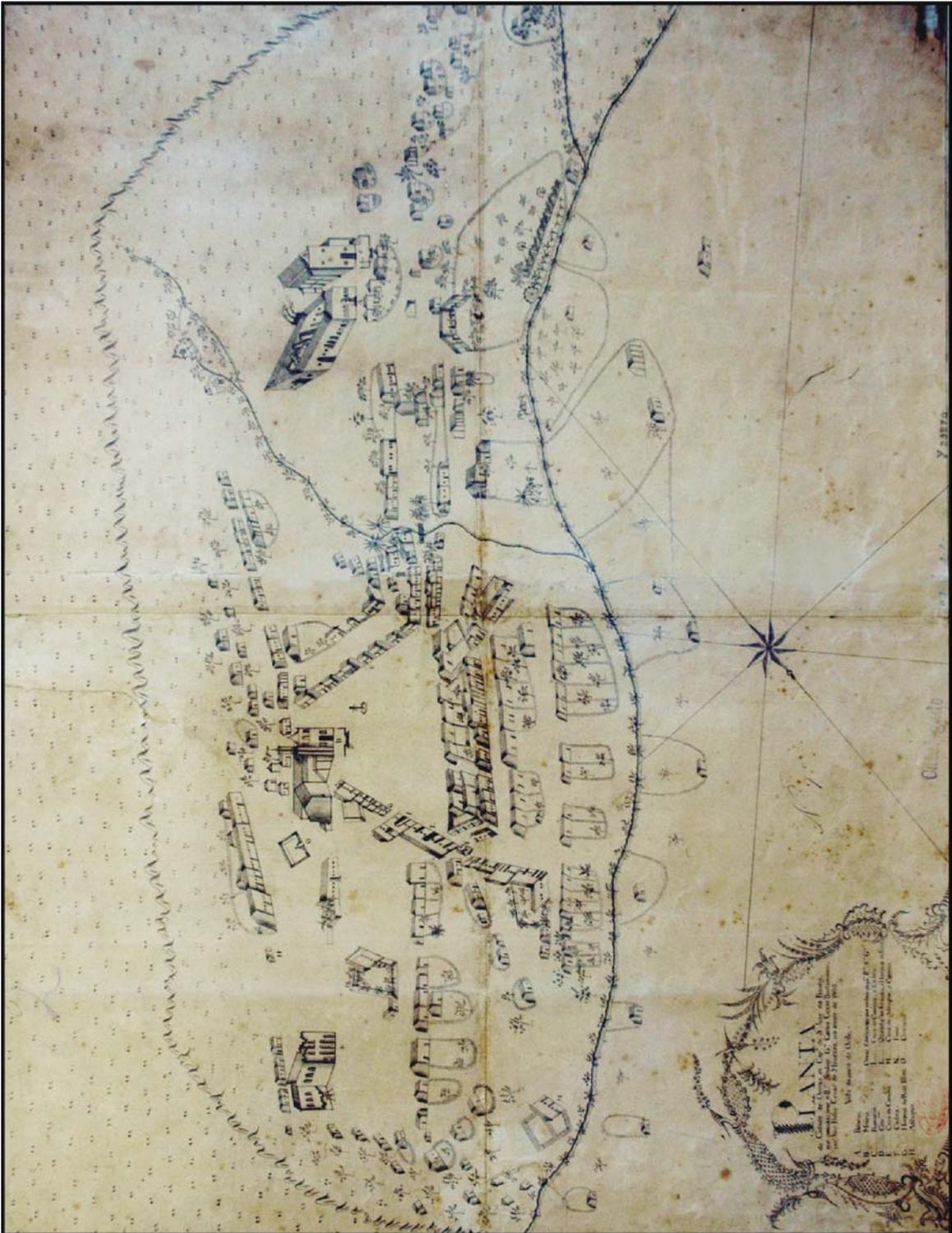


Figura 3: Planta da cidade de Oeiras de autoria de José Pedro César de Menezes, 1809  
Fonte: Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro - RJ

Na região mais ao Sul, foram criadas apenas a vila de Nossa Senhora do Livramento de Parnaguá, com 28 moradores e 12 casas na sede, com total de 1477 em toda a freguesia; e a vila de Jerumenha, onde teria sido o antigo Arraial dos Ávila, com quatro moradores na sede e 692, em toda a freguesia, hoje cidade de Jerumenha. Em cada uma das vilas, foi construído um pelourinho, e as pessoas ficaram com a obrigação de construir mais casas.<sup>27</sup>

Pela localização geográfica das vilas e da cidade de Oeiras, distribuídas de Norte a Sul, verifica-se que, assim, o governo garantia a posse do território da Capitania do Piauí. Apenas na região Sudeste permanecia um vazio, provavelmente pela presença dos Pimenteira.

A partir de 1759, depois de instalada a Capitania, poucos grupos indígenas continuavam a percorrer o território piauiense; quais sejam: Gueguê, Acoroá e Pimenteira. Destaque-se que existem poucas citações sobre os Timbira e os Aroá, na região de Valença; esporadicamente, são citados os Xerente e os Tapacuá, que poderiam ser uma ramificação dos Acoroá, na região de Parnaguá. Nesse período somente os Pimenteira estavam em guerra com os colonizadores. Encontravam-se aldeados os Jaicó, os Gueguê e os Acoroá. Os demais grupos encontravam-se dispersos ou haviam sido dizimados (MIRANDA, 2004).

Durante essa fase, a principal preocupação dos primeiros governadores foi extinguir os últimos grupos indígenas que se encontravam em solo piauiense. Apesar de, em quase todo este período, a guerra contra os povos indígenas estar proibida, os governos nunca deixaram de enviar expedições para combater os poucos grupos que ainda permaneciam na região.

Em 1755, D. José I aprovou o *Directorio, que se deve observar nas povoações dos índios do Pará e Maranhão*, proibindo a escravidão indígena no Maranhão, e também mandando levantar em vilas as aldeias que tivessem competente número de índios. No dia seguinte, foi decretado o alvará que tirava a administração temporal dos missionários no Maranhão, passando-a aos governadores, ministros, e aos principais (MEDEIROS, 2005, p. 2).<sup>28</sup> Observe-se, na Figura 4, a seguir, a Planta da vila de Jerumenha.

---

<sup>27</sup> CARTAS (2) de Francisco Marcelino de Gouveia, acerca de vilas em todas as Freguesias desta Comarca. 1762. IHGB, Arq. 1.1.9, Cons. Ultramarino.V. 9, p. 189-190v.

<sup>28</sup> Comunicação apresentada no Congresso Internacional: “O espaço atlântico de antigo regime: poderes e sociedades”. Lisboa, Universidade Nova de Lisboa. 2005.

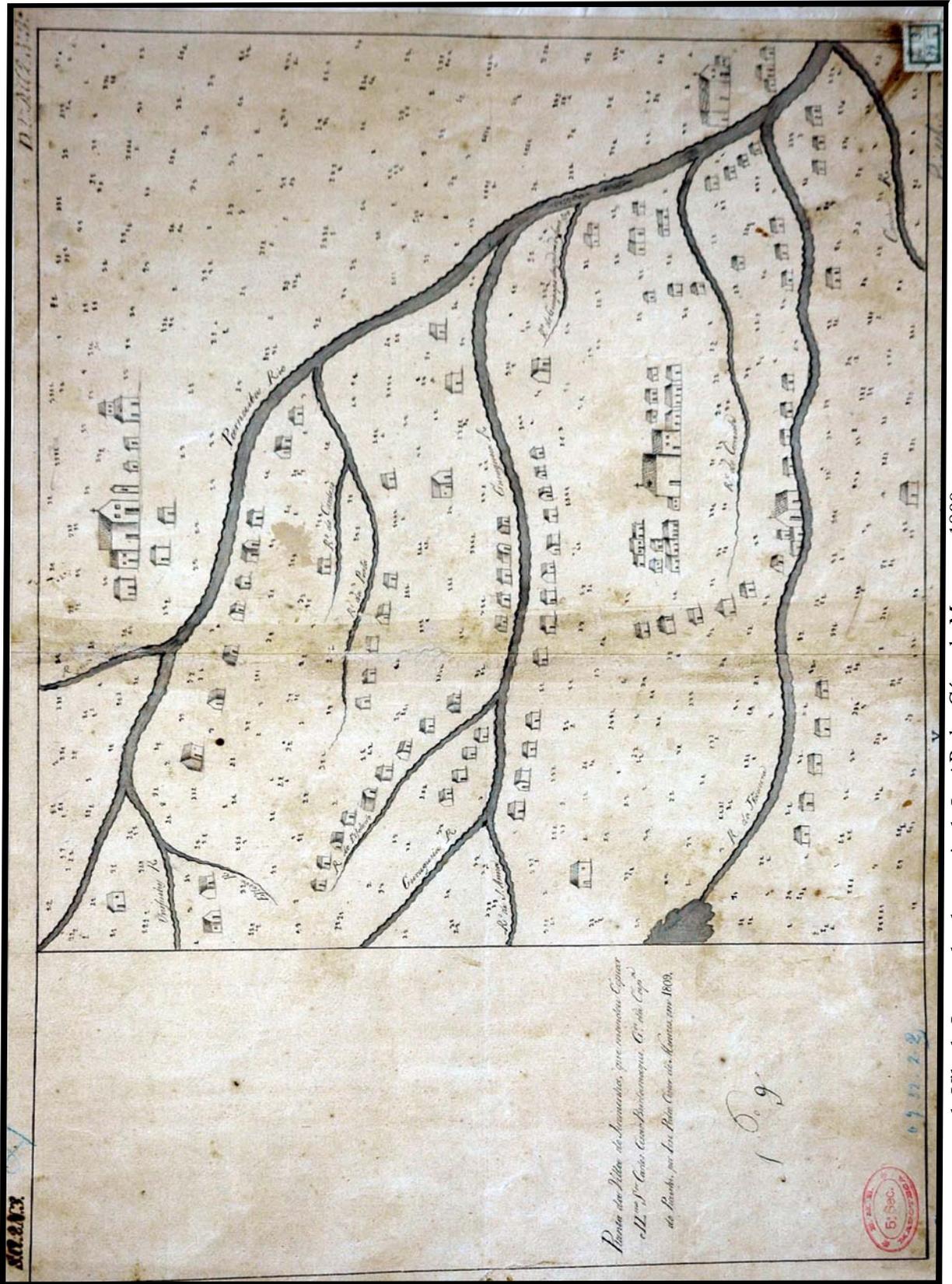


Figura 4 - Planta da Vila de Jerumenha de autoria de José Pedro César de Menezes. 1809  
Fonte: Arquivo Histórico do Exército. Rio de Janeiro - RJ

O alvará de 17 de agosto de 1758 confirmava o Diretório e estendia suas determinações a todo o Brasil. Profundas alterações na política indigenista foram produzidas, a começar pela proibição das línguas nativas e a obrigatoriedade da língua portuguesa; a proibição da nudez; a obrigatoriedade de morar em casas separadas; o combate ao alcoolismo; a obrigação que os índios tivessem nome e sobrenome – sendo escolhidos, para tal, nomes de famílias portuguesas. Enfim, toda uma série de medidas no sentido de anular a identidade étnica dos povos indígenas. Na seqüência do alvará: os povos indígenas são declarados “vassalos livres” da Coroa, abolindo-se a tutela religiosa das aldeias, a qual se assentava na lei que considerava os índios rústicos e incapazes de se governarem. Cada povoação passaria a ter o seu diretor nomeado pelo governador e capitão-geral do Estado. Promulgou-se também a lei de expulsão dos jesuítas do Brasil, sendo o Diretório abolido em 1798 (VAINFAS, 2000).

O período pombalino (MAXWELL, 1996)<sup>29</sup> foi marcado por mudanças executadas pela Coroa portuguesa no intuito de organizar a administração colonial, garantir as fronteiras e aproveitar as riquezas, promovendo a agricultura e o comércio, com a criação das companhias de comércio. No Piauí, essas medidas buscaram garantir a posse das terras e o desenvolvimento da Capitania.

Uma das principais ações do período pombalino em relação aos povos indígenas esteve relacionada à mudança na política de aldeamento, retirando dos religiosos o poder temporal dos aldeamentos indígenas. A partir de 1758, na Capitania de São José do Piauí, as missões foram transformadas em unidades autônomas, em aldeamentos, e passaram para a administração de um diretor nomeado pelo governador. Já entre os índios, nomeavam um principal, para representá-los junto ao governo. Mas, em cada aldeamento, um religioso continuava encarregado da catequese e da conversão ao Cristianismo (MIRANDA, 2004, p. 26-27).

Entre os aldeamentos mais antigos, podem ser citados: São Francisco Xavier, com os Tabajara, fundado em meados do século XVII, na Serra da Ibiapaba, atualmente zona rural do município de São João da Fronteira; Nossa Senhora do Livramento, na lagoa de Parnaguá, com os índios Rodeleiros, Acoroá e Mocoases, fundado no final do século XVII, dando origem à cidade de Parnaguá; Nossa Senhora das Mercês, dos Jaicó, fundado em 1714, no lugar Cajueiro – lembrando que esses povos se rebelaram, mas foram novamente aldeados em 1731, aldeamento que deu origem à cidade de Jaicós; Cajueiro, com os Tremembé, localizado na ilha de Cajueiro, no delta do Parnaíba, em 1722; o de Nossa Senhora da Conceição do Ó,

---

<sup>29</sup> Sebastião José de Carvalho e Melo, o marquês de Pombal, foi ministro de Dom José I entre 1750 e 1777.

com os Aroases, fundado em 1740, e que deu origem à cidade de Aroases; o de Nossa Senhora do Desterro, novamente com os Tremembé, fundado em 1742, no lugar Rancho dos Patos, onde, nos dias atuais, situa-se a cidade de Castelo do Piauí; o aldeamento de Guaribas, localizado no sítio de mesmo nome, no sertão de Parnaguá, fundado em 1744, com 2.051 Gueguê, que sublevaram em 1747, matando o missionário e mais 60 pessoas e fugindo para as matas; por fim, o aldeamento de São Félix da Boa Vista, com os Acoroá, Timbira e Aranhis, fundado às margens do rio Balsas, região que, à época, pertencia à jurisdição do Piauí, trata-se, atualmente, da cidade de Balsas, no Maranhão, em 1751 (MIRANDA, 2004, p. 26-27).

Em 1759, já vigorando o *Diretório dos índios*, de 1758, existia no Piauí apenas o aldeamento de Nossa Senhora das Mercês, localizado no lugar Cajueiro, em 1731, onde estavam agrupados os índios Jaicó. Com o desaparecimento dos indígenas, surgiu um povoado, mas Jaicós tornou-se vila apenas em 1832 (KNOX, 1986).

Os aldeamentos que surgiram e continuaram no período pombalino foram:

1) São João de Sende, fundado em 1765, com 434 índios Gueguê; localizava-se a oito léguas ao Norte de Oeiras. O primeiro diretor do aldeamento foi Manoel Alves de Araújo e, posteriormente, João do Rego Castelo Branco. Destaque-se que, entre 1772 e 1776, foi diretor o seu filho, Antonio do Rego Castelo Branco. No local do antigo aldeamento, está localizado hoje um povoado do mesmo nome que pertence ao município de Tanque do Piauí.

2) Aldeamento de São Gonçalo do Amarante, localizado na região central da capitania, fundado em 1772 com 1.237 Acoroá. Inicialmente, através de um acordo entre o governador Gonçalo Lourenço Botelho de Castro e o tenente coronel João do Rego Castelo Branco, foi cogitada a possibilidade de o aldeamento ser localizado em uma mata da região do rio Poti (MIRANDA, 2004, p. 29-31). Posteriormente, optou-se por um local às margens do riacho Mulato. Para tal decisão, teve grande peso a fertilidade das terras e a segurança, pois, em caso de fuga, devido à proximidade do aldeamento de São João de Sende, poderiam contar com o auxílio dos índios de lá. O aldeamento de São Gonçalo do Amarante deu origem ao atual município de Regeneração (Ibid., p. 31-32).

Nenhum dos aldeamentos instalados no Piauí foi elevado à categoria de vila, como era definido pelo *Diretório dos índios de 1758*; fato que se concretizou em outras capitanias, conforme ocorreu na de Pernambuco. Por outro lado, contrariando a política vigente, apenas as antigas freguesias foram elevadas à categoria de vilas. Acredita-se que os aldeamentos não preenchiam os requisitos necessários, com número suficiente de índios, para que fossem transformados em vilas.

Foi somente pelo Decreto de 6 de julho de 1832 que foram criadas as vilas de São Gonçalo do Amarante e de Jaicós, as quais tiveram origem histórica nos aldeamentos indígenas. De acordo com Miridan Knox, o progresso da povoação desta região deveu-se à localização geográfica: meio da Província, ponto de ligação do Norte litorâneo, com o Leste, centro político-administrativo, e o Sul, quase despovoado. Caracterizava importante porto fluvial, na confluência dos rios Canindé e Parnaíba, local em que chegavam vapores com produtos de Portugal, Maranhão, Pernambuco, e que, ao subir o Canindé, iam até a capital (KNOX, 1986, p. 14-15).

Assinale-se que, nesses aldeamentos, os povos indígenas exerciam atividades diversas. Aprendiam a praticar a agricultura, desenvolviam atividades domésticas e, principalmente, eram utilizados como soldados nas expedições posteriores.

Por sua vez, a Coroa agia através de agentes como João do Rego Castelo Branco, que, logo após a implantação da capitania, ganhou destaque como o grande capitão da conquista. Ele combateu os Gueguê, Acoroá, Timbira e Pimenteira, e recebeu todas as honrarias possíveis em sua época. Desde 1750, João do Rego já tinha ingressado na carreira militar, e, como sargento-mor, vinha prestando serviço no combate ao indígena. À época, foi incumbido da tarefa de cabo, pela Junta de Missões do Maranhão, de uma expedição contra os Timbira, Gueguê e Acoroá, que perturbavam os moradores das ribeiras do Itapecuru e Parnaíba. João Pereira Caldas, primeiro governador da Capitania do Piauí, ordenou, inclusive, que ele fosse louvado perante a Câmara reunida. Foi nomeado tenente-coronel do Regimento de Cavalaria Auxiliar, mas como não tinha remuneração, foi sugerido que ele administrasse uma fazenda do Fisco, no caso a de São Romão. Posteriormente, foi autorizado a ocupar o delta do Parnaíba a fim de defender o Piauí de possível ataque, no período da guerra de Portugal contra França e Espanha. Essa função durou até 1763, período em que a paz foi firmada entre os países.<sup>30</sup>

Anteriormente havia sido nomeado capitão da conquista do gentio pela conquista dos Gueguê. Foi-lhe concedido também o Hábito de Cristo, com cento e vinte mil réis de tença a cada ano, para ele ou para qualquer de seus filhos, caso quisesse renunciar ou repartir a tença. É importante destacar que a comenda era um dos passos para que se obtivesse um reconhecimento formal de *status* de nobre. Entretanto, João do Rego Castelo Branco

---

<sup>30</sup> CARTA de Francisco Xavier de Mendonça Furtado a João Pereira Caldas, datada de 19 de junho de 1761. CAB, p. 28v-29v, código 273.

administrou também os dois principais aldeamentos: São João de Sende e São Gonçalo de Amarante.<sup>31</sup>

Deste modo, João do Rego Castelo Branco também participou da Junta de Governo do Piauí, na qualidade de membro da primeira composição, que teve início em 1775, ficando no cargo até 1779, como portador da mais alta patente militar. Consolidou seu nome como militar, e foi destacado para diversas missões, especialmente após a expulsão dos jesuítas do Brasil. Convém destacar que seus dois filhos também ocuparam cargos importantes; além de comandarem várias entradas, o ajudante Antonio do Rego dirigiu o aldeamento de São João de Sende e depois assumiu o cargo de inspetor da Residência de Nazaré, uma das fazendas do Real Fisco, como também um dos cargos mais rentáveis da capitania. O outro filho, o ajudante Felix do Rego Castelo Branco, dirigiu o aldeamento de São Gonçalo do Amarante. Os diretores eram remunerados com um sexto de tudo o que os índios produziam, além de contarem com farta mão-de-obra para os seus trabalhos particulares (MIRANDA, 2004). O segundo governador foi Gonçalo Lourenço Botelho de Castro, que tomou posse em 1769 e governou até 1774. Durante sua administração, ocorreu a conquista dos Acoroá, em 1771, e, conseqüentemente, a criação do aldeamento de São Gonçalo do Amarante. Durante seu período de governo, ocorreram também vários ataques dos Pimenteiras no Sudeste do Piauí, grupo até então desconhecido na capitania.

É interessante acrescentar que o governador Gonçalo Lourenço Botelho de Castro, em 1774, distribuiu algumas patentes entre os índios Jaicó, Gueguê e Acoroá. Alguns Acoroá, como o capitão João do Rego, o alferes Manoel da Rocha, os sargentos Felix do Rego, Leonardo Tavares e Francisco de Araújo Braga, que receberam patentes, também participaram em 1779 da tropa que combateu os Pimenteiras nas ribeiras do Piauí.<sup>32</sup>

Após a saída de Gonçalo Lourenço Botelho de Castro, assumiu o governo do Piauí uma Junta Trina, instalada em 2 de janeiro de 1775, e perdurou até 1797, com sucessivos participantes. A Junta era composta pelo ouvidor da Comarca, o vereador mais velho da Câmara do Senado de Oeiras, e a mais alta patente militar que residisse na Capital. Participaram da primeira Junta: Dr. Antônio José de Moraes Durão, o vereador Domingos Bezerra de Macedo, depois José Esteves Falcão e o tenente-coronel João do Rego Castelo Branco (COSTA, 1974, p. 182-183).

---

<sup>31</sup> CARTA de Francisco Xavier de Mendonça Furtado ao governador João Pereira Caldas, datada de 01 de maio de 1767. CAB, p. 92v-93, código 273 e CARTA pela Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, datada de 18 de junho de 1770. CAB, p. 6-6v-7, código 009.

<sup>32</sup> DIÁRIO (cópia) dos mais notáveis acontecimentos da guerra aos Pimenteiras, por Antonio do Rego Castelo Branco. Lagoa do Tabuleiro, 30 de julho de 1779.

Antes de presidir a Junta de Governo, em 1771, Antonio José de Moraes Durão tomou posse como ouvidor-geral da Comarca e provedor da Real Fazenda. A administração do ouvidor Durão foi complicada, tendo em vista que, durante o período em que permaneceu no Piauí, teve divergências com várias autoridades, inclusive com o governador Gonçalo Lourenço Botelho de Castro e com João do Rego Castelo Branco. Foi preso em 1777, e remetido à cidade do Maranhão. No ano seguinte, foi conduzido à Corte, mas deixou um importante relato, *Descrição da Capitania de São José do Piauí*, de 1772, que consta de uma série de oito mapas estatísticos, nos quais aparece o número de fogos, almas, fazendas e sítios da cidade de Oeiras e das vilas de Jerumenha, Parnaguá, Valença, Campo Maior, São João da Parnaíba e Marvão, atual Castelo do Piauí (MOTT, 1985).

Desta forma, assumiu João do Amorim Pereira, em dezembro de 1797, e governou até 1799. Foi reconduzido ao governo para administrar a capitania por mais alguns meses, de fevereiro a julho de 1803. Anteriormente, a Capitania foi administrada por um governo interino. Pedro José César de Menezes administrou-a entre 1803 a 1805 (COSTA, 1974, p. 200-201).

Em janeiro de 1806, tomou posse Carlos César Burlamaqui e governou até 1810. De acordo com Pereira da Costa, Burlamaqui prestou relevantes serviços ao Piauí, não obstante seu governo haver terminado de forma conturbada. Cuidou das finanças e fez a arrecadação da dívida pública; abriu novas estradas e caminhos; cuidou da regularidade da administração das fazendas nacionais. Viajou pelo Piauí, esteve, inclusive, na sede da residência do Piauí, Brejo de São João do Piauí, de onde despachou de 30 de agosto a 03 de setembro de 1809.<sup>33</sup>

No século XVIII, na região Sudeste do Piauí, foram encontrados fazendas e sítios. Algumas destas pertenciam à Coroa Portuguesa, mas a maioria pertencia a particulares. Outras eram administradas pelos proprietários; e mais outras, por um administrador ou vaqueiro, posto que a maioria dos proprietários era ausente. Encontrou-se também a presença de agregados e escravos. Observe-se, na Figura 5, a seguir, a Planta do Aldeamento de São Gonçalo do Amarante.

---

<sup>33</sup> CARTA de Carlos Cezar Burlamaqui a José Dias Soares, datada de 30 de agosto de 1809. CAB, p. 64v-65, códice 161.



Figura 5 - Planta do Aldeamento de São Gonçalo do Amarante de autoria de José Pedro César de Menezes. 1809  
Fonte: Arquivo Histórico do Exército. Rio de Janeiro - RJ

## 3 POVOS INDÍGENAS DO SUDESTE DO PIAUÍ

### 3.1 Dados arqueológicos

O fato de a região Sudeste do Piauí, em estudo, localizar-se em uma área onde estão situados dois parques nacionais, com grande quantidade de vestígios arqueológicos, facultou trabalhar-se a possível relação entre a História e a Arqueologia, principalmente quando as fontes históricas não dão conta do processo.

A diversidade ambiental do Sudeste do Piauí tornou possível, na Pré-História, uma intensa ocupação humana, comprovada pela quantidade e diversidade de sítios arqueológicos. De acordo com Gabriela Martin, essa região “corresponde a uma encruzilhada de caminhos, lugar de passo e de união entre as duas bacias Piauí-Maranhão e a depressão do São Francisco”, o que nos ajuda a compreender as longas seqüências nas ocupações pré-históricas e o estabelecimento dos grupos agricultores-ceramistas na região (MARTIN, 2005, p. 216).

O Parque Nacional Serra da Capivara, localizado nessa área, possui diversos sítios com datações que permitem uma cronologia de aproximadamente 100.000 anos, com as estruturas de fogões com carvão, no sítio Toca do Boqueirão da Pedra Furada,<sup>34</sup> a outras com datações que chegam ao período colonial. Pesquisas comprovam tanto a existência de uma população pré-histórica como de uma população nativa, que teve contato com o colonizador. (VALLADAS, 2003).

Trabalhos de prospecção e escavação já realizados na área e no entorno do Parque Nacional Serra da Capivara identificaram vestígios pré-históricos e históricos cuja diversidade abrange um universo que engloba:

- Seixos lascados rudimentares de 60.000 anos no Boqueirão da Pedra Furada;
- Ferramentas líticas elaboradas, como lesmas e pontas de projéteis de 8.000 anos BP do sítio do Pica Pau;
- Peças líticas polidas, como um machado do sítio do Meio, datado de 9.200 +/- 60;
- Uma urna funerária datada do século XVI, na Toca da Baixa dos Caboclos;
- Faiança fina inglesa do século XIX, no sítio de Cima dos Coqueiros;

---

<sup>34</sup> Fonte: Datações por termoluminescência de seixos de quartzo queimados da Toca do Boqueirão da Pedra Furada (Piauí, Nordeste do Brasil). In: FUMDHAMENTOS. Publicação da Fundação Museu do Homem Americano, São Raimundo Nonato-PI, p. 35-41, 2003.

- Estruturas de muros de pedra do período colonial posicionadas no Sítio Histórico da Fazenda Jurubeba e no sítio da Lagoa da Porta.<sup>35</sup>

No que se refere ao período de contato, as pesquisas realizadas até o momento privilegiam o estudo dos sítios que possuem vestígios de cerâmica, e buscam precisar as relações entre agricultores-ceramistas pré-históricos e os grupos indígenas encontrados pelos colonizadores. As pesquisas realizadas no Parque Nacional Serra da Capivara, até o momento, catalogaram mais de 1.000 sítios, sendo que, em 119 deles, foram encontrados vestígios cerâmicos; contudo, apenas 25 possuem datações diversas. A cerâmica encontrada, em sua maioria, é lisa, e algumas foram decoradas por incisão, impressão dos dedos ou com pintura.

Por sua vez, no Parque Nacional Serra das Confusões, existem mais de 100 sítios cadastrados, mas ali ainda não foi realizada nenhuma escavação, apenas prospecções.<sup>36</sup>

Em relação às ocupações dos agricultores-ceramistas na área arqueológica do Parque Nacional Serra da Capivara, já foram realizadas coletas de superfície, sondagens, trincheiras e escavações em alguns sítios arqueológicos, tais como: Limpo Grande, Toca do Gongo I, São Braz, Toca do Pitombi, Toca do Morcego, Toca do Arapuá do Gongo, Toca do Tenente Luiz, Toca do Pinga do Boi. Nos sítios abertos, identificados como Aldeia da Queimada Nova, Barreirinho, Baixão da Serra Nova; e, ainda, trabalhos de salvamentos nos sítios Baixa dos Caboclos, no município de Gervásio de Oliveira, e Cana Brava, em Jurema do Piauí (MARTIN, 1993, p. 216-221).

Dos sítios pesquisados, existem datações para a Aldeia da Queimada Nova, 1.690+/-110 anos BP (GIF 3225); Toca do Pitombi, 420+/-50 anos BP (GIF 6437); Toca do Gongo I, 2.090+/-110 anos BP (GIF 3223); Toca do Pinga do Boi, 3.320+/-60 anos BP (GIF 7607) e 3.010+/-60 anos BP (GIF 7606) e Toca do Morcego, 2.840+/-100 BP (GIF 5404). Para o sítio Toca da Baixa dos Caboclos, existe a datação de urna funerária de 230+/-50 BP (Beta 115612) e outra de 340+/-40 BP (Beta 113112); para o sítio São Braz, uma urna funerária de 880+/- BP (Beta 116929); no sítio Cana Brava, foi realizada a datação de uma urna funerária de 790+/-50 BP (Beta 106389); e, no sítio do Tenente Luiz, a datação de um esqueleto de 920+/- 35 (Ua 23386).<sup>37</sup> Tais pesquisas arqueológicas fornecem dados que poderiam ser utilizados em pesquisas sobre os povos indígenas.

Na concepção de Silvia Maranca, que dirigiu vários trabalhos sobre os agricultores-ceramistas do Sudeste do Piauí, os primeiros ceramistas apareceram na região por volta de

<sup>35</sup> Fonte: Arquivo FUMDHAM: Fundação Museu do Homem Americano. São Raimundo Nonato-PI.

<sup>36</sup> Fonte: IPHAN: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Escritório Técnico I. São Raimundo Nonato-PI.

<sup>37</sup> Fonte: Arquivo FUMDHAM. São Raimundo Nonato-PI.

3.000 anos BP e podem ser acompanhados até 420 anos BP. Os dados obtidos sobre os sítios são os seguintes:

- No caso Aldeia da Queimada Nova, apresenta grande quantidade de material arqueológico em manchas de terra preta, relacionados a fundo de cabanas; as aldeias identificadas são grandes e circulares, possuindo aproximadamente onze casas de forma elíptica dispostas no perímetro do círculo. O tamanho das casas varia entre 20m e 12m; por fora das casas se encontravam as fogueiras estruturadas, constituídas por pedras de trempe. No interior do círculo, estavam duas ou quatro casas menores, que provavelmente estavam relacionadas a cerimônias (MARANCA, 1991, p. 95-97).
- O sítio Barreirinho não estava bem preservado, no local foram localizadas três manchas com concentração de vestígios arqueológicos e foi possível definir aproximadamente suas formas (OLIVEIRA, 2000, p. 132).
- No sítio Cana Brava, não houve escavação em grande superfície e não foi possível perceber o formato da aldeia nem manchas; o solo daquela área estava totalmente alterado, devido ao uso de arados e tratores (CASTRO, 1999, p. 40).

Nas aldeias citadas, além de cerâmica utilitária, foram encontrados utensílios diversos, como, por exemplo: lítico, tanto de pedra lascada como polida; cachimbos e urnas funerárias. A cerâmica apresenta forma de decoração já descrita por outros pesquisadores: corrugada, escovada, ungulada, incisa e pintada. Em relação ao material lítico, foi localizada grande quantidade de lascas não retocadas, raspadores, lascas retocadas e facas, como também machados polidos, tembetás e discos perfurados (Ibid., p. 95).

Nas afirmações de Cláudia Alves, muitos povoados e vilas da região foram instalados em áreas de antigas aldeias indígenas (OLIVEIRA, 2002, p. 171-188). Na área do Parque Nacional Serra da Capivara, podem ser destacados os sítios Aldeia da Queimada Nova, Barreirinho, Cana Brava e São Brás, que podem ter sido aldeias utilizadas pelos grupos indígenas no período colonial.

Foram encontrados enterramentos, tanto em urnas funerárias como diretamente na terra. No sítio Toca do Gongo I, foram localizados quatro sepultamentos primários, enterrados em fossas na terra, e dois secundários, em urnas funerárias. No sítio Toca da Baixa dos Caboclos, que é um abrigo situado no município de Gervásio de Oliveira, foram localizadas nove urnas funerárias, sendo que em uma delas foram identificados restos de uma criança de baixa idade, com o corpo bem conservado, em estado de mumificação natural, com o cabelo e algumas unhas. De um lado da urna, formando o enxoval funerário, havia duas flechas

confeccionadas de madeira e um pequeno galho com uma corda trançada de fibra vegetal, amarrado nas duas pontas, formando o arco. Todas as urnas funerárias eram decoradas (GUIDON; VERGNE; VIDAL, 1998, p. 127-144); portanto os hábitos funerários dessa população eram elaborados, e apontam para uma diversificação que, conforme Silvia Maranca, pode-se atribuir tanto ao reflexo de uma diferença cultural ou vê-la como resultado de uma evolução cultural (MARANCA, 1991, p. 95).

Ressalte-se que nos sítios de abrigos com cerâmica, caso da Toca da Baixa dos Caboclos, Toca do Tenente Luiz e Toca do Pitombi, o material analisado possui uma datação contemporânea ao período de contato.

Deste modo, pode-se inferir que grupos humanos utilizaram a região Sudeste do Piauí de forma contínua, não obstante as pesquisas apresentarem lacunas cronológicas; e, ainda, que a grande variedade de vestígios da cultura material na área dos parques aponta para uma diversidade de grupos étnicos na região, desde a Pré-História. A não valorização dessa diversidade, que muitas vezes aparece nos relatos de cronistas e na documentação oficial, teria sido utilizada como estratégia de dominação pelo colonizador; e seria também produto de desinteresse dos portugueses por uma cultura que desconheciam, e que em nada interessava a seu projeto colonizador.

Segundo Ricardo Pinto Medeiros, essa diversidade cultural dos povos indígenas do sertão teria sido encoberta.

Com relação ao conhecimento a respeito desta diversidade cultural, o que pudemos perceber foi que o número de informações etnográficas fornecidas pelos cronistas e pela documentação burocrática oficial é bastante reduzido, o que gera confusões. A divisão dos povos indígenas do sertão nordestino em três grandes grupos culturais, Cariri, Tarairiu e Jê, foi baseada em grande parte em escasso material lingüístico existente, e nos relatos dos cronistas do período colonial (MEDEIROS, 2000).

Pode-se afirmar que a região foi ocupada por grupos humanos desde o pleistoceno superior, a partir de 100.000 anos antes do presente, e que esses povos conseguiram adaptar-se a um meio ambiente que também sofreu modificações. A permanência desses povos pode ser comprovada pelas colunas estratigráficas das escavações, pelas datações obtidas, pela evolução da indústria lítica e pela chegada dos agricultores-ceramistas, por volta de 3.000 anos BP. Contudo, apesar de as pesquisas arqueológicas demonstrarem que os povos indígenas que habitam o continente sul-americano descendem de populações pré-históricas – que no sertão nordestino já havia povos milenares (NEVES apud SILVA, 1995) – no caso do Sudeste do Piauí, não se pode afirmar que os povos pré-históricos eram os mesmos que tiveram contato com o colonizador, embora tudo indique que, no caso dos ceramistas situados

em aldeias, estes seriam os ancestrais de populações depois contatadas pelo invasor europeu; pois, se possuíam recursos e formaram aldeias, não tinham motivo para abandonar a área sem pressão de outros grupos indígenas e posteriormente dos europeus. Neste contexto, observe-se, na Figura 6, a seguir, a cópia do quadro com as datações do Parque Nacional Serra da Capivara de Leandro Silva; e, na Figura 7, seguinte, a distribuição espacial da Aldeia da Queimada Nova.

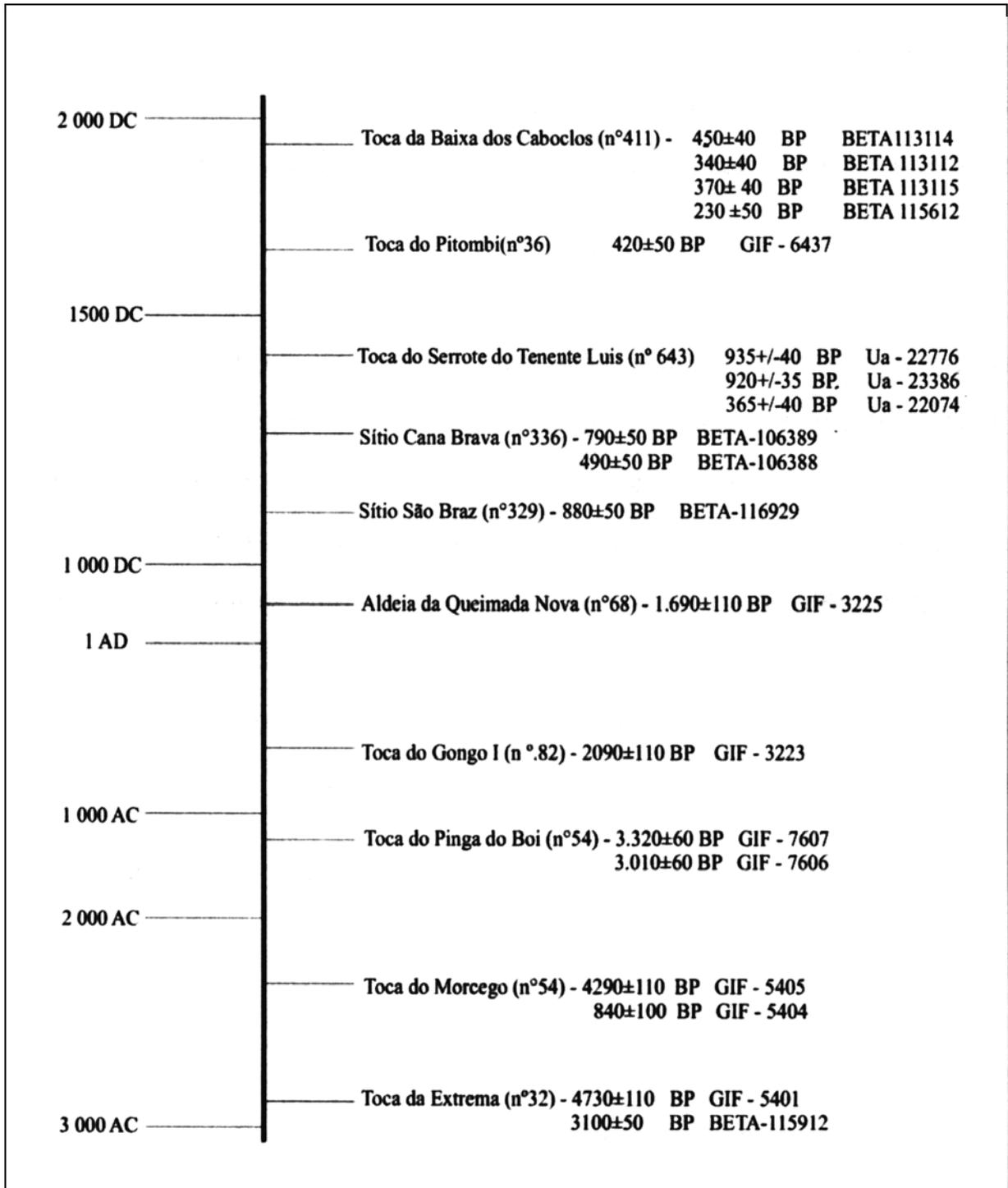


Figura 06 - Cópia da quadro com as datações dos vestígios cerâmicos da área do Parque Nacional Serra da Capivara  
 Fonte: SILVA, Leandro Surya de Oliveira. **Permanência e continuidade** grupos ceramistas pré-históricos na área do Parque Nacional Serra da Capivara - Piauí. 2006. Dissertação (Mestrado em Arqueologia e Conservação de Patrimônio). Universidade Federal de Pernambuco, p. 16

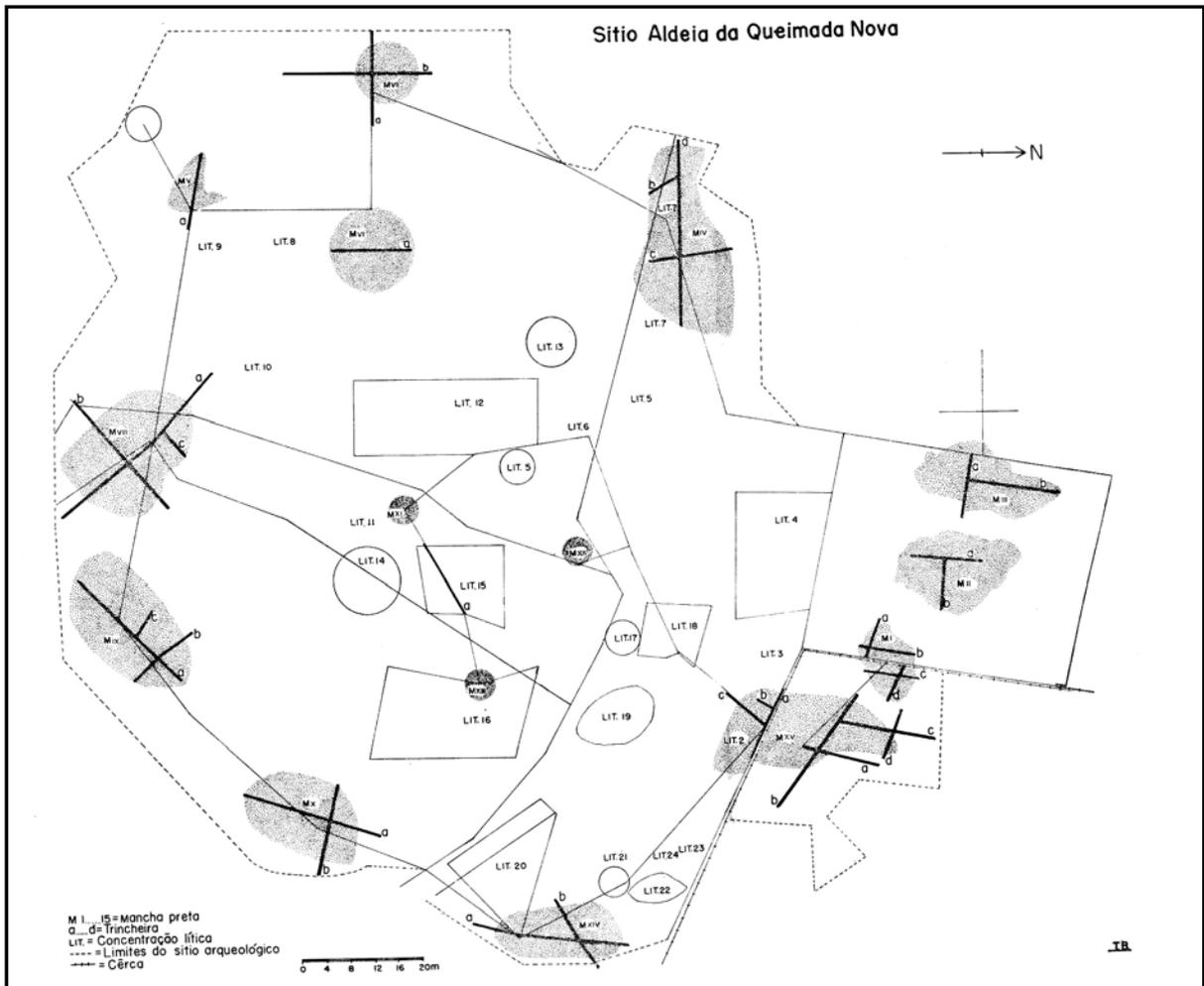


Figura 07- Distribuição espacial da aldeia da Queimada Nova.

Fonte: MARANCA, Silvia "Estudo do Sítio Aldeia da Queimada Nova Estado do Piauí". Coleção Museu Paulista. Série Arqueologia. Vol. 3, Edição do Fundo de Pesquisas do Museu da USP, São Paulo, 1976.

### 3.2 Povos indígenas do Sudeste do Piauí

Na pesquisa, procurou-se trabalhar em uma área que abrange desde o sertão do rio São Francisco, incluindo regiões localizadas, nos dias atuais, no Estado da Bahia, Norte de Tocantins-Goiás, Leste do Maranhão e Sudeste do Piauí. Sob este aspecto, buscou-se identificar e localizar os povos citados nos relatos, e também pela documentação dos arquivos em regiões próximas ao Sudeste do Piauí, ou que, no período colonial, pudessem ter participado de movimentos migratórios, e fugido das frentes pastoris que avançavam pela região do São Francisco, buscando refúgio na Capitania do Piauí. De certa maneira, não se trabalhou com a hipótese de haver índios puramente piauienses, posto que a relação com o espaço geográfico no período colonial ia muito além do que é atualmente o Estado do Piauí.

Torna-se de difícil acesso quantificar bem e localizar geograficamente os grupos que viveram na região, pois as migrações em busca de terras férteis e devido às guerras eram constantes. É extensa a variação de grafias e quantificação dos grupos, que variam muito de autor para autor (BATISTA, 1994; CARVALHO apud ENNES, 1938).<sup>38</sup>

Os povos indígenas do Sudeste do Piauí foram citados em alguns relatos de cronistas e viajantes dos séculos XVIII e XIX. Neste sentido, os relatos são escassos; desta forma, para o século XVII, pode-se contar com Pe Miguel de Carvalho; para o século XVIII, o relato deixado pelo ouvidor Antonio José de Moraes Durão; e para o século XIX, as publicações de Von Spix e Von Martius, de George Gardner e Alcide d'Orbigny (CARVALHO apud ENNES, 1938; MOTT, 1985; MARTIUS e SPIX, 1968; GARDNER, 1975; ORBIGNY, 1976).

Os relatos e os documentos que fazem referência à região mencionam os Acoroá, Acumê, Amoipira, Araiê, Coripó, Gueguê, Jaicó, Kamakã, Okren, Prassaniú, Tapacua, Tamanquim, Xerente, Xikriabá, além dos Pimenteira, grupo mais citado na documentação.

Por outro lado, a primeira visão transmitida pelos cronistas e viajantes do período colonial revela uma separação cultural e lingüística entre os índios Tupi, relacionados ao litoral; e Tapuias, relacionados ao interior. Atualmente, os estudos têm destacado a existência de quatro grandes grupos lingüísticos no território brasileiro: Tupi, Jê, Arawak e Karib. Entretanto, a definição que generalizava os povos indígenas em Tupi/Tapuia está

---

<sup>38</sup> João Gabriel Baptista trabalha com um total de 4 etnias, divididas em 211 tribos, distribuídas pelo Piauí entre os séculos XVIII e XIX. Já o documento do Pe. Miguel de Carvalho enumera 36 tribos no Piauí em 1697.

definitivamente superada e atualmente se busca trabalhar com a diversidade do sertão (MEDEIROS, 2000).

Na pesquisa realizada, quase todas as etnias identificadas, que provavelmente habitaram por um determinado momento ou utilizaram a região Sudeste como local de passagem, pertencem ao troco Macro-Jê, com exceção dos Amoipira, povo Tupi. Já os Pimenteira foram considerados por alguns autores como da família Karib (PINTO, 1935; 1938, p. 112). Esses povos foram localizados por autores diversos e pela documentação pesquisada, em uma área entre o Centro-Sul do Piauí, Leste do Maranhão, Oeste da Bahia e Norte de Goiás-Tocantins. Adverte-se que há uma grande variação na grafia dos nomes dos povos indígenas do Sudeste do Piauí.

Os Acumê, também conhecidos como Acumés e Acumes, foram citados somente no documento mais antigo que se refere aos índios do Piauí,<sup>39</sup> segundo o qual eles estavam distribuídos nas cabeceiras do rio Piauí até 1679 (CARVALHO apud ENNES, 1938, p. 388).

Os Araiê, cuja grafia do nome também ocorre como Araiez, Aries, Araês, habitavam nas cabeceiras do rio Piauí.<sup>40</sup> Eles foram também localizados nas margens do rio Parnaíba e em Valença, região central do Piauí, e no Vale do Rio das Mortes, no Sul de Goiás (MIRANDA, 2004, p. 11). Essas duas etnias, Araiê e Acumê, foram citadas somente nesse documento de 1679, na região do rio Piauí, e depois não mais foram localizados nessa região.

Para os Acoroá, foram encontradas as seguintes grafias: Acaroás, Acroá, Akroá, Acaroazes, Acuruás e Acrás. De acordo com Estevão Pinto, são povos Jê e habitaram a região do rio das Balsas, as cabeceiras do Parnaíba e do Tocantins, e os rios São Francisco e Piauí, juntamente com os Gueguê e Jaicó (PINTO, 1938). Por conseguinte, os Acoroá podem ter ocupado, em diferentes épocas, diferentes lugares dos atuais Estados do Piauí, Goiás-Tocantins, Bahia e Maranhão.

À época do contato com o colonizador, os Acoroá habitavam a região que vai do Médio-Tocantins, próximo aos arraiais de Natividade, Carmo e São José do Duro; o Maranhão, nas nascentes do rio Balsas e serras do Sul maranhense; a Bahia, no vale do São Francisco, e o atual Estado do Piauí, nas nascentes dos rios Parnaíba, Gurguéia e Uruçuí Preto (Ibid., p. 17).

Em 1741, foram registradas queixas dos moradores de Natividade, Arraias, Terras Novas e Paraná, em Goiás, contra os ataques dos Acoroá. Em 1749, foram aldeados pelos

---

<sup>39</sup> Descrição do sertão do Piauí remetida ao Ilm<sup>o</sup> e Rm<sup>o</sup> Sr<sup>o</sup> Frei Francisco de Lima Bispo de Pernambuco por Pe. Miguel de Carvalho, datada de Piauí, 02 de março de 1697.

<sup>40</sup> Id. ibid.

jesuítas, na região de Duro, no atual Estado de Tocantins cerca de 600 deles. Quando o aldeamento passou a ser administrado por militares, os mesmos se rebelaram e fugiram. Foram massacrados, e, entre 1773 ou 1774, revoltaram-se mais uma vez e foram mortos; foram, então, substituídos no aldeamento pelos Javaê e Carajá (Id. *ibid.*).

Na Capitania do Piauí, vários documentos indicam a presença da etnia Acoroá, ocupando o rio Grande, rio Preto e a lagoa de Parnaguá, no Sul do Piauí, desde os séculos XVII e XVIII. A partir de 1692, são combatidos por Francisco Dias d'Ávila, quando ocupavam a lagoa de Parnaguá. No século XVII, viveram em Parnaguá, em um aldeamento dirigido pelos jesuítas, o qual deu origem àquela vila. Foram sempre referidos pelos cronistas como uma nação numerosa; apesar de estarem relacionados ao Médio-Parnaíba, eles passavam a maior parte do tempo fora do território do Piauí (MIRANDA, 2003).

Assinale-se que a conquista dos Acoroá, na Capitania do Piauí, teve início em 1771, com uma tropa comandada por João do Rego Castelo Branco (MIRANDA, 2004, p. 29). Os Acoroá viveram também na região Centro-Sul do Piauí e foram aldeados em 1772 em São Gonçalo do Amarante, nas cabeceiras do rio Mulato, próximo ao município de Oeiras. Por duas vezes, em 1773, vários índios fugiram de São Gonçalo do Amarante. Em janeiro de 1773, ocorreu uma grande fuga dos Acoroá do aldeamento; e, em abril, uma nova leva de índios deixa o São Gonçalo do Amarante acompanhando o cacique Bruenque. A repressão à fuga foi de extrema violência, gerando um grande massacre. Nesse período, o aldeamento contava com 1.237 Acoroá; destes, apenas 202 não participaram da fuga; dos que fugiram, cerca de 180 foram capturados; contudo, alguns conseguiram chegar à região do Duro, no atual Estado de Tocantins, onde ainda existiam seus aparentados.<sup>41</sup> Portanto, em 1774, o aldeamento era composto por 380 Acoroá. Em 1779, reuniram-se, lá, os índios Gueguê; e, em 1780, ocorreu uma nova fuga dos Acoroá.<sup>42</sup>

Alcide d'Orbigny, naturalista francês que passou pelo interior do Piauí no século XIX, concede informações sobre os Acoroás, nas quais afirma que estes se subdividiam em duas tribos: a dos Acoroá-mirins, que ainda não haviam sido dominados; e Acoroá-açus, considerados menos rudes e menos belicosos, embora algumas vezes usassem flecha envenenada (ORBIGNY, 1976). Outros autores colocam os Acoroá como parentes dos Gueguê e Tapacuí, no Piauí, e dos Xicriabá, em Goiás. Com isso, afirma-se que o grupo vivia na região do Piauí há muito tempo, pois que somente uma longa permanência em determinado

---

<sup>41</sup> CARTA de Gonçalo Lourenço Botelho de Castro a João do Rego Castelo Branco, datada de 26 de julho de 1774. CAB, p. 93v, código 150.

<sup>42</sup> *Ibid.*, p. 61-62.

território permitiria que se subdividisse em grupos diferentes e circunvizinhos (NUNES, 1975).

Os Amoipira, de acordo com Odilon Nunes, descendiam dos Tupinambá, e, perseguidos pelos Tupinaé, seus inimigos, na metade do século XVII, fugiram para o vale do São Francisco e povoaram todo o interior para o Norte do rio. Depois se deslocaram para a bacia do Parnaíba e povoaram as cabeceiras do Gurguéia e Paraim, no Piauí (Ibid., p. 29). Joaquim Chaves registra a presença dos Amoipira às margens do Gurguéia e do Uruçuí, nos limites do Maranhão e Goiás (CHAVES, 1998, p. 128).

Os Coripó, Caripós ou Karipó, considerados “tapuias nômades”, foram aldeados na ilha de Caripós na missão de Nossa Senhora do Pilar, dirigida pelos franciscanos, no início do século XVII, entre 1702 e 1761 (BARBOSA, 1991, p. 80).

Alguns autores localizam os Coripó nas proximidades de Juazeiro e Petrolina e na desembocadura do rio Salitre (DANTAS apud CUNHA, 1992, p.432).

De acordo com pesquisa realizada na documentação do *Projeto Resgate - Capitania do Piauí*, em 1769, moradores da região do rio Piauí testemunharam, para o governo, que os índios habitantes de Pimenteiras, no atual Estado do Piauí, eram uma mistura das etnias Coripó e Prassaniú e já estavam na região há algum tempo.<sup>43</sup>

No mapa de Nimuendaju, os Coripó foram localizados na Bahia em 1746, às margens do rio São Francisco (NIMUENDAJU, 1987).

Os Gueguê são também conhecidos por Goguês, Gogues, Guasguae, Gueguez, Guenges, Goegoe, Gogué, GuêGuê e Guoguê. Trata-se de um grupo Jê. Os primeiros documentos os situam no Morro do Chapéu, na Bahia, de onde foram expulsos pelos vaqueiros da Casa da Torre para a Barra do rio Grande. Atacaram a fazenda Sobrado, de Domingos Afonso Mafrense, mas, acossados e perseguidos, refugiaram-se no Centro-Sul do Piauí, em 1674 (SILVA, 2003). Desse modo, perambulavam pelo território piauiense desde o século XVII. Há referência de sua presença na lagoa de Parnaguá, no rio Grande, no rio Preto, na serras da Gurguéia e do Piauí. Lingüisticamente são considerados parentes dos Acoroá, mas eram inimigos desse grupo.

Os Gueguê foram aldeados em 1720 na Bahia, e, em 1743, estavam em uma missão jesuíta no Maranhão. Já em 1750, a Junta das Missões do Maranhão votou um requerimento dos moradores da ribeira do Itapecuru e do Parnaíba, em que denunciava as mortes e roubos

---

<sup>43</sup> CARTA do governador, Gonçalo Lourenço Botelho de Castro, ao rei D. José, sobre a investigação realizada pelo tenente do Regimento de Cavalaria Auxiliar, Francisco Carvalho, datada de 20 de julho de 1770. Capitania do Piauí, Projeto Resgate, Conselho Ultramarino, doc. 643. CD-ROM.

cometidos pelos Gueguê, Acoroá e Timbira; tal fato causou o despovoamento de diversas fazendas. Os fazendeiros reivindicaram ao governo o direito de organizarem bandeiras (CARVALHO, 2002, p. 2).

Em 1765, os Gueguê foram aldeados na Capitania do Piauí, no aldeamento de São João de Sende. O governador João Pereira Caldas recebeu denúncias de que estavam atacando fazendas no Sul da capitania, e enviou uma tropa sob o comando de João do Rego Castelo Branco, que perseguiu o grupo. Ainda em 1765, muitos foram mortos e 434 sobreviventes foram aldeados. O nome do aldeamento homenageia o santo de mesmo nome do governador João Pereira Caldas – São João de Sende. Em 1766, o aldeamento contava com 337 índios; e, em 1772, contava com apenas 252. Em 1778, os Gueguê de São João de Sende foram transferidos para o aldeamento de São Gonçalo, ficando junto dos Acoroá, seus inimigos, contrariando a legislação vigente, que permitia a reunião de tribos diferentes no mesmo aldeamento, apenas se condicionada à vontade do grupo. Como não era o caso em questão (CUNHA, 1992, p. 119),<sup>44</sup> alguns Gueguê fugiram e outros foram presos e enviados à cidade de São Luís. Alguns deles participaram como soldados na entrada contra os Pimenteira, de 1779. Eram eles: o principal Gonçalo Severino, José Gonçalves e Manoel Tabaquista.<sup>45</sup>

Devido a sua pequena população, foi cogitada algumas vezes a transferência dos índios para outros locais, episódios que geraram revoltas e fugas dos Gueguê, os quais foram também utilizados como soldados nas guerras contra os Acoroá e contra os Pimenteira. O aldeamento foi extinto em 1786 e os Gueguê que restaram foram conduzidos novamente a São Gonçalo do Amarante. (MIRANDA, 2004, p. 27; 62-63).

Alcide d'Orbigny, que viajou pelo Nordeste na primeira metade do século XIX, ao descrever o rio Parnaíba, informa que os brasileiros só conhecem bem o rio até a confluência do rio das Balsas, pois a colonização e as plantações só foram até aquele ponto, sendo que, para além, viviam os nômades Acoroás e Gueguê. De Caxias, no Maranhão, d'Orbigny chegou até o aldeamento de São Gonçalo do Amarante, o qual é descrito como “algumas cabanas miseráveis e uma igreja em ruínas”. Acrescenta ainda que os Gueguê habitavam zonas situadas entre as partes mais a Sudoeste do Parnaíba; e ainda citados ocupando região dos rios Piauí, Gurguéia, Uruçuí, Parnaíba e, na Bahia, do rio Salitre (ORBIGNY, 1976, p. 93). Logo, pode-se concluir que os Gueguê atuavam em um território muito vasto, que

<sup>44</sup> Regimento das Missões de 1686; Carta Régia de 1/2/1701. Cf. PERRONE-MOISÉS, Beatriz. Índios Livres e escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI a XVIII).

<sup>45</sup> DIÁRIO (cópia) dos mais notáveis acontecimentos da guerra aos Pimenteiros, por Antonio do Rego Castelo Branco. Lagoa do Tabuleiro, 30 de julho de 1779.

abrangia os atuais Estados da Bahia, Piauí e Maranhão, e que era um grupo extremamente grande.

No que diz respeito aos Jaicó, cujo nome também é encontrado com as grafias Jeicó, Jaikó e Geicó, foram localizados por Martius em Juazeiro, Bahia, tendo parentesco lingüístico com os Acoroá (SPIX; MARTIUS, 1968, p. 275; 278-279; 291). No Piauí ocuparam a região centro-sul, em especial, Oeiras, São Gonçalo e a região dos rios Canindé e Itaim. Estiveram aldeados no aldeamento Nossa Senhora das Mercês, fundado em 1714, no lugar Cajueiro, atual cidade de Jaicós, Piauí (MIRANDA, 2004, p. 26).

A documentação do Arquivo Público do Piauí faz referência a alguns Jaicó, em 1771, voltando ao aldeamento no Piauí, depois de ficarem durante algum tempo espalhados pelo São Francisco. Em 1774, o governador da Capitania do Piauí, Lourenço Gonçalo Botelho de Castro, em carta para o governador do Grão-Pará e Maranhão, refere-se aos Jaicó da seguinte maneira: “vão continuando sem remédio no seu antigo viver vadiando e furtando” (CARVALHO, 2002, p. 5).

Existe também a possibilidade dos Kamakã que também são citados como Kamakan e Camacães terem chegado à região de São Raimundo Nonato. São também localizados habitando na vertente da Ibiapaba. Praticavam enterramento secundário em urnas de cerâmica (OLIVEIRA, 2002; GUIDON, 1991).

Os Okren e os Tamanquim ou Tamaquiús, segundo Dantas, estiveram durante algum tempo na região de Juazeiro, Petrolina e desembocadura do rio Salitre, de onde muitos grupos foram empurrados para a Capitania do Piauí (DANTAS; SAMPAIO; CARVALHO apud CUNHA, 1992). Os Tamaquim habitavam na região da Ilha do Pontal, entre 1705 e 1783, e foram ali aldeados, no aldeamento de Nossa Senhora dos Remédios, dirigido pelos franciscanos (SILVA, 2003, p. 186).

Quanto aos Tapacuá, foram citados na documentação do Arquivo do Estado do Piauí na região Sul do Estado entre Parnaguá e os rios Gurguéia e Uruçuí.<sup>46</sup> Lingüisticamente o grupo não foi classificado. Era um sub-ramo dos Acoroá, chamados anteriormente de Acoroá-Mirim. Os Tapacuá-Mirim foram localizados no final do século XVIII atacando fazendas na região de Parnaguá e entre os rios Gurguéia e Uruçuí.<sup>47</sup>

<sup>46</sup> CARTA de Manoel Pinheiro Osório e Antonio Gameiro da Cruz ao capitão comandante Aleixo do Amaral, datada de 29 de dezembro de 1793. CAB, p. 11-11v, código 154.

<sup>47</sup> OFÍCIO do governador João do Amorim Pereira ao juiz, vereadores e oficiais da Câmara de Parnaguá, datado de 31 de outubro de 1798. CAB, p. 206v-207-207v, código 156.

Os Xerente foram localizados no Sul do Piauí e Oeste da Bahia.<sup>48</sup> Até 1827, ainda estavam na região de Parnaguá, no extremo sul do Piauí.<sup>49</sup>

Os Xikriabá, de acordo com Ott, ocuparam a região compreendida entre o rio Carinhanha, a fronteira de Goiás e a serra do Gurguéia (OTT, 1958, p, 26). Em 1743, os moradores de Natividade, Carmo, Chapada, Taboca, Almas e Paraná, na Capitania de Goiás, registram ataques dos Xikriabá naquela região. Foram aldeados em São José do Duro, juntamente com os Acoroá (ROCHA, 2001).

Von Martius e Spix, em expedição pela Bahia, Pernambuco, Maranhão e Piauí no século XIX, informam que os Xikriabá formavam uma numerosa tribo que ocupava as regiões entre as nascentes do rio Gurguéia e do rio Grande, afluente do São Francisco, e que, juntamente com os Acoroá, eram perigosos para os tropeiros que viajavam para Goiás pela região de Pilão Arcado (SPIX; MARTIUS, 1968).

Vê-se que existiram concentrações em três áreas distintas: cabeceiras do rio Piauí, correspondente às cidades de Caracol e São Raimundo Nonato; Norte da Bahia, em especial na região que corresponde atualmente às cidades de Juazeiro, Bahia e Petrolina, Pernambuco, e Sul do Piauí, na área correspondente à cidade de Parnaguá.

Dos povos indígenas que podem ter vivido durante algum período na região Sudeste do Piauí, nos dias atuais, de acordo com a FUNAI, apenas existem registros sobre a presença dos Xerente no Estado de Tocantins, e dos Xikriabá em Minas Gerais.<sup>50</sup>

A título de ilustração, observe-se, na Figura 8, a seguir, o Mapa dos Povos Indígenas.

---

<sup>48</sup> OFÍCIO do governador João do Amorim Pereira ao juiz, vereadores e oficiais da Câmara de Parnaguá, datado de 31 de outubro de 1798.

<sup>49</sup> INFORMAÇÃO (cópia) sobre os índios Xerentes e Pimenteira dadas por José da Cunha Lustosa e Domingos Dias Soares ao presidente da Província do Piauí (1827). IHGB, Coleção Instituto Histórico, Estatística de Colonização, lata 178, pasta 49.

<sup>50</sup> FUNAI: Fundação Nacional do Índio. Disponível em: <<http://www.funai.gov.br/mapas/mapa-etnia.htm>>. Acesso em janeiro de 2007.

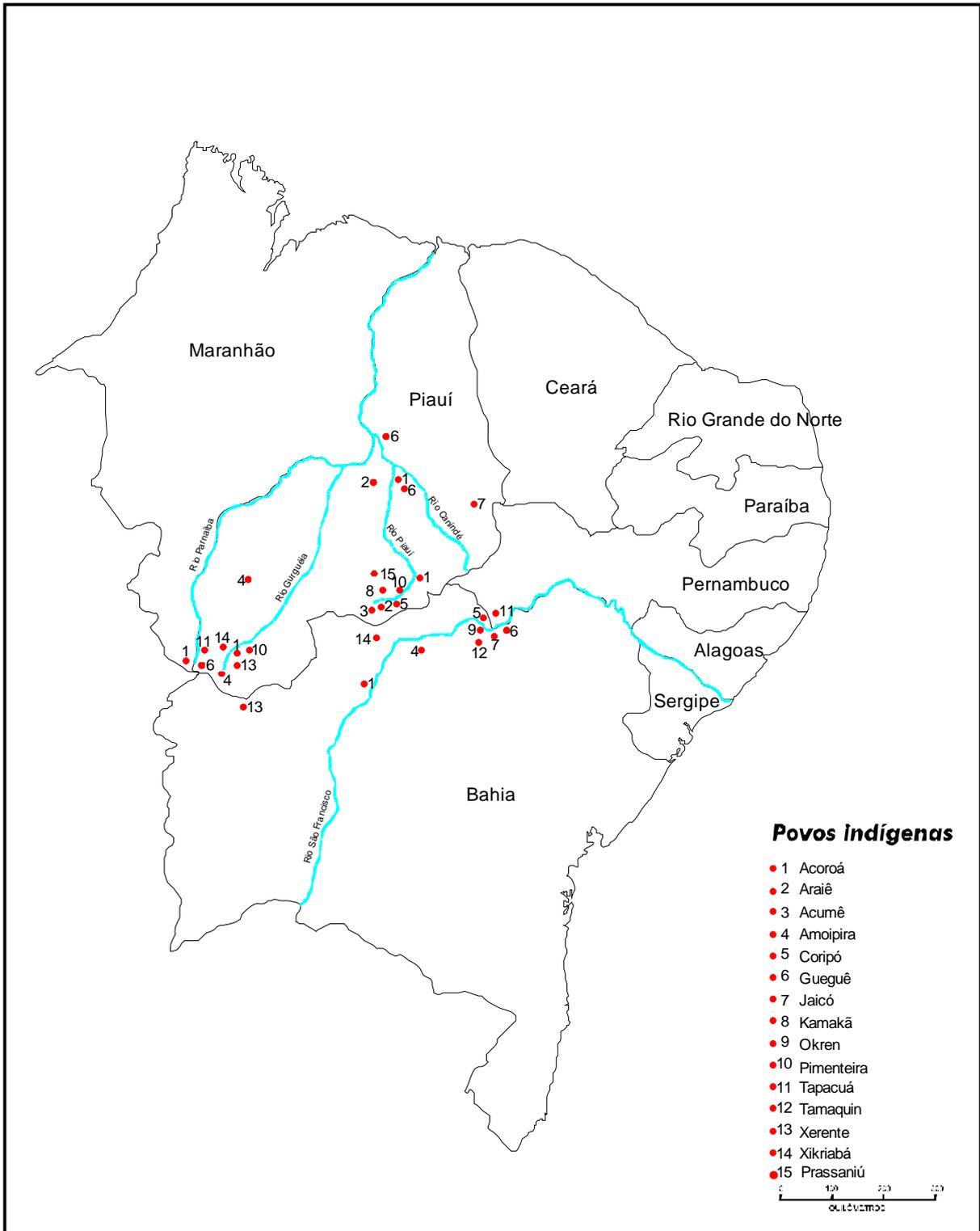


Figura 8 - Mapa dos Povos Indígenas do Sudeste do Piauí

Fonte: IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), com adaptações da autora

### 3.3 Os Pimenteira

A despeito da diversidade de povos indígenas na região Sudeste do atual Estado do Piauí, buscou-se realçar a presença dos Pimenteira, grupo mais citado na documentação do Arquivo Público do Piauí, localizado a partir da segunda metade do século XVIII e em guerra com o colonizador. A mencionada tribo ocupava um vasto território entre o rio São Francisco, alto Piauí e alto Gurguéia, áreas citadas frequentemente na documentação.

A territorialidade dos Pimenteira no período pós-contato é móvel. Acompanhou-se o grupo em determinada época no local denominado Sertão das Pimenteiras, localizado entre os rios Piauí e Gurguéia, sendo que, em outro período, encontravam-se na região da vila de Parnaguá, como também pela região do São Francisco. Era, assim, um grupo que estava em constante movimento e transformação. Buscou-se percorrer os espaços em que se encontravam, em diferentes épocas, para identificar a ocupação territorial destes povos.

Todo o conhecimento sobre os Pimenteira resulta de fontes documentais e de poucas fontes secundárias, nas quais o grupo é localizado por alguns autores em períodos diferentes e ocupando lugares diferenciados.

Estevão Pinto assevera que os Pimenteira são considerados Caraíbas – índios vindos das cabeceiras dos rios Tapajós e do Xingu. Representantes desse grupo foram encontrados às margens dos rios Baurés e no São Miguel, assim como nos sertões de Pernambuco e do Piauí. Acrescenta o autor que são feitas ressalvas à consideração dos povos indígenas do Sudeste do Piauí, denominados Pimenteira, como povos Karib ou Caraíba (PINTO, 1938).

Aires do Casal, em informação de 1817, registra que, desde 1685, os Pimenteira haviam abandonado suas aldeias em Pernambuco, a fim de não acompanharem as bandeiras que faziam guerra aos índios. Afirma ainda que eles já teriam sido domesticados, por viverem com os brancos; e que, pelos anos de 1760, apareceram na parte meridional da Capitania do Piauí. Acrescenta também que, desde esse tempo, os colonos passaram a abandonar as fazendas de gado (CASAL, 1976, p. 291). Tal informação é confirmada por Joaquim Chaves, em seu trabalho “O índio no solo piauiense” (CHAVES, 1998). Em relação a esse episódio, Pereira da Costa acrescenta:

Quiseram servir-se deles nas suas entradas ou bandeiras contra os seus compatriotas, protestaram e negaram-se a isto; e para evitarem a desarmonia e conflitos com os mesmos brancos, abandonaram os seus lares e refugiaram-se no Piauí, onde ficaram conhecidos pelo nome de Pimenteiras (SILVA apud COSTA, 2003, p. 80).

No mapa de Galucio, de 1761 – corrigido e copiado em 1809, com alguns acréscimos por José Pedro Cezar de Menezes – os Pimenteiras aparecem situados entre o rio Piauí e o Estado de Pernambuco. Também seguindo essa mesma tendência, Nimuendaju localizou o grupo no século XVII, em Pernambuco e, entre 1760 a 1850, no Piauí (NIMUENDAJU, 1981). Portanto, a tendência seguida pela maioria dos autores identifica os Pimenteiras como um grupo que migrou de Pernambuco para o Piauí.

Já Ignácio Accioli de Cerqueira e Silva, em publicação para o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1849, ao descrever os Acroás, relata:

Os pequenos restos de semelhantes tribos ainda hoje existem no território de Goiás, na missão do Arieobé, e pertencem a esses mesmos índios os que às vezes vagueiam por aquele interior, conhecidos por Pimenteiras (SILVA, I. 1849, p. 226).

Ainda no século XIX, o *Roteiro do Maranhão a Goiás pela Capitania do Piauí*, cuja autoria é desconhecida, em descrição do Piauí do século XVIII, ao referir-se ao povoamento da Capitania, afirma:

Pelo ângulo esquerdo da mesma base o pequeno sertão, que corre buscando o Rio de S. Francisco, onde ainda existem alguns restos das mesmas nações silvestres, e sem verdadeiramente conhecermos quais elas sejam, as distinguimos pelos índios das Pimenteiras (IHGB, 1900, p. 78).

A maioria dos autores situa o grupo nas seguintes regiões: Sul e Sudeste do Piauí, próximo do alto rio Piauí, e no Sudoeste; fronteira entre os Estados do Piauí, Maranhão e Goiás e na região do rio São Francisco, Noroeste da Bahia (COSTA, 1974). Tendo em vista que o Piauí foi citado por diversos autores como região que formava um corredor de migrações (CHAVES, 1998, p. 126), assim como os Pimenteiras, vários grupos poderiam ter ultrapassado seus limites e buscado refúgio na Capitania do Piauí. Além de oferecer condições geográficas propícias, como as margens dos rios Piauí, Gurguéia e Canindé, a região também teve o seu processo de colonização tardio em relação ao restante do atual Nordeste brasileiro, sendo, portanto, um território propício aos grupos que fugiam do avanço pastoril no São Francisco.

Observe-se na figura 9, a seguir, a reprodução parcial do Mapa Etno-Histórico de Nimuendaju.

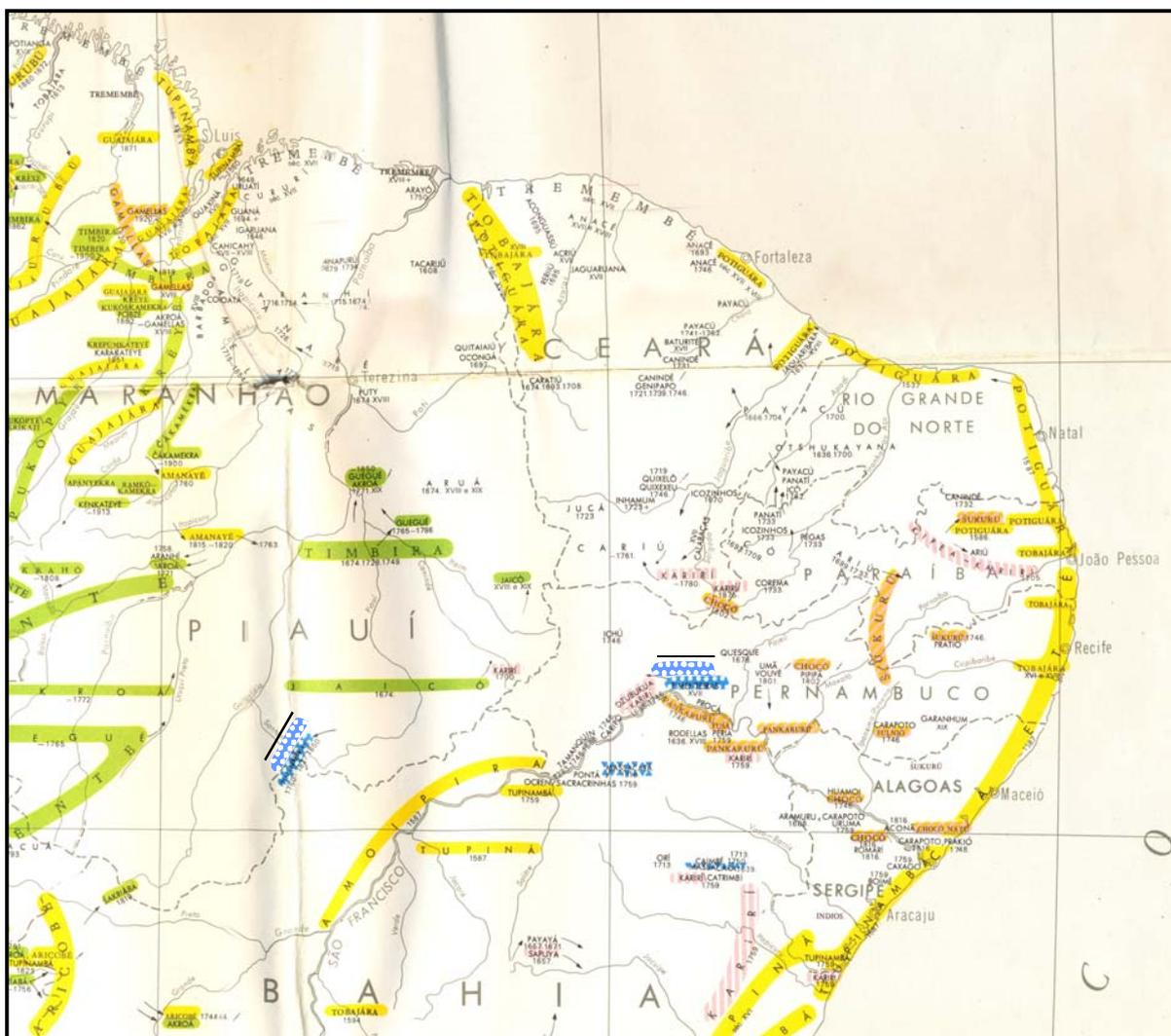


Figura 9 - Reprodução parcial do Mapa Etno-histórico de Nimuendaju.

Fonte: NIMUENDAJU, Curt. **Mapa Etno-histórico**. Rio de Janeiro: IBGE, 1981.

 - Identificação dos Pimenteira

As informações do Arquivo Público do Piauí, diferente dos autores citados, fazem referência ao grupo somente no Piauí e apenas uma vez na região do São Francisco, mas com a possibilidade da junção de grupos provenientes da região do São Francisco para formar uma nova etnia na Capitania do Piauí. Essa parece ser a origem do grupo em estudo na presente Tese.

Em quase todos os mapas do Piauí nos séculos XVIII e XIX, os Pimenteiras aparecem localizados entre os rios Piauí e Gurguéia, o que levou esta pesquisadora a trabalhar com a hipótese de que o grupo foi formado no Sudeste do Piauí, não se constituindo apenas de uma só etnia. Por meio da documentação pesquisada, há a possibilidade de existirem duas etnias, Coripó e Prassaniú, ou mais grupos que fugiram das frentes pastoris que atuavam no século XVII no São Francisco. Aqueles grupos podem ter se juntado, dando origem a uma nova etnia, que se formou no período pós-contato.

As características culturais dos Pimenteiras apontam para um processo de alteração de seus costumes, que pode ser atribuído tanto à influência da cristianização como à de grupos culturais diferentes. Pode ter ocorrido um processo de formação de um novo grupo, com a reinvenção e reelaboração das tradições desses grupos.

O relato de autoria do ouvidor Antonio José de Moraes Durão, *Descrição da Capitania de São José do Piauí, 1772*, ao tratar da vila de Parnaguá, onde o grupo se encontrava naquele período, informa:

À esquerda da Vila de Parnaguá, entre as cabeceiras dos rios Piauí e Curimatá, (há) um Sítio chamado “As Pimenteiras”, que terá, segundo notícia, 30 ou 40 léguas de extensão. No centro do mesmo é constante se acharem aldeados, numerosos índios a quem se dá o mesmo nome do lugar. Muitos anos se conservaram pacíficos, sem sair fora, nem causar dano algum. Porém, de tempos a esta parte, se tem averiguado já ao contrário, matando e fazendo estrago nas fazendas mais próximas. Enquanto porém se buscam os (índios) de fora, indo conquistá-los por força, com excessivos trabalhos dos moradores da Capitania, fintas violentas de cavalos, dinheiro, bois e farinhas, e grande despesa da Real Fazenda, que nenhuma recebem dessas conquistas, mais que novo estrago das fazendas que lhe causa estes nocivos e inúteis habitantes, quando se metem de paz, obrigados da necessidade e que ainda vencidos, sempre vivem com violência, esperando ocasião oportuna para se levantarem, como a experiência tem freqüentes vezes mostrado. Para ser mais útil e menos custoso se domesticassem aqueles, convidando-se mais com suavidade e artifício, que com força, para se evitar irreparável ruína que podem causar, como situados quase no coração da Capitania, descauteladas e com pouca gente para um assalto repentino (MOTT, 1985, p. 117).

O comentário do ouvidor Durão sobre os Pimenteiras vai de encontro aos documentos do Arquivo Público do Piauí, onde a presença do grupo é registrada pela primeira vez em 1769, no momento em que começam a incomodar os moradores da região Sul e Sudeste da capitania. A partir daí, aparecem nos registros, nas falas do governo do Piauí, habitando uma

área que ia da ribeira do Curimatá ao São Francisco; e, em 1773, saindo de suas terras, e aproximando-se das fazendas nas cabeceiras do Piauí. Sucessivamente o grupo passa a ser citado também nas falas dos administradores, dos comandantes, dos religiosos e dos moradores como ameaça, sendo acusados de cometerem insultos e hostilizarem os moradores das cabeceiras do rio Piauí. Em algumas ocasiões, aparecem roubando gado e até matando moradores locais.<sup>51</sup>

No início do mês de janeiro de 1770, o governador Gonçalo Lourenço Botelho escreveu ao capitão Luis Antonio Ribeiro, buscando informações sobre os povos indígenas das ribeiras do Piauí:

Constando-me por informação do Capitão de Dragões Clemente Pereira de Azevedo com as mesmas cartas, que V.M. me escreves os insultos que há pouco tempo veio fazer o gentio aos moradores dessa ribeira do Piauí, o que não só era evidente pela morte sabida de Faustino Pereira, mas pelo desarranjo, e dispersão em que depois disto se puseram as mais pessoas do mesmo Distrito largando as casas, e benefícios das suas fazendas com o justo receio de serem mais vezes insultados; e ultimamente comprometendo-se para procurarem o dito gentio, se eu assim o permitisse. Ao que devendo dar logo a providencia, que se faz inseparável da minha obrigação para sossego, e tranqüilidade dos referidos moradores, e para beneficio comum de toda esta Capitania, devo precisamente ponderar a V.M. o seguinte: Que a falta de conhecimento que há da nação, que veio insultar essa ribeira, e a incompetência do tempo não só embaraçam o poder declarar guerra, mas dispô-la com formas suficiente para o repelir: Nestes Termos, se os moradores da mesma ribeira se quiserem unir, e investigar o gentio com uma tropa segura, e capaz de poder evitar qualquer mau acontecimento, não terei duvida de que façam a entrada que pretendem; por que por meio dela tanto se poderá vir no conhecimento de qual seja a referida nação, como das suas forças; para proporcionadamente se poder combater, quando assim seja necessário. Veja V.M. que pessoa há mais capaz nesse Distrito para comandar a dita tropa; porque está muito na capacidade do Cabo a felicidade da ação. Advirto, que a dita tropa que entrar; não vai positivamente a hostilizar o dito gentio; porque ainda contra ele não está declarada a guerra; vai meramente a investigar como acima fica dito, e poderá apreender algum que possa servir [...]: isto não é dizer, que no caso deles serem acometidos que se não ofendam, mas é a advertir que por nenhum modo devem, como [...] seguir o gentio ofendendo-o e matando-o sem a mais leve opposição; porque isto alem de ser contrario a Lei divina, o é também as ordens de S. Majestade, que expressamente o proíbem e não obstante a morte de Faustino Pereira, e alguns outros insultos, que o mesmo gentio tenha feito nessa ribeira, todo o cuidado do Cabo (se lhe oferecer ocasião oportuna) devem ser acariciados e persuadidos à paz assegurando-lhe, que os brancos são seus amigos e não querem deles mais, que a sua amizade, para assim os poderem conduzir ao Estado daquela felicidade, que eles não podem gozar fora do grêmio da Igreja Católica. Quando aos ditos moradores se dispondo a fazer a referida entrada, dela me avisará V.M. com uma relação da gente, com que a pretendem fazer, para eu julgar da sua capacidade, e fazer as advertências, que me parecerem necessárias a esse respeito: E nesta conformidade poderá V.M. manifestar a todas as pessoas que se incorporarem para a execução deste importante objeto, e a V.M. desejo sempre servir com a melhor vontade.<sup>52</sup>

<sup>51</sup> SUMÁRIO do Ouvidor Geral Luiz José Pereira Freyre a João Pereira Caldas, datado de 21 de julho de 1766.

<sup>52</sup> CARTA do governador Gonçalo Lourenço Botelho de Castro ao capitão Luis Antonio Ribeiro, datada de 12 de janeiro de 1770. CAB, p. 175-175v, códice 147.

Segundo os relatos, o governo somente busca ter conhecimento do grupo após sentir-se incomodado com sua presença. Faz-se importante ressaltar que até então não se tinha nenhuma informação sobre o grupo, nem ao menos o nome destes povos que habitavam o Sudeste do Piauí. As primeiras informações só chegaram através de Francisco Carvalho da Cunha, que, em 1769, entrou na região conhecida como região das Pimenteiras, no Sudeste da capitania, e encontrou uma aldeia já abandonada, onde provavelmente o grupo tenha ficado por algum tempo.<sup>53</sup>

Esse primeiro documento que faz referência a esses povos indígenas em território do Piauí não identifica o nome do grupo, mas o local onde eles se encontravam, pois eram totalmente desconhecidos. Somente depois de algum tempo, o grupo passou a ser denominado *Pimenteiras*, nome do local onde se encontravam na segunda metade do século XVIII. Foi-lhes atribuído, então, o nome do local onde se encontravam e permaneceram por mais tempo.

Observa-se, portanto, pela documentação, que o etnônimo Pimenteira está relacionado ao topônimo Pimenteiras. Os primeiros documentos não citavam o nome do grupo, mas “os gentios das terras denominadas das Pimenteiras”, “nas terras chamadas as Pimenteiras”; e “existirão sempre algumas Aldeias de Índios Silvestres, a que vulgarmente chamam das Pimenteiras”.<sup>54</sup>

No mapa geográfico das capitanias do Grão-Pará, Rio Negro, Maranhão e Piauí, de 1780, no espaço entre os rios Piauí e Gurguéia, aparece o termo “terras não descobertas”, confirmando que, até este período, o autor ignorava a presença dos Pimenteira na região ou o grupo não causava ainda incômodo aos colonizadores. Em outro mapa, sem data, que engloba as capitanias do Pará, Maranhão e Piauí, aparece a etnia Pimenteira, localizada próxima a três lagoas, entre os rios Piauí e Gurguéia.

Uma carta do governador Gonçalo Lourenço Botelho de Castro ao tenente Francisco Carvalho da Cunha, de 1770, faz referência a uma incursão feita pelo destinatário às terras chamadas as Pimenteiras, em 1769. O governador indaga quais os índios que habitavam, quantos eram. Até então não existia nenhuma informação sobre esses povos:

Como soube, que V.M. se resolveu o ano passado a entrar nas terras chamadas as Pimenteiras contíguas dessa ao Distrito dessa freguesia, e me é preciso ter delas notícias, e não menos das nações que ocupam espero que V.M. me informe sobre este [...] com a certeza possível, declarando-me a qualidade de gente que nelas encontrou, nomes das nações forças que possuem e tudo o mais que possa servir de

<sup>53</sup> CARTA do governador, Gonçalo Lourenço Botelho de Castro, ao rei D. José, sobre a investigação realizada pelo tenente do Regimento de Cavalaria Auxiliar, Francisco Carvalho, datada de 20 de julho de 1770.

<sup>54</sup> Ver CARTA pela Secretaria à Sua Majestade, datada de 20 de julho de 1770. CAB, p. 19-19v, código 009 e CARTA de Gonçalo Lourenço Botelho de Castro ao tenente Francisco Carvalho da Cunha, datada de 26 de fevereiro de 1770. CAB, p. 193-193v, código 147.

instrução [...] a qual V.M. me mandará logo por escrito e por pessoa que seja capaz de fielmente entregar nesta secretaria [...].<sup>55</sup>

Assinale-se que, se os Pimenteira ocupavam as terras contíguas à freguesia de Parnaguá e, logo em 1773, o governador Lourenço Botelho, em nova carta ao tenente Francisco Carvalho da Cunha, afirma que eles tinham saído de suas terras e estavam se aproximando das cabeceiras do Piauí, essa terra ocupada pelo grupo indígena poderia corresponder à atual região localizada entre Caracol, São Raimundo Nonato, Parnaguá e o rio São Francisco.

Outras áreas próximas também são citadas, já que o grupo foi visto, antes de 1770, nas proximidades do riacho Conceição, hoje situado no município de Bonfim do Piauí.<sup>56</sup>

Em toda a documentação pesquisada até agora, todas as cartas situam os Pimenteira nessas regiões e, em especial, nas ribeiras e cabeceiras do rio Piauí. Percebe-se a presença do grupo em território do Piauí desde o período anterior a 1769, mas vivendo em paz com os outros moradores. Somente é citado na documentação a partir do período em que começa a incomodar o governo, como no relato do governador da capitania a Sua Majestade:

Nos confins desta Capitania entre as Cabeceiras do Piauí, e o Rio de São Francisco, Sertão inculto, e que parece pela sua aspereza impraticável, existirão sempre algumas Aldeias de Índios Silvestres, a que vulgarmente chamam das Pimenteiras, sem contudo nos haverem feito consideráveis hostilidades [...].

E no dia 7 de dezembro do referido ano, contou-me que haviam assassinado a um dos moradores vizinhos ao dito sertão, fazendo-se no cadáver, casas, e gados aquelas crueldades, que os bárbaros costumam, e que todos os convizinhos se retiravam buscando as fazendas mais povoadas, para se segurarem dos ditos índios, a quem imputavam os referidos insultos, oferecendo-se ao mesmo tempo a irem combatê-los, e se [...] desse licença:

Não devendo [...] sem ordem de V. Majestade, a quem só pertence declarar a guerra, nem supondo nos ditos moradores forças suficientes para ela, pareceu-me devem primeiro mandar proceder às investigações, que manifestam as cópias letra B e C, para com elas informar V. Majestade, que o referido insulto foi feito por índios silvestres, que não há mais que uma probabilidade de serem os das Pimenteiras; que os moradores oferecidos para atacá-los consideradas as dificuldades da retirada não são bastante para os reconhecer; que neste almoxarifado faltam as munições de bala e é necessário mendigar por toda a Capitania as de boca; e logo que sem constranger a mais alguns dos seus moradores, como tudo ponho na Real Presença V. Majestade nessa mesma ocasião sobre a nação Acaroa, sem índios do Maranhão e sem despesa da Real Fazenda de V. Majestade nada posso obrar.<sup>57</sup>

Em outro documento, uma relação de sesmarias do século XVIII, pode-se perceber que as terras conhecidas como *sertão das Pimenteiras* constituem a região onde estão situados

<sup>55</sup> CARTA de Gonçalo Lourenço Botelho de Castro ao tenente Francisco Carvalho da Cunha, datada de 26 de fevereiro de 1770.

<sup>56</sup> CARTA do governador Gonçalo Lourenço Botelho de Castro ao rei D. José sobre a investigação realizada pelo tenente do Regimento de Cavalaria Auxiliar, Francisco Carvalho, datada de 20 de julho de 1770. Capitania do Piauí, Projeto Resgate, Conselho Ultramarino. Doc. 643. CD-ROM.

<sup>57</sup> CARTA pela Secretaria à Sua Majestade, datada de 20 de julho de 1770.

hoje os municípios de Caracol, Anísio de Abreu, Jurema do Piauí, Várzea Branca, Bonfim do Piauí e Guaribas; destaque-se, entretanto, que a Fazenda Formiga deu origem ao atual município de Caracol, confirmando assim a relação do nome com local onde eles estavam habitando.

Formigas - Sertão das Pimenteiras- Data de 3 léguas de comprimento e uma de largura, correndo o comprimento quase de norte a sul a começar do lugar Jurema, riacho da Conceição acima até uma catíngua que divide o terreno requerido de outro chamado lagoa do Cavalo; e a largura quase de poente a nascente, desde o cordão de serras que dividem o Piauí e Gurguéia até as vertentes da águas que correm para o dito Piauí. Concedida em 18 de março de 1787. Para Antonio Pereira da Silva.

Lagoa do Cavalo - Sertão das Pimenteiras. Data de 3 léguas de comprido e uma de largo, correndo o comprimento de norte a sul, fazendo divisão em uma grande caatinga que divide o sítio da Lagoa da Cruz sendo o pião no meio das ditas léguas, e a largura de nascente a poente. Concedida em 5 de julho de 1787. Antonio Pereira da Silva (BRANDÃO JUNIOR, 1920, p. 163-166).<sup>58</sup>

Nos séculos XVIII e XIX, o Sudeste do Piauí era uma área onde existiam muitas lagoas. Alguns autores informam que na região Sudeste do Piauí havia uma chamada Pimenteiras; daí surgiu o nome daquela área e dos povos indígenas que lá habitavam (BASTOS, 1920, p. 162-166). Poderia ser uma lagoa que estava situada no atual município de Caracol.

Um dos documentos mais completos em relação aos Pimenteira é a devassa realizada em 1770, pois, através dos relatos dos moradores das cabeceiras do Piauí, se obtêm importantes informações a respeito do grupo, que, de certa forma, ainda era desconhecido dos próprios moradores. Esse documento é de alta relevância para a história dos povos indígenas do Piauí no período colonial, pois traz o testemunho de diversos moradores daquela região. Resolveu-se, por isso, selecionar os principais pontos destacados no documento.

Assim afirmou uma testemunha da devassa realizada na região:

E perguntando a ele testemunha se sabia que nação era o gentio, disse não saber por ser novato de Portugal estando há só 7 ou 8 meses e ouvir dizer de um moço cujo nome ignora que se chama Coripós.<sup>59</sup>

Acrescentou outra testemunha:

Diz ela testemunha que no princípio desta povoação cabeceiras do Piauí sendo vivo o pai dela testemunha João de Melo pelos vestígios que se achavam de flechas e aiós dizia que era nação Prasanyú que era uma maloca desta mesma nação que se sumiu

<sup>58</sup> Catálogo das sesmarias concedidas a particulares no Piauí, registradas nos livros 1º, 2º, 3º, 4º 3 5º, existentes na Diretoria de Agricultura, Terras, Viação e Obras Públicas, organizado pelo Senador Antonino Freire da Silva quando esteve a frente da mesma repartição.

<sup>59</sup> AUTO da devassa que mandou fazer o juiz Ordinário da Cidade de Oeiras, o tenente de Cavalaria Luiz Pereira Magalhães, sobre o gentio silvestre convezinho da ribeira do Piauí que matou e mutilou Faustino Ferreira e insultou os mais moradores da dita, datado de 20 de julho de 1770.

do rio de São Francisco no tempo das primeiras povoações e que também andava mística com esta outra nação chamada Coripó.<sup>60</sup>

Pascoal de Souza, índio e morador da fazenda Conceição,<sup>61</sup> perguntado sobre qual gentio se tratava, assim descreveu:

No tempo destas povoações que sumira do rio de São Francisco uma maloca de gentio da nação chamada Prasanihú, e que também dos mesmos tempos se ajuntara com esta outra nação chamada Coripó, e que isto que dito tem e sabe porque naquele tempo sendo vivo o pai da mulher com quem é casado ele testemunha por este conhecer os despojos das ditas nações os quais se achavam no tempo destas povoações, o certificar a conhecer as flechas e aiós das ditas nações.<sup>62</sup>

Quanto à testemunha Ana Soares da Rocha, viúva de Agostinho Afonso Sertão, moradora da fazenda Conceição, e que vivia de criar gado, disse que soube, à época, de seu marido, que:

Um índio chamado João de [M...] viu alguns despojos do dito gentio, flechas e aiós. Era uma maloca, tinham se ausentado do rio São Francisco da nação Prasiniú e andavam místicos com outra nação chamada Coripó. Soube dos 2 índios moços mortos na F. Água Verde e que seu cunhado já morto Vidal Afonso Sertão, seguindo, achou os 2 gentios mortos no lugar Tranqueira.<sup>63</sup>

Felipe Carneiro Leão, mestiço, casado, morador na fazenda Conceição, que vivia de criar gado, disse:

Há pouco tempo antes deste sucesso no lugar chamado Tamanduá, 3 léguas da F. Conceição, onde estavam fazendo uma roça ou povoação, havia rastros e vestígios do dito gentio que tinham vindo ao rancho que já estava feito e quebraram potes e panelas que se achavam no dito ranchinho e que apareceu um cavalo flechado. Cita também que soube do caso dos 2 índios e do preto e que sabia que o gentio era de uma maloca que tresmontou do rio de São Francisco e que se chamava Prasaníú e que outra nação que se chama Coripó.<sup>64</sup>

Os Coripó foram citados por autores diversos habitando a região do rio São Francisco desde o século XVII. Eram considerados povos Jê e foram aldeados na ilha de Coripós, na missão de Nossa Senhora do Pilar, pertencente à Santa Maria da Boa Vista, entre o final do

---

<sup>60</sup> AUTO da devassa que mandou fazer o juiz Ordinário da Cidade de Oeiras, o tenente de Cavalaria Luiz Pereira Magalhães, sobre o gentio silvestre convezinho da ribeira do Piauí que matou e mutilou Faustino Ferreira e insultou os mais moradores da dita, datado de 20 de julho de 1770.

<sup>61</sup> Localizada hoje no município de Bonfim do Piauí. Nesta fazenda morava, em 1766, José Leite, irmão do padre jesuíta João de Sampaio, que foi superior na administração das fazendas pertencentes à capela instituída por Domingos Afonso Sertão. De acordo com o documentação, a fazenda, desde o século XVIII, era atacada pelos Pimenteiras. Em 1809, estava abandonada, pois seu proprietário morava nas ribeiras do São Francisco, e serviu como ponto de apoio para a tropa.

<sup>62</sup> AUTO da devassa que mandou fazer o juiz Ordinário da cidade de Oeiras, o tenente de Cavalaria Luiz Pereira Magalhães, sobre o gentio silvestre convezinho da ribeira do Piauí que matou e mutilou Faustino Ferreira, e insultou os mais moradores da dita, datado de 20 de julho de 1770.

<sup>63</sup> Id. *ibid.*

<sup>64</sup> Id. *ibid.*

século XVII e início do XVIII (SILVA, 2003, p. 168); no entanto, uma parte do grupo pode ter migrado para a região do rio Piauí, durante o período de aldeamento.

Na opinião de Bartira Ferraz, os índios rodeleiros viveram como nômades nas planícies margeadas pelo rio São Francisco e pelo Pajeú, sendo aldeados, por volta de 1645, em uma missão jesuítica.

Posteriormente, os brancos quiseram se servir deles nas suas entradas e bandeiras contra seus irmãos, o que causou o abandono dos seus lares e fuga de muitos Tapuias de Rodelas para o Piauí, onde ficaram conhecidos pelo nome de Pimenteiras, evitando assim um conflito com os brancos. Esta emigração ocorreu por volta de 1685 (BARBOSA, 1991, p. 65).

Ainda de acordo com a devassa realizada em 1770, o assassinato de um fazendeiro português, Faustino Ferreira, parece ser o marco que dá início aos conflitos entre os Pimenteira e os moradores locais. Sobre a morte de Faustino, as testemunhas afirmam que os Pimenteira o mataram:

Mutilando-o cruelmente no dia 07 de dezembro de 1769, nove horas do dia, machucando-lhe a cabeça, cortando-lhe um braço esquerdo, havendo outrossim cometido estes outros muitos insultos a este, e cortando-lhe dois dedos da mão direita e uma cutilada pelo ombro abaixo ao pé do espinhaço, com um palmo de comprimento mais ou menos.<sup>65</sup>

De acordo com a documentação é relatado também que, depois, os Pimenteira queimaram três casas de palha, matando e queimando cinco porcos. Também mataram as galinhas e carregaram todo o material de ferro: enxadas, machados ferragem de sela, ferro de ferrar e tudo mais que acharam. Voltaram posteriormente ao local e desenterraram o corpo, tiraram a mortalha e a queimaram.<sup>66</sup>

Por sua vez, as testemunhas afirmaram ainda que o grupo já estava há algum tempo na região, desde quando surgiram as primeiras fazendas. Já tinham ouvido falar deles e sempre viam algum tipo de vestígio. Segundo os relatos, os índios, algumas vezes, também matavam gado, flechavam cavalos e bestas e roubavam animais nas fazendas Conceição e Aldeia.<sup>67</sup> Os Pimenteira também já haviam sido vistos no lugar Tamanduá, atual município de Anísio de Abreu. Em outra ocasião, quatro ou cinco anos que antecederam a morte de Faustino, os moradores haviam encontrado vários ranchos no rumo do poente e “deram em vários com

<sup>65</sup> AUTO da devassa que mandou fazer o juiz Ordinário da cidade de Oeiras, o tenente de Cavalaria Luiz Pereira Magalhães, sobre o gentio silvestre convezinho da ribeira do Piauí que matou e mutilou Faustino Ferreira, e insultou os mais moradores da dita, datado de 20 de julho de 1770.

<sup>66</sup> Id. *ibid.*

<sup>67</sup> A fazenda Aldeia era a última das vertentes do rio Piauí e estava localizada na divisa com a Bahia. Segundo a documentação, em 1769, a fazenda foi atacada pelos Pimenteira e seu proprietário Faustino Pereira foi assassinado. Em 1809, estava abandonada.

paus cortados, e alguns destes ranchos se divulgava coito do dito gentio; pela grandeza dos ranchos e caminhos, demonstra ser muito gentio”. Ressalte-se que vestígios de potes e panelas de cerâmica foram encontrados em diversas ocasiões pelos moradores, que já haviam encontrado vários ranchos dos Pimenteira próximos a uma lagoa, mas não os enfrentaram naquela ocasião, já que eram poucos os moradores para enfrentar os povos indígenas, que eram em maior número.<sup>68</sup>

Participaram da devassa, moradores da fazenda Aldeia, última povoação das vertentes do rio Piauí, onde ocorreu o assassinato do fazendeiro Faustino Pereira, como também moradores das fazendas Almas,<sup>69</sup> Onça,<sup>70</sup> Santo Antonio,<sup>71</sup> Alagoa Verde, São João, Poço, Cavaleiro, São Lourenço,<sup>72</sup> e São Vitor,<sup>73</sup> sendo que, para as duas últimas, fugiu o restante da família de Faustino. Acrescente-se que utilizaram também como testemunha alguns moradores da fazenda Conceição como também negociantes da região do São Francisco que se encontravam no local onde ocorreu a devassa.

Pode-se inferir, pelos depoimentos, que o governo já havia feito uma entrada anteriormente em represália a ataques ocorridos. As testemunhas relatam sobre um ataque que ocorreu na fazenda Tabuleiro Alto, onde mataram um negro. A entrada, afirmaram as testemunhas, parece que foi comandada por um caboclo da Serra da Ibiapaba, chamado capitão Lobo. Os padres da Companhia de Jesus que estavam na região, à época, eram padre Leonardo e padre Manoel Gonzaga. Na ocasião morreu flechado por um soldado índio. Citam também dois soldados índios da cavalaria que foram assassinados pelos indígenas na fazenda Alagoa Verde e no lugar Tranqueira.<sup>74</sup>

---

<sup>68</sup> AUTO da devassa que mandou fazer o juiz Ordinário da cidade de Oeiras, o tenente de Cavalaria Luiz Pereira Magalhães, sobre o gentio silvestre convezinho da ribeira do Piauí que matou e mutilou Faustino Ferreira, e insultou os mais moradores da dita, datado de 20 de julho de 1770.

<sup>69</sup> A fazenda Almas está localizada em Coronel José Dias. De acordo com as fontes, na guerra contra os Pimenteira, serviu como ponto de apoio para a tropa. Teve como proprietário Antonio Pereira da Silva e, para esta fazenda, em 1798, foi mandada uma escolta de 4 soldados para evitar ataque dos Pimenteira.

<sup>70</sup> Está localizada entre os municípios de São Raimundo Nonato e Coronel José Dias, sendo que, no local foi construída a barragem Petrônio Portella. No século XIX, serviu como sede do destacamento e foi abandonada em 1809. O proprietário morava nas ribeiras do São Francisco.

<sup>71</sup> A fazenda Santo Antonio também foi atacada pelos Pimenteira no século XVIII e teve como proprietário Agostinho Paes Landim.

<sup>72</sup> A fazenda São Lourenço deu origem ao município de São Lourenço do Piauí.

<sup>73</sup> Atual povoado São Victor, que pertence ao município de São Raimundo Nonato.

<sup>74</sup> Tranqueira é hoje um povoado que pertence ao município de São Braz do Piauí.

Desde aquele período, alguns moradores já haviam abandonado suas terras, conforme relata um morador que abandonou seu sítio, localizado na fazenda Aldeia, e foi morar em terras da fazenda Onça.<sup>75</sup>

Percebe-se que há algum tempo os moradores já sabiam da existência do grupo e se sentiam incomodados com pequenos ataques dos Pimenteira. Possivelmente as fazendas estavam avançando, e cada vez mais as terras dos índios eram ocupadas pelo gado, o que parece ter sido o principal motivo do conflito entre o grupo e os moradores nesses primeiros encontros.

O grupo, ao que parece, já estava no local há algum tempo, mas, somente após o assassinato de Faustino Pereira, passa a existir para o governo, a partir do momento que passa a incomodar e atrapalhar o processo de ocupação da região. Até então, não se tinha nenhum conhecimento sobre o grupo.

Pode-se também levantar a hipótese de que o novo grupo formado no Sudeste do Piauí surgiu como forma de resistência ao colonizador, tendo fugido da área do rio São Francisco e se unido a outro grupo para dar origem a um novo grupo mais forte.

Provavelmente os Pimenteira, há algum tempo, tivessem sido catequizados pelos jesuítas; por isso, à época, poderiam ser considerados “mansos e domesticados”. Aí pode estar a explicação para, até 1769, não terem feito nenhum ataque às fazendas, mesmo habitando em região próxima.

Há todas as razões para supor que os ditos índios Pimenteiras, foram já no tempo dos proscritos jesuítas mansos e domésticos, porque se lhe tem achado em alguns que se tomaram, imagens esculpidas em pedra que trazem como enfeites, e também porque muitos anos se passaram sem fazerem hostilidades como as que presentemente praticam não deixando pedra sobre pedra. Foram encontradas em antigos ranchos imagens católicas esculpidas em pedra.<sup>76</sup>

Este relato leva a pensar-se que, no período em que supostamente estiveram sob o jugo dos jesuítas, os Pimenteira viviam em harmonia, e não faziam nenhum tipo de ataque aos fazendeiros. Com a expulsão dos jesuítas, na segunda metade do século XVIII, o colonizador dá início ao processo de apropriação das terras ocupadas pelos índios, começando um período de constantes hostilidades.

São poucas as referências aos caracteres físicos ou culturais dos Pimenteira, na documentação e nos relatos dos colonizadores. Na devassa realizada em 1770, nas ribeiras do

<sup>75</sup> AUTO da devassa que mandou fazer o juiz Ordinário da cidade de Oeiras, o tenente de Cavalaria Luiz Pereira Magalhães, sobre o gentio silvestre convezinho da ribeira do Piauí que matou e mutilou Faustino Ferreira, e insultou os mais moradores da dita, datado de 20 de julho de 1770.

<sup>76</sup> OFÍCIO do [governador do Piauí], D. João do Amorim Pereira, ao [secretário de Estado da Marinha e Ultramar], D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre a necessidade de se fazer guerra aos índios Pimenteira. Capitania do Piauí, Projeto Resgate, Arquivo Ultramarino, doc. 1055. CD-ROM.

Piauí, a testemunha Manoel Pereira Soares descreve assim o índio Pimenteira que o atacou: “ser um índio alto e seco do corpo, cabelo muito grande e amarrado até ao pé da cabeça”.<sup>77</sup>

Tal descrição física do Pimenteira é vista novamente em outros documentos.

Para Spix e Martius, os Pimenteira eram:

Dos mais robustos e ágeis índios que até agora nos haviam aparecido, e tinham nos traços da fisionomia, assim como na linguagem muito rica em sons palatinos, uma certa franqueza e energia, que de balde procuramos nos índios aldeados em São Gonçalo do Amarante (SPIX; MARTIUS, 1968).

As referências físicas estão relacionadas à altura, tipo de cabelo e porte físico, prevalecendo a descrição de que eram fortes, característica que parece marcante naquele povo.

Sobre a cultura material e imaterial dos Pimenteira, foram encontradas descrições acerca de tipos e formas de habitações, técnicas agrícolas, armas, conhecimento do uso da cerâmica e do trançado e forma de vestir. Em relação à cultura imaterial, destacam-se as informações sobre cerimônia de casamento. Não obstante tratar-se de relato proveniente de um período em que o contato já se havia dado há bastante tempo, Domingos Dias Soares, filho de José Dias Soares, comandante de inúmeras bandeiras que adentraram o sertão, fornece informações importantes sobre o grupo.

As suas idéias são limitadas e com trabalho colhem algumas insinuações que se lhes faz; toda via reconhecem um Ente Supremo, e entre si guardam Leis e celebram formalidades, como seja a do casamento, que para efetuar se armam duas redes uma em cima da outra, nas quais se deitando se o marido na de baixo, e a mulher na de cima; os pais lhe fazem entregando seus dotes; a saber cabaças, aiós, arcos e flechas, e algumas coisas indispensáveis para o provimento de suas necessidades naturais. Acabado este ato sublime, julgam-se casados com direito um a outro, e morrendo algum dos esposos tem preferência a segundo despozario o cunhado, ou cunhada.<sup>78</sup>

Convém destacar que também foi encontrada a descrição de um ritual de enterramento secundário, realizado pelos Pimenteira, quando, de volta ao local do ataque, desenterram o inimigo, e, utilizando uma mão de pilão, quebraram vários ossos de seu corpo, e deixaram-no ficar exposto ao tempo, para ser comido pelos urubus.<sup>79</sup> Estevão Pinto relata situações em

<sup>77</sup> AUTO da devassa que mandou fazer o juiz Ordinário da cidade de Oeiras, o tenente de Cavalaria Luiz Pereira Magalhães, sobre o gentio silvestre convezinho da ribeira do Piauí que matou e mutilou Faustino Ferreira, e insultou os mais moradores da dita, datado de 20 de julho de 1770.

<sup>78</sup> INFORMAÇÃO (cópia) sobre os índios Xerentes e Pimenteira. Dadas por José Cunha Lustosa e Domingos Dias Soares ao presidente da Província do Piauí. 1827. IHGB, Coleção Instituto Histórico, lata 178, pasta 49.

<sup>79</sup> AUTO da devassa que mandou fazer o juiz Ordinário da cidade de Oeiras, o tenente de Cavalaria Luiz Pereira Magalhães, sobre o gentio silvestre convezinho da ribeira do Piauí que matou e mutilou Faustino Ferreira, e insultou os mais moradores da dita, datado de 20 de julho de 1770.

que os Coroado quebravam os braços e as pernas do defunto para depois o enterrar em urnas funerárias (PINTO, 1935; 1938, p. 313-314).

Foram descritos alguns confrontos em que os índios utilizavam armas de ataque, como este relato feito pelos moradores da região em 1770:

Os acometera o gentio com tão repentino e cruel assalto, dando nele testemunha um índio com uma cacheira de pau na cabeça uma pancada e outra em um ombro [...] o encontraram 3 dias depois o corpo do desenterrado, com a carne do corpo toda comida pelos urubus, e estavam somente os ossos, alguns já [...] uns dos outros, e com uma mão de pilão em cima dos ditos ossos, e outros paus.<sup>80</sup>

Vale enfatizar que, para a composição deste estudo, verificou-se a utilização tanto de armas contundentes como de perfurantes. Deste modo, para combate a distância, eram utilizados o arco e a flecha; e, no ataque mais próximo ao inimigo, utilizavam algumas espécies de bordunas,<sup>81</sup> como a cacheira, supracitada, e a cachaporra.<sup>82</sup> Neste contexto, cita-se também o uso da taquara,<sup>83</sup> instrumento utilizado em em diversas situações de confronto, pelos Pimenteira, quando atacavam o inimigo com *taquaradas*. Tendo em vista que sua utilização está vinculada à confecção de flechas, acredita-se, pelos relatos nos documentos, que sejam ataques de flechas. Foram encontradas flechas grandes com pontas de ferro em uma das aldeias abandonadas. Utilizavam também instrumento cortante; sendo relatado que em determinado ataque cortaram dois dedos e deram uma cutilada pelo ombro abaixo ao pé do espinhaço de uma vítima.<sup>84</sup> Na descrição do sertão do Piauí de Pe. Miguel de Carvalho, feita em 1697, ao descrever os Rodeleiros, existe a referência ao uso do arco, flecha, lança e também da cachaporra (CARVALHO apud ENNES, 1938, p. 371).

Em relação às formas de habitação, Francisco Carvalho da Cunha, que encontrou uma aldeia Pimenteira em 1769, descreveu assim o que viu:

[...] Vestígios que me levaram a uma aldeia despovoada haveria um ano, que a meu parecer poderia ter em si, pelos ranchos que achei 400 almas, mas fazendo alguns juízos acompanhado de alguns prudentes assentamos, que era ramo de aldeia grande aonde não pude chegar; uns dizem que terá 1φ= e tantas almas, outros, que 2φ, isto tudo é pela fantasia, mas as grandes trilhas e roças despovoadas indicam haver o

<sup>80</sup> AUTO da devassa que mandou fazer o juiz Ordinário da cidade de Oeiras, o tenente de Cavalaria Luiz Pereira Magalhães, sobre o gentio silvestre convezinho da ribeira do Piauí que matou e mutilou Faustino Ferreira, e insultou os mais moradores da dita, datado de 20 de julho de 1770.

<sup>81</sup> Geralmente uma arma feita de madeira dura e pesada utilizada como cacete.

<sup>82</sup> Espécie de cacete.

<sup>83</sup> Espécie de gramínea, a maioria com caules ocos, utilizados como canudo para fazer armas e zarabana. Também usados como cerca e lascas para fazer cestas.

<sup>84</sup> Para maiores informações sobre as armas utilizadas pelos povos indígenas da América do Sul, ler CHIARA, Vilma, Armas: bases para uma classificação e MÉTRAUX, Alfred. Armas. In: RIBEIRO, Darcy. Suma Etnológica brasileira. Edição atualizada do *Handbook of South American Indians*. Petrópolis: Vozes/FINEP, 1986. v. 2.

mesmo número. [...] A nação são caboclos, e estes se tratam no sustento com asseio, as casas a imitação de católicos, seus ranchos muito limpos, e em alguns deles achei contas de rezar; instrumentos para a sua lavoura no modo possível, ferro de qualidade nenhuma; vivem muito pobres a meu entender na lei natural [...].<sup>85</sup>

Segundo os registros documentais as moradias das aldeias foram descritas como ranchos ao “modo dos brancos”, sem muitas especificações, apenas informa-se que as casas eram cobertas com cascas de pau e limpas. Na última aldeia encontrada, descreveram ter visto pinturas de mulheres com saias, chiqueiro de porcos de casa, dentre outras coisas que geraram, na tropa, a desconfiança de que os indígenas poderiam fazer comércio com cristãos, devido às ferramentas e flechas de fisga de ferro observadas. Isto confirmava já indícios de que o grupo estava muito descaracterizado, pois sua cultura assimilava elementos dos brancos.<sup>86</sup>

As duas aldeias encontradas foram descritas como grandes: a primeira, encontrada em 1769, de acordo com Francisco Carvalho, abrigara cerca de 400 moradores, e na outra, encontrada em 1779, contaram-se aproximadamente 300 pessoas. Ambas estavam abandonadas. O terreno do lugar foi descrito como do tamanho da praça de Oeiras, limpo; a trincheira, tapada como quintal dos brancos, tinha 56 toras grandes de embiruçu.<sup>87</sup>

Outros tipos de vestígios que os Pimenteiras deixaram pelo caminho foram restos de ranchos e cacos de cerâmica, descritos como panelas. Pelo material encontrado, a tropa sabia há quanto tempo o grupo estivera naquele local. Lamentavelmente não existe nenhuma descrição específica da cerâmica encontrada. Acharam também um machado e um pilão velho. Para Gabriela Martin, a cerâmica e a mão de pilão são indicadores da existência da agricultura em determinada comunidade (MARTIN, 2005, p. 186).

Conforme dito anteriormente, vários relatos destacam o uso do aió, espécie de bolsa de caça trançada com fibras de caroá ou cipó cuja utilização ainda é habitual na região, caracterizando-se aspecto marcante do grupo.

Os Pimenteiras também foram considerados pelos colonizadores como caboclos, no sentido de já terem adotado diversos hábitos e costumes dos católicos, como o modelo das casas e o fato de os colonizadores terem encontrado, nas aldeias, contas de rezar e imagens relacionadas à religião católica. Pela característica da cultura material encontrada, o contato com o branco havia provocado mudanças no grupo, incorporando novos valores e modos de

<sup>85</sup> CARTA do governador, Gonçalo Lourenço Botelho de Castro, ao rei D. José, sobre a investigação realizada pelo tenente do Regimento de Cavalaria Auxiliar, Francisco Carvalho, datada de 20 de julho de 1770.

<sup>86</sup> DIÁRIO (cópia) dos mais notáveis acontecimentos da guerra aos Pimenteiras, por Antonio do Rego Castelo Branco. Lagoa do Tabuleiro, 30 de julho de 1779.

<sup>87</sup> CARTA do tenente Francisco Carvalho da Cunha ao governador Gonçalo Lourenço Botelho de Castro, enviada em 28 de abril de 1769. Capitania do Piauí, Projeto Resgate, Conselho Ultramarino, doc. 643. CD-ROM.

vida. Pode-se afirmar, então, que o grupo já havia passado por um processo de integração, com a incorporação de elementos culturais estranhos aos seus; visíveis no modo de vestir, na construção das casas, na fabricação de armas e em costumes como a domesticação de cachorros, utilizados para proteger a aldeia.<sup>88</sup>

Entretanto, encontraram também vestígios pré-históricos na Serra Grande do Norte, onde os soldados encontraram várias pinturas de tauá (BEAUREPAIRE-ROHAN, 1956),<sup>89</sup> feitas pelo gentio, bem antigas, “pinturas de pássaros, onças, ratos e algumas desonestas”. Mas eles ressaltam que não pertenciam aos Pimenteiras, por serem muito antigas.<sup>90</sup> Portanto, de acordo com o diário de Antonio do Rego, seguindo o roteiro da tropa, pode-se afirmar que os soldados encontraram sítios arqueológicos com pinturas rupestres que podem estar localizadas no Parque Nacional Serra da Capivara<sup>91</sup> ou no Parque Nacional Serra das Confusões.<sup>92</sup>

O relato de Domingos Dias Soares identifica alguns costumes, ao tempo em que fornece dados sobre a cultura dos Pimenteiras:

A sua índole é insensível só com muita moderação e trabalho se a domam aos costumes humanos, por isso que a idéia que eles concebem do rigor e mau trato que até que se tem praticado em suas conquistas eles se refugiam aos matos onde vivem em plena liberdade satisfazendo tão e somente as necessidades naturais e por essa causa fazem suas plantações de legumes de caroço e fazem caçadas em que se sustentam, procurando sempre os terrenos mais férteis, que sem muito trabalho possam cultivar.<sup>93</sup>

Em relação à organização econômica, o grupo praticava a agricultura simples, cultivando alguns produtos, por exemplo, legumes de caroço; como também usavam instrumentos agrícolas feitos de ferro. Aceitavam o sistema de trocas de instrumentos, e machados eram utilizados como barganha pelo colonizador quando queria uma aproximação com o grupo.

Outra descrição constante em vários documentos é que a terra ocupada pelos Pimenteiras, nos últimos tempos, era uma região pobre, seca, que apresentava difícil situação

---

<sup>88</sup> DIÁRIO (cópia) dos mais notáveis acontecimentos da guerra aos Pimenteiras, por Antonio do Rego Castelo Branco. Lagoa do Tabuleiro, 30 de julho de 1779.

<sup>89</sup> Tauá significa peróxido de ferro. É nome comum a todas as pedras argilosas que têm a cor daquele composto químico. Etim., é vocábulo tupi, significando também amarelo.

<sup>90</sup> DIÁRIO (cópia) dos mais notáveis acontecimentos da guerra aos Pimenteiras, por Antonio do Rego Castelo Branco. Lagoa do Tabuleiro, 30 de julho de 1779.

<sup>91</sup> O Parque Nacional Serra da Capivara tem mais de 1110 sítios catalogados, a maioria com pinturas rupestres.

<sup>92</sup> O Parque Nacional Serra das Confusões tem mais de 100 sítios arqueológicos já conhecidos, muitos com pinturas rupestres.

<sup>93</sup> INFORMAÇÃO (cópia) sobre os índios Xerentes e Pimenteiras. Dadas por José Cunha Lustosa e Domingos Dias Soares ao presidente da Província do Piauí. 1827.

de sobrevivência. Essa situação levava o grupo a deslocamentos contínuos, apesar do conhecimento da agricultura. Ao que parece, a sobrevivência do grupo se dava principalmente pela caça; daí morarem sempre próximo a lagoas e em grandes espaços.

Tudo leva a crer que os índios tinham como prática roubar gado das fazendas, como se mostram em alguns relatos: “Neste lugar achamos uma caiçara muito velha que julgamos do gentio para pegar algum gado que ainda não sabemos de quem são esses gados e que mandamos averiguar”.<sup>94</sup> Houve relatos também de roubo de gado nas fazendas Conceição e Aldeia, como também roubo de material de trabalho, principalmente os que eram confeccionados com ferro; como, por exemplo, enxadas, machados, ferragem de sela, ferro, de ferrar e tudo mais que acharam.

Percebe-se nos relatos documentais que a maior preocupação do governo consistia no prejuízo causado pelo abandono das fazendas, pois, durante todo o período de conflito, inúmeras destas eram administradas pelo governo; sob este aspecto, era grande a preocupação com o seu abandono. Tal fato ocorria desde o início dos conflitos em 1770, conforme relata a correspondência entre o governador Gonçalo Lourenço Botelho de Castro e o capitão Luis Antonio Ribeiro:

[...] me escreves os insultos que há pouco tempo veio fazer o gentio aos moradores dessa ribeira do Piauí, o que não só era evidente pela morte sabida de Faustino Pereira, mas pelo desarranjo e dispersão em que depois disto se puseram as mais pessoas do mesmo Distrito largando as casas e benefícios das suas fazendas com receio de serem mais vezes insultados [...].<sup>95</sup>

Em 1782, os moradores das fazendas Conceição e Santo Antonio continuavam ameaçando abandoná-las, caso o governo não organizasse e enviasse uma expedição. Desta forma, em 1809, quando as tropas estavam sob o comando de José Dias Soares, o governo citou que as seguintes fazendas encontravam-se abandonadas: São Lourenço, Caraíbas,<sup>96</sup> São Victor, Onça, Tambor, Vereda, Curimatá, Santo Antonio, Conceição, Sítio da Aldeia, Poço das Ribeiras<sup>97</sup> e São João.<sup>98</sup> Alguns de seus antigos proprietários já moravam na região do São Francisco.

<sup>94</sup> DIÁRIO (cópia) dos mais notáveis acontecimentos da guerra aos Pimenteiras, por Antonio do Rego Castelo Branco. Lagoa do Tabuleiro, 30 de julho de 1779.

<sup>95</sup> ORDEM do governador Gonçalo Lourenço Botelho de Castro ao capitão Luis Antonio Ribeiro, datada de 12 de janeiro de 1770. CAB, p. 175-175v, códice 147.

<sup>96</sup> Localizada no município de Caracol. A fazenda pertenceu a Manoel Dias Soares.

<sup>97</sup> As fazendas Tambor, Vereda, Corimatá e Poço das Pedras estavam localizadas no município de São Raimundo Nonato. Em 1809, estavam abandonadas e os donos moravam nas ribeiras do São Francisco. ORDEM de Carlos Cezar Burlamaqui a José Dias Soares, enviada em 14 de agosto de 1809. CAB, p. 63-63v, códice 161.

<sup>98</sup> São João era a fazenda sede da Real Administração nas ribeiras do rio Piauí.

Os moradores das cabeceiras e ribeiras do Piauí, através de mensagens ao governo, quase sempre remetidas pelo inspetor, por padres ou comandante de tropas, davam ênfase aos insultos, ameaças, como também aos ataques às fazendas, em alguns casos com mortes, cometidos pelos Pimenteira. Os moradores freqüentemente reclamavam de mortes e roubos de animais. Neste contexto, a forma como o grupo indígena aparece na documentação leva a acreditar-se que era uma maneira de justificar o pedido para se fazer a guerra justa. Sabe-se, contudo, que as causas legítimas dessa guerra estão relacionadas à recusa à conversão ou ao impedimento da propagação da fé, à prática de hostilidades contra vassallos e aliados dos portugueses e à quebra de pactos celebrados (PERRONE-MOISÉS apud CUNHA, 1992, p. 115-132). Vale lembrar que o pedido foi feito em várias ocasiões e negado pelo governo.

O fato de as fazendas abrigarem um escasso número de trabalhadores, geralmente três ou quatro, dificultava a defesa dos moradores em caso de ataque. A tática utilizada pelos fazendeiros para receber ajuda do governador era ameaçar que abandonariam as fazendas, sendo que muitas foram abandonadas no decorrer dos séculos XVIII e XIX. Por conseguinte, o grupo era visto por suas ações, que incomodavam os moradores e o governo, conforme relata a correspondência do governador para a Secretaria de Estado dos negócios do Reino em 1770:

E no dia 7 de dezembro do referido ano, contou-me que haviam assassinado a um dos moradores vizinhos ao dito sertão, fazendo-se no cadáver, casas, e gados aquelas crueldades, que os bárbaros e os [...] e que todos os com vizinhos se retiravam buscando as fazendas mais povoadas, para se segurarem dos ditos índios, a quem imputavam os referidos insultos, oferecendo-se ao mesmo tempo a irem combatê-los, e se [...] desse licença.<sup>99</sup>

Assinale-se que as ações estavam relacionadas aos ataques às fazendas; geralmente eles matavam gado e incendiavam as casas, quando os moradores fugiam, conforme a correspondência de 1790, entre a Junta Governativa e Vitor de Barros Rocha, diretor do aldeamento de Cajueiro:

Acontecendo nas cabeceiras do Piauí dar o gentio Pimenteiras na fazenda do Cavaleiro e fazer nela seus costumados estragos matando e flechando gados vacuns e cavalares como cabras carneiros galinhas, e finalmente cachorros pendurando as cabras depois de mortas pelas cercas e deixando fogo na casa da fazenda aonde morreram dois homens dentro dela queimados com tudo quanto estava dentro.<sup>100</sup>

A documentação busca mostrar que a preocupação do governo aumentava à medida que ocorria algum ataque dos índios com morte de algum morador. Em 1781, vivenciava-se

<sup>99</sup> OFÍCIO pela Secretaria a Sua Majestade, datado de 20 de julho de 1770. CAB, p. 19-19v, código 009.

<sup>100</sup> ORDEM de José Pereira da Silva Manoel e Manoel Pinheiro Osório a Vitor de Barros Rocha, datado de 27 de junho de 1790. CAB, p. 81-81v-82, código 152.

um clima de terror; em razão disto, muitos abandonavam as fazendas, quando corria a notícia de que haviam acontecido algumas mortes nas cabeceiras do Piauí, provocadas pelo gentio Pimenteira. Os moradores procuravam se certificar, com mais clareza, acerca da informação para saber quantas foram e como foram feitas.<sup>101</sup>

A situação tornou-se tão grave para o governo e para os moradores, que, em 1791, o governo até sugeriu a necessidade de se extinguir o grupo da região; por outro lado, também poderia significar a intensificação da violência:

Qualquer assalto do gentio feito nessa ribeira e não para passarem a cometê-los nas suas terras, a que V.M.ce assim ficará entendendo como na certeza de que temos dado conta Ilm<sup>o</sup> e Exm<sup>o</sup> General do Estado sobre a necessidade da extinção desse gentílico para o sossego desses moradores e que estamos esperando resolução do mesmo que entendemos espera Sua Majestade, e a mesma V.M.ce desses moradores que hão de ser socorridos.<sup>102</sup>

Percebe-se que o governo da capitania, em um período de 30 anos, constantemente recebeu reclamações dos moradores das ribeiras do Piauí, e atuou de diversas formas. Em algumas ocasiões, lembrando sempre que a guerra ofensiva estava proibida, ele pedia calma aos moradores; em outras, organizava pequenas tropas com participação de moradores locais, ou, ainda, com soldados milicianos da cavalaria auxiliar e de ordenança. Em diversas ocasiões, a tropa contou com a participação de índios dos aldeamentos de Cajueiro, São Gonçalo do Amarante e São João de Sendé.

Somente em 1790, a tropa de Inácio Rodrigues de Miranda capturou os primeiros Pimenteira: eram 11 índios, sendo cinco mulheres e seis crianças.<sup>103</sup>

Convém enfatizar que uma nova devassa contra os Pimenteira foi realizada em 1803, a pedido do governador Pedro César de Menezes. Isso significa que, ainda no início do século XIX, o grupo era considerado um empecilho ao desenvolvimento da região. A justificativa era o despovoamento das ribeiras do Piauí que estava relacionado à violência cometida pelos gentios. O governador afirmou que a metade da ribeira estava despovoada e a outra metade muito mal povoada, e que já haviam perdido 22 fazendas de gado. Mesmo com bandeiras contínuas, ao que parece, o grupo, mesmo já em menor número, ainda causava muito incômodo. Através das declarações dos moradores, pôde-se perceber que muitas fazendas

<sup>101</sup> CARTA de João Ferreira de Carvalho, Manoel Pinheiro Osório e Caetano de Cea Figueredo a Manoel Ribeiro Soares, datada de 10 de novembro de 1781. CAB, p. 138v, código 151.

<sup>102</sup> OFÍCIO de Cristóvão José de Frias Soares Sarmento, Manoel Pinheiro Osório e Antonio Borges Marim ao cabo de Esquadra Manoel Ribeiro Soares, datado de 29 de dezembro de 1791. CAB, p. 2-2v, código 153.

<sup>103</sup> CARTA de Inácio Pereira de Miranda ao Governo interino, datada de 14 de junho de 1790. Capitania do Piauí, Projeto Resgate, Arquivo Ultramarino, doc. 651, CD-ROM.

estavam abandonadas, e os ataques já alcançavam a fazenda Tabuleiro Alto, localizada mais ao Norte da região.

Ainda em 1804, aos Pimenteiras é atribuída toda a violência, conforme se pode ler no seguinte relato:

O gentio tem despovoado as fazendas matando muitas pessoas mais ou menos 20 e tanto forros como cativos e que na maior parte destas fazendas despovoadas o mesmo gentio tem morto todo gado que podem: vacum, cavalares e cabrum; cometendo nas mortes que fazem horrores assassinos, estrangulando a uns e esquartejando a outros e a quase todos decepando as suas partes vergonhosas, incendiando as casas dos habitantes, e matando-os dentro, andando sempre vagando de uma para outra parte nestas cabeceiras do Piauí cometendo estes ataques diariamente [...].<sup>104</sup>

Durante todo esse período, o grupo representava a presa que precisava ser tirada do caminho, e ser exterminada. Eles eram apenas “o gentio [que] continua com os seus insultos, apresando gado”, “estão procedendo com a maior liberdade e sem temor nenhum”; e, “na fazenda Conceição, os índios mataram uma mulher e mataram cinco índios”; e continuam fazendo “seus costumados estragos, matando e flechando gados vacuns e cavalares, como cabras carneiros galinhas, e finalmente cachorros, pendurando as cabras depois de mortas pelas cercas, e deixando fogo na casa da fazenda, onde morreram dois homens dentro dela, queimados com tudo o quanto estava dentro [...].<sup>105</sup>

Observe-se, na Figura 10, a seguir, o Mapa geográfico das capitânicas do Grão-Pará, Rio Negro, Maranhão e Piauí. 1780. E na Figura 11, o Mapa da Capitania do Piauí e parte das capitânicas do Maranhão e do Pará [s.d.].

<sup>104</sup> CARTA do governador do Piauí, Pedro José Cezar de Meneses, ao príncipe regente D. João, sobre o envio da devassa que se tirou às violências cometidas pelo gentio Pimenteiras, datada de 2 de março de 1804. Capitania do Piauí, Projeto Resgate, Arquivo Ultramarino, doc. 1388, CD-ROM.

<sup>105</sup> ORDEM de João Ferreira de Carvalho, Manoel Pinheiro Osório e Caetano de Cea Figueredo a João do Rego Castelo Branco, Manoel Ribeiro Soares e a Manoel Antonio de Torres. CAB, p. 143-143v-151v-152, código 151.



Figura 10: Mapa geográfico das Capitânicas do Grão-Pará, Rio Negro, Maranhão e Piauí, 1780  
 Fonte: Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro - RJ  
 Terras não des cobertas



Figura 11: Mapa da Capitania do Piauí e parte das do Maranhão e do Pará. S/D  
 Fonte: Arquivo Histórico do Exército. Rio de Janeiro - RJ

 Identificação dos Pimenteira

## 4 GUERRA AOS PIMENTEIRA

### 4.1 A guerra sertão adentro

Inicia-se o presente capítulo com a apresentação da carta deixada pela tropa de João do Rego Castelo Branco, em 1779, depois de percorrer, por cerca de três meses, as caatingas do Sudeste do Piauí em busca dos Pimenteira. Ela reflete toda a política colonial em relação aos índios do Brasil: limpar o território através da fuga ou morte dos povos indígenas e utilizar os índios como mão-de-obra nos aldeamentos.

Moradores deste sertão das Pimenteiras

Tenho procurado a vocês por 3 vezes com esta para a paz, que pretendem os brancos ter com vocês e só agora ultimamente os vim a topar em tempo tal que não pudemos conversar coisa alguma sobre a paz, a qual muito desejo e nem reparem vocês as mortes que houveram de parte a parte a que eu não dei causa, antes os meus soldados fazendo-lhes a vocês sinais de paz, vocês leiam este aviso primeiramente, porém de tudo me esqueço, só por querer a sua amizade, e espero que vocês apenas leiam este aviso, vão os que devem a fazenda da Conceição onde deixo gente para logo logo me irem chamar a minha casa onde moro; e por sinal de amigo com esta carta lhes deixo uma espada e duas facas: e no caso, que vocês não queiram a minha amizade, ponham-se prontos com muita flecha, trincheiras novas, e toda qualidade de armas, que vocês souberem manejar porque eu infalivelmente para o ver se, aqui os venho procurar para os amarrar, tomar suas mulheres, e filhos, para os entregar ao meu Governador e ultimamente levar chumbo, e bala, a todos os que não quiserem ser amigos dos brancos; e quando queiram ser nossos amigos, eu os irei arrancar, onde há muita terra, e boa, e há muita gente vermelha; e também tem padre; e o meu Governador dará a vocês toda a qualidade de ferramentas que precisarem, e tudo que vocês quiserem e vejam que isto tudo é verdade.<sup>106</sup>

Alguns autores acrescentam que, a partir da segunda década do século XVIII, não mais se encontraram registros da “guerra dos bárbaros”; havia apenas conflitos isolados ou associados a lutas entre as famílias de colonos. Os conflitos de grande extensão agora estavam envolvendo índios isolados ou “pacificados” (BARROS, 1997; PIRES, 2004), caso dos Pimenteira, que praticamente representavam o último grupo do Piauí em guerra com o colonizador. Na Capitania do Piauí, o período foi marcado por essa guerra, que durou cerca de quarenta anos.

Durante as campanhas contra os Pimenteira, a guerra ofensiva estava proibida, sendo permitida apenas a chamada “guerra justa”. Deste modo, vê-se claramente uma política

<sup>106</sup> DIÁRIO (cópia) dos mais notáveis acontecimentos da guerra aos Pimenteiras, por Antonio do Rego Castelo Branco. Lagoa do Tabuleiro, 30 de julho de 1779.

indigenista totalmente contraditória no final do século XVIII; pois, mesmo em um período no qual a guerra estava proibida, os colonizadores organizaram uma expedição com mais de 100 soldados para percorrer o interior da Capitania do Piauí, em busca dos últimos povos indígenas. De acordo com a legislação vigente, os métodos recomendados eram a persuasão e a brandura, devendo os indígenas ser convencidos a descer espontaneamente, e, ainda mais, os que não quisessem acompanhar a bandeira não podiam ser forçados (PERRONE-MOISÉS, 1992 apud CUNHA, 1992). Partindo desse princípio, João do Rego e seus soldados inicialmente propõem a paz, falam em amizade, para depois mostrarem que havia uma grande distância entre o que dizia a lei e o que se praticava no período colonial: “aqui os venho procurar para os amarrar, tomar suas mulheres e filhos, para os entregar ao meu governador, e ultimamente levar chumbo, e bala, a todos os que não quiserem ser amigos dos brancos”.<sup>107</sup>

Eles pediam apenas a autorização para fazer a guerra defensiva, mas na verdade o governo de Portugal não tomava conhecimento do que realmente ocorria na colônia, na realidade eles praticavam a guerra ofensiva, em nome da qual matavam, destruíam e queimavam aldeias e escravizavam guerreiros, velhos, mulheres e crianças.

Quando foi instalada a Capitania de São José do Piauí, em 1759, a maioria dos grupos indígenas encontrava-se aldeada. João Pereira Caldas, primeiro governador da capitania, pediu permissão para fazer guerra ofensiva aos gentios Gueguê e Acoroá, mas o Conselho Ultramarino desaprovou o pedido e autorizou apenas as diligências particulares ou uma guerra defensiva (NUNES, 1975, p. 192-193). Poucos povos indígenas se encontravam soltos.

A princípio, pôde-se destacar que o motivo para a manutenção da guerra contra os povos indígenas no Sudeste do Piauí, mesmo estando ela proibida durante todo o século XVIII e XIX, era basicamente desocupar ou limpar o território, a fim de que fossem instalados novos currais e assim organizar a manutenção da população que já ocupava aquela região, para que não abandonasse as fazendas, causando prejuízos incalculáveis ao governo. A luta pela terra era o principal elemento mobilizador da guerra aos Pimenteiras. Era por ela que se guerreava e se matava.

A justificativa do governo da Capitania do Piauí para a formação de entradas contra os povos indígenas estava relacionada às queixas dos moradores da região, à necessidade de conhecer melhor a nação Pimenteira e, principalmente, ao abandono das fazendas e casas daquela área, fator que despertava grande preocupação ao governo da capitania. O despovoamento da região era a justificativa constantemente utilizada no período colonial em

---

<sup>107</sup> DIÁRIO (cópia) dos mais notáveis acontecimentos da guerra aos Pimenteiras por Antonio do Rego Castelo Branco. Lagoa do Tabuleiro, 30 de julho de 1779.

relação aos índios do sertão, conforme se revela na patente de capitão-mor de Francisco Dias de Ávila quando na campanha contra os Gueguê na Capitania da Bahia em 1674:

Porquanto a Aldeia dos Guarguaes, que habitam nas terras em que tem seus currais João Peixoto da Silva no rio de São Francisco, e outras de diferentes nações bárbaras ali vizinhas, com quem os moradores daquelas partes tenham amizade, feito por várias vezes pazes, e se tem levantado, e dado muita perda com as hostilidades que tem obrado nos currais faltando a amizade [...] e por parte do Senado da Câmara desta cidade se me representou que se não pusesse remédio a este dano, mandaram seus dono despovoar aqueles campos, e por não terem suas fazendas, e vidas de seus escravos, e curraleiros expostas ao rigor e insolência dos ditos bárbaros [...].<sup>108</sup>

Foram diversas as campanhas punitivas, organizadas contra os Pimenteira; processo que teve início a partir de 1770, logo após os moradores se sentirem incomodados com a presença do grupo que atacava fazendas nas ribeiras do rio Piauí.

Desde 1769, Francisco da Cunha Carvalho tentou o primeiro contato com o grupo, mas não conseguiu. Assim ele descreveu a sua entrada:

Parti em o 28 de abril de 69, seguindo o rumo do nascente, direitura ao rio de São Francisco por um caminho obra da natureza chamado a Vereda do mesmo rio, e na distancia de 22 léguas procurei o norte seguindo outra vereda de matos bastantemente seca com distancia de 09 léguas, e daí tornei a procurar o nascente por achar estradas [...] Não cheguei a ter fala com as nações que ocupam as ditas terras chamadas as Pimenteiras pela grande rigorosidade das secas [...] Terras monstruosas, e muito secas cujas ficam em meio da parte do nascente com o rio de São Francisco e pelo norte com o rio chamado Gurguéia, terras com distancias e dificuldades.<sup>109</sup>

A incursão de Francisco Carvalho da Cunha nos revela as primeiras informações sobre o grupo, como, por exemplo, a localização e algumas características; posto que, até então, eram povos totalmente desconhecidos pelos colonizadores, com os quais não haviam feito nenhum tipo de contato. Logo após esta primeira tentativa, os Pimenteira se mobilizaram e atacaram a fazenda Sítio da Aldeia, assassinaram o proprietário Faustino Pereira e afugentaram os outros moradores.

Segundo as fontes, ainda no ano de 1770, foi feita uma devassa nas margens do rio Piauí, e o governador Gonçalo Lourenço Botelho de Castro pediu que os moradores investigassem o gentio com uma tropa, tanto para ter conhecimento do grupo como para prender algum que pudesse ser utilizado como língua.<sup>110</sup> É interessante destacar que o governo utilizava todos os tipos de artifício para fazer com que a guerra acontecesse, e agia

<sup>108</sup> DOCUMENTOS Históricos da Biblioteca Nacional. Tomo XII, 1929, p. 313-314-315.

<sup>109</sup> CARTA do governador, Gonçalo Lourenço Botelho de Castro, ao rei D. José, sobre a investigação realizada pelo tenente do Regimento de Cavalaria Auxiliar, Francisco Carvalho, datada de 20 de julho de 1770.

<sup>110</sup> Pessoa, geralmente algum indígena, utilizado como tradutor ou intermediário na comunicação entre Pimenteira e colonizadores.

como se não estivesse apoiando, mas facilitava e deixava a responsabilidade para com os moradores, conforme relata o governador nesta carta:

Nestes termos, se os moradores da mesma ribeira se quiserem unir, e investigar o gentio com uma tropa segura, e capaz de poder evitar qualquer mau acontecimento, não terei dúvida de que façam a entrada que pretende; porque por meio dela tanto se poderá vir no conhecimento de qual seja a referida nação, como das suas forças; para proporcionadamente se poder combater.<sup>111</sup>

Desta forma, a partir de 1770, teve início o processo de mobilização dos Pimenteiras, dentro da Capitania do Piauí. Constantemente eles se deslocavam de uma região para outra, ocorrendo também o processo de dispersão dos moradores das fazendas locais. O governo e os moradores locais deixaram bem claro na documentação pesquisada que os povos indígenas já estavam há algum tempo no sertão das Pimenteiras, e que até aquele momento não haviam oferecido nenhum tipo de incômodo. Depois da morte de Faustino Pereira, os moradores ameaçaram abandonar as casas e as fazendas, enquanto outros fugiram para as fazendas mais povoadas em busca de segurança. Segundo os registros documentais, os próprios moradores se comprometiam a fazer a guerra, mas desconheciam totalmente o grupo indígena; as pessoas que iriam participar da força eram poucas e o governo não dispunha de forças para repeli-los, como também faltavam munições de bala. Depois de receber inúmeras queixas e ameaças, autorizou os moradores a fazerem uma entrada, mas apenas para “conhecimento da nação” e com ordem para não “ofender o gentio”:

Advirto, que a dita tropa que entrar; não vai positivamente a hostilizar o dito gentio; porque ainda contra ele não está declarada a guerra; vai meramente a investigar como acima fica dito, e poderá apreender algum que possa servir [...]: isto não é dizer, que no caso deles serem acometidos que se não ofendam, mas é a advertir que por nenhum modo devem, como [...] seguir o gentio ofendendo-o e matando-o sem a mais leve oposição; porque isto além de ser contrario a Lei divina, o é também as ordens de S. Majestade, que expressamente o proíbem e não obstante a morte de Faustino Pereira, e alguns outros insultos, que o mesmo gentio tenha feito nessa ribeira, todo o cuidado do Cabo (se lhe oferecer ocasião oportuna) deve ser acariciados e persuadidos à paz segurando-lhe, que os Brancos são seus amigos e não querem deles mais, que a sua amizade, para assim os poderem conduzir ao Estado daquela felicidade, que eles não podem gozar fora do grêmio da Igreja Católica.<sup>112</sup>

Para essa entrada, que, de acordo com as ordens do governo, parecia inofensiva, os moradores das ribeiras do Piauí, sob o comando de Antonio dos Santos Ferreira, iniciaram uma investigação sobre o gentio para assim defender suas casas. Foram enviadas pelo

<sup>111</sup> CARTA de Gonçalo Lourenço Botelho de Castro ao capitão Luis Antonio Ribeiro, datada de 12 de janeiro de 1770. CAB, p. 175-175v, códice 147.

<sup>112</sup> Id. *ibid.*

governo uma arroba de pólvora, uma arroba de chumbo, uma arroba de bala e 120 pederneiras para serem repartidas entre os moradores. Esta tropa foi formada por trinta homens, municiaados de pólvora e bala, que buscaram repelir o gentio das terras que estavam ocupando, como relata a carta do governador Gonçalo Lourenço Botelho de Castro à Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha:

Depois que expus a Sua Majestade por carta que dirigi Sua Real Presença na Frota do ano passado os insultos que o gentio das terras denominadas Pimenteiras haviam feito aos moradores do Alto Piauí desta Capitania, ignorando a qualidade de nação que era, e não podendo declarar-lhe guerra por não ter ordem do mesmo Senhor para o fazer.

Seguiu-se me depois disto ser preciso repeli-lo das ditas terras, que hostilizava, com uma tropa, que nas mesmas fiz destacar, por efeito de reiteradas representações daqueles moradores, cuja tropa composta de trinta homens e municiaado de pólvora e bala, para se defender quando fossem acometidos, e o Cabo Comandante prevenido das ordens que inclusas dirigi a V. Excelência, sem contudo até agora haver algum índio, que pudesse servir de língua, para perfeito conhecimento das nações, que habitam nas ditas terras, por andarem sempre de longe, e presente dos de semelhante encontro, achei preciso por isto na presença de V. Ex.<sup>a</sup>, para que com o que Sua Majestade me determinar, e saber o que nesta interessante devo fazer.<sup>113</sup>

Os primeiros ataques dos Pimenteira às fazendas parecem estar relacionados à expansão do processo de ocupação da terra, porque até então parece que viviam em paz, a qual só foi interrompida com a expansão pastoril, segundo descreve a carta do governador Lourenço Gonçalo Botelho de Castro à Corte:

Nos confins desta Capitania entre as Cabeceiras do Piauí, e o Rio de São Francisco, Sertão inculto, e que parece pela sua aspereza impraticável, existirão sempre algumas Aldeias de Índios Silvestres, a que vulgarmente chamam das Pimenteiras, sem contudo nos haverem feito consideráveis hostilidades.<sup>114</sup>

Em 1773, os Pimenteira se mobilizam novamente, saindo de suas terras e se aproximando de algumas fazendas nas cabeceiras do Piauí. Em nova correspondência entre o governador Gonçalo Lourenço Botelho de Castro e o tenente Francisco Carvalho, ambos tratam da necessidade de as diligências que se encontravam no local prenderem um dos índios para servir de língua, sendo esta uma preocupação freqüente nas cartas dos moradores.<sup>115</sup>

Em 1º de agosto de 1776, partiu de Oeiras uma expedição sob o comando de João do Rego Castelo Branco e Felix do Rego Castelo Branco. Em 15 de setembro, marchou uma nova tropa contra os Pimenteira, sobre as quais infelizmente quase nada se sabe, apenas que a

<sup>113</sup> OFÍCIO pela Secretaria dos Negócios da Marinha, datado de 16 de maio de 1771. CAB, p. 24v-25, código 009.

<sup>114</sup> CARTA do governador do Piauí, Gonçalo Lourenço Botelho de Castro, ao rei D. José, sobre a investigação realizada pelo tenente do Regimento de Cavalaria Auxiliar Francisco de Carvalho, datada de 20 de julho de 1770.

<sup>115</sup> CARTA de Gonçalo Lourenço Botelho de Castro ao tenente Francisco Carvalho, datada de 19 de maio de 1773. CAB, p. 30, código 150.

segunda não obteve êxito por causa da seca e por não conhecer o sertão.<sup>116</sup> Desde as primeiras tentativas de contato com o grupo, a tropa enfrentou problemas relacionados à falta de água, locomoção na caatinga, grandes distâncias e outros grandes obstáculos, como serras e morros.

De acordo com os registros documentais, em 1777, marchou outra tropa, sob o comando do cabo da diligência Felix do Rego Castelo Branco. Para essa entrada, o governo pediu onze índios do aldeamento de São João de Sende, e entre oito e dez índios Gueguê, de São Gonçalo do Amarante. A utilização de índios dos aldeamentos como soldados nas entradas foi prática constante. O tenente-coronel João do Rego Castelo Branco queria comandar a entrada, mas já se encontrava doente, com problemas na visão, praticamente cego.<sup>117</sup> Felix do Rego foi então nomeado comandante da entrada:

Com a tropa que se acha marche V.M. ao Piauí para fazer encontro aos índios das Pimenteiras e dessa Ribeira leve todos os agregados e mais pessoas forras que achar [...] e forem aptas para ajudarem nesta expedição em benefício da qual poderá V.M. tirar de cada uma das fazendas de Sua Majestade que ficarem no caminho uma vez para provimento da dita tropa na paragem que V.M. se confere deve juntar todos os socorros.<sup>118</sup>

Um dos elementos significativos observados no documento é a maneira como foi feita, algumas vezes, a arregimentação de pessoas para compor a tropa, não de forma organizada, mas de acordo com a necessidade; por onde passavam, reuniam as pessoas necessárias, sem nenhum tipo de critério. Essa expedição rompeu o sertão, passou no rio São Francisco, chegou até as cabeceiras do rio Piauí e viu os gentios. Mas logo no mês de março, devido às dificuldades e pelo fato de os Pimenteira não estarem atacando na região, o governo ordenou que a tropa voltasse, alegando despesa excessiva.<sup>119</sup>

Em 1779, foi organizada uma nova entrada que foi comandada por João do Rego Castelo Branco; devido a sua cegueira, foram nomeados, para executar suas ordens, seus dois filhos, os ajudantes Felix do Rego e Antonio do Rego. Essa entrada também teve a participação do padre capelão Manoel Barros Tavares e de uma tropa que estaria sob o comando do capitão Francisco Lopes de Sousa. É importante ressaltar que João do Rego

<sup>116</sup> OFÍCIO do governo interino do Piauí, ao governador e capitão-general do Maranhão e Piauí, Fernando Pereira Leite de Fóios, datado de 08 de julho de 1790.

<sup>117</sup> ORDEM de Antonio José de Moraes Durão e João Ferreira ao tenente coronel João do Rego Castelo Branco, datada de 19 de janeiro de 1777. CAB, p. 164v, código 150.

<sup>118</sup> ORDEM de Antonio José de Moraes Durão e João Ferreira de Carvalho a Felix do Rego Castelo Branco, datada de 13 de fevereiro de 1777. CAB, p. 168v-169, código 150.

<sup>119</sup> OFÍCIO do governo interino do Piauí, ao governador e capitão-general do Maranhão e Piauí, Fernando Pereira Leite de Fóios, datado de 08 de julho de 1790.

Castelo Branco, apesar de estar cego, ainda era o cabeça da expedição, pois tinha o comando e controlava todo o grupo.<sup>120</sup>

Por sua vez, Antonio do Rego Castelo Branco, filho de João do Rego, escreveu um diário da entrada de 1779, no qual relatava os principais acontecimentos. A expedição partiu de Oeiras em 15 de abril e voltou à cidade em agosto de 1779, tendo passado, então, 106 dias entre ida e volta e o período de permanência nas caatingas do Sudeste da capitania.<sup>121</sup>

Neste período, os moradores das ribeiras do Piauí fizeram diversas queixas à Junta Governativa, em razão dos muitos incômodos causados pelos Pimenteiras. Para o governo, era importante saber onde estavam e quantos eram, tendo em vista que prometia enviar uma tropa com respeitoso número de soldados para ter “o domínio do sertão”.<sup>122</sup>

Houve intensa troca de correspondência do governo do Piauí com Felix do Rego; padre Manoel Barros; capitão Manoel Antonio de Torres, inspetor da Residência de São João do Piauí; João do Rego Castelo Branco; comandantes das companhias; juízes; oficiais e diretores dos aldeamentos para, juntos, planejarem e acertarem todos os detalhes da entrada. Inicialmente, foi pedido ao inspetor da Residência de São João do Piauí que mandasse averiguar se na região havia chovido o suficiente, e que examinasse se os sítios daquelas vizinhanças e sertões poderiam fornecer comida suficiente para a tropa. Tal medida era adotada sempre antes de fazerem qualquer entrada.

Essa entrada de 1779 foi muito bem organizada, participando dela soldados da Companhia da Cavalaria Auxiliar e da Cavalaria de Ordenança. Participaram também índios Acoroá, do aldeamento de São João de Sendé; índios Gueguê, do aldeamento de São Gonçalo do Amarante e índios Jaicó, do aldeamento de Cajueiro.<sup>123</sup>

A Junta Governativa, em carta ao juiz de Jerumenha, pediu a contribuição dos moradores de cem cabeças de gado e trinta alqueires de farinha. A quantia de oitenta cabeças de gado, trinta alqueires de farinha e vinte e cinco cavalos com cangalha para transporte dos mantimentos foi pedida ao juiz de Oeiras. Aos soldados cabia a função de efetuar a cobrança

<sup>120</sup> DIÁRIO (cópia) dos mais notáveis acontecimentos da guerra aos Pimenteiras, por Antonio do Rego Castelo Branco. Lagoa do Tabuleiro, 30 de julho de 1779.

<sup>121</sup> Id. Ibid.

<sup>122</sup> CARTA de Domingos Barreira de Macedo, Fernando José Velozo de Miranda e Souza e Manoel Pacheco Taveira ao padre Manoel de Barros Pereira, datada de 8 de março de 1779. CAB, p. 57v-58, códice 151.

<sup>123</sup> CARTA de Domingos Barreira de Macedo, Fernando José Velozo de Miranda e Souza e Manoel Pacheco Taveira ao inspetor da residência de São João do Piauí capitão Manoel Antonio de Torres, datada de 7 de março de 1779. CAB, p. 58v-59, códice 151.

dos mantimentos.<sup>124</sup> Destaque-se que a população do Piauí, em 1778, era de cerca de 26.410 habitantes.<sup>125</sup> O diário relata o único confronto que a tropa teve com os Pimenteira:

Pelo meio dia andando o Sargento Mor João Marcelino, com 5 companheiros exploradores, repentinamente se encontraram com 12 homens do gentio; e vendo-se no mesmo passo uns aos outros e abaixando-se o dito Marcelino, chegaram os tais índios a tempo que o Sargento Mor olhando para traz se achou só com seu ajudante Jerônimo Rodrigues e ambos acometeram valorosamente os inimigos; sem os quererem ofender; e fazendo alguns sinais de paz; responderam os Pimenteiras com 3 taquaradas juntas, de que se viraram ligeiramente e disparando o Sargento Mor a arma, matou um homem de guerra, e fazendo o mesmo o seu ajudante lhe faltou a arma de fogo; e arranjando a ao chão, partiu desarmado a pegar as mãos um índio; e certamente o fizera; se não fora a infelicidade de já na catinga o flecharem em uma emboscada, que ferindo-o em uma mão, veio a flecha a feri-lo no lado direito do peito, porém sem perigo: com esta notícia nada pudemos fazer, por nos faltar o gado, que ainda não chegou; estamos a espera dele, com certeza de terem na noite que fez fugido os tangedores Domingos Ramos, Domingos Ferreira, Atanásio da Rocha, Gonçalo Pereira deixando o passador no último [...], a tropa na maior consternação; neste caso logo mandamos Luiz Antonio Ribeiro excelente soldado pela sua verdade e esperteza a topar com o gado e trazê-lo logo para se seguir o gentio já espantado.<sup>126</sup>

O documento mostra bem a preocupação do comandante em destacar a intenção de fazer a guerra defensiva, “sem os querer ofender”, “fazendo sinais de paz”, ressaltando que os ataques sempre partiam dos inimigos. O discurso para se tentar reduzir os Pimenteira, através de “métodos suaves”, continuou durante todo o período, e indicava nitidamente uma tentativa de negociação com o grupo.

Os registros documentais mostram poucos encontros que ocorreram entre as bandeiras e o grupo indígena, sempre envolvendo poucas pessoas no confronto direto. Não temos o registro de grandes batalhas e os relatos mostram que, geralmente, quando a tropa chegava, os Pimenteira já haviam deixado o local. Acredita-se, com base nas pesquisas, até então, que se tratava de um grupo pequeno, aguerrido e em constante mobilidade.

De acordo com o relato de Antonio do Rego, no dia 12 de julho de 1779, os soldados encontraram uma aldeia dos Pimenteira já sem gente, localizada a nove léguas da fazenda Formigas. Era um local totalmente sem água, onde provavelmente os gentios se sustentavam de raízes de umbus e de paus de água. Nas roças, havia poucos mantimentos, por ser tudo caatinga. Julgaram ser povoação nova, provavelmente de trezentos moradores. Foi nesta aldeia abandonada que a tropa de João do Rego Castelo Branco deixou uma carta, duas facas

<sup>124</sup> ORDEM de Domingos Barreira de Macedo, Fernando José Velozo de Miranda e Souza e Manoel Pacheco Taveira ao juiz e oficiais da comarca de Jerumenha e ao juiz e oficiais da comarca de Oeiras, datada de 8 e 13 de março de 1779. CAB, p. 59v-65v, códice 151.

<sup>125</sup> MAPA da população das capitanias do Maranhão e Piauí (1778). IHGB. Arq. 1.1.5, Maranhão-Piauí, Cons. Ultramarino. V. 5, p. 81.

<sup>126</sup> DIÁRIO (cópia) dos mais notáveis acontecimentos da guerra aos Pimenteiras, por Antonio do Rego Castelo Branco. Lagoa do Tabuleiro, 30 de julho de 1779.

flamengas e uma espada no braço de uma cruz. Na fazenda Formigas, também deixaram uma cruz; e, no braço dela, uma carta semelhante à primeira, com um machado e duas facas flamengas. Por não terem conseguido obter sucesso na campanha, no final da expedição, deixaram, sob a diligência do cabo de esquadra do Regimento de Cavalaria Manoel Ribeiro Soares, a ordem vocal, para prontificar dez homens, com a finalidade de – juntos e também com os moradores da fazenda Conceição, durante todo mês de agosto – percorrerem, a cavalo, e largar fogo pelo lugar Formigas e por todo aquele sertão, observando se o gentio vinha ou não observar a retirada da tropa.<sup>127</sup>

Entre 1779 e 1782, o assédio dos Pimenteiras às fazendas da região levou os moradores a fazer inúmeras queixas ao governo através de cartas, nas quais reclamavam dos ataques nas cabeceiras do Piauí, inclusive com mortes de moradores. A população pediu uma entrada, apesar de a guerra continuar proibida, mas parece que o destacamento enviado não deu resultado; assim os índios continuavam atacando e os moradores ameaçavam abandonar as fazendas Conceição e Santo Antonio, pois “os moradores experimentam vexames”, “continuam os insultos”, “os índios bárbaros das Pimenteiras invadem e hostilizam os moradores”.

Todo o discurso em relação aos Pimenteiras buscava realçar a “ferocidade” do grupo; e, em relação à guerra propriamente dita, utilizam-se expressões como “fazer reduzir o gentio com suavidade”, “ter o domínio do sertão”, “bater os sertões dos índios das Pimenteiras”.<sup>128</sup> Este era o discurso utilizado para justificar a guerra.

No entanto, em 1780, a rainha<sup>129</sup> autorizou que se fizesse a guerra defensiva, e a Junta ordenou ao coronel João do Rego Castelo Branco que mandasse Felix do Rego Castelo Branco para Oeiras, para que este obtivesse informações sobre os Pimenteiras. As entradas partiram para o sertão do rio Piauí, Parnaguá e rio São Francisco, mas somente descobriram novos lugares para se criar gado.<sup>130</sup> A tropa voltou sem obter sucesso na campanha.

Entre 1781 e 1783, ocorreram várias ações punitivas contra os Pimenteiras, sendo enviadas diversas escoltas volantes; contudo, no final do ano de 1781, o grupo indígena se

<sup>127</sup> DIÁRIO (cópia) dos mais notáveis acontecimentos da guerra aos Pimenteiras, por Antonio do Rego Castelo Branco. Lagoa do Tabuleiro, 30 de julho de 1779.

<sup>128</sup> ORDEM de Domingos Barreira de Macedo, Fernando José Vellozo de Miranda e Souza e Manoel Pacheco Taveira ao diretor do lugar Cajueiro, datada de 7 de março de 1779. CAB, p. 59-59v, códice 151.

<sup>129</sup> Com a morte de Dom José I, Dona Maria I foi nomeada rainha de Portugal e começou a governar em 1777. Seu governo ficou conhecido como a Viradeira, por vetar medidas adotadas por Pombal e adotar medidas que beneficiavam a Inglaterra. Em 1792, já apresentando sinais de demência, assumiu a regência seu filho Dom João.

<sup>130</sup> OFÍCIO do governo interino do Piauí, ao governador e capitão-general do Maranhão e Piauí, Fernando Pereira Leite de Fóios, datado de 08 de julho de 1790.

encontrava mais próximo à região do médio Piauí, onde atacou e matou três pessoas na fazenda São Lourenço. O governo resolveu então adotar as seguintes providências:

Os moradores das cabeceiras do Piauí vivem grande apreensão e esperam a resolução do Exmo. Inve. do Estado para fazer guerra contra os gentios Pimenteiras, enquanto esperam tomam resoluções: com os soldados destas ribeiras e distrito [...] formarão um destacamento com 8 soldados e cabos, escolhendo os mais capazes do destacamento [...].<sup>131</sup>

De acordo registros documentais, a ordem era para que o cabo do destacamento fizesse sentinela de dia e noite na fazenda São Lourenço. O discurso permanecia: o destacamento deveria agir com cautela, principalmente quando aprisionasse algum que servisse de língua, devendo procurar somente se defender, evitando assim mortes dos dois lados, pois a guerra continuava proibida: “se praticará com este o maior afago e tratamento, pondo em segurança; e com toda a cautela necessária seja conduzido à presença desse governo”.<sup>132</sup>

A organização dessa escolta, que ficaria a cargo de Manoel Ribeiro Soares, gerou ciúmes em João do Rego Castelo Branco, o qual já havia comandado outras entradas contra os Pimenteira. Ele escreveu à Junta Governativa afirmando que possuía destacamento melhor do que o de Manoel Ribeiro Soares.<sup>133</sup> Ainda assim, a Junta pediu que Felix do Rego, filho de João do Rego, seguisse para a região do rio Piauí com doze índios, para ajudar à escolta já existente. Logo depois, em outra carta, o mesmo afirma para a Junta que estava doente, sendo dispensado da missão.

O governo ordenou também a João da Costa, da Cavalaria de Ordenança, que arregimentasse quinze ou vinte homens das fazendas da região até a fazenda Alagoa Verde, e, com eles, fosse se encontrar com a tropa de Manoel Ribeiro Soares, que estava vigiando a fazenda São Lourenço. Enquanto esperavam pela autorização da guerra, iriam se revezando nas principais fazendas.<sup>134</sup>

---

<sup>131</sup> CARTA de João Ferreira de Carvalho, Manoel Pinheiro Osório e Caetano de Cea Figueredo ao cabo da esquadra de cavalaria auxiliar Manoel Ribeiro Soares, datada de 17 de novembro de 1781. CAB, p. 139-139v, código 151.

<sup>132</sup> ORDEM de João Ferreira de Carvalho, Manoel Pinheiro Osório e Caetano de Cea Figueredo ao destacamento das ribeiras do Piauí, datada de 10 de outubro de 1781. CAB, p. 139v-140, código 151.

<sup>133</sup> ORDEM de João Ferreira de Carvalho, Manoel Pinheiro Osório e Caetano de Cea Figueredo ao tenente coronel da Cavalaria de Ordenança João do Rego Castelo Branco, datada de 1º de dezembro de 1781. CAB, p. 141v-142, código 151.

<sup>134</sup> ORDEM de João Ferreira de Carvalho, Manoel Pinheiro Osório e Caetano de Cea Figueredo a João Costa, da Cavalaria de Ordenança, datada de 13 de dezembro de 1781. CAB, p. 143, código 151.

Em 1782, continuaram as diligências nas ribeiras do Piauí, porém sem obter sucesso, pois os moradores continuavam ameaçando abandonar as fazendas e não concordavam em sustentar a tropa. O que esperavam do governo era a formação de uma nova expedição.<sup>135</sup>

Novamente, o governo pediu ajuda a seu principal agente, João do Rego Castelo Branco, que havia afirmado anteriormente, em carta à Junta, que queria fazer a guerra contra os Pimenteiras, pois tinha um destacamento melhor e não concordava com a tática da guerra defensiva. Segundo ele próprio, a solução era “largar fogo nas tropas do gentio”.<sup>136</sup> O discurso de João do Rego Castelo Branco se diferenciava do discurso adotado pelo governo, que falava em “guerra defensiva”.

Segundo as fontes, o governo pediu para que ele partisse, juntamente com Felix, para as ribeiras do Piauí, sendo que Felix deveria levar seis índios ou quantos fossem necessários. Não se têm notícias se a tropa foi formada e se chegou até à região.

Foi organizada uma tropa com os soldados que já se encontravam no local sob o comando de Antonio Pereira e depois Manoel Ribeiro Soares.<sup>137</sup> O inspetor das fazendas das ribeiras do Piauí, Manoel Antonio de Torres, havia reafirmado ao governo que os moradores das fazendas Conceição e Santo Antonio haviam abandonado suas casas e, para tranquilizar os moradores, o governo mandou que se formasse uma tropa para correr a fronteira. Essa tropa contaria com doze soldados do Regimento, que já estavam no local, e vinte índios que chegariam depois, todos com suas armas de fogo; sendo oito índios do aldeamento de São João de Sendé e doze do aldeamento de São Gonçalo, os quais seguiram com o principal Marcelino, devendo juntar-se com mais vinte moradores e ficar entre as fazendas Onça e Conceição. Porém a guerra continuava proibida: “lembramos a V.M. que não deve procurar de propósito o gentio para lhe fazer guerra ofensiva por estar proibida pela Rainha”.<sup>138</sup> Esta escolta seria mantida pela Fazenda Real.

De acordo com os documentos, em 1782, o governo concluiu que o destacamento não estava cumprindo sua missão, pois não coibia os índios de atacarem as fazendas nem impedia a fuga de seus moradores: “fora o destacamento que já mandamos para as fazendas mais sujeitas aos assaltos não servir de utilidade alguma, pois os mesmos continuaram, mais ainda,

<sup>135</sup> CARTA de Inácio Rodrigues de Miranda, Manoel Pinheiro Osório e Antonio Gameiro da Cruz ao capitão Manoel Antonio de Torres, do Regimento da Cavalaria Auxiliar, datada de 29 de março de 1781. CAB, p. 151v-152, código 151.

<sup>136</sup> ORDEM de Inácio Rodrigues de Miranda, Manoel Pinheiro Osório e Antonio Gameiro da Cruz ao coronel João do Rego Castelo Branco, datada de 5 de agosto de 1782. CAB, p. 165-165v, código 151.

<sup>137</sup> ORDEM de Inácio Rodrigues de Miranda, Manoel Pinheiro Osório e Antonio Gameiro da Cruz ao capitão Manoel Antonio de Torres, datada de 29 de março de 1781. CAB, p. 151v-152-155-155v, código 151.

<sup>138</sup> ORDEM de Inácio Rodrigues de Miranda, Manoel Pinheiro Osório e Antonio Gameiro da Cruz a Antonio Pereira da Silva, datada de 23 de maio de 1782. CAB, p. 156v-157v, código 151.

creceram”.<sup>139</sup> Durante esse período, algumas fazendas foram abandonadas, como foi o caso das fazendas Santo Antonio e Conceição, cujos moradores afirmavam que, somente depois de uma bandeira, voltariam para suas fazendas. Foi sugerida por Antonio Pereira da Silva, comandante da diligência, a formação de uma tropa com oitenta a cem homens; proposta rejeitada pelo governo, porque se encontravam no mês de agosto, muito próximo ao período seco; logo, tal campanha não surtiria efeito.

Esse parece ter sido um período confuso, quando governo e moradores das ribeiras do rio Piauí não se entendiam. A escolta continuou na região em 1783, mas quase nada se sabe acerca de tal expedição. Alguns soldados desertaram, e os moradores não queriam fazer parte da escolta, nem colaborar com a manutenção da tropa.

Entre 1790 e 1793, de acordo com a correspondência entre moradores locais e governo, os Pimenteiras continuavam a hostilizar os moradores das ribeiras do Piauí. Havia feito estragos na fazenda Cavaleiro, matando e flechando gado vacum e cavalos, cabras e carneiros. Também colocaram fogo na casa, matando dois homens que lá se encontravam. O governo continuava a enviar tropas para correr as fronteiras; deste modo, em fevereiro de 1790, Inácio Rodrigues de Miranda foi nomeado para comandar uma nova tropa que deveria ser formada com soldados auxiliares e ordenanças, sendo que as despesas deveriam ser tiradas dos moradores. A ordem era:

Destes princípios deve V.M. inferir, que se os encontrar nas suas terras que se deve expulsar para fora delas sem movimento algum violento podendo ser em ordem que não percamos um dos homens, mas quando seja preciso levá-lo a fogo que eles derem, ou fugirem num só tiro se der fazendo toda a diligencia [...] as mulheres e inocentes e meninos que não pegam em armas para que de modo algum sejam ofendidos mas antes os receba e os trate V.M. com amor e caridade e carinho evitando as crueldades praticadas.<sup>140</sup>

Essa diligência contou com uma tropa de sessenta homens, e ainda pediram que enviassem mais oito índios. Foi o primeiro confronto direto entre colonizadores e índios Pimenteiras, conforme se pode ver, a seguir, com maiores detalhes:

Para dizer V. S<sup>a</sup> os incômodos que tive nesta jornada, carece muita atenção e será molestar a V. S<sup>a</sup>, cheguei finalmente a fazenda Conceição com 50 soldados, e ouvindo a todos, lhe fiz saber o que V. S<sup>a</sup> me recomendava, o que todos abraçaram com gosto sujeitando-se a tudo o que eu mandasse, mostrando-se com muito ânimo de fazer presas, e que assim obraram. Com bem risco de suas vidas, por agradarem a V. S<sup>a</sup> e a mim e por esperarem que por via destas presas, e amparo de V. S<sup>a</sup> ficarão livres do vexame em que se vêem e risco de suas vidas. Marchei finalmente

<sup>139</sup> ORDEM de Inácio Rodrigues de Miranda, Manoel Pinheiro Osório e Antonio Gameiro da Cruz ao tenente coronel João do Rego Castelo Branco, datada de 29 de abril de 1782. CAB, p. 155-155v, código 151.

<sup>140</sup> ORDEM de José Pereira da Silva Manoel e José Pereira Brito ao capitão-mor Inácio Rodrigues de Miranda, datada de 27 de fevereiro de 1790. CAB, p. 68v-70, código 152.

procurando uma lagoa que fica distante da fazenda Conceição 4 léguas para [...] descendo, procurando o sítio da Aldeia, correndo as fronteiras até o Cavaleiro, cheguei a dita lagoa no dia 30 de maio pelas 8 horas da manhã, e às 2 da tarde do mesmo dia, expedi 40 homens e certos, nomeando por cabo o sobredito José Dias da Costa com as recomendações conforme a ordem de V. S<sup>a</sup>, no outro dia 31 de maio deram em rastro fresco do gentio e a poucos passos chegaram a umas roças e logo ouviram rúmos de gente, e [...] [...] em duas partes [...] mesma hora tomaram chegada a uma das partes para [...] de um pequeno caminho os guiava e por milagre da Virgem N. S. da Conceição e do glorioso Santo Antonio a que levamos por guia, chegaram sem ser vistos nem ouvidos dos inimigos, tanto a beira das suas tranqueiras, que disparando 4 armas a [...] se arremessara, todos dentro de repente, foi tal o susto que tudo correu, e os soldados foram aprisionando as que se achava mais a jeito, alheio tumultos e gritos das presas; e crianças voltaram os índios com o mesmo ímpeto, que foi necessário o cabo com muito trabalho, e fadiga dos soldados por razão e a presa e mandar levar fogo ao inimigo, ficando deles 4 mortos e dos nossos 2 flechados, ambos varados os braços e quem dos restos tudo fugiu, e só de longe gritavam muito [...] por cima algumas flechas, o cabo mandou também gritar e dando alguns tiros com que tudo se calou. Cuidaram os soldados de queimar tudo [...] que tinham imensas flechas, algumas [...] trouxeram das quais vão duas para V. S<sup>a</sup> ver, e essa de ferro, é a que flechou um dos soldados, vão 2 machados, uma cachapora e do muito que havia, nada puderam trazer por razão da catanga com que se meteram com a presa fugindo do trilho por onde tinham ido por ser ali todo perigo por razão das [...], e chegaram no outro dia 1<sup>o</sup> de junho onde eu tinha ficado, todos com muito gosto, no qual eu os acompanhei, e agradecei.<sup>141</sup>

Torna-se interessante realçar a utilização das imagens de santos como guias das entradas pelo sertão, e patronos das vitórias contra os povos indígenas. No caso citado, Santo Antonio e Nossa Senhora da Conceição seriam os protetores da tropa, para assegurar o sucesso contra os inimigos Pimenteira.

Durante esse período, a escolta de Ignácio Rodrigues de Miranda matou quatro índios e prendeu doze, sendo cinco mulheres e seis crianças (três do sexo masculino e três do sexo feminino), que foram distribuídas em casas de famílias, por ordem do governo, para que se pudesse tentar comunicar-se com eles. Havia uma grande expectativa em relação às presas, por serem as primeiras e porque assim poderiam obter alguma informação sobre o grupo.

O comandante também demonstrou preocupação, pois a cidade de Oeiras, para onde seriam enviados os indígenas capturados, estava infestada de bexiga (VAINFAS, 2000, p. 77-78),<sup>142</sup> e isto lhes poderia causar a morte. Observe-se como Inácio Miranda narrou ao governo interino a viagem das presas até a cidade de Oeiras:

No dia 11 do presente mês de junho [...] a este [...] [...] bastante molesto, e com as índias muito destroçadas, e umas sem poderem andar por razão das muitas

<sup>141</sup> OFÍCIO do governo interino do Piauí, ao governador e capitão-general do Maranhão e Piauí, Fernando Pereira Leite de Fóios, datado de 08 de julho de 1790.

<sup>142</sup> O termo *bexiga* é nome dado à Varíola, que ceifou a vida de milhares de índios no litoral brasileiro no século XVI, sendo a mais drástica das doenças epidêmicas do primeiro século de colonização. Em um contexto no qual avançava a dominação colonial portuguesa no litoral, com o crescimento da escravização de índios, das guerras de conquista e do início da catequese, as epidemias variólicas foram fator decisivo para o drástico declínio demográfico do litoral.

pedras dos caminhos, outras com febre, e catarções, mandando-as conduzir nas garupas dos soldados em muitas vezes com filhinhos nos braços, porque só coração de ferro não terá compaixão de tal miséria lembrando-me ao passo do muito que V. S<sup>a</sup> me recomendou respeito e o amor com que haviam de ser tratados, mas o certo é que só o que não for católico, não terá compaixão de tanta miséria.<sup>143</sup>

Podem ser percebidas as dificuldades que enfrentavam nas viagens feitas a pé e de longa distância, como esta do Sudeste do Piauí à região central, correspondente hoje a mais de 200 km, a qual durou dez dias. Foi a primeira vez que conseguiram prender pessoas do grupo, depois de quase vinte anos desde o primeiro contato. Inicialmente, as presas foram colocadas junto com índios Gueguê, Acoroá e Jaicó, mas não conseguiram estabelecer comunicação, por não entenderem a língua dos Pimenteira; por isso os prisioneiros tiveram que ser divididos entre os moradores de Oeiras:

No dia 21 do corrente mês chegaram a esta cidade as presas índias do gentio denominado Pimenteiras cinco mulheres e 6 crianças três machos e 3 fêmeas conduzidas todas por José Dias Soares morador nas cabeceiras da ribeira do Piauí acompanhado de alguns soldados milicianos e no dia 23 do mesmo corrente mês se distribuíram por ordem de Ilm<sup>o</sup> Governo nesta cidade pelas casas de famílias seguintes: ao Sargento mor Manoel Pinheiro Ozório duas índias mulheres com 3 crias machos e 1 fêmea por não quererem se separar uma das outras pelo motivo de serem irmãos as quais de tais índias mulheres bem com 1 filho macho a mulher de Antonio José César e [...] uma índia com cria fêmea com a declaração de que a todo tempo que saísse da cidade entregar a dita índia de crias: a José Esteves[...] 1 índia muito velha por pedido do mesmo José Esteves por ter uma preta que entende a língua do Pará para ver se a dita índia velha se confiava alguma notícia daquela gente.<sup>144</sup>

Vale a pena realçar mais uma vez a tentativa de se compreender a língua falada pelos Pimenteira, razão pela qual se distribuíam as índias pelas casas dos moradores de Oeiras. Percebe-se a preocupação em juntar uma das índias com uma negra que compreendia a língua do “Pará”; isto é, ela deveria compreender a língua de algum grupo do São Francisco, já que “Opará” era como os povos indígenas chamavam o rio São Francisco, de onde provavelmente vieram os Pimenteira. Em carta de 1555, o padre João Aspicuelta relata: “Daí partimos e fomos até um rio mui caudal, por nome “Pará”, que, segundo os índios nos informaram, é o rio de S. Francisco e é mui largo” (ABREU, 1998); ou então poderia ser em relação à Capitania do Grão-Pará, também localizada próxima do Piauí. Conforme dito anteriormente, esta seria, para eles, a melhor maneira de conseguirem entender a língua dos Pimenteira, e depois utilizá-los como guias. Algumas vezes ficavam em contato com negros, posto que,

<sup>143</sup> OFÍCIO do governo interino do Piauí, ao governador e capitão-general do Maranhão e Piauí, Fernando Pereira Leite de Fóios, datado de 08 de julho de 1790.

<sup>144</sup> DECLARAÇÃO que manda fazer o Governo em 23 de junho de 1790. CAB, p. 80v-81, códice 152.

desta forma, haveria maior facilidade de comunicação entre eles; pelo menos era o que se acreditava.<sup>145</sup>

Ainda em 1790, ocorreu mais um ataque dos índios à fazenda Conceição, onde mataram uma mulher, sendo mortos cinco índios. Nessa ocasião, o governo enviou, para fazer parte da tropa, doze índios: oito Jaicó e quatro Gueguê, cada um com suas armas de fogo, doze libras de pólvora, chumbo e vinte e quatro pederneiras para municiação destes índios e mais alguns soldados milicianos. Eram todos solteiros, por conseguinte, poderiam ficar o tempo necessário. Nesse contexto, foram remetidos os seguintes índios Jaicó: alferes Manoel Vieira, com armas de El Rey; sargento Alberto Gonçalves, com armas suas; João Rocha, com armas suas; Martins, com armas suas; Alexandre José, com armas suas; Anastácio Cardozo, com armas suas; José da Luz, com armas suas; e Manoel da Luz, com armas suas. Os Gueguê foram os seguintes: Estanislau da Costa, com armas de El Rey; José Gomes Pereira, com armas de El Rey; Antonio Felix, com armas de El Rey; e Antonio José Leite, com arma sua.<sup>146</sup>

Em fevereiro de 1791, o governo enviou sete índios para que Ignácio Rodrigues de Miranda os encaminhasse para as ribeiras do Piauí, com as ordens necessárias ao cabo de esquadra Manoel Ribeiro Soares; ou seja, os citados índios deveriam ser sustentados pelos moradores. Em dezembro do mesmo ano, foram remetidos nove índios, sendo seis do aldeamento de Cajueiro e três de São Gonçalo do Amarante, para que, junto com três soldados auxiliares, fossem conduzidos de fazenda em fazenda, onde se fizesse necessário. Apesar de a ordem ser para não atacar os Pimenteiras, contraditoriamente o próprio governo falava sobre “a necessidade da extinção desse gentílico para o sossego desses moradores”.<sup>147</sup>

Segundo as fontes, ainda, em 1792, os Pimenteiras continuavam “incomodando” os moradores, e inúmeros soldados continuavam a desertar da tropa; alguns, inclusive, fugiram para a Bahia. Em janeiro de 1793, a situação da tropa torna-se insustentável, visto que agora os índios soldados se recusavam a assistir a região e pretendiam retirar-se. Diante de tal fato, restava aos moradores tratar os índios da melhor maneira possível para que executassem suas tarefas. De acordo com o governo, as terras continuavam “infestadas pelo referido gentio” e os moradores seguiam ameaçando abandonar as fazendas, o que requeria constante

<sup>145</sup> CARTA de José Pereira da Silva Manoel e Manoel Pinheiro Osório ao capitão Inácio Rodrigues de Miranda, datada de em 29 de junho de 1790. CAB, p. 79v-80-80v, código 152.

<sup>146</sup> OFÍCIO de José Pereira da Silva Manoel e Manoel Pinheiro Osório ao capitão Inácio Rodrigues de Miranda, datado de 24 de julho de 1790. CAB, p. 85-86, código 152.

<sup>147</sup> ORDEM de Cristóvão José de Frias Soares Sarmento, Manoel Pinheiro Osório e Antonio Borges Marim ao capitão Inácio Rodrigues e Miranda, datado de 22 de dezembro de 1791 e ao cabo da esquadra Manoel Ribeiro Soares, enviada em 29 de dezembro de 1791. CAB, p. 1v-2v, código 153.

preocupação e a necessidade de continuarem enviando índios e soldados para correr as fronteiras da região.<sup>148</sup>

Em situação semelhante, encontravam-se os Tapacuí-Mirim, na vila de Parnaguá. O governo, durante o ano de 1793 e 1794, organizou escoltas semelhantes às enviadas às ribeiras do Piauí para combater o grupo na região Sul da Capitania do Piauí. Ainda em 1798, os Tapacuí encontravam-se na região de Parnaguá, haja vista ter chegado ao governo a notícia de que eles mataram entre seis ou oito pessoas e raptaram duas crianças. Havia indícios de que, assim como os Pimenteira, os Tapacuí haviam sido aldeados anteriormente.<sup>149</sup>

Com base na pesquisa realizada, acredita-se que a falta de homens era tão grave nas cabeceiras do rio Piauí, ou na capitania de maneira geral, que muitas pessoas comuns eram obrigadas a participar das diligências que combatiam os índios. Os proprietários reclamavam da perda de filhos e/ou trabalhadores de suas fazendas para as bandeiras, conforme se pode ver na carta do governo, ao inspetor da ribeira do Piauí, sobre Antonio de Oliveira Lima ter feito a seguinte reclamação:

Uma representação pela qual expunha a grande injustiça pela qual lhe faziam João da Costa [da cavalaria de ordenança] na ocasião que recebeu ordem deste mesmo governo se mandou tirar gente para o destacamento das Pimenteira nas cabeceiras do Piauí tirando-lhe um filho por nome Manoel de Oliveira Lima sem atender a necessidade em que ficava Antonio de Oliveira Lima com a falta do seu filho, pelo braço qual é que sustenta a sua casa [...] que logo que esta receber sem perda de tempo o mande atender.<sup>150</sup>

Manoel Ribeiro Soares, em carta ao governo, afirmava que, nas fazendas daquela região, era muito pouco o número de homens, variando entre três e quatro, às vezes até menos.<sup>151</sup> Era habitual, na troca de correspondências, os comandantes das entradas fazerem referência à falta de pessoal para participar das diligências; daí a necessidade de arregimentar índios dos aldeamentos e moradores locais. Dessa maneira, a Junta se dirige a Felix do Rego: “leve todos os agregados e mais pessoas forras que achar e forem aptas para ajudarem nesta expedição”.<sup>152</sup> Em determinadas ocasiões, quando havia necessidade de algum soldado ausentar-se, para cumprir outra tarefa, como, por exemplo, levar determinados presos a

<sup>148</sup> ORDEM de Cristóvão José de Frias Soares Sarmiento, Manoel Pinheiro Osório e Antonio Gameiro da Cruz ao capitão Inácio Rodrigues Miranda, datada de 5 de abril de 1793. CAB, p. 123 e 128v-129v, código 153.

<sup>149</sup> ORDEM de Manoel Pinheiro Osório e Antonio Gameiro da Cruz ao capitão comandante Aleixo dos Santos de Amaral, datada de 23 de novembro de 1793. CAB, p. 11-11v e p. 47v, código 154.

<sup>150</sup> CARTA de Ignácio Rodrigues de Miranda, Manoel Pinheiro Osório e Antonio Gameiro da Cruz ao inspetor do Piauí, Manoel Antonio de Torres, datada de 9 de março de 1782. CAB, p. 150v, código 151.

<sup>151</sup> CARTA de João Ferreira de Carvalho, Manoel Pinheiro Osório e Caetano de Cea de Figueredo ao tenente coronel João do Rego Castelo Branco, datada de 24 de dezembro de 1781. CAB, p. 144, código 151.

<sup>152</sup> ORDEM de Antonio José de Moraes Durão e João Ferreira de Carvalho a Felix do Rego Castelo Branco, datada de 13 de fevereiro de 1777. CAB, p. 168v-169, código 150.

Aldeias Altas, o governo ordenava que deveria voltar o mais rápido possível para continuar a vigilância nas ribeiras do Piauí.<sup>153</sup> De certa maneira, havia muita dificuldade em encontrar pessoas disponíveis para participar das bandeiras.

Ainda em 1794, os moradores continuaram fazendo reclamações à Junta Governativa sobre os Pimenteiras; entretanto, como a guerra continuava proibida e o governo alegava faltar pólvora para se tentar nova diligência, restava apenas continuarem correndo as fronteiras a cada quinzena ou no início de cada mês.<sup>154</sup>

A situação, em todos os sentidos, era dramática na região, conforme se pode perceber na troca de correspondências entre o governo da Capitania do Piauí e o alferes João da Costa Araújo. O surgimento de um quilombo na região exigiu também a formação de uma tropa para combatê-lo:

Pela sua informação dada a este governo em carta de 8 de março do ano corrente respectiva à diligência requerida pelo RV<sup>o</sup> Francisco de Costa Velozo ficando-se na inteligência de que os furtos que se lhe tem feito nas suas fazendas são praticados por gente cristão e civilizada, pelas luzes, e mais vestígios, que pelas catingas se tem encontrado, e não pelo gentio Pimenteiras, e fazendo-se preciso a inestigação de semelhante adjunto o que se lhe pode dar sem receio o no nome de quilombo ainda depois de não estar engrossado como se considera por nos declarar que bastaria para semelhante diligencia dez ou doze homens: Somos a ordenar a V.M.ce que fazendo aprontar até 20 homens para maior segurança da diligencia com eles passe a destruir o referido quilombo prendendo e remetendo escravos como fomos às cadeias desta cidade para delas se determinar o que parecer mais justo advertindo V.M.ce que deve primeiro tomar as competentes medidas a fim de se bem logra, sem desordem a referida diligência fugindo quando puder ser de funesto acontecimento para o que deve recomendar à tropa antes de entrar, e esta circunstancia do nosso agrado, o que muito se recomenda a V.M.ce de quem se espera o bom êxito do que se lhe incumbe para termos o gosto de levar-nos como desejamos.<sup>155</sup>

Foi necessário o pedido de criação de uma tropa para combater o mencionado quilombo, nas ribeiras do Piauí, não obstante as dificuldades em arregimentar e conservar os soldados:

Recebemos de V.M.ce de 16 do mês próximo passado em que nos participa o estar entregue da Ordem deste Governo para a entrada do quilombo referido pelo RV<sup>o</sup>. Pe. Francisco da Costa Velozo, como nos expõem as duvidas que se lhe oferecem na dita diligencia, tendo-se já dado as ordens, como feitas as advertências necessárias,

<sup>153</sup> ORDEM de Cristóvão José de Frias Soares Sarmiento, Manoel Pinheiro Osório e Estevão Jorge Cavalcanti ao tenente coronel João do Rego Castelo Branco, datada de 15 de maio de 1794. CAB, p. 51v-52, código 154.

<sup>154</sup> CARTA de André de Barros Rocha, Manoel Pinheiro Osório e Estevão Jorge Cavalcanti ao capitão Inácio Rodrigues de Miranda, datada de 27 de setembro de 1794. CAB, p. 85v-86, código 154.

<sup>155</sup> CARTA de Manoel Pinheiro Osório e Estevão Jorge Cavalcante ao alferes João da Costa Araújo, datada de 4 de agosto de 1794. CAB, p. 72-72v, código 154.

bem próprias para semelhante diligência, nada se nos oferece dizer-lhe mais do que, que querendo levar o oficial de justiça o requererá ao Juiz Ordinário do Distrito.<sup>156</sup>

Neste sentido, não mais foram encontrados documentos que fizessem referência ao quilombo, como também não se tem conhecimento se a entrada para combatê-lo chegou a ser efetivada.

Contudo, o maior problema enfrentado pela Junta Governativa ainda era em relação à falta de pessoas disponíveis para atuarem nas entradas. A estratégia usada, em 1798, para atrair pessoas, seria a doação de terras, no caso as fazendas que haviam sido abandonadas. Em carta ao capitão Ignácio Rodrigues de Miranda, comandante das ribeiras do Piauí, o governador João de Amorim Pereira declarou:

V.M. fará toda a diligencia para ver se pode por nas 3 fazendas abaixo declaradas (Enjeitado, Almas e Água Verde) 4 soldados ou ao menos 3 em cada uma, em toda esta sua fazendo render de 20 em 20 dias ou de mês em mês como lhe parecer melhor e mais suave para os mesmos soldados, comendo estes a conta das mesmas fazendas levando as suas armas prontas para as defender e as suas fábricas e famílias dos ataques que podem ter dos gentios Pimenteiras a quem faço intenção de atacar no ano próximo futuro, e fará publicar por toda parte e para o rio de São Francisco que todo aquele que quiser vir a dita guerra dê o seu nome para ser avisado a tempo, que será nos fins das futuras águas, com a condição de se lhes repartirem as terras que espero fiquem desembaraçadas pela extinção que também espero fazer dos ditos índios ou mete-los de paz.<sup>157</sup>

Os ataques tornaram-se mais acirrados durante esse período. Em carta ao juiz e aos oficiais da Câmara de Oeiras, o governador acrescentou que aproximadamente vinte e sete fazendas foram abandonadas na região, que pessoas foram mortas; discutiu também a necessidade de se fazer uma entrada na próxima seca. Ordenou ainda que fosse feita uma derrama nas fazendas da região, a fim de conseguir gado e farinha para a tropa. As fazendas às margens do Piauí eram consideradas as melhores da capitania; estavam ali localizadas algumas do Real Fisco, da Inspeção de São João do Piauí, como: Cachoeira,<sup>158</sup> Serra (OLIVIERA, 2001),<sup>159</sup> Cajazeiras,<sup>160</sup> Espinhos e Pobre.<sup>161</sup>

<sup>156</sup> CARTA de André de Barros Rocha, Manoel Pinheiro Osório e Estevão Jorge Cavalcante ao alferes João da Costa Araújo, datada de 20 de setembro de 1794. CAB, p. 83v, código 154.

<sup>157</sup> ORDEM do governador João de Amorim Pereira ao comandante da ribeira do Piauí Inácio Rodrigues de Miranda, datada de 15 de maio de 1798. CAB, p. 41v-42, código 156.

<sup>158</sup> Foram criadores da fazenda Cachoeira: Antonio José de Oliveira, Antonio José de Sousa e Paulo de Brito Porto.

<sup>159</sup> Era uma das fazendas do Fisco. Nos dias atuais é fazenda Serra dos Gringos, localizada no município de São Raimundo Nonato. No século XVIII, desta fazenda partiam boiadas para a feira de Capuame. Em 1905, a fazenda foi adquirida por um empresário americano para o cultivo de maniçoba e, durante a primeira metade do século XX, tornou-se um dos maiores empreendimentos comerciais da região.

<sup>160</sup> Em 1799, Antonio de Abreu era criador da fazenda Cajazeiras.

<sup>161</sup> OFÍCIO de João de Amorim Pereira aos juizes e mais oficiais da câmara de Oeiras, datado de 16 de junho de 1798. CAB, p. 61-61v, código 156.

Posteriormente aos constantes ataques por parte das tropas do governo, os Pimenteiras apareceram na região de Parnaguá e, em agosto de 1798, surgiram notícias sobre eles nas fazendas Serra Vermelha e Olhos de Água. O governador ordenou que organizassem uma nova bandeira e que se fizesse uma derrama para conseguir mantimentos, tais como: farinha, gado, cavalos e cangalhas. O governo temia que, na região de Parnaguá, também ocorresse o abandono de fazendas, como acontecera nas ribeiras do Piauí. Inclusive foi cogitado de se fazerem duas bandeiras, uma entrando pela região de Parnaguá e outra pela região do rio Piauí.<sup>162</sup>

Ocorreu uma nova entrada no ano de 1806, mas, de acordo com o governador Carlos Cesar Burlamaqui, só serviu para descobrir terreno e observar as posições do inimigo, como também para abrir estradas para entrarem em 1807.<sup>163</sup> Segundo os relatos documentais, o referido governador mostrava-se extremamente preocupado com a situação da região Sudeste do Piauí; tanto que uma de suas primeiras medidas ao assumir o governo foi pedir autorização para fazer a guerra; recebeu como resposta do general do Maranhão – a quem a Capitania do Piauí era subalterna – autorização para iniciar uma nova entrada. A justificativa de seu pedido continuava a mesma, o abandono de aproximadamente 35 prósperas fazendas da região, incluindo as fazendas do Fisco.

Sobre o abandono das regiões que se encontravam vivenciando guerra entre colonizadores e povos indígenas, Puntoni relata situação semelhante da Capitania do Rio Grande, no início do século XVIII, período da "guerra dos bárbaros", acrescentando ainda que o abandono ocorria tanto pelo assédio dos índios como pela destruição causada pelas tropas, que consumiam os recursos locais; ou seja, era a mesma situação vivenciada no Piauí (PUNTONI, 2002, p. 146.).

A partir do século XIX, surgiu um novo personagem em cena, o qual passaria a comandar as ribeiras do Piauí e as bandeiras contra os Pimenteiras: José Dias Soares. Este teve sua primeira referência na documentação do Arquivo Público do Piauí em uma atitude suspeita; José Dias Soares era proprietário de fazendas na região de fronteira com as aldeias dos Pimenteiras. Neste sentido, ocorreu uma reclamação do governador João de Amorim Pereira sobre a índia Margarida, que havia sido pega em 1790, pelo comandante Ignácio Rodrigues de Miranda, e estava nas ribeiras do Piauí em missão para servir como língua no contato com o grupo, e que, naquele momento, se encontrava trabalhando em uma das

---

<sup>162</sup> ORDEM de João do Amorim Pereira à Câmara de Campo Maior, datada de 28 de agosto de 1798. CAB, p. 132v-133v, código 156.

<sup>163</sup> EXPOSIÇÃO da luta com o gentio Pimenteiras no Piauí, em 1807. Carta do governador Carlos Cesar Burlamaqui. Oeiras, 03 de outubro de 1809. IHGB, Coleção Instituto Histórico, lata 58, pasta 09.

fazendas de José Dias Soares. O governador ordenou imediatamente que ela fosse mandada de volta para Oeiras.<sup>164</sup>

José Dias Soares, “homem experimentado em semelhante guerra, por algumas campanhas que já tinha feito e pelo perfeito conhecimento que tem do País, e pela robustez de saúde e fácil a resistir à fome e sede” (DIAS, W. 1960, p. 25), foi nomeado para comandar uma operação, em 1807, com cento e cinquenta homens organizados em três divisões, estabelecendo presídio em Água Verde, fazenda que havia sido abandonada, devido aos ataques dos Pimenteira. Para essa entrada, o governador publicou edital em que estabelecia a contribuição da população para com as despesas da expedição. À época, foi nomeado um almoxarife para receber e distribuir carne, farinha, cavalos e tudo o que fosse necessário para o bom desempenho da entrada. É interessante reforçar a finalidade da guerra nas palavras do governador Burlamaqui: “é preciso enfim, que se punam de uma vez tantos males, ou aldeando-os, ou civilizando-os, ou atirando-os para tão longe que não nos incomodem mais” (COSTA, 1974, p. 220).

Observe-se a maneira pela qual o governador Carlos César Burlamaqui descreveu o encontro da tropa de José Dias Soares com os Pimenteira em 1807:

Só uma das 3 divisões e que comandava o dito José Dias é que avistou o inimigo situado junto a uma lagoa, e fortificada com *faxinas* segundo uso deste gentio, que faz um tapume tão fechado que senão rompe senão com fogo, tendo só uma ou duas saídas que são defendidas por muitos cães que não só dão aviso a seus donos que presentem gente, mas avançam denodadamente a quem os quer forçar cercou com a pouca gente que tinha a lagoa fortificada, e tendo dado ordem para acerto final acometeram todos mesmo tempo, sucedem terem presentido os que estavam mais próximos às portas, ou abertas da fortificação, e por isso atacadas pelos que as defendiam, e como não tinha ai força suficiente foram soltos pelos índios em massa ficando sempre mortos 10, e aprisionados 11 sem que dos nossos percesse ou fosse ferido um só, acudiu então o Comandante ajuntando toda a gente que tinha no cerco, e as perseguiu dando-lhe caça por um dia, mas a dificuldade de penetrar por mata fechada, e tão espaços, o impossibilitou de os seguir mais os soldados estropiados e feridos pelo mato o fizeram para estabelecer em posição vantajosa onde havia água, ai se ajuntaram as outras divisões, que tendo seguido diversos rumos, neles não encontrou o inimigo, e só sim continuados vestígios e rastros deles.<sup>165</sup>

Percebe-se que a partir de 1790, teve início um processo de desgaste e constantes migrações do grupo. Esta campanha foi encerrada devido à falta de água na região.

Em 1808, uma nova expedição não entrou por absoluta falta de mantimentos e pólvora, pois, cada vez mais, diminuían as doações dos fazendeiros; entretanto, continuou a

<sup>164</sup> ORDEM de João do Amorim Pereira ao comandante das ribeiras do Piauí Inácio Rodrigues de Miranda, datada de 10 de agosto de 1799. CAB, p. 170v-171v, códice 157.

<sup>165</sup> EXPOSIÇÃO da luta com o gentio Pimenteira no Piauí, em 1807. Carta do governador Carlos Cezar Burlamaqui. Oeiras, 03 de outubro de 1809.

guerra com os destacamentos que lá se encontravam. Percebe-se que era crescente o desgaste nas relações entre moradores e o comando da tropa, sendo que os fazendeiros se recusavam a participar dessas empreitadas, já que o custo da guerra era muito alto, e os prejuízos eram enormes.

Por meio dos documentos, observa-se que José Dias não queria continuar com os ataques aos índios; alegava problemas com a família Rego Castelo Branco, que anteriormente havia dirigido várias expedições na região. Para demover José Dias, assim escreveu o governador Carlos Cezar Burlamaqui ao comandante:

Recebi as suas cartas do primeiro deste e respondo o seguinte: conheço o grande incomodo que V.M. tem no comando dessa ribeira, e da bandeira, conheço que atrasam os seus interesses, mas também conheço que V.M. é o mais hábil e capaz para estas duas comissões, nas quais espero que V.M. a adquira honra e fama utilize a esses povos, e ao serviço de S.A. Real. Não creia o que por ai lhe dizem; os seus inimigos não passam dos que moram nessa ribeira e talvez em um canto dela, estes são os Pimenteira. Os parentes do defunto João do Rego, não são capazes de [...], o merecimento de V.M. nem de lhe tirar a glória que V.M. adquiriu na primeira entrada e nem de se oporem as que se devem seguir nem deterem um embaraço a deste ano, primeiro porque eu não aceito vetos, nem pareceres, nem [...], senão das leis, justiça e a razão. Segundo porque o bom caráter que tenho conhecido nos ditos parentes me não dá lugar a supor deles tal pequenez. Conserve-se V.M. ai até ao ano que estão cessará tudo de uma vez, e V.M. ficará contente [...].<sup>166</sup>

Não obstante o destacamento continuar atuando, em dezembro de 1808, a fazenda Jibóia<sup>167</sup> foi atacada pelos Pimenteira. Ainda em janeiro de 1809, segundo as fontes, os ataques diminuíram, e o governador mostrava-se satisfeito com os resultados:

Sempre me alegro quando recebo cartas dessa ribeira, e de V.M. pois aí tenho às minhas vistas, e os meus desejos, sinto contudo quanto é possível os insultos, ainda que pequenos, que o gentio tem feito pelo distrito do rio, sempre o destacamento foi grande providencia pois desde que ele ai esta não tem feito insultos nesta Capitania; tenho sempre que devemos a empresa ao cabo, de extinguir semelhantes ruínas pois que escapamo-los de cá se [...] para o rio e como dela lhe não fazem parede, e nem acham nenhum obstáculo para lá se açoitam e hão de povoar todas as fazendas que por lá houverem. Vá V.M. dando as providencias que achar precisas, que farei a diligencia para que esteja tudo pronto quando V.M. aqui vir. A terra está mais escassa de tudo e pode ser que venha a faltar alguma coisa, a sua é terrível, e se não vir chuva os gados não podem subir, e não se fará nada [...].<sup>168</sup>

Uma nova expedição sob o comando de José Dias começou a ser organizada para entrar em maio de 1809; a sede da tropa seria na fazenda Água Verde, para onde foram levados os mantimentos necessários para a bandeira. O governo enviou ofício a todas as

<sup>166</sup> CARTA de Carlos Cezar Burlamaqui a José Dias Soares, datada de 17 de junho de 1808. CAB, p. 3v-4, códice 161.

<sup>167</sup> A fazenda está localizada próxima ao atual município de Dom Inocêncio, na divisa com a Bahia.

<sup>168</sup> CARTA de Carlos Cezar Burlamaqui a José Dias Soares, datada de 24 de janeiro de 1809. CAB, p. 30-30v, códice 161.

Câmaras que existiam na capitania, para que multassem os colonos dos diferentes distritos, de acordo com a necessidade da guerra e que estipulassem o número de pessoas necessárias para fazer parte da tropa. De acordo com os relatos, o governador Burlamaqui organizou entradas sem ajuda, prevalecendo nesse período as contribuições dos moradores, ou seja, o povo do Piauí continuava arcando com as despesas da guerra.<sup>169</sup>

Entretanto o problema relativo à falta de homens para participar da tropa continuava, o governador, em correspondência aos comandantes, reclamou da negligência e frouxidão dos comandantes das ribeiras do Riachão, do Canindé, de Jaicós e das Guaribas, por não enviarem homens e mantimentos para a tropa, “concorrendo para a proteção mal entendida e criminosa que prestam aos moradores das repartições que comandam”.<sup>170</sup> Somente o comandante Manoel de Sousa Martins cumpriu com a determinação do governador.

Segundo os relatos, mesmo com todos os problemas, a entrada foi organizada, e entrou em abril de 1809 com duzentos homens, os quais vieram das mais diversas partes da Capitania, e o governador demonstrou a sua satisfação:

Estimo que chegasse ali com saúde e sem lhe faltar gente, de Jerumenha lhe chegarão brevemente pois que partiram daquela vila a 21 do corrente 30 soldados dos quais 26 vão com armas de fogo; comandados pelo cabo José Vieira de Carvalho, 15 cavalos com cangalhas, 14 cargas de farinha e um rolo [...] Os 31 que avisou do Canto devem ir todos sem exceção, e os que não forem por bem vão por mal, e se ainda se não portarem bem acabada a expedição nos remeta [...] Daqui já partiram 21 armas, e 4 cargas de farinha [...].<sup>171</sup>

Logo no início, ainda mês de junho de 1809, José Dias mandou avisar que aproximadamente quarenta homens abandonaram a expedição. O governo ordenou que se desfizesse a tropa, porque as despesas eram exorbitantes. Ordenou ainda, em mais uma tentativa de povoar aquela área, que todos os que quisessem ocupar as fazendas despovoadas poderiam ficar na região plantando e criando gado. Ainda no mês de julho, em uma nova carta, o governador parabenizou José Dias Soares e pediu que ele permanecesse com a tropa; e ainda lhe remeteu cinquenta bois. Aparentemente, a tropa já havia alcançado algum êxito,<sup>172</sup> haja vista que essa bandeira de Dias Soares, por três vezes enfrentou o inimigo, tendo regressado com vinte e seis prisioneiros e matado quinze índios. Perdeu apenas um soldado,

<sup>169</sup> CARTA de Carlos Cezar Burlamaqui a José Dias Soares, datada de 28 de abril de 1809. CAB, p. 43-43v, código 161.

<sup>170</sup> ORDENS de Carlos Cezar Burlamaqui aos comandantes Manoel Rodrigues Coelho, da ribeira do Canindé; Antonio de Sousa Pereira, da ribeira do Riachão; Miguel Borges, comandante das Guaribas e José Rodrigues Coelho, comandante de Jaicós, datadas de 19 de abril de 1809. CAB, p. 41-42v, código 161.

<sup>171</sup> CARTA do governador Carlos Cezar Burlamaqui ao comandante do Piauí e da bandeira José Dias Soares, datada de 28 de abril de 1809. CAB, p. 43-43v, código 161.

<sup>172</sup> ORDEM do governador Carlos Cezar Burlamaqui a José Dias Soares, datada de 17 de julho de 1809. CAB, p. 60, código 161.

que morreu de sede. Até então, esta parecia ter sido a bandeira contra os Pimenteira que trouxera mais resultados animadores para o governo do Piauí.

De acordo com os registros documentais, os Pimenteira foram cercados nas imediações da lagoa de Bonsucesso, hoje cidade de Caracol. Inicialmente, ofereceram resistência, mas, devido à desigualdade na eficiência dos armamentos, tiveram que abandonar o local e escaparam por entre caminhos anteriormente preparados para essa eventualidade, interessante tática de defesa utilizada pelo grupo.

Deixaram para trás diversas rancharias feitas de casca de pau (foram encontrados no local os seguintes objetos: oitenta e quatro arcos, trezentos e trinta e seis flechas, quarenta redes, vinte e quatro machados de pedra, trinta e dois cães, seis papagaios, dois periquitos, dois canários, dois carcarás, vários instrumentos de caça e diversos utensílios de uso doméstico) (DIAS, W. 1960, p. 25). Contudo, mesmo com tanta violência, os índios ainda refluíram para território pernambucano para regressar em seguida à região de Curimatá, no Sul do Piauí.

Sabe-se que esses ataques contínuos da tropa, que tiveram início em 1807, mataram e dispersaram grande número dos Pimenteira, e “alguns poucos que ainda estão serão obrigados a entregar-se logo que se povoem as cabeceiras do Piauí e que se cultivem as fazendas que tinham sido abandonadas”.<sup>173</sup> Uma Carta Régia de 1699 já determinava que os possuidores de terras no Piauí que não as cultivassem pessoalmente ou por meio de agregados perderiam os direitos de posse em favor de quem denunciasse (PORTO, 1974, p. 63).

A partir do domínio da área da lagoa onde se encontravam os Pimenteira, teve início o processo de distribuição das terras. A ordem do governo, em relação às fazendas abandonadas, era que fossem doadas para quem quisesse povoá-las ou para os antigos proprietários. Para tanto, iriam somente para os que preenchessem alguns requisitos necessários.

As fazendas Almas e Formigas<sup>174</sup> pertenciam ao capitão Antonio Pereira da Silva e por ele foram abandonadas. Somente voltaria a ser seu proprietário se preenchesse os requisitos necessários estipulados pelo governo; quais sejam: povoar de gado vacum e cavalar no prazo de quatro meses, com atestação do comandante da ribeira ou do inspetor de São João do Piauí. Para os proprietários que estavam participando da guerra, a ordem era para que imediatamente voltassem a povoar suas terras. O governo também daria licença para que

---

<sup>173</sup> ORDEM de Carlos Cezar Burlamaqui ao capitão Antonio Pereira da Silva, datada de 09 de agosto de 1809. CAB, p. 62-62v, código 161.

<sup>174</sup> A fazenda Formigas deu origem ao atual município de Caracol.

fossem ocupadas as fazendas que haviam sido abandonados e cujos proprietários não fossem localizados, ou as novas terras que estavam sendo descobertas com a guerra. O comandante deveria preencher uma espécie de formulário com nome, quantidade de pessoas e confrontações da fazenda que seria ocupada.<sup>175</sup>

Ao comandante José Dias Soares coube povoar a fazenda Caiçara; a Maria da Conceição, a fazenda Cavaleiro; aos herdeiros de Francisco Lopes, a fazenda Volta; a Manoel Ribeiro Soares, as fazendas Riacho, Deserto e Caraíbas; a Francisco da Cunha, a fazenda Boa Vista e a Francisco Ribeiro Soares, a fazenda... (ilegível). Foi enviado também aviso aos proprietários das fazendas São Lourenço, Caraíbas, São Victor, que moravam na Capitania do Piauí; e aos proprietários das fazendas Onça, Tambor, Vereda, Curimatá, Santo Antonio, Conceição, Sítio da Aldeia, Poço das Ribeiras e São João que estavam morando nas ribeiras do São Francisco para virem povoar as respectivas fazendas, senão perderiam seus direitos de proprietários. Essa ação corrobora a informação de que muitos proprietários de fazendas na Capitania do Piauí não moravam nelas, sendo, provavelmente, sesmeiros que deixavam suas fazendas sob a administração de um vaqueiro. Para o governo, esse tipo de atitude dos proprietários, abandonando as fazendas, contribuiu muito para o avanço e resistência dos Pimenteira na região.<sup>176</sup>

Parecia que tudo estava sob controle, e os Pimenteira dominados, quando uma parte do grupo apareceu bem próxima a Parnaguá, em 1809, e, de acordo com José Dias Soares, foram encurralados num âmbito de 12 léguas. Segundo as fontes documentais, o governador ordenou que os Pimenteira fossem “extintos”. Para isso, uma bandeira deveria sair de Parnaguá e se unir com a de José Dias Soares no fim das águas.

Mesmo depois de tantas entradas, os Pimenteira continuavam resistindo e afugentando os moradores das ribeiras do Piauí, de Parnaguá e de Jerumenha, permanecendo, portanto, como uma grande preocupação para o governo. Por isso, é autorizada a continuação da expedição de José Dias Soares, que teve início em 1811. Para a manutenção da tropa, foi autorizada pelo governo do Maranhão, além da colaboração dos moradores, a utilização do dinheiro da cobrança de multas para a manutenção da guerra. O capitão Francisco Pereira da Silva era o responsável pela cobrança e pela compra dos mantimentos.<sup>177</sup>

---

<sup>175</sup> ORDEM de Carlos Cezar Burlamaqui ao capitão Antonio Pereira da Silva, datada de 09 de agosto de 1809.

<sup>176</sup> ORDENS de Carlos Cezar Burlamaqui ao capitão Antonio Pereira da Silva e ao comandante do Piauí e da bandeira José Dias Soares, datadas de 09 e 14 de agosto de 1809. CAB, p. 62-63v, código 161.

<sup>177</sup> CARTA de Luiz José de Oliveira e Severino Coelho Rodrigues ao capitão Francisco Pereira da Silva, datada de 03 de outubro de 1811. CAB, p. 148v-149-149v, código 161.

Em maio de 1811, José Dias Soares comanda uma nova entrada. De acordo com Pereira da Costa, o pedido para a organização dessa nova entrada veio de Jerumenha, sendo que a sublevação dos Pimenteiras vinha desde o final do ano anterior e constava já com o assassinato de mais de 50 pessoas e com a evacuação de muitas fazendas na ribeira do Piauí, na região do rio Gurguéia e da vila de Parnaguá (COSTA, 1974, p. 227).

A entrada foi formada por quinze soldados, de acordo com o comandante, por não mais encontrar ninguém que obedecesse às ordens do governador, visto que a população não mais agüentava as despesas e prejuízos causados por essa guerra. Ele entrou no dia 16 de maio, pelo presídio da fazenda Onça. Foram utilizadas como língua algumas índias – prisioneiras em campanhas anteriores:

Entrei pela forma dita e foi seguindo na mesma forma que também já participei ao Ilmo Srº Governador até o ponto em que mandei as índias falarem ao gentio o repito para poder explicar todo acontecimento: foi sentido do gentio no dia 4 de junho e no dia 5 por me achar sem poder seguir ao gentio que se tinha retirado não tão somente por sermos poucos, os que nos achamos como maiormente por não ter quem nos sugerisse por ter ficado só 6 pessoas na bagagem este em grande distancia e por isso assentei em mandar 2 índias a falar o gentio a ver se os reduzia [...] tratando com elas esperar 4 dias no lugar Tamanduá aonde tinha deixado a bagagem para onde vim com toda presteza como temor de que não [...] nela alguma desordem excluindo a fraqueza em que estava tratando mais com as índias que no caso de não chegarem no quarto dia virem para o lugar Conceição esperar até completar 20 dias com o trato se elas não chegassem que as seguiam elas, me deram todas as boas esperanças que podiam ser precisas e chegando a bagagem no dia 6 pela manhã aí esperei até o dia 10 no qual parti a Conceição chegando no meio dia [...] e no dia 11 estando os próprios para saírem chegaram as índias trazendo consigo 6 mais dos brabos 5 fêmeas e 1 machinho [...].<sup>178</sup>

A entrada de 1811 fracassou pelo pequeno número de soldados que acompanhavam José Dias. Apesar da utilização de algumas índias como guias, eles não obtiveram êxito; não puderam seguir os Pimenteiras, e duas índias foram instruídas e enviadas para persuadi-los a entregar-se. Marcaram um encontro com o restante do grupo, que deveria ocorrer em um prazo de quatro dias no lugar Tamanduá; caso não conseguissem chegar na data combinada, o comandante estaria esperando no lugar Conceição, para onde deveriam seguir as índias com o restante do grupo. As índias Pimenteiras retornaram depois de alguns dias, trazendo mais cinco índias e uma criança, dentre elas uma índia era considerada pelo grupo como Principal. As mesmas mensageiras prometiam buscar o restante do grupo para selar a paz. O encontro foi marcado no lugar chamado “Tau Tau”, na língua dos índios, também conhecido pela tropa

---

<sup>178</sup> OFÍCIOS e relações de José Dias Soares, referentes à entrada que fez ao gentio Pimenteiras, na capitania do Piauí (1811). doc. 2.

como Morro Pão de Açúcar, como é chamado até hoje (GUERRA, 1978, p. 313);<sup>179</sup> localizado atualmente no município de Bonfim do Piauí. O comandante enviou alguns soldados em busca de ajuda e mandou também construir uma casa para servir de proteção.

Ressalte-se a figura da índia, considerada como Principal por seu grupo, pois não é um fato muito comum entre os grupos indígenas uma mulher assumir tal função. A índia liderava as negociações entre José Dias e o restante de seu grupo que se encontrava na aldeia. Fátima Martins destaca a importância de algumas índias; por exemplo: Antonia Potiguar, na Capitania do Rio Grande, e Maria Moacara, no Maranhão, utilizadas como intermediárias entre seus respectivos povos e missionários que atuavam na região (LOPES, 1999, p. 92-94).

Segundo um relato do comandante José Dias, um negro, que depois seria remetido preso para ser castigado em Oeiras, atrapalhou seus planos, “foi entrar demônio em um negro” convidando as índias a fugir para Parnaguá ou para a região do São Francisco; dizendo que os brancos só queriam prender e matar seus parentes. É interessante observar, nesse caso, a figura do negro desestruturando as relações entre José Dias e as índias Pimenteiras. Sem sucesso, o comandante e sua tropa retornaram ao Presídio da Onça.<sup>180</sup>

Logo no início de 1812, para organizar uma nova entrada, José Dias pediu cinquenta homens. Por mês; doze cabeças de gado; cinco cargas de farinha; um alqueire de sal; trinta e duas varas de fumo; e, para todo o ano, cem varas de fumo; doze facões; quatro machados; uma enxada; uma corrente; uma golilha;<sup>181</sup> uma verruma;<sup>182</sup> dois cadeados; um tambor com sua caixa; doze cavalos; trezentos pederneiras;<sup>183</sup> e meia resma de papel. Completa a lista dizendo não ser necessária a pólvora, pois ainda restava da entrada anterior; assim, pediriam somente quando fosse necessário. Nessa lista, em que se tem o que era necessário para se fazer uma guerra, é válido registrar a presença de dois instrumentos de tortura, como a golilha e o viramundo.<sup>184</sup> Na entrada de 1790, os relatos mostram a utilização constante dos dois

<sup>179</sup> O termo *Pão-de-açúcar* é a denominação regional brasileira, usada para os cumes arredondados e bastante abruptos, como se pode observar no Rio de Janeiro e no Espírito Santo. Neste último Estado, costuma-se, também, chamar esta forma de relevo de “pontão”.

<sup>180</sup> OFÍCIOS e relações de José Dias Soares, referentes à entrada que fez ao gentio Pimenteiras, na capitania do Piauí (1811).

<sup>181</sup> De acordo com RAMOS, Artur. A aculturação negra no Brasil. In: CARNEIRO, Edson. *Antologia do negro brasileiro*. Disponível em: <<http://jangadabrasil.com.br/maio21/pa21050c.htm>>, o termo *golilha*, era um instrumento que prendia o pescoço. Das gargalheiras partiam correntes que prendiam os membros do negro ao corpo, ou servia para atrelar os escravos uns aos outros, nos transportes dos mercados dos escravos para as fazendas ou, dentro destas, para os trabalhos vários.

<sup>182</sup> Verruma: instrumento cuja ponta é lavrada em hélice, usado para abrir furos na madeira.

<sup>183</sup> Pederneira: sílex pirômaco, capaz de produzir centelhas quando percutido ou atritado por peças de metal. Usado em peças antigas de artilharia, espingardas.

<sup>184</sup> Para Ramos (apud CARNEIRO), op. cit., o termo *viramundo*, era uma variedade do tronco de madeira; era um instrumento de ferro, de tamanho menor, sendo que o instrumento abre-se em duas metades que fecham por intermédio de um parafuso em uma das extremidades. Há nele buracos grandes e pequenos para pés e mãos.

instrumentos, utilizados especialmente para punir soldados desertores.<sup>185</sup> Em relação aos homens que foram pedidos para participar da entrada, muitos deles não obedeceram às ordens do comandante e desertaram logo no início da expedição.

A ordem era que enviassem a Oeiras todos os desobedientes e insubordinados que fossem presos, onde seriam castigados. Apenas enfermos e idosos seriam dispensados. José Dias enfrentava, desta forma, uma guerra interna, em sua própria tropa, haja vista o comandante ter dificuldades para manter prisioneiros os índios e os desertores. Lembrando, ainda, que também faltavam carne, farinha, e vestimenta aos prisioneiros. Durante essa entrada, foram presos trinta e seis índios;<sup>186</sup> dentre eles o filho de um fazendeiro local, aparentado do comandante José Dias. Era um “cristão” que, desde criança, tornou-se prisioneiro dos Pimenteira, e permaneceu com o grupo até as últimas entradas e confrontos, porém não quis se apartar do grupo. Apesar de seu pai, morador da região, ter tentado levá-lo com toda a sua família, mulher, seis filhos, um genro e um neto, ele preferiu continuar com os povos indígenas.<sup>187</sup>

Por sua vez, o governo achava dispendioso manter os cinquenta soldados e os trinta e seis prisioneiros, principalmente pelas dificuldades de conseguir mantimentos com os fazendeiros, já que estes há muito colaboravam com a manutenção das tropas. O governador alegou que as despesas eram excessivas, e não havia necessidade de os índios que foram feitos prisioneiros ficarem lá, devendo ser enviados imediatamente para Oeiras. Deveriam permanecer somente alguns que pudessem servir de língua. Pelo fato de estarem perto de sua aldeia, havia risco de fugirem.

Dentre todos os problemas, a falta de alimentos para manter índios e soldados era o mais grave e constante motivo de preocupação por parte do governo, que ordenou a José Dias, em 1812:

Quanto ao sustento desses 36 índios, e dos soldados os vá V.M. alimentando com as matalotagens que sobraem das ofertadas, e das que gratuitamente e voluntária darem os moradores dessas ribeiras mais vizinhas, como partes mais interessadas nessas presas; os mesmos se podem suprir com farinha ou milho, uma vez que o tempo vai sendo próprio das colheitas; se porém houver alguma falta de farinha, ou de vestuário para os ditos índios. O bom tratamento dos quais primeiro que tudo muito lhe recomendamos. Poderá V.M. tomar a alguns lavradores, e camboeiros de fazenda. Nós de muita boa vontade supriríamos de tudo, se houvesse ordem para

<sup>185</sup> OFÍCIOS e relações de José Dias Soares, referentes à entrada que fez ao gentio Pimenteira, na capitania do Piauí (1811). doc. 4.

<sup>186</sup> ORDEM de Luiz José de Oliveira e Miguel Pereira de Araújo ao capitão Francisco Pereira da Silva, datada de 26 de fevereiro de 1812. CAB, p. 148v-149-149v-150, código 161.

<sup>187</sup> OFÍCIOS e relações de José Dias Soares, referentes a entrada que fez ao gentio Pimenteira, na capitania do Piauí (1811). IHGB, Coleção Instituto Histórico, lata 178, pasta 48, doc. 7.

dispender-se dos cofres reais alguma coisa, ou se ao menos se houvesse cobrado porção suficiente dos dinheiros da multas [...].<sup>188</sup>

Por outro lado, criou-se um impasse; o comandante José Dias Soares já não se entendia tão bem com o governante da capitania, e insistia em ficar com os índios – prisioneiros nas ribeiras do Piauí. Esta se tornou uma atitude habitual do comandante, do início ao final de suas entradas na região. Segundo a documentação, muitos Pimenteira prisioneiros ficaram trabalhando em fazendas do referido comandante e de seus familiares. Contudo, para o governo, era mais interessante e mais econômico que os índios ficassem aldeados. Então, fez-se a proposta para que José Dias Soares remetesse-os para o aldeamento de São Gonçalo do Amarante ou para o de Cajueiro. Foram também dadas ordens para que o diretor de São Gonçalo do Amarante preparasse roças comuns para o estabelecimento dos Pimenteira; entretanto, sua ida nunca ocorreu.<sup>189</sup> Alguns autores trabalham com a possibilidade de ter sido fundado um aldeamento no local onde hoje está localizada a cidade de Caracol (MACHADO, 2002).

Em 1817, José Dias repetiu a mesma atitude de ficar com os prisioneiros para utilizá-los como mão-de-obra em suas fazendas. O governo ordenou que os enviasse imediatamente para a capital, mas José Dias mantinha a decisão de ficar com os índios em suas terras, conforme revela um documento de 1817, quando ainda havia índios nas fazendas de sua família:

Logo que V.M. esta receber passará imediatamente à fazenda do Caracol, que foi de seu irmão José Dias Soares, e ai achará, ou esperará que chegue o Comandante interino dessa Ribeira o Alferes Ignácio Gomes de Sousa, que o há de encarregar de conduzir a esta Cidade em companhia do genro de seu irmão Manoel Afonso Sertão as índias, que na dita Fazenda se acharem. Espero que V.M. neste serviço de Sua Majestade se interesse com empenho em ordem a que cumprindo com que deve, mereça por mim ser empregado com vantagem sua. Desejo muito que as índias cheguem aqui com o menor incomodo, que for possível, mas todavia com segurança.<sup>190</sup>

Ainda em 1812, segundo os relatos, os Pimenteira continuavam ameaçando as ribeiras do Piauí, sendo que, no início do século XIX, cerca de 29 fazendas tinham sido abandonadas na região. Grupos foram organizados com cerca de 50 homens para atacarem os indígenas.

É errônea a afirmativa de Pereira de Alencastre, a qual foi confirmada por vários autores, de que, em 1807, “os Pimenteira apareceram novamente nas cabeceiras do Piauí,

<sup>188</sup> ORDEM de Luiz José de Oliveira e Miguel Pereira de Araújo ao comandante da bandeira José Dias Soares, datada de 28 de março de 1812. CAB, p. 163-163v, código 161.

<sup>189</sup> ORDEM de Luiz José de Oliveira e Miguel Pereira de Araújo ao comandante da bandeira José Dias Soares, datada de 25 de abril de 1812. CAB, p. 181v-183, código 161.

<sup>190</sup> ORDEM de Elias José Ribeiro de Carvalho a Gabriel Dias Soares, datada de 6 de novembro de 1819. CAB, p. 7v-8, código 163.

foram batidos por dois anos seguidos e completamente aniquilados” (ALENCASTRE, 1857, p. 10). A documentação nos mostra que bandeiras foram enviadas ainda à região em 1809, 1811 e 1812, todas com grande efetivo militar, porque o grupo ainda se encontrava na região e “incomodava” os moradores.

De acordo com os relatos, José Dias Soares pediu para sair do comando das tropas em 1813 e, para substituí-lo, a Junta Governativa nomeou Inácio Gomes de Sousa, como é relatado no seguinte ofício:

Tendo em vista o seu ultimo Oficio no qual entre outros objetos nos pedia que em atenção a sua idade, e moléstias, a houvéssemos de disjunçar do comando do gentio Pimenteiras: Ouvindo a sua supplica o damos desde já por disjuçado do dito Comando nomeando em seu lugar Ignacio Gomes Cabo que foi do mesmo comando a quem V.M.ce dirigirá aquelas instruções que tem adquirido durante o decurso da mesma Bandeira, e remeterá as índias e índios que ai tem em seu poder e que lhe servem de língua ficando advertido que deve imediatamente apresentar na Secretaria deste Governo uma conta corrente do que bem e desprendeou-na mesma Bandeira em todo o seu tempo ficando igualmente na intelligência que tão bem o [...] por demittido do comando da Ribeira do Piauí o que deve [...] aquela Bandeira.

Havendo nós [...] a representação de Jose Dias Soares que nos tem rogado uma e muitas vezes a demitíssemos do Comando da Ribeira do Piauí e da Bandeira destinada a guerra do gentio Pimenteira e sendo atendida por nos a sua supplica, e tendo em vista os serviços, que V.M.ce tem feito na mesma Bandeira o Nomeamos por Capitão Comandante dela, e da referida Ribeira da mesma forma que o dito Jose Dias; por tanto V.M.ce haverá do dito seu antecessor todas as instruções relativas a este objeto e bem assim qualquer dinheiro [...] utensílios língua ou coisas pertencentes a mesma Bandeira: Depois do que V.M.ce partirá para esta cidade a receber as ultimas ordens deste governo e munições que lhe forem fornecidas na conformidade das ultimas Reais Ordens.<sup>191</sup>

Enfatize-se que, com base na documentação pesquisada, tem-se a impressão de que José Dias continuou por mais algum tempo no comando da Ribeira do Piauí, porque, em documentação citada posteriormente, ele ainda informa que ficou no comando até 1816, capturando índios, mesmo estando com idade avançada e doente. Não se encontrou, na documentação pesquisada, nenhuma referência as suas ações durante esse período, como também a referida documentação não cita ações executadas por Ignácio Gomes. Em 1815, para o governo do Piauí, os Pimenteira são dados como extintos e a conquista foi dada como concluída.

Assim como João do Rego Castelo Branco, José Dias Soares solicitou benefícios por seu trabalho, embora ele, seus familiares e amigos já tivessem sido contemplados com várias fazendas. Agora pedia também título e prêmio, segundo informou o governador Elias José

<sup>191</sup> ORDEM de João Leite Pereira Castelo Branco, João da Silva Furtado e João Gomes Caminha ao comandante da bandeira José Dias Soares, datada de 9 de outubro de 1813. CAB, p. 219, códice 161.

Ribeiro de Carvalho, intercedendo junto ao ministro de Estado Thomas Antonio de Vila Nova Portugal em 1819:

O meu antecessor em officio de três de março de mil oitocentos e quinze, Documento número primeiro, deu parte a Sua Majestade de ter-se concluído a conquista do gentio Pimenteiras comandada por José Dias Soares, a quem para isso havia autorizado com a patente, Documento numero segundo, e tendo-se este sujeito empenhado com desvelo, préstimo, e honra neste Real Serviço de Sua Majestade desde o ano de mil oitocentos e sete, sempre com vantagem do mesmo serviço, e com detrimento e perdas do pouco que possuía, isto induziu o referido meu antecessor a por na Real Presença de Sua Majestade com o supra citado officio o requerimento e serviços do mesmo José Dias Soares, em ordem a que este bom vassalo recebesse da Real Beneficência o premio de seus serviços até hoje nenhum resultado tem havido a este respeito, e por esta razão torna o supradito José Dias Soares com as suas supplicas ao Real Trono, e no requerimento incluso documentado com os seus serviços em forma legal pede a Sua Majestade um remuneração de todos eles a Patente de Capitão de Infantaria com o soldo respectivo, e a supervivencia destes para seu filho. Informado a Vossa Excelência a este respeito, entendo, que dando-lhe Sua Majestade a Patente de Capitão de Milícias, continuando no comando da Ribeira do Piauí, que ora tem, e o soldo de doze mil reis por mês, sem tal graça se transmitir a seu filho, ficariam seus serviços premiados correspondentemente à Real Grandeza de Sua Majestade. Deus guarde a Vossa Excelência, Oeiras do Piauí, 19 de agosto de 1819.

#### Requerimento acusado

Senhor Diz Jose Dias Soares da Capitania do Piauí que o suplicante desde mil oitocentos e sete até mil oitocentos e dezesseis foi ali empregado sucessivamente em conquistar índios bárbaros, sem que deste arriscado trabalho tivesse tirado outro aproveitamento mais do que a satisfação de que cumprindo as ordens dos governadores delegados de Vossa Majestade se empregasse no Real Serviço, e sendo assim útil ao Estado concorresse ao mesmo tempo para o bem publico. O suplicante, Real Senhor, foi mandado conquistar em mil oitocentos e sete o gentio Pimenteira, que infestava e desolava quase toda a vasta Ribeira do Piauí daquela Capitania (onde tinha feito despovoar mais de trinta fazendas de gados) uma grande parte do termo da Vila de Parnaguá da mesma Capitania, e outra do Distrito de Pilão Arcado Capitania de Pernambuco, e nesta conquista persistiu quase sem interrupção até que em mil oitocentos e quinze conseguiu a extinção da mesma Nação de índios bárbaros, que faziam grandes carnagens nos Povos daqueles territórios. Estando o suplicante já na avançada idade de sessenta anos se julgava descansado de suas fadigas, sem prêmios, e despido de bens, por ter consumido os que lhe restavam no desempenho daquele Real Serviço, de que fora encarregado, foi novamente chamado em mil oitocentos e dezesseis pelo seu Governador do Piauí para ir coadjuvar outra conquista contra o gentio Acroá Mirim no continente da mesma Vila de Parnaguá a confinar com as minas, conquista esta de que se achava encarregado um tal Bernardo Pereira, e que nenhuma utilidade tirara até então dela, decorridos três para quatro anos que a comandava. Prontamente o suplicante obedeceu a ordem de seu Governador, e dirigindo-se a aquele continente fez a conquista que a critica estação do tempo lhe permitiu, tirando dela algum proveito primeiro, e único que se temos experimentado sobre aquela Nação, contra a qual não voltou, por não ser outra vez mandado. Estes serviços que o suplicante tem tido a honra de prestar a Nossa Majestade estão comprovados pelos documentos juntos, dos quais também consta o mísero estado de pobreza a que se acha reduzido. Por isso recorre o suplicante a Indefectível Piedade de Vossa Majestade, e prostrado ante o Régio Trono. Pede a Vossa Majestade que compadecendo-se da miséria do suplicante seja servido conferir-lhe em remuneração dos seus serviços a graça da Patente de Capitão de Infantaria o respectivo soldo com sobrevivência em seu filho Domingos Dias Soares

que sempre o acompanhou, e ajudou nos perigosos trabalhos das conquistas referidas. E receberá Mercê.<sup>192</sup>

Em 1819, após a “conquista” dos Pimenteira, José Dias Soares ainda reclamava honrarias e patente de capitão de Infantaria, com o soldo respectivo, que contemplassem também seu filho Domingos Dias Soares. Para tentar amenizar a situação e temendo que talvez não saísse a nomeação, o governador tentou uma negociata, para assim conseguir outra patente de menor valor, a de capitão de Milícias, pretendendo, dessa forma, acalmar José Dias.<sup>193</sup> Não se sabe se José Dias conseguiu os benefícios pretendidos.

No que diz respeito a seu filho, Domingos Dias Soares, em 1856, em documento de registro de terras, este declarou ser possuidor da fazenda Saco, localizada na freguesia de São Raimundo Nonato, cujas terras foram descobertas e povoadas por seu pai, em 1812, que era autorizado a promover a ocupação das terras de onde os índios foram exterminados, sendo esta a justificativa para a ocupação.<sup>194</sup>

Von Spix e Von Martius, na passagem pelo Piauí, no início do século XIX, comentam que, à época, os Pimenteira se encontravam distribuídos em fazendas, o que, na opinião dos dois viajantes, seria um sistema mais vantajoso para o índio do que o sistema de aldeamento. Ainda segundo Von Spix e Von Martius, após o final da guerra, uma parte do grupo foi estabelecida na Lagoa do Sal, enquanto a maioria vagava, sendo que os fazendeiros os poderiam apanhar, vender ou escravizar por até 10 anos (SPIX; MARTIUS, 1968, p. 273).

Os Pimenteira conseguiram sobreviver durante cerca de 40 anos de guerra contínua, enfrentando bandeiras ininterruptas, às vezes com grande número de participantes, embora a maioria sempre tenha sido formada por pequenos grupos.

Logo, não se possuem dados que possam confirmar concretamente se o grupo foi aldeado, embora alguns autores sustentem a formação do aldeamento de Bonsucesso, na região da atual cidade de Caracol, onde ficaram prisioneiros os índios Pimenteira, após a guerra (MACHADO, 2002). O período da criação de aldeamentos já havia passado, desde a

<sup>192</sup> REQUERIMENTO de José Elias Ribeiro de Carvalho ao ministro de Estado Thomas Antonio de Villa Nova Portugal, datado de 19 de agosto de 1819. CAB, p. 118v-121v, código 020.

<sup>193</sup> Id. *ibid.*

<sup>194</sup> “Eu abaixo assinado possuo a fazenda Saco sita nesta freguesia de São Raimundo Nonato província do Piauí, cujas terras foram descobertas e povoadas no ano de 1812 por meu pai José Dias Soares encarregado pelo governo Provincial da conquista dos Índios selvagem, que então habitarão estas catingas autorizado a promover a ocupação das terras, donde eles fossem exterminados. Tem a referida fazenda três léguas em comprimento, e duas em largura pouco mais ou menos: limita ao nascente com a fazenda Dois Braços, ao sul com a Barra, ao poente como o Caracol, ao norte com terras incertas e matas impenetráveis. Sua extensão porém procede de cálculo, porque nunca foi demarcada a dita fazenda e seus limites são particularmente convencionadas entre os respectivos possuidores. E por ser lei mandei fazer a presente declaração, em que me assino. Vila de São Raimundo Nonato onze de janeiro de 1856. Domingos Dias Soares”. Arquivo Público do Piauí - Registro de Terras - 1856.

política pombalina, e o interesse da política governamental era pela miscigenação e integração dos povos indígenas com a população em geral. Os aldeamentos que continuaram no período do Diretório dos índios estavam localizados em pontos estratégicos, próximos ao rio Parnaíba e à capital, Oeiras, todos na região central da capitania. Por conseguinte, era um projeto totalmente inviável para aquele período; principalmente porque o projeto apresentado pelo governo é que ficariam juntos com outros povos, no caso os Acoroá, o que poderia indicar discordâncias, pois não desfrutavam de relações amistosas.

#### 4.2 Estratégias e táticas de resistência

Foram muitas as estratégias utilizadas pelos colonizadores para ter o domínio da região, desde tentativas de negociações com os povos indígenas até confrontos diretos. A resistência indígena também ocorreu de diversas formas e sustentou uma guerra contínua por quase cinquenta anos.

A reação indígena era também premeditada e organizada estrategicamente, através de emboscadas espalhadas pelo caminho, combates na mata, como também através da distribuição de trincheiras em volta das aldeias. Ela pode estar relacionada à capacidade de luta, como também à capacidade de adaptação do grupo.

Os Pimenteira tinham também como tática de defesa fazer emboscadas para contra-atacar a tropa que seguia em seu encalço. A tropa de 1779 foi vítima de uma emboscada, quando seguia rumo a Formigas no rastro dos Pimenteira. A cada passo, em distância de seis léguas, eles eram vítimas; e, à época, dentre os índios que participavam da tropa, foi morto um Gueguê e flechado um Acoroá.<sup>195</sup> Em determinadas ocasiões, nas quais os Pimenteira tiveram que abandonar o local, eles escaparam por entre caminhos anteriormente preparados para essa eventualidade – outra interessante tática de defesa utilizada pelo grupo.

Os índios Pimenteira também procuravam cobrir todos os vestígios de sua passagem, para dificultar a aproximação da tropa. De acordo com relatos da expedição de 1779, em um bamburral (*Hyptis umbrosa*), eles levantaram novamente o capim para disfarçar sua passagem no local; assim, a tropa perdeu a trilha dos Pimenteira várias vezes. Em certa área, a tropa encontrou determinado atalho que uma tropa do ano anterior havia feito, mas os Pimenteira taparam o local com ramos e paus para esconder a trilha.<sup>196</sup> No confronto entre a tropa de

<sup>195</sup> DIÁRIO (cópia) dos mais notáveis acontecimentos da guerra aos Pimenteiras, por Antonio do Rego Castelo Branco. Lagoa do Tabuleiro, 30 de julho de 1779.

<sup>196</sup> Id. *ibid.*

1790, os Pimenteiras, após serem atacados de surpresa, reagiram atirando flechas e gritando bastante. A tropa passou a gritar também e todos se calaram.<sup>197</sup>

Também foram encontrados relatos de táticas coletivas, como a colocação de paliçadas ao redor da aldeia e de fossos cobertos com vegetação local para disfarçar, e assim dificultar a chegada dos inimigos. Os Pimenteiras também utilizaram toras de árvores, como, por exemplo, embiruçu (*Pseudobombax simplicifolium*) muito altas e grossas, para servirem de escudo em caso de ataques; as entradas da aldeia eram protegidas por cachorros. Utilizavam ainda, como táticas de guerra, trincheiras e emboscadas espalhadas pelos caminhos. Em outras ocasiões, utilizavam a caiçara<sup>198</sup> como forma de proteção.<sup>199</sup>

Pôde-se perceber que o grupo utilizava vários tipos de táticas, muitas delas utilizadas pelos brancos, como, por exemplo, a domesticação de cães para o uso em caso de aviso da aproximação de inimigos e na defesa. Também faziam uso de cercas de proteção em volta da aldeia; mas as principais aliadas dos povos indígenas eram a caatinga e as adversidades apresentadas pela geografia da região, o que dificultava para a tropa a busca dos índios fugitivos. Dessa maneira, ocorriam os encontros entre os índios e a tropa, sempre com poucos prisioneiros e mortos de ambos os lados.

Assinale-se que a trajetória dos Pimenteiras é praticamente marcada por estratégias e táticas, que os ajudaram a resistir e a sobreviver aos conflitos e as fugas. Também foram encontradas outras formas de resistência, tais como protestos e denúncias feitos pelos próprios povos indígenas do Piauí. Encontrou-se também a resistência que ocorria de maneira mais silenciosa, como define Regina C. Almeida, ao falar de “resistência adaptativa”, que ocorre através de reelaboração de valores, costumes e crenças, afirmando a identidade, segundo ocorre na assimilação de valores culturais dos brancos e na junção dos grupos para que se tornassem mais fortes (ALMEIDA, 2003). Puderam ser identificados, também, ações silenciosas, sutis, e processos de incorporação de elementos externos à sua cultura.

Em toda a capitania ocorriam fugas dos índios dos aldeamentos, geralmente, para não participarem das expedições. Nos anos de 1811 e 1812, alguns rebeldes causaram preocupação ao governo do Maranhão, pois se refugiaram e se amotinaram na fazenda Cacimbas, nas ribeiras do Piauí. Desobedeceram publicamente às ordens como também “proferiram palavras de rebeldia” e “resistiram à voz de prisão.” O governador ordenou que

---

<sup>197</sup> OFÍCIO do governo interino do Piauí, ao governador e capitão-general do Maranhão e Piauí, Fernando Pereira Leite de Fóios, datado de 08 de julho e 1790. Capitania do Piauí, Projeto Resgate, Conselho Ultramarino, doc. 929. CD-ROM.

<sup>198</sup> Cerca ou palafita feita em torno de taba ou aldeia indígena, para proteção contra inimigos ou animais.

<sup>199</sup> DIÁRIO (cópia) dos mais notáveis acontecimentos da guerra aos Pimenteiras, por Antonio do Rego Castelo Branco. Lagoa do Tabuleiro, 30 de julho de 1779.

todos os malfeitores fossem imediatamente presos para serem punidos. Era como se José Dias Soares enfrentasse duas guerras, uma contra os povos indígenas e outra contra a própria tropa.<sup>200</sup>

Destaque-se que a resistência indígena também utilizava a recorrência às autoridades, como na atitude memorável e rara envolvendo os Gueguê, naquele que talvez seja o único documento da Capitania do Piauí de autoria de um índio, sendo acusado o governador. Em 1804, o índio Gueguê da aldeia de São Gonçalo de Amarante, Severino de Souza, denunciou ao príncipe regente Dom João os abusos cometidos pelo governador Pedro César de Menezes, contra sua filha Maria de Souza:

Sendo preciso dar-me a conhecer a V. Alteza R. na Representação, que vou expor na Real presença, devo dizer, que sou Severino de Souza, índio da povoação de S. Gonçalo da Capitania do Piauí, na qual tenho servido a V. A. em muitas diligencias, que por ordem dos passados governadores daquela Capitania tenho sido mandado, e com o título, que sempre me deram, de Sargento mor da dita povoação, que é dos índios Goguê, que no tempo do governador, que foi do dito Piauí João Pereira Caldas, foi esta nação metida de paz e trazida do mato pelo Tenente Coronel João do Rego Castelo Branco, hoje falecido.

Sou casado com uma irmã do Principal da mesma nação Goguê, e tendo deste meu matrimônio filhos, é entre eles uma filha chamada Maria de Souza, a qual estando em minha companhia na dita povoação, que dista da cidade de Oeiras do dito Piauí, três dias de jornada, foi mandada ir a dita minha filha por ordem do atual governador do dito Piauí, Pedro César de Menezes, o qual metendo-a em sua casa para abusar, como com efeito abusou dela, aconteceu, que voltando-se ao depois para uma mulher casada chamada Catherina, que a tirou do seu marido que é Victor da Costa Velozo, pretendeu, que a dita minha filha servisse a esta mulher em casa dele mesmo governador, e por não querer ela servir os serviços baixos a essa sobredita Catherina, se irritou o dito governador de modo tal, que enviando a dita minha filha para um Miguel Antônio Ferreira, que mora fora daquela cidade; lhe ordenou, que a açoitasse, e com efeito apresentada aquela minha filha a este tirano a mandou despir, ao depois pegada por dois pretos foi açoitada cruelmente por um terceiro preto com zorrage, ou relho cru de couro de vaca, deixando-a em miserável estado, e quase morta, de sorte que melhorando um pouco pode escapar comigo, e nos viemos refugiar nesta Capitania do Maranhão, aonde estamos, e de donde recorro a V. Alteza R., porquanto:

Tendo V. Alteza por sua ilimitável piedade honrado aos índios americanos por tantas Leis, e tomando-os debaixo da sua Real proteção, não é crível, que permita, que um tirano como o dito governador Pedro José Cezar, que tem feito desertar a maior parte do povo daquela Capitania trate pelo sobredito modo a sobredita minha filha, da principal família daquela nação, e isto depois de abusar dela.

Estes, e semelhantes procedimentos são o motivo de o gentio índio de tantas, e inumeráveis nações, que residem nos sertões daquele Piauí, não quererem sujeitar-se ao cristianismo pelas notícias, que têm, do tirano modo, com que são tratados dos portugueses, maximamente do dito Pedro José Cezar, homem despótico, e infrator das Leis, e livre capaz de tudo.

Quando a nação Goguê, de que sou membro, e a que estou unido, saiu dos matos à ir alistar-se nas Bandeiras de Jesus Cristo no tempo do governo do dito João Pereira Caldas, se lhe prometeu todo o acolhimento, honras, proteções, e amparo; mas saído, que fosse daquele Piauí o dito João Pereira Caldas, nada do sobredito se nos conferiu; tudo tem sido desprezo, tirania, e um rigoroso cativo pior, que o dos pretos africanos; e, portanto, peço e suplico humildemente a V. Alteza Real se digne

<sup>200</sup> OFÍCIO de Luis José de Oliveira e Miguel Pereira de Araújo ao juiz ordinário da cidade de Oeiras Luiz Marreiros ao juiz ordinário da cidade de Oeiras, datado de 9 de março de 1812. CAB, p. 160-160v, código 161.

acudir-nos, e tirar da dita Capitania ao referido Pedro Cezar, ou dignar-se dar-nos licença para irmos para os matos, aonde não tenhamos tiranos, que sofrer, pois do que vem aproveitar aos índios tantas honras e homenagens concedidas pela Lei, e de que lhes vale agora a promessa de proteção e nobreza, se os mesmos, que devem executar e sustentar essas isenções, que V. Alteza lhes dá, são os que usando da força oprimem, e as debilitam para não poderem sustentar esses mesmos privilégios? Uma vez, que os executores da Lei bem podem por meio da força embaraçar e ludibriar a sua autoridade, o Principal dos índios, e os seus consangüíneos nobres são uns meros ídolos desprezados, Maranhão, 9 de maio de 1804. Severino de Souza (MIRANDA, 2004, p. 114-115).<sup>201</sup>

Não se tem idéia sobre quem realmente redigiu o documento, mas o Gueguê Severino de Souza devia sentir-se protegido no Maranhão, para de lá fazer tal denúncia. Suas acusações são extremamente graves, e relatam problemas que afligiam toda a capitania. Segundo os registros documentais, ainda em 1804, o Conselho Ultramarino emitiu parecer favorável ao afastamento do governador e do ouvidor-geral do Piauí, sendo recomendada uma ordem de devassa a ser procedida pelo ouvidor do Maranhão. Após novas denúncias, em março do ano seguinte, o governador Pedro Cezar é afastado de suas funções, e assume o governador interino, Luis Antônio Sarmiento da Maia, que governou até janeiro de 1806 (MIRANDA, 2004, p. 114-116). Deste modo, em 1811, outro índio Gueguê, o principal João Marcelino, que havia prestado serviços nas guerras contra os Pimenteira, cunhado de Severino Souza, foi até Minas Gerais fazer queixas ao conde de Palma sobre as injustiças cometidas no Piauí, principalmente contra o sacerdote que os dirigia no aldeamento de São Gonçalo. Segundo Pereira da Costa, o principal João Marcelino foi mandado para o Rio de Janeiro, onde prestou queixas ao príncipe regente, foi atendido e honrado (COSTA, 1974, p. 232).

Os Acroás e Acroás Mirim que, em 1807, se encontravam na região de Parnaguá, no Sul da Capitania do Piauí, foram perseguidos e, no meio de um enfrentamento com as tropas do governo, enviaram alguns emissários que propuseram a paz e se entregaram. Depois de algum tempo, fingindo aceitar as doutrinas cristãs e vestir-se como os brancos, fugiram todos.<sup>202</sup> Evidencia-se aí mais uma estratégia de resistência dos povos indígenas.

A resistência Pimenteira estava relacionada principalmente a três fatores:

- 1) Atitude de mobilidade, principalmente com o deslocamento da região do rio São Francisco, atravessando a serra Dois Irmãos e passando a habitar em território piauiense.

<sup>201</sup> CONSULTA do Conselho Ultramarino, ao príncipe regente D. João, sobre a representação de Severino de Sousa, datado de 27 de julho de 1804. Capitania do Piauí, Projeto Resgate, doc. 1408. CD-ROM.

<sup>202</sup> OFÍCIOS e relações de José Dias Soares, referentes à entrada que fez ao gentio Pimenteira, na capitania do Piauí (1811). doc. 7.

2) A formação de um novo grupo, com a junção de dois grupos fugitivos do São Francisco: Coripó e Prassaniú, que ficaram, desde o século XVII até o século XIX, no sertão do Piauí.

3) A atitude de resistência dos Pimenteira, durante tanto tempo de guerra contínua, parece estar relacionada às características físicas e geográficas do Sudeste do Piauí, onde o sertão – com serras, caatingas, rios, várzeas, vales e chapadas – oferecia proteção à população nativa e muita dificuldade ao colonizador. O fato de viverem isolados durante algum tempo no sertão do Piauí, impediu o conhecimento do grupo, portanto, durante muito tempo, não houve contato com os Pimenteira. Até 1790, quando prenderam as primeiras mulheres e crianças, os colonizadores desconheciam todos os aspectos daquele povo: língua, número, localização, características físicas e armas utilizadas.

De acordo com Ricardo Pinto de Medeiros, o fato de os Pimenteira aparecerem de novo nas cabeceiras do rio Piauí ou reaparecerem em outros locais, depois de serem citados como desaparecidos ou completamente aniquilados, serve para que se compreendam os mecanismos por eles utilizados para preservar sua identidade enquanto grupo étnico (MEDEIROS, 2000, p. 24). Percebe-se, durante toda a trajetória de encontros e desencontros entre os Pimenteira que os registros documentais relatam poucos enfrentamentos entre o grupo e as tropas do governo; mas, embora parecessem ser um grupo pequeno, durante todo o período, na verdade, estavam sempre reagindo e marcando seu espaço, em conflitos totalmente isolados, sem conexão com outros levantes que pudessem estar ocorrendo na Capitania do Piauí.

### **4.3 A campanha de João do Rego Castelo Branco: 1779**

Ao fazer valer como base o *Diário de Antonio do Rego Castelo Branco*, de 1779, buscou-se tomar a campanha de João do Rego Castelo Branco, comandante da entrada e pai do autor do diário, como exemplificativa de outras que adentraram a Capitania do Piauí. Esse documento forneceu informações preciosas, que propiciaram conhecimento a muitos aspectos da vida do homem do Sudeste do Piauí no século XVIII, tendo como referência os homens que participaram da tropa.

O diário descreve a terra, as serras, as lagoas, enfim, a relação do homem com a natureza e com os outros habitantes do local; como se comportavam ao deparar-se com o

sertão desconhecido pela maioria, por tratar-se de um território onde o índio tinha total domínio. O mencionado diário relata, também, o cotidiano e os problemas enfrentados pelos homens da caatinga, sua bravura, suas fraquezas e sua capacidade de adaptação a uma terra hostil.

Daniel Defert, ao analisar a importância dos relatos dos viajantes do período colonial afirma: “o relato é, sem qualquer dúvida, peça integrante da aventura colonial, por melhor que o seu autor seja para os indígenas e produz antevisões coloniais, pedaços do imaginário”. Portanto, esses relatos articulam três figuras essenciais do nosso imaginário anterior à colonização: o selvagem, o poder e o meio ambiente (DEFERT apud DUBY, G.; ARIÉS, P.; DURIE, E. L.; LE GOFF, J., 1986. p. 65-71).

Com uma comitiva formada por mais de 130 homens, a entrada de João do Rego, saiu de Oeiras em 15 de abril de 1779, de onde as tropas geralmente partiam. Quase todo o grupo andava a pé, indo a cavalo somente alguns militares. No caso dessa tropa de 1779, viajava montado apenas João do Rego Castelo Branco, por ser o comandante e já se encontrar praticamente cego. Algumas vezes utilizavam os cavalos em missões mais específicas, como na seguinte situação: “à tarde saíram os ajudantes com dois soldados a cavalo, para ver se descobriam campo e vestígios, e nada descobriram”.<sup>203</sup> Mas a maioria da tropa adentrava o sertão em longas caminhadas, e andava, em média três, quatro ou cinco léguas por dia. Na verdade, de acordo com Puntoni, são raríssimas as referências às tropas montadas na documentação (PUNTONI, 2002, p. 29).

Nas entradas que ocorreram no sertão do Piauí, geralmente a tropa escoteira partia sempre primeiro, depois enviava notícias de água, pasto e rastro do gentio; essas expedições contavam com um efetivo que variava de cinquenta a duzentos homens. De acordo com as fontes, as campanhas contra os Gueguê e Acoroá, no século XVIII, contaram com uma força efetiva de cento e cinquenta homens. Outros importantes personagens que participavam do grupo eram os tangedores do gado, que seria utilizado na alimentação do grupo; os espias ou índios exploradores; os condutores de água; e, em alguns casos, levavam ferreiros, cuja presença era fundamental para consertar os instrumentos quebrados, tendo em vista que havia grande dificuldade, para que se conseguissem facas e machados de ferro, considerados instrumentos raros.

---

<sup>203</sup> DIÁRIO (cópia) dos mais notáveis acontecimentos da guerra aos Pimenteiras, por Antonio do Rego Castelo Branco. Lagoa do Tabuleiro.

Há também exemplos no Piauí de expedições menores, que permaneciam menos dias nas regiões de conflitos, e algumas que foram verdadeiro fracasso, por isso tiveram que ser desfeitas rapidamente.

Geralmente, as expedições recebiam autorização para partir após o período chuvoso, pois a região onde se encontravam os Pimenteiras era inóspita, muito seca e de difícil acesso. As entradas ocorriam a partir do início do mês de abril, que correspondia ao começo do período seco, embora, em algumas ocasiões, tivessem que voltar porque não conseguiam ultrapassar a caatinga.

Outras questões importantes, enfrentadas por essas expedições, estão relacionadas à falta de alimentos e de água. Nas entradas nas cabeceiras do Piauí, as tropas quase sempre eram mantidas pelas fazendas do Real Fisco e pelos moradores locais, mas havia muita dificuldade para que se conseguissem carne e farinha; muitos fazendeiros também se recusavam a doar cavalos e cangalhas. No caso da entrada de 1779, em muitas ocasiões, os tropeiros ficaram totalmente sem mantimentos. Nestas campanhas, eram enviados panos para vestir a tropa, e fumo, além das armas e munições, que eram distribuídas entre os soldados.

A alimentação dos soldados era frugal, tendo como base somente carne de gado e farinha, levadas na expedição. Às vezes, eles também caçavam e coletavam mel, principalmente de urucu, o qual era abundante na região Sudeste do Piauí, para complementar o cardápio. No final do século XVIII, já reclamavam da escassez de caça naquela região.

Ainda em relação à alimentação, durante o período, os participantes das expedições faziam apenas uma refeição por dia; deste modo, a refeição mais importante era o jantar, o qual ocorria habitualmente às 2h da tarde; e almoçavam – o que nem sempre acontecia com a tropa – às 9h da manhã.

Matavam-se entre três a cinco reses por dia para alimentar a tropa. Em muitas ocasiões, ocorriam fugas do gado e de cavalos, ficando muitos animais no meio do caminho por estarem cansados; tal fato causava imenso prejuízo.

Na entrada de 1779, de acordo com os relatos, foram pedidos para os moradores de Jerumenha cem cabeças de gado e trinta alqueires de farinha, através de aviso para o Senado da Câmara da Vila. Em aviso ao juiz e oficiais da Comarca dessa cidade, pediram também a contribuição de oitenta cabeças de gado, trinta alqueires de farinha e vinte e cinco cavalos com cangalhas, para transporte dos mantimentos até a Barra de São João do Piauí. Neste contexto, a Junta Governativa ordenou que deveria ser nomeado algum soldado para fazer a

cobrança dos mantimentos.<sup>204</sup> Às vezes, alguns animais de outras entradas ainda se encontravam em fazendas locais, conforme ordenou a Junta Governativa ao juiz Ordinário da vila de Jerumenha: “Chegando ao nosso conhecimento que na ribeira da Estiva do distrito de sua vila, se acham trinta bois e duas éguas, com o selo de El Rey e por conseqüência pertencente a Real Fazenda e procedidos talvez das contribuições para as tropas passadas”.<sup>205</sup>

O documento busca dar ênfase à questão da água, já escassa em algumas regiões, era de difícil acesso e de péssima qualidade, por ser barrenta e suja. Isto pode ser considerado como causa de moléstias entre alguns soldados.

A tropa sempre se dividia, a fim de buscar o melhor caminho e procurar água para, em seguida, avisar ao restante da bandeira. Era sempre com muita alegria que anunciavam o encontro de algum olho d’água ou lagoa, mas constantemente, dormiam sem água. Contudo, em alguns lugares, por falta d’água, a tropa nem podia seguir em frente; quando tal ocorria, obrigavam-se a esperar pelos condutores que a traziam, o que era motivo de alegria para a tropa. Existem relatos, na entrada de 1779, de que os índios Jaicó, que haviam seguido rumo ao Gurguéia, passaram por todos os tipos de dificuldade; por exemplo: após nove dias de muita sede, beberam somente água de algum oco de pau, e passaram muita fome também, chegando a comer bruaca de couro de boi assada. Os soldados não encontraram caça, por falta de água, como também nenhum vestígio do gentio Pimenteira.

Certamente devido à má qualidade da água e às dificuldades das caminhadas, muitos soldados adoeciam durante o percurso, sendo que alguns morriam e eram deixados pelo caminho. Tem-se conhecimento de índios Gueguê e Acoroá que ficaram doentes no início da entrada de 1779; o ajudante Antonio do Rego Castelo Branco também adoeceu com problemas na garganta; outros soldados também tiveram o mesmo problema; outro ficou sem fala e o comandante João do Rego sentiu muita dor. Não especificam onde, mas chegaram a pensar que ele estivesse morto. O padre capelão, que comandava uma tropa, teve que voltar à fazenda Conceição por estar doente. Não se sabe qual o problema, mas ele teve que abandonar a tropa. Alguns soldados foram dispensados por motivos de doença, como Manoel de Souza, da tropa do padre capelão, sendo que um Acoroá morreu durante a entrada, ignorando-se também de qual doença foi acometido. Registra-se, ainda, que um soldado ficou doente com *mal de amores*; acredita-se que tal fato refere-se a uma doença venérea. Ainda os soldados José Ignácio, Agostinho José, Ignácio Silveira, Pedro Vieira e Jerônimo Pereira foram

---

<sup>204</sup> OFÍCIO de Domingos Barreira de Macedo, Fernando José Velozo de Miranda e Souza e Manoel Pacheco Taveira ao juiz e oficiais de Jerumenha, datado de 8 de março de 1779. CAB, p. 59v-61, código 151.

<sup>205</sup> OFÍCIO de Domingos Barreira de Macedo, Fernando José Velozo de Miranda e Souza e Manoel Pacheco Taveira ao juiz ordinário da vila de Jerumenha, datado de 8 de julho de 1779. CAB, p. 76-76v, código 151.

dispensados por moléstia. Há também o relato de um soldado que esmoreceu – fato que sucessivamente ocorria nas entradas pelo sertão.

Em relação ao comportamento e reação da tropa, o “Diário de Antonio do Rego” informa também sobre os soldados que foram presos durante a expedição de 1779, geralmente por desobediência ou por deserção. Pode-se perceber, por meio da documentação pesquisada, que era extenso o número de soldados desertores nas guerras de colonização: “se retiraram para as brenhas a viver como fera só para isentarem de tão honroso serviço [...] a ribeira do Piauí se encontra em estado miserável”.<sup>206</sup> Em 1771, alguns soldados da tropa do destacamento do bando do comandante Sebastião Tavares de Lyra abandonaram-no e, portanto, teriam que ser punidos.<sup>207</sup> Em 1809, cerca de quarenta homens abandonam a tropa comandada por José Dias Soares. Essas fugas causavam problemas sérios aos comandantes, pois havia dificuldade em arregimentar pessoas para as bandeiras. Assim o governador Burlamaqui demonstrou sua preocupação em relação às ribeiras do Piauí:

Aqui me deram parte que quarenta homens tinham largado V.M.ce desejo saber bem em detalhe como isto foi quem são eles, e donde V.M.ce logo que esta lhe for apresentado me remeta sem dilação uma Relação exata de todas as pessoas que entrarão com V.M.ce e foram ocupadas na Conquista este ano, desde V.M.ce até ao ultimo soldado [...].<sup>208</sup>

Existiam punições exemplares para tais atitudes. No documento que narra a campanha de 1779, logo no início da entrada, foi relatada a prisão de um soldado, por não querer participar da tropa; no segundo dia, foi preso o soldado Braz da Purificação, o qual, durante toda a entrada, tentou inúmeras fugas, embora sempre tenha sido recapturado, preso e castigado. O soldado Braz era astucioso, um verdadeiro exemplo de insubordinação. Utilizava-se de subterfúgios, quando era encontrado pelos soldados após ter desertado, às vezes fingia-se de doente; outras vezes servia de chacota para os soldados, que deram dois banhos nele, justificando que parecia um porco, pois andava sempre sujo.

Ainda durante essa campanha, foram registrados vários outros casos de insubordinação. Posteriormente fugiram, mas foram capturados: Atanásio de Souza e Miguel Ribeiro, da fazenda Espinhos. Por outro lado, os soldados Braz da Purificação, reincidente, e Eleutério Pereira foram postos para fora por esmorecimento. O mestiço Thimóteo foi preso

<sup>206</sup> CARTA de Inácio Rodrigues de Miranda, Manoel Pinheiro Osório e Antonio Gameiro da Cruz ao inspetor do Piauí Manoel Antonio de Torres, datada de 15 de setembro de 1782. CAB, p. 169-169v, código 151.

<sup>207</sup> ORDEM de Gonçalo Lourenço Botelho de Castro ao sargento mor José Francisco de Figueredo, datada de 19 de setembro de 1771. CAB, p. 23, código 148.

<sup>208</sup> CARTA do governador Carlos Cezar Burlamaqui ao comandante do Piauí e da bandeira José Dias Soares, datada de 18 de junho de 1809. CAB, p. 52-52v, código 161.

por não querer seguir com a tropa. Prenderam dois soldados por maltratarem os cavalos e também os tangedores, e um soldado que queria desertar em 5 de maio. Também prenderam um tangedor por deixar fugir parte do gado. Outros tangedores também fugiram: Domingos Ramos, Domingos Ferreira, Atanásio da Rocha e Gonçalo Pereira.

Eram várias as formas de castigar os desertores e os insubordinados. Segundo o documento, três tangedores dos que haviam desertado e estavam presos foram entregues à tropa por João Pereira da Costa. Eles ficaram presos em uma corrente com três colares; ao que se nos parece, ficariam para prestar serviços nas fazendas de Sua Majestade até quando o governador ordenasse o contrário. Por onde passava a tropa, ia agindo e atuando como força policial, sendo que, nessa mesma entrada, prendeu quatro agregados da fazenda Itans.

Alguns soldados tiveram sua audácia realçada, a exemplo do soldado Dragão Luiz Cardozo, que foi preso no dia 18 de julho por “escandalosos excessos de sua audácia”. Outros foram repreendidos por demonstrar covardia ou esmorecimento, como os dois dragões que foram expedidos para prender Luiz Cardozo, mas não o fizeram; de acordo com o comandante, foi por não quererem ou por frouxidão. Por esse motivo, foram bastante repreendidos. Também eram punidos os soldados que maltratassem os cavalos ou que deixassem algum gado fugir.<sup>209</sup> Entretanto, os soldados considerados bons, obedientes, recebiam como prêmio autorização para irem a suas casas e somente encontrar a tropa mais adiante. Buscava-se também realçar a coragem dos considerados bons soldados e castigavam-se os que demonstravam covardia.

Nos casos de insubordinação, os castigos eram infligidos com os mesmos instrumentos de tortura utilizados para castigar os escravos negros em toda a capitania. Têm-se os relatos da utilização de alguns destes instrumentos, como o “vira mundo” e a “golilha”. Muitos soldados que não se enquadravam na tropa ou aqueles considerados desertores eram assim punidos:<sup>210</sup>

Na expedição de 1779, Braz da Purificação foi à golilha em diversas ocasiões, como, por exemplo, por ter esquecido no rancho uma arma.

O soldado José Ignácio foi à golilha por ter sido pego dormindo pela ronda durante a sua sentinela no dia 20 de maio.

Também foi à golilha o soldado José Francisco.

---

<sup>209</sup> DIÁRIO (cópia) dos mais notáveis acontecimentos da guerra aos Pimenteiras, por Antonio do Rego Castelo Branco. Lagoa do Tabuleiro, 30 de julho de 1779.

<sup>210</sup> Id. *ibid.*

Os negros de alguma fazenda do Fisco (o documento não especifica de qual fazenda) foram punidos no vira mundo porque alguns cavalos fugiram e eles não conseguiram recapturá-los.

Existem relatos de que, em determinadas ocasiões, os soldados agindo com astúcia roubavam a chave do vira mundo e assim o castigo não poderia ser executado.

Embora muitas expedições que estiveram nas ribeiras do Piauí contassem também com a participação de moradores locais, geralmente eram compostas de militares e índios aldeados, utilizados principalmente como guias, intérpretes e, na maioria das vezes, como soldados nas expedições contra outros povos indígenas, prática comum em todo Brasil. Na entrada de 1779, do efetivo de cento e trinta e dois soldados, noventa e quatro deles eram índios retirados dos aldeamentos: doze Jaicó; trinta e sete Acoroá; e quarenta e cinco Gueguê. Na Capitania do Piauí, os pedidos eram feitos aos diretores dos aldeamentos, sendo que todos os índios solicitados já tinham nomes cristãos.

Em quase todas as bandeiras organizadas contra os Pimenteira, percebe-se a presença de índios Jaicó, Gueguê e Acoroá, os quais foram retirados dos aldeamentos de Cajueiro, São João de Sende e São Gonçalo do Amarante. O papel exercido por eles como soldados era fundamental para o sucesso da expedição, como relata a seguinte ordem da Junta Governativa: “no dia dois do mesmo mês se há de V.M. se achar nesta cidade para receber os índios porque se há de dirigir e [...] aldeia de São Gonçalo traga V.M. oito ou dez índios dos mais capazes para aquela expedição”.<sup>211</sup>

Na campanha de 1779, os Jaicó foram considerados os melhores soldados, sempre bons e fiéis. Já os Gueguê foram considerados insubordinados, pois, às vezes, saíam sem ordem do comandante, sendo também considerados mentirosos, por isso os comandantes não mais acreditavam nas informações dadas por eles. Entende-se que propositadamente eles passavam informações desconstruídas para dificultar o encontro da tropa com os Pimenteira. Em 1779, em determinado momento, a tropa seguia para o Sul e o principal dos Gueguê e o capitão João queriam continuar seguindo para o Norte, mas logo voltaram por não conseguirem romper o sertão. Tal desobediência e indicação errada foram consideradas pelo comandante como traição.

Alguns dos índios retirados dos aldeamentos não conseguiram voltar para junto de seu povo e ficavam perambulando pela capitania. Na tropa de 1779, segundo o documento, ficaram três índios Jaicó na fazenda Conceição, “para permanecerem fazendo escoltas na

---

<sup>211</sup> ORDEM de Antonio José de Moraes Durão e João Ferreira de Carvalho a Felix do Rego Castelo Branco, datada de 26 de janeiro de 1777. CAB, p. 167v, código 150.

região, com quarenta e seis armas e todos os petrechos e botica para continuarem a guerra, como assim queria o governador”. Na fazenda Onça, ficaram dois índios Acoroá e assim se deu em outras ocasiões.

Os índios que participavam das expedições, em diversas ocasiões, receberam patentes militares, ao mesmo tempo como uma forma de agrado e controle. Ressalte-se o exemplo de 1774, quando alguns foram nomeados, sem soldo, ao posto de capitão: Diogo de Mendonça e João do Rego; ao posto de ajudante: Fernando José; ao posto de alferes: Manoel da Rocha e Manoel de Castro; ao posto de sargento: Felix do Rego, Leonardo Tavares, Manoel Machado e Francisco de Araújo Braga (MIRANDA, 2004, p. 50). Torna-se interessante a maneira como os índios vão recebendo nomes cristãos, sendo este um dos pontos de destaque da política implantada pelo Diretório dos Índios.

De acordo com as fontes, os povos indígenas do Piauí foram utilizados nas mais diversas atividades, como o trabalho forçado nos aldeamentos, segundo relatou, em 1774, o governador Gonçalo Lourenço Botelho de Castro ao diretor do aldeamento de Cajueiro: “lá os índios trabalhavam, não faziam vida de vadios como sempre andaram”;<sup>212</sup> o trabalho nas fazendas, como foi sugerido em 1775, era que se ensinasse aos índios os ofícios de ferreiro e celeiro; como também o plantio de algodão nas fazendas administradas pelo governo que estavam localizadas nas ribeiras do rio Piauí.<sup>213</sup> Os indígenas exerceram essas funções tanto em fazendas do Fisco, como em fazendas de particulares. Existem relatos de que nos aldeamentos de São João de Sendé, Cajueiro e São Gonçalo do Amarante, durante todo o século XVIII, os índios exerceram diversas funções; desde o plantio de roças de subsistência à construção de casas. Além de trabalharem também alguns dias da semana em suas próprias roças.

Na Capitania do Piauí, foi, inclusive, criado o cargo de *tesoureiro geral* dos Índios, para tratar dos problemas relacionados ao comércio tanto do produto comum da povoação, quanto do particular (MIRANDA, 2004, p. 35). Muitos índios aldeados também foram remetidos para executar trabalhos nas vilas e fazendas dos amigos, clérigos, e protegidos dos diretores dos aldeamentos. Em 1779, por ordem do general do Estado, João do Rego, deveria entregar vinte e quatro índios ao procurador de Francisco Xavier de Carvalho, para que trabalhassem em uma indústria de carne seca no distrito de Aldeias Altas, hoje cidade de Caxias no Maranhão, ao preço de 1.200 réis por mês. Posteriormente, foi descoberto que tanto

---

<sup>212</sup> ORDEM de Gonçalo Lourenço Botelho de Castro ao diretor do lugar Cajueiro, datada de 05 de abril de 1774. CAB, p. 80, códice 150.

<sup>213</sup> CARTA de Antonio José de Moraes Durão, João do Rego Castelo Branco e José Esteves Falcão ao inspetor Luis Antonio Ribeiro, datada de 26 de janeiro de 1775. CAB, p. 124v-125, códice 150.

o tesoureiro geral dos Índios da capitania como o diretor Felix do Rego ficaram com grande parte dos salários. Acredita-se que, por essa razão, os índios sempre eram cedidos para trabalhos fora do aldeamento. O aldeamento de São Gonçalo era utilizado como ponto de apoio na passagem de Oeiras para São Luís e, com isso, muito índios auxiliavam também na condução de presos ou acompanhando autoridades (MIRANDA, 2004, p. 66-96).

Os soldados da tropa, assim como os povos indígenas, utilizavam várias técnicas para ter o domínio daquela região. Era interessante como eles separavam a tropa em duas ou três partes, sendo que cada uma partia para um determinado roteiro; no entanto, sempre se encontravam e mandavam os espias irem à frente, para reconhecer o terreno e saber se havia algum vestígio dos gentios. Verificavam também se havia água ou abriam picada para que o restante da tropa seguisse em frente. Depois, voltavam para avisar se tivessem visto alguma coisa que interessasse. Às vezes, uma parte da tropa ia por um lado e a outra pelo lado contrário, tendo antes combinado onde se poderiam encontrar – sempre dava certo. Na entrada de 1779, às vezes, separavam cinquenta homens, que iam para determinado lado, enquanto sessenta homens seguiam para outro; cada grupo sob o comando de algum líder.

A tropa utilizava o mesmo saber indiciário utilizado pelos povos indígenas, seguindo os rastros deixados pelo caminho. Existia também toda uma preocupação em observar a natureza para entender e seguir (GINZBURG, 1989). Geralmente essa tarefa de decifrar os sinais era dada aos indígenas arregimentados nos aldeamentos, que seguiam na tropa e sempre eram escalados para ir à frente em busca de sinais: “muito cedo se expediu logo três tropas de moradores, Gueguês e Acroás para descobrirem água e vestígios de gentio”.<sup>214</sup>

Todos os tipos de vestígios encontrados serviam como indicativo de quem passara por ali. Os “sinais” variavam de restos de cerâmica, de matos caídos ou rastros: “se expediu pelas 4 horas da tarde o ajudante Felix com alguns soldados a seguir o trilho. Chegaram os condutores de água com notícias de ter achado alguns vestígios mais frescos, por ser cacos de panelas que tinham cozinhado este ano e viram onde cavavam taiobas” (BEAUREPAIRE-ROHAN, 1956)<sup>215</sup> ou poderia ser uma caçara muito velha achada no caminho pela tropa, a qual eles supunham que deveria servir de cerca para os índios pegarem gado ou quando encontraram, no dia 21 de maio, doze ranchos muito antigos dos gentios.

Convém enfatizar que bem próximo a Formigas, a tropa encontrou paus de mel cortados, o que significava que os Pimenteiras haviam deixado rastro do dia anterior.

<sup>214</sup> DIÁRIO (cópia) dos mais notáveis acontecimentos da guerra aos Pimenteiras, por Antonio do Rego Castelo Branco. Lagoa do Tabuleiro. 30 de julho de 1779.

<sup>215</sup> Taioba é Aroidea do gênero *Colocasia* (*C. esculenta*), cuja raiz tuberosa é comestível em algumas variedades.

Encontraram também uma picada que a tropa do ano anterior havia feito, a qual os Pimenteira haviam tapado de ramos e paus para esconder o trilho.

Antes de prosseguir com os relatos, observe-se que, para a construção da presente Tese, reporta-se a situações que se assemelham, como, por exemplo, a perseguição aos Pimenteira; tais fatos podem parecer recorrentes, porém necessários à fidelidade e à compreensão do momento histórico em foco.

Acharam ainda cacos de panelas onde os indígenas haviam cozinhado ainda no mesmo ano, cada vez mais próximo da fazenda Formigas. Em 2 de junho, encontraram vestígios frescos que indicavam que os Pimenteira haviam dormido no local na noite anterior, já bem próximo às Formigas e, logo depois, acharam rancharia que poderia ter sido abandonada no mês anterior.<sup>216</sup>

Outro exemplo de entendimento dos sinais foi no início de 1779, quando, ao encontrar os sinais, supuseram que seria da entrada de 1769, a primeira que deu notícias do gentio Pimenteira: “vimos uma picada que julgamos de Francisco Carvalho, onde há uma cruz pregada no chão, grande cavada a machado; e alguns ossos de gado, que julgamos daquela tropa”.<sup>217</sup> Outra maneira de comunicação entre os soldados era através de sinais de fumaça, utilizados como indicação de aviso no caso de encontrarem algum rastro do gentio ou de onde estavam.

Quando encontravam animais como porcos, patos e antas era sinal de que havia água por perto. A tropa também identificava o local por onde os Pimenteira haviam passado, quando estes deixavam restos de material, tais como pedaços de madeira utilizados na fabricação de flechas, a exemplo de jenipapeiro, árvore comum na região. Mas os povos indígenas, no caso os Pimenteira, também utilizavam o mesmo saber, e procuravam cobrir ou disfarçar os vestígios que pudessem servir de indicativos à tropa.

Outras dificuldades encontradas pelas tropas que adentravam o sertão estavam relacionadas aos caminhos que eram totalmente sinuosos e de difícil acesso, por onde geralmente abriam passagem com facão, pois a mata era fechada com diversos tipos de plantas como: caroá (*Neoglaziovia variegata*), unha-de-gato (*Acacia piauhiensis*) e vários outros tipos de cipós. Aliás, o facão, instrumento de fundamental importância, juntamente com os machados eram os mais cobiçados pelos indígenas. O ferro era artigo raro e era uma grande perda quando se quebrava algum. Inclusive foi motivo de desavença entre José Dias

---

<sup>216</sup> DIÁRIO (cópia) dos mais notáveis acontecimentos da guerra aos Pimenteiras, por Antonio do Rego Castelo Branco. Lagoa do Tabuleiro, 30 de julho de 1779.

<sup>217</sup> Id. ibid.

Soares e o governo da capitania o pedido do comandante da tropa e que não foi atendido pelo governo:

Recebi o officio de Vossas Senhorias de 21 de agosto e junto com a de 8 facções tendo eu mandado pedir vinte e quatro machados e quatro facções estes para o serviço que se faz preciso e aquelas para contentar os índios por ser o que eles mais estimam tanto assim que é a causa deles fazerem os maiores danos que tem feito para tomarem machados pois assim o confessam e é uma alegria grande que mostram quando [...] alguém por perto torno a rogar a V.S<sup>a</sup> [...] de machado para bem finalizar esta diligencia em que me tenho cansado estando [...] que fazia em grande serviço ao bem comum e ao meu Soberano e que estou bem certificado que venho enganado neste meu entender [...].<sup>218</sup>

Como as entradas aconteciam logo após o período chuvoso, muitas vezes a tropa atravessava os rios com as cargas nas cabeças. Em algumas ocasiões, tiveram que voltar por não conseguirem ultrapassar a caatinga.

A caatinga foi descrita no “Diário” por Antonio do Rego, em diversas situações, assim pôde-se ter uma idéia do sertão do Piauí no século XVIII. Como não havia estradas, a tropa tinha que subir muitas serras e morros; e todas as subidas, que eram contínuas, deixavam os soldados e os cavalos destroçados. Os incidentes também eram constantes, conforme o relato do caso em que o padre Capelão levou um grande tombo em um atoleiro, ou quando o cavalo do comandante João do Rego revirou em uma subida e ele milagrosamente escapou, apesar de o cavalo ter caído sobre ele. Muitas vezes, João do Rego teve de contar com o auxílio dos filhos para subir determinados morros, pois sua idade já não permitia determinadas aventuras.

A caatinga foi narrada como muito rica em espécies vegetais. Havia grande diversidade de plantas; por exemplo: jenipapeiro (*Tocoyena formosa*), puçazeiro (*Mouriria pusa* Gargn.), unha-de-gato (*Acacia piauhiensis*), caroá (*Neoglaziovia variegata*), almecegueira (*Protium blanchetti*), jaqueira (*Artocarpus integrifolia*), biribá (*Duguetia marcgraviana*), imbuzeiro (*Spondias tuberosa*) juazeiro (*Ziziphus joazeiro*), aroeira (*Astronium urundeuva*), angico (*Piptadenia spp.*), mulungu (*Erythrina velutina*), paus de óleo de copaíba (*Copaifera langdorsffii*), jatobá (*Hymenaea spp*), cajueiro (*Anacardium occidentale e Anacardium microcarpum*), pequi (*Caryocar coriaceum*) e imburana (*Bursera leptophloeos*).

Não obstante as dificuldades apresentadas pela aspereza da caatinga, em diversas ocasiões, a tropa demonstrou admiração, à beleza do sertão:

demos num baixão no qual tinha havido grande enxurrada e por ela acima se formado um riacho com [...] recautilhos de pedra tão altos que faziam admirar, e tudo isto, entre dois cordões de altas serras, um ao poente que vem da F. das Almas,

<sup>218</sup> OFÍCIOS e relações de José Dias Soares, referentes a entrada que fez ao gentio Pimenteira, na capitania do Piauí (1811).

e outro ao nascente, que é o mesmo cordão de serras do Piauí as quais correm com largura bastante entre uma e outra, é tal sítio dos Macacos não tendo a sul com quem extremar.<sup>219</sup>

O documento descreve também os boqueirões, todos “altíssimos e talhados juntos, e quase nunca aparecia o sol e os caldeirões d’água, que se estreitavam tanto que, em alguns, a cabeceira era da largura de um homem com os braços abertos”. No cimo do tal boqueirão encontraram um caldeirão de água, porém não podiam subir os cavalos e tiveram que quebrar pedra para abrir um canal. Assim eles demonstraram admiração e encantamento ao descrever um lugar situado aproximadamente a seis léguas da fazenda Formigas:

Este lugar fez admirar toda a tropa, porque depois de léguas de catingas fechadas, de repente se dá em um círculo bem redondo e muito largo, todo de serra branca e totalmente nua e feito por natureza com tal graça, que parece uma grande cidade porque os morros são muitos [...], redondos, e com 3 e 4 andares, que tudo parecem casas fortificadas com seus fortes em que há que admirar, e por esta razão todos puseram o nome de Castelos Brancos. Daqui deste círculo que tem vários braços que todos formam um grande boqueirão de mato alto, almecegas, paus de óleo de copaíba, jatobás. Logo depois passaram por um boqueirão largo abaixo do poente com serra grande a sul e outra a norte, tudo de pedra branca, como as dos castelos.<sup>220</sup>

O documento também informa sobre os animais existentes na região, durante aquele período, tais como: cascavéis, jibóias e caninanas – cobras sempre encontradas pelo caminho –. Dentre as espécies de aves existentes, citam: andorinhas, canários, araras, papagaios (curicas), emas, patos e seriemas. Descrevem também o incômodo causado pelos insetos, que atacavam principalmente à noite, no caso as muriçocas. Constantemente, durante o percurso, passavam por situações de medo, pois ouviam urros de onças o que significava que o animal estava por perto.

Ao mesmo tempo em que adentravam a região, a tropa ia tomando posse dos novos lugares. Muitos locais foram batizados pela expedição de 1779. A cada novo lugar, homenageavam os animais da região: Lagoa da Formiga, Lagoa das Guaribas. Alguns foram batizados com nomes de santos, principalmente da devoção dos portugueses como: Lagoa de Santo Antônio, assim batizada porque o dia seguinte ao do encontro, dia 13 de junho, seria o dia do santo do mesmo nome. Lagoa do Espírito Santo, também porque o dia seguinte, 23 de maio, seria o dia do Espírito Santo, conforme preceitos da religião católica. Outros lembravam algum fato pitoresco: a Lagoa do Encontro (depois que chegou a notícia de que tinham encontrado doze ranchos antigos dos gentios).

<sup>219</sup> DIÁRIO (cópia) dos mais notáveis acontecimentos da guerra aos Pimenteiras, por Antonio do Rego Castelo Branco. Lagoa do Tabuleiro, 30 de julho de 1779.

<sup>220</sup> Id. *ibid.*

Destaque-se que batizaram também um local com o nome de Castelos Brancos, conforme relatado anteriormente, pelo fato de a serra ter uma formação que lembrava um castelo. Já o local onde morreu um índio Acoroá foi batizado com o nome de Olho d'Água do Defunto. Lagoa da Cruz tomou este nome porque lá encontraram uma cruz pregada no chão; por estar o terreno cavado a machado, supuseram que deveria ter sido colocada ali em 1769, na entrada de Francisco Carvalho. Batizaram também um lugar de Salitre, em razão de a água do local ser extremamente salgada. Dessa forma, iam tomando posse daquelas áreas.

A entrada de 1779 atravessou a região central da Capitania, partindo de Oeiras, viajando de Norte a Sul, até chegar às margens do rio Piauí, no Sudeste, passando por fazendas e lugares que são hoje cidades e povoados do Estado do Piauí. Partiram da Fazenda Tranqueira e passaram por Olho d'Água das Embaúbas, Cajazeiras de Cima, Fazenda Itans, Fazenda Gameleira (rio Piauí), Fazenda Cachoeira (rio Piauí), Barra do Brejo, Riacho Fundo, Jatobá, Fazenda Periperi, Fazenda Buriti (Riacho Fundo), Retiro das Salinas, Retiro da Vargem Grande (riacho de Santa Maria), Retiro das Marruás (riacho de Santa Maria), riacho de Santa Maria, Fazenda Santa Maria, Fazenda Almas, Macacos (por onde eles entraram) ou Fazenda dos Macacos, Lagoa do Gentio, Cansanção, Espinhos, Tabuleiro Alto, Retiro da Amargosa, Caiçara, Fazenda da Onça, Fazenda Santo Antonio, riacho da Conceição, Tombadouro, Fazenda Conceição, Fazenda das Flores, Boqueirão dos Olhos, Olho das Tabocas, Tamanduá, retiro da Conceição. Na volta passaram pela Água Verde, Periquito, Picada, Caída, Boqueirão, Fazenda Grande, Rancho do Meio, Estreito, Barra do Riacho Fundo, Paulista, Fazenda Sobrado, Fazenda Pobre, Lagoa do Tabuleiro, voltando para Oeiras.

A região do Gurguéia é um local citado diversas vezes, e parece ter sido bastante conhecido dos índios Gueguê, que participavam daquela entrada. Alguns documentos citam o Gurguéia como um local onde os Gueguê viveram antes de ser aldeados em São João de Sendé.

A guerra custava muito aos cofres do governo e dos moradores locais, que não mais agüentavam custear as campanhas, pois as despesas eram altas para a manutenção de uma tropa durante tanto tempo em determinada região. No final do século XVIII, as populações já se encontravam descontentes e, muitas vezes, inventavam subterfúgios para não participar das contribuições, tanto em dinheiro, como em doações de animais e mantimentos para alimentar a tropa. Nesse sentido, o governo agiu muito com a cobrança de multas para manter as expedições.

Afinal, percebe-se também que a guerra envolvia diversas modalidades de conflitos, desde os que estavam relacionados aos Pimenteiras e às tropas, como aqueles que ocorriam

entre os próprios povos indígenas que lutavam entre si, entre soldados indígenas e povos nativos, como também entre os próprios colonizadores, desde soldados que se negavam a participar das tropas e sofriam represálias, a moradores saturados de guarnecer a tropa com mantimentos, e se negavam a levar adiante a contribuição.

As Figuras 12 e 13 a seguir, apresentam a Carta geográfica da Província de São José do Piauí de autoria do Major Schwarzmann e Mr Lê Chev de Martius, 1828. E a Carta topográfica e administrativa da Província do Piauí de autoria do Visconde J. de Villiers de L'ille Adam. 1850.





## 5 CONCLUSÃO

Neste trabalho procurou-se analisar o processo de colonização do Sudeste do Piauí, nos séculos XVIII e XIX, com base na relação estabelecida entre os grupos indígenas, colonizadores e o poder governamental, destacando-se as diversidades e especificidades desse processo na região.

Conforme estudos realizados para a construção deste texto, Idalina Pires assevera que existe uma lacuna considerável de estudos sobre os povos indígenas no Nordeste, que indica o “desaparecimento” dos índios na historiografia, sobretudo após a Guerra dos Bárbaros; entretanto, no caso da Capitania do Piauí, a referida fase é marcada por inúmeros conflitos. Deste modo, foi possível concluir que existe certo “vazio” em relação ao Piauí na historiografia colonial brasileira. Sob este aspecto, é evidente a necessidade de ampliação das pesquisas, tendo em vista que a maioria dos trabalhos sobre os povos indígenas do Nordeste, de maneira geral, ou aborda o litoral ou se tratam de pesquisas direcionadas a determinados Estados. Algumas vezes, quando se relacionam à Capitania do Piauí, percebe-se que se repetem dados de pesquisas mais antigas e, muitas vezes, equivocados. Afinal, é grande a diversidade étnica de grupos e poucas as informações disponíveis.

Buscou-se também, com esta pesquisa, recuperar a presença e a atuação dos povos indígenas no Sudeste do Piauí. Devido às pressões territoriais exercidas pelos colonizadores, com o avanço da pecuária e conflitos entre os grupos indígenas, a região foi palco de migrações constantes durante todo o período colonial; pôde-se, então, constatar a formação de três pontos de convergência de vários grupos bem distintos: um agrupamento relacionado às nascentes do rio Piauí; outro no extremo Sul da capitania, na região próxima a lagoa de Parnaguá e outro às margens do rio São Francisco, na área correspondente hoje às cidades de Petrolina e Juazeiro.

Esse processo de constantes migrações possibilitou o surgimento de um novo grupo indígena no período pós-contato no Sudeste do Piauí, os Pimenteira, formado a partir da resistência de grupos que fugiam do avanço da pecuária na região do São Francisco.

Essas frentes pastoris, que avançaram pelos rios São Francisco, Piauí, Gurguéia, Canindé e Parnaíba, tiveram grande impacto na configuração dos povos do sertão do Piauí. As etnias Coripó e Prassaniú podem assim ter se juntado, dando origem a uma nova etnia que se formou no período pós-contato. Há também a possibilidade de ter ocorrido a junção com mais

povos, embora documentação não tenha apontado; por isso trabalhou-se com uma etnia que pode ter sido gerada pela situação colonial.

Assinale-se que quando duas ou mais culturas se encontram ambas sofrem influência. Provavelmente por isso, durante muito tempo, as tropas enviadas pelo governo não conseguiram identificar nem compreender esse grupo que se encontrava nas terras dos Pimenteira. Não se sabe também se as etnias pertenciam a famílias lingüísticas diferentes.

Lembrando Manuela Carneiro da Cunha, foi a partir da expulsão dos jesuítas, em 1759, e sobretudo de meados do século XIX, que a cobiça se deslocou do trabalho para as terras indígenas, posto que nesse período não mais havia vozes dissonantes em relação à escravidão daqueles povos à ocupação de suas terras, contra as quais se colocavam os padres. A terra constituiu fator primordial para o desencadeamento de conflitos no Sudeste do Piauí. Tais ocorrências parecem ser a tônica do processo de dispersão dos Pimenteira do Sudeste do Piauí, último grupo em guerra com o colonizador nos séculos XVIII e XIX.

Apesar de a documentação apresentar sempre o grupo como “violento” e “selvagem”, justificando assim a formação das tropas que partiram para o sertão, constatou-se que o embate ocorrido entre Pimenteira e tropas governamentais era de fato uma luta pela ocupação daquelas terras, anteriormente ocupadas pelo grupo, para que o processo de colonização da capitania fosse realmente completado. Portanto, os Pimenteira tiveram suas terras usurpadas, e o processo de colonização da capitania foi concluído, sendo a região Sudeste a última que ainda apresentava esse vazio. Os povos indígenas eram encarados como sério empecilho ao processo de civilização.

O grupo resistiu aos ataques dos colonizadores por mais de 40 anos, e foi possível perceber que a resistência cultural do grupo dificultou o contato. É impressionante a quantidade de registros de “ataques” atribuídos aos Pimenteira nos documentos, à época, nos quais claramente se percebe que este argumento era utilizado como justificativa para a guerra.

Desde o início do processo, as fazendas que foram implantadas no Sudeste do Piauí, na primeira metade do século XVII, e depois as que foram sendo gradativamente reocupadas, provavelmente estavam em terras de antigas aldeias indígenas, consideradas as terras mais férteis; conseqüentemente, cada vez mais, o grupo era empurrado para as piores terras, em regiões secas, que apresentavam grande dificuldade de sobrevivência, passando por um constante processo de migração.

Essas dificuldades culminaram com os ataques às fazendas, provavelmente instaladas em suas antigas moradas. Por necessidade ou por medo, o grupo se aproximava, atacava fazendas e roubava animais e ferramentas como forma de garantir sua sobrevivência.

Antes dos ataques dos Pimenteira, os documentos permitem concluir que inicialmente a ribeira do Piauí era ocupada por uma população relativamente grande para a época, sendo que participaram da devassa, através de depoimentos, 27 moradores adultos. Vinte moradores assinaram, marcando presença na reunião realizada com o juiz na fazenda São João; enquanto vinte não assinaram, mas iriam comparecer.

Após a movimentação dos Pimenteira, ocorreu um processo de abandono do local, e essa região, de colonização tardia, foi o último reduto dos povos indígenas do Piauí. Ainda em 1826, de acordo com Miridan Knox, a região Sul encontrava-se praticamente desabitada: enquanto Oeiras contava com 1.050 fogos, Parnaguá tinha apenas 30 fogos.

As principais cidades da região Sudeste ainda não eram freguesias no início do século XIX. Somente em 1832, o lugar Confusões foi elevado a distrito eclesiástico, com o nome de freguesia de São Raimundo Nonato. Em 1836, a sede do distrito foi transferida para a localidade Jenipapo, uma antiga fazenda, sendo elevada à categoria de vila em 1850 e de cidade, em 1912.

O município de São João do Piauí, antiga fazenda Malhada do Jatobá, tornou-se vila em 1871 e foi elevado à categoria de município em 1906. Caracol, somente em 1904 foi elevado a distrito e, em 1912, à categoria de cidades. Portanto, temos um quadro de uma região que teve sua organização administrativa tardia.

Conclui-se que, com o processo de colonização, os povos indígenas sofreram realmente um processo de mestiçagem com os demais grupos sociais da região, principalmente as mulheres e as crianças Pimenteira, as quais geralmente eram feitas prisioneiras.

Existem poucos relatos falando dos homens que ficaram no local, parecendo que a maioria foi morta nos embates com as tropas ou se dispersou pelas fazendas da região. Parte do grupo, especialmente as mulheres e as crianças foram distribuídas em casas de famílias tanto na capital, Oeiras, como na região do conflito, enquanto parte ficou perambulando pela região, segundo consta no único documento, do ARQUIVO FUMDHAM, relativo ao século XIX, encontrado no Cartório de São Raimundo Nonato, ficha 296, de Registro de Casamentos, que faz menção aos povos indígenas:

Registro de casamento da índia Pimenteira *Puã índia da Aldeia Pimenteira*, que em 1849, casou a sua filha natural Antonia, provavelmente de pai branco, com Agostinho Ferreira da Silva, branco, viúvo, 60 anos.

Outra parte do grupo que permaneceu no local era provavelmente descendente de um parente dos Dias Soares, raptado ainda adolescente pelo Pimenteira e viveu com eles durante muito tempo. Posteriormente, no século XIX, quando foi recapturado, estava casado com a índia Pimenteira Marreca; embora com filhos e netos, não se adaptou à vida dos brancos, constituindo moradia nas imediações da atual cidade de Caracol, no local Saco, antiga fazenda da família Dias Soares.

Não obstante todas as perdas causadas pelos conflitos que surgiram desde o início do período de contato com o colonizador, nos dias atuais, diversos grupos indígenas em todo o território brasileiro estão reivindicando reconhecimento étnico através de múltiplos processos históricos de questionamento, negação e reelaboração de identidades. Ao contrário do que se previa, a população indígena vem crescendo e os grupos construindo suas identidades.

## REFERÊNCIAS

- ABREU, João Capistrano de. **Capítulos de história colonial: 1550-1880 & os caminhos antigos e o povoamento do Brasil**. 2. ed. Brasília: UNB, 1998.
- ACIOLI, Vera Lúcia Costa. **A escrita no Brasil colônia**. Recife: Universitária / Massangana, 1994.
- ALMEIDA, Maria Regina C. **Metamorfoses indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.
- ANDRADE, Manuel Correia de. A pecuária e a produção de alimentos no período colonial. In: SZMRECSÁNYI, Tomás. **História econômica do período colonial**. São Paulo: Hucitec/FAPESP/ABPHE, 1997.
- ANTONIL, André João. **Cultura e opulência do Brasil**. 3. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1982.
- ASSUNÇÃO, Paulo de. **Negócios jesuíticos: o cotidiano da administração dos bens divinos**. São Paulo: EDUSP, 2004.
- BAPTISTA, João Gabriel. **Etno-história indígena piauiense**. Teresina: EDUFPI/APL, 1994.
- \_\_\_\_\_. **Mapas geohistóricos**. Teresina: Projeto Petrônio Portella, 1986.
- BARBOSA, Bartira Ferraz. **Índios e missões: a colonização do médio São Francisco pernambucano nos séculos XVII e XVIII**. 1991. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, [1991].
- BARROS, Paulo Sérgio. **Confrontos invisíveis: colonialismo e resistência indígena no Ceará**. 1997. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, [1997].
- BEAUREPAIRE-ROHAN, Visconde. **Dicionário de vocábulos brasileiros**. 2. ed. Salvador: Livraria Progresso, 1956.
- BEOZZO, José Oscar. **Leis e regimentos das missões: política indigenista no Brasil**. São Paulo: Paulinas, 1983.
- BORGES, Jóina Freitas. **A história negada: em busca de novos caminhos**. Teresina: FUNDAPI, 2004.
- BOSI, Alfredo. **A dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- BRANDÃO, Tanya M. P. **O escravo na formação social do Piauí: perspectiva histórica do século XVIII**. Teresina: EDUFPI, 1999.
- \_\_\_\_\_. **A elite colonial piauiense: família e poder**. Teresina: Fundação Monsenhor Chaves, 1995.
- BRASIL. FUNAI-Fundação Nacional do Índio. Disponível em: <http://www.funai.gov.br/mapas/mapa-etnia.htm>. Acesso em: 25 de março de 2007.
- BRUIT, Héctor Hernan. **Bartolomé de las casas e a simulação dos vencidos**. Campinas: UNICAMP/Iluminuras, 1995.
- CABRAL, Maria do Socorro C. **Caminhos do gado: conquista e ocupação do Sul do Maranhão**. São Luís: SIOGE, 1992.
- CALMON, Pedro. (1939). **História da casa da torre: uma dinastia de pioneiros**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1958.

- CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org.). **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- CARDOSO, Ciro Flamarion; BRIGNOLI, Héctor Pérez. **Os métodos da história**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- CARVALHO, João Renor Ferreira de. **Resistência indígena no Piauí colonial. 1718-1774**. Imperatriz-MA: Ética, 2005.
- \_\_\_\_\_. **Os índios guguê e acoroá (craô) do Piauí colonial entre 1738 a 1773**. Teresina: EDUFPI. Departamento de História e Geografia, 2002.
- CASAL, Manuel Aires de. **Corografia brasílica ou relação histórico-geográfica do Reino do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia/EDUSP, 1976.
- CASTELO BRANCO, Moysés. **O índio no povoamento do Piauí**. Teresina: Artes Gráficas, 1984.
- CASTRO, Viviane Maria Cavalcanti de. **Sítio cana brava: contribuição ao estudo dos grupos ceramistas pré-históricos do Sudeste do Piauí**. 1999. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, [1999].
- CHAVES, Joaquim. O índio no solo piauiense. In: **Obra completa**. Teresina: Fundação Monsenhor Chaves, 1998.
- \_\_\_\_\_. **Apontamentos biográficos e outros**. Teresina: Fundação Monsenhor Chaves, 1994.
- COSTA, F. A. Pereira da. **Cronologia histórica do Estado do Piauí**. Rio de Janeiro: Artenova, 1974.
- CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: FAFESP/Secretaria Municipal de Cultura/Companhia das Letras, 1992.
- \_\_\_\_\_. Introdução a uma história indígena. In: **História dos índios no Brasil**. São Paulo: FAFESP/Secretaria Municipal de Cultura/Companhia das Letras, 1992. p. 9-24.
- DANTAS, Beatriz; SAMPAIO, José Augusto L.; CARVALHO, Maria do Rosário G. Povos indígenas no Nordeste brasileiro: um esboço histórico. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: FAFESP/Secretaria Municipal de Cultura/Companhia das Letras, 1992. p. 431-456.
- DEFERT, Daniel. Colônias perdidas, mundos a descobrir. In: DUBY, G.; ARIÉS, P.; DURIE, E. L. e LE GOFF, J. **História e nova história**. Lisboa: Teorema, 1986. p. 65-71.
- DELSON, Roberta Marx. **Novas vilas para o Brasil colônia: planejamento especial e social no século XVIII**. Brasília: Alva-Ciord, 1997.
- DIAS, Claudete Maria Miranda. **O outro lado da história: o processo de independência do Brasil visto pelas lutas no Piauí – 1789/1850**. 1999. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, [1999].
- DIAS, William Palha. **Caracol na história do Piauí**. Teresina: Imp. Oficial, 1960.
- EMPERAIRE, Laure. **La caatinga du sud-est du Piauí (Brésil): étude ethnobotanique**. Paris: Recherche sur les Civilisations, ADPF, 1983.
- FALCI, Miridan Britto Knox. **Escravos do sertão: demografia, trabalho e relações sociais**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1985.
- FARAGE, Nádia. **As muralhas dos sertões: os povos indígenas no Rio Branco e a colonização**. Rio de Janeiro: Paz e Terra/ANPOCS, 1991.

FERRAZ, Maria do Socorro. Missões religiosas no Médio São Francisco, uma abordagem histórica. **Revista de Arqueologia**. São Paulo, v. 8, n. 2, p. 335-340, 1994-1995.

FRANCO, Francisco de Assis de. **Dicionário de bandeirantes e sertanistas do Brasil**. São Paulo: Comissão do IV centenário da cidade de São Paulo, 1954.

FREIRE, Felisbelo. **História territorial do Brasil**. Rio de Janeiro: 1906.

GARDNER, George. **Viagem ao interior do Brasil, 1836-1841**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1975.

GINZBURG, Carlo. **Olhos de madeira: nove reflexões sobre a distância**. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

\_\_\_\_\_. **Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história**. Tradução de Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

\_\_\_\_\_. **O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição**. Tradução de Maria Betânia Amoroso. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GODOI, Emilia Pietrafesa de. **O trabalho da memória: um estudo antropológico de ocupação camponesa no sertão do Piauí**. 1993. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Estadual de Campinas, [1993].

GRUZINSKI, Serge. **A colonização do imaginário: sociedades indígenas e ocidentalização no México espanhol. Séculos XVI-XVIII**. Tradução de Beatriz Perrone-Moisés. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

\_\_\_\_\_. **O pensamento mestiço**. Tradução de Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

GUERRA, Antonio Teixeira. **Dicionário geológico-geomorfológico**. Rio de Janeiro: IBGE, 1978.

GUIDON, Niède; VERGNE, Cleonice; VIDAL, Irmã Asón. Toca da Baixa dos Caboclos. Um abrigo funerário do enclave arqueológico do Parque Nacional da Serra da Capivara. **Clio - Série Arqueológica**. Recife, v. 1, n. 13, p. 127-144, 1998.

GUIDON, Niède (Coord.). **Plano de manejo do Parque Nacional Serra da Capivara**. Brasília: FUMDHAM/IBAMA, 1991.

\_\_\_\_\_. **L'art rupestre du Piauí le contexte sud-américain. Unne première proposition concernant méthodes et terminologie**. These pour Doctorat d'Etat e Lettres et Sciences Humaines. Paris: Panthéon, Sorbonne, Université de Paris I, 5 vol., 1984.

\_\_\_\_\_. **Peintures rupestres de Varzea Grande Piauí, Bresil. Cahiers D'Archéologie D'Amérique Du Sud**, 3. Paris: Ecole des Hautes Etudes em Sciences Sociales, 1975.

HOHENTHAL JR., W. D. As tribos indígenas do médio e baixo São Francisco. **Revista do Museu Paulista**. São Paulo: MAE-USP, N.S., v. XII, p. 37-66, 1960.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Caminhos e fronteiras**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1952.

\_\_\_\_\_. **Monções**. 2. ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

HOORNAERT, Eduardo et al. **História da igreja no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1992.

KARASCH, Mary. Catequese e cativo: Política indigenista em Goiás: 1780-1889. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: FAFESP/Secretaria Municipal de Cultura/Companhia das Letras, 1992. p. 398-412.

KNOX, Miridan Brito. **O Piauí na primeira metade do século XIX**. Teresina: Projeto Petrônio Portella, 1986.

LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (Dir.). **História: novos problemas**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Tomo V. Lisboa/Rio de Janeiro: Livraria Portugália / Instituto Nacional do Livro, 1945.

LIMA, Solimar de Oliveira. **Braço forte: trabalho escravo nas fazendas da nação no Piauí – (1822-1871)**. Passo Fundo: UPF, 2005.

LIMA SOBRINHO, Barbosa. **O devassamento do Piauí**. São Paulo: Nacional, 1946.

LOPES, Fátima Martins. **Missões religiosas: índios colonos e missionários na colonização da capitania do Rio Grande do Norte**. 1999. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, [1999].

MACHADO, Paulo. **As trilhas da morte**. Teresina: Corisco, 2002.

MAGALHÃES, Basílio de. **Expansão geográfica do Brasil colonial**. São Paulo: Nacional, 1935.

MARANCA, Sílvia. Agricultores e ceramistas da área de São Raimundo Nonato. **Anais do I Simpósio de Pré-História do Nordeste Brasileiro**. *Clio - Série Arqueológica*. Recife, v. 1, n. 4, p. 95-97, 1991.

\_\_\_\_\_. **Estudo do sítio Aldeia da Queimada Nova Estado do Piauí**. Edição do Fundo de Pesquisas do Museu Paulista da USP, São Paulo, 1976. (Coleção Museu Paulista. Série Arqueologia). v. 3.

MARCÍLIO, Luíza Maria. O sertão pecuário na época colonial. In: SILVA, Severino Vicente (Org.). **A igreja e a questão agrária no Nordeste: subsídios históricos**. São Paulo: Paulinas, 1986.

MARTIN, Gabriela. **Pré-história do Nordeste do Brasil**. 4. ed. Recife: UFPE, 2005.

\_\_\_\_\_. Quando os índios não eram índios: reflexão sobre as origens do homem pré-histórico no Brasil. **Clio - Série Arqueológica**. Recife, v. 1, n. 15, p. 13-27, 2002.

\_\_\_\_\_. A pré-história do Brasil no século do descobrimento. Apresentação e proposta. **Revista de Arqueologia**. São Paulo, n. 7, p. 1-10, 1993.

MAXWELL, Kenneth. **Marquês de Pombal: paradoxo do iluminismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

MEDEIROS, Ricardo Pinto de. **Política indigenista do período pombalino e seus reflexos nas capitanias do norte da América portuguesa**. Comunicação apresentada no Congresso Internacional O espaço atlântico de antigo regime: poderes e sociedade. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2005.

\_\_\_\_\_. História dos povos indígenas do sertão nordestino no período colonial; problemas, metodologia e fontes. **Clio - Série Arqueológica**. Recife, n. 15, v. 1, p. 205-233, 2002.

\_\_\_\_\_. “Povos indígenas do sertão nordestino no período colonial: descobrimentos, alianças, resistências e encobrimento”. **FUNDAMENTOS**. Publicação da Fundação Museu do Homem Americano, São Raimundo Nonato (PI), v. 1, n. 2, p. 7-52, 2002.

\_\_\_\_\_. **O descobrimento dos outros: povos indígenas do sertão nordestino no período colonial**. 2000. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Pernambuco, [2000].

MELATTI, Júlio César. **Índios do Brasil**. São Paulo: HUCITEC/INL, 1980.

MELO, Cláudio. **Os jesuítas no Piauí**. Teresina: [s.ed.], 1991.

MIRANDA, Reginaldo Silva. **São Gonçalo da Regeneração**: marchas e contramarchas de uma comunidade sertaneja: da aldeia indígena aos tempos atuais. Teresina: Edição do Autor, 2004.

\_\_\_\_\_. **Vultos da história do Piauí**: ouvidor Moraes Durão. Teresina: Edição do Autor, 2004.

\_\_\_\_\_. **Vultos da história do Piauí**: Ajudante Félix do Rego. Teresina: Edição do Autor, 2004.

\_\_\_\_\_. **A contribuição dos aldeamentos indígenas**. Teresina: Edição do Autor, 2004.

\_\_\_\_\_. **Aldeamento dos Acoroá**. Teresina: COMEPI, 2003.

\_\_\_\_\_. **Piauí em foco**. Teresina: COMEPI, 2003.

MONTEIRO, John Manuel. Armas e armadilhas – história e resistência dos índios. In: NOVAES, Adauto (Org.). **A outra margem do Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. p. 237-249.

\_\_\_\_\_. **Negros da terra**: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

\_\_\_\_\_. (Org.). **Guia de fontes para a história indígena e do indigenismo em arquivos brasileiros - acervos das capitais**. São Paulo: NHII/USP/FAPESP, 1994.

MOTT, Luiz R. B. Conquista, aldeamento e domesticação dos índios Gueguê do Piauí: 1764-1770. **Revista de Antropologia**. Salvador, p. 30-32, 1987/1988/1989.

\_\_\_\_\_. **Piauí colonial**: população, economia e sociedade. Teresina: Projeto Petrônio Portella, 1985.

NANTES, Padre Martinho de. **Relação de uma missão no rio São Francisco**. São Paulo: Nacional, 1979.

NEVES, Eduardo Góes. Os índios antes de Cabral: arqueologia e história indígena no Brasil. In: SILVA, Aracy Lopes; GRUPIONI, Luis Donisete Benzi (Org.). **A temática indígena na escola**. Brasília: MEC/MARI/UNESCO, 1995.

NIMUENDAJU, Curt. **Mapa etno-histórico**. Rio de Janeiro: IBGE, 1981.

NUNES, Odilon. **Pesquisas para história do Piauí**. Rio de Janeiro: Artenova, 1975. V. 1.

\_\_\_\_\_. **Os primeiros currais**. Teresina: Monografias do Piauí, [19??]. (Série Histórica).

OLIVEIRA, Ana Stela de Negreiros. **Catingueiros da borracha**: vida de maniçobeiro no Sudeste do Piauí – 1900/1960. 2001. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, [2001].

OLIVEIRA, Cláudia A. Os ceramistas pré-históricos do Sudeste do Piauí – Brasil: estilos e técnicas. **FUMDHAMENTOS**. Publicação da Fundação Museu do Homem Americano, São Raimundo Nonato (PI), n. 3, p. 57-127, 2003.

\_\_\_\_\_. A perspectiva etno-histórica no Estado do Piauí-Brasil. **Clio - Arqueológica**. Recife, v. 1, n. 15, 2002.

\_\_\_\_\_. **Estilos tecnológicos da cerâmica pré-histórica no sudeste do Piauí – Brasil**. 2000. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Universidade de São Paulo, [2000].

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. Uma Etnologia dos “índios misturados”? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais (Org.). In: OLIVEIRA, João Pacheco de. **A viagem de volta**: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena. 2. ed. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria/LACED, 2005, p. 12-42.

\_\_\_\_\_. **Ensaio em antropologia histórica**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1999.

ORBIGNY, Alcide d'. **Viagem pitoresca através do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1976.

OTT, Carlos. F. **Pré-história da Bahia**. Salvador: Progresso, 1958.

PENA, Belisário; NEIVA, Artur. Viagem científica ao Norte da Bahia, sudoeste de Pernambuco, sul do Piauí e de norte a sul de Goiás. In: **Memórias do Instituto Oswaldo Cruz**. Rio de Janeiro: 1916.

PERRONE-MOISÉS, Beatriz. Índios livres e índios escravos: os princípios da legislação indígena do período colonial (séculos XVI a XVIII). In: CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: FAFESP/Secretaria Municipal de Cultura/Companhia das Letras, 1992. p. 115-132.

PINTO, Estevão. **Índigenas do Nordeste**. Tomo I. São Paulo: Nacional, 1935. (Brasiliana). Tomo II. São Paulo: Nacional, 1938 (Brasiliana).

PIRES, Maria Idalina da C. **Resistência indígena nos sertões nordestinos no pós-conquista territorial**: legislação, conflito e negociação nas vilas pombalinas - 1757-1823. 2004. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Pernambuco, [2004].

\_\_\_\_\_. **Guerra dos bárbaros**: resistência indígena e conflitos no Nordeste colonial. Recife: FUNDARPE/CERPE, 1990.

POMPA, Cristina. **Religião como tradução**: missionários, Tupi e “Tapuia” no Brasil colonial. Bauru-SP: EDUSC, 2003.

PORTO, Carlos Eugenio. **Roteiro do Piauí**. Rio de Janeiro: ARTENOVA, 1974.

PORTO ALEGRE, Maria Sylvia. Aldeias indígenas e povoamento do Nordeste no final do século XVIII: aspectos demográficos da "cultura de contato". In: DINIZ, E. et al (Org.). **Ciências Sociais Hoje**, 1993. São Paulo: ANPOCS/Hucitec, 1993.

POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da etnicidade**. São Paulo: UNESP, 1998.

PUNTONI, Pedro. **A guerra dos bárbaros**: povos indígenas e a colonização do sertão nordeste do Brasil, 1650-1720. São Paulo: Hucitec/FAPESP/EDUSP, 2002.

\_\_\_\_\_. Tupi ou não Tupi? Uma contribuição ao estudo da etno-história dos povos indígenas no Brasil Colônia. In: RISÉRIO, Antonio. **Invenção do Brasil**. Salvador: MADE, 1997. p. 49-55.

RIBEIRO, Darcy (ed.). Suma etnológica brasileira. Ed. Atual. **Handbook of South American Indians**. Petrópolis-RJ: Vozes / FINEP, 1986. v. 2.

RIBEIRO, Manoel Bonfim Dias. **Néfirmo, uma vida**: o homem no seu tempo. Salvador: Ed. do Autor, 1996.

ROCHA, Leandro Mendes (Org.). **Atlas histórico**: Goiás pré-colonial e colonial. Goiânia: CECAB, 2001. v.1.

SANTOS, Milcíades Cândido dos. **Avaliação dos esforços de desenvolvimento num espaço organizado pela pecuária**: o caso de São Raimundo Nonato. 1989. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Pernambuco, [1989].

SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos internos**: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SILVA, Jacionira Coelho. **Arqueologia no médio São Francisco**: indígenas, vaqueiros e missionários. 2003. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco.

SILVA, Leandro Surya de Oliveira. **Permanência e continuidade**: grupos ceramistas pré-históricos na área do Parque Nacional Serra da Capivara – Piauí. 2006. Dissertação (Mestrado em Arqueologia e Conservação de Patrimônio) – Universidade Federal de Pernambuco, [2006].

SOUSA, Mônica Hellen Mesquita. **Missão na Ibiapaba**: Estratégias e táticas na colônia nos séculos XVII e XVIII. 2003. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Ceará, [2003].

SPIX, J.B. Von; MARTIUS, C. F. P. Von. **Viagem pelo Brasil**: 1817-1820. Tomo II. São Paulo: Melhoramentos, 1968.

VAINFAS, Ronaldo (dir.). **Dicionário do Brasil colonial (1500-1808)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.

\_\_\_\_\_. **A heresia dos índios**. Catolicismo e rebeldia no Brasil colonial. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

VALLADAS, H e al. Datações por termoluminescência de seixos de quartzo queimados da Toca do Boqueirão da Pedra Furada (Piauí, Nordeste do Brasil). **FUNDAMENTOS**. Publicação da Fundação Museu do Homem Americano, São Raimundo Nonato (PI), n. 3, p. 35-41, 2003.

VALLE, Sarah Maranhão do. **A perpetuação da conquista**: a destruição das aldeias indígenas em Pernambuco no século XIX. 1992. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, [1992].

VASCONCELLOS, Simão de. **Crônica da Companhia de Jesus no Estado do Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1977. 2.v.

WACHTEL, Natan. A aculturação. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (Dir.). **História**: novos problemas. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988. p. 113-129.

## FONTES IMPRESSAS

ALENCASTRE, José Martins Pereira d'. Memória cronológica, histórica e corográfica da Província do Piauí. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Tomo XX. Rio de Janeiro, 1857.

BRANDÃO JUNIOR, F. A. A lagoa Pimenteira. **Revista do Instituto Geográfico e Histórico Piauiense**. Tomo I, p. 163-166, 1920.

BRASIL. DOCUMENTOS Históricos da Biblioteca Nacional: Tomos XII, XXX, XLI, XLII, XLIV, LIII, LXXI, LXXIV, LXXXVI e LXIX.

BRASIL. ROTEIRO das capitânicas do Pará, Maranhão, Piauí e Bahia por Manuel José de Oliveira Bastos, 1819. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Tomo VIII, 1846.

BRASIL. ROTEIRO de viagem que fez o capitão Francisco de Paula Ribeiro às fronteiras da Capitania do Maranhão e de Goiás no ano de 1815 em serviço de S. M. Fidelicíssima. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Tomo X, p. 5-80. Rio de Janeiro, 1848.

BRASIL. ROTEIRO do Maranhão a Goiás pela Capitania do Piauí. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: Tomo LXII, p. 60-161. Rio de Janeiro, 1900.

BRASIL. SERTÃO, Domingos Affonso. Testamento de Domingos Affonso. Descobridor do Piauí. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Tomo XX, p. 140-150, Rio de Janeiro, 1867.

BRASIL. SESMARIAS Piauienses. **Revista do Instituto Geográfico e Histórico Piauiense**. Tomo II, p. 125-155. Rio de Janeiro, 1922.

CARVALHO, Pe. Miguel. Descrição do sertão do Piauí remetida ao Ilmo e Rmo Sr. Frei Francisco de Lima Bispo de Pernambuco por Pe. Miguel de Carvalho, datada de Piauí, 02 de março de 1697. In: ENNES, Ernesto. **A guerra nos Palmares** (subsídios para a sua história). Domingos Jorge Velho e a "Tróia Negra" 1689-1709. São Paulo: Nacional, 1938. (Brasíliana). v. 1.

DODT, Luiz Guilherme. **Descrição dos rios Parnahyba e Gurupi (1872)**. Maranhão, 1873. (Brasíliana).

MACHADO, Francisco Xavier. Memória relativa as capitânicas do Piauí e Maranhão (1819). **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Tomo XVII, p. 56-69. Terceira série, n. 13, 1º semestre. Rio de Janeiro, 1854.

PIAUI. CATÁLOGO das Sesmarias concedidas a particulares no Piauí, registradas nos livros 1º, 2º, 3º, 4º, 5º existentes na Diretoria de Agricultura, Terras, Viação e Obras Públicas, organizado pelo Senador Antonio Freire da Silva. **Revista do Instituto Geográfico e Histórico Piauiense**. Tomo I, p. 59-139, 1920.

SILVA, Inácio Accioli de Cerqueira e. Dissertação histórica, etnográfica e política sobre quais eram as tribos aborígenes que habitavam a província da Bahia, ao tempo em que o Brasil foi conquistado... e que qualidades de animais as povoavam? **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Tomo XII, p. 143-257. Rio de Janeiro, 184.

## INSTITUIÇÕES PESQUISADAS

Casa Anísio Brito - Arquivo Público do Estado do Piauí - Teresina - PI  
 Arquivo Histórico do Itamaraty. Rio de Janeiro - RJ  
 Arquivo Histórico do Exército. Rio de Janeiro - RJ  
 Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - IHGB. Rio de Janeiro - RJ  
 Divisão de Pesquisa do Programa de Pós-Graduação em História da UFPE. Recife - PE  
 Biblioteca Central da UFPE. Recife - PE  
 Biblioteca Central da UFPB. João Pessoa - PB  
 Biblioteca Central da UFPI. Teresina - PI  
 Biblioteca da FUMDHAM. São Raimundo Nonato - PI

## FONTES MANUSCRITAS

### **Arquivo Público do Estado do Piauí Teresina - PI**

#### **CAPITANIA DO PIAUÍ**

Palácio do Governo. Oeiras  
 Correspondências diversas expedidas e recebidas pelo Palácio do Governo, do Reino, de capitánias, nomeações, provisões à Câmara e Militares. 1760-1807. Códice 273.

Palácio do Governo. Oeiras  
 Correspondências e ordens com militares, civis, provedores, ouvidores, juízes e Câmara. 1764-1770. Códice 147.

Palácio do Governo. Oeiras  
 Correspondências com diversas autoridades da Capitania. 1769-1773. Códice 148.

Palácio do Governo. Oeiras  
 Correspondências do Governador da Capitania com sua Majestade Imperial através dos Secretários dos Negócios do Reino e Secretaria da Marinha. 1769-1793. Códice 009.

Palácio do Governo. Oeiras  
 Correspondências e ordens com militares, civis, provedores, ouvidores, juizes e Câmaras. 1773-1778. Códice 150.

Palácio do Governo. Oeiras  
 Correspondências diversas a juizes, militares, empregados públicos e civis. 1778-1783. Códice 151.

Palácio do Governo. Oeiras

Correspondências autoridades diversas. 1787-1791. Códice 152.

Palácio do Governo. Oeiras

Correspondências autoridades diversas. 1791-1793. Códice 153.

Palácio do Governo. Oeiras

Correspondências autoridades diversas. 1793-1795. Códice 154.

Palácio do Governo. Oeiras

Correspondências autoridades diversas. 1795-1796. Códice 155.

Palácio do Governo. Oeiras

Correspondências do Governo da Capitania com autoridades diversas como militares, Provedor, Ouvidor, juízes, vigários e correspondências com Lisboa. 1798. Códice 156.

Palácio do Governo. Oeiras

Correspondências autoridades diversas. 1799-1800. Códice 157.

Palácio do Governo. Oeiras

Correspondências autoridades diversas. Correspondências com juízes, militares, vigários, câmaras, funcionários. 1808-1814. Códice 16.

Palácio do Governo. Oeiras. Série Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Registro de ofícios para Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra e leva no fim termo de Encerramento – Oeiras - Piauí. 1818-1819. Códice 020.

Palácio do Governo. Oeiras.

Correspondência particular com inspetores das fazendas nacionais, militares e Câmara. 1814-1834. Códice 163.

Documentos avulsos

Registros eclesiásticos de posse de terras de 1856. Caixa de São Raimundo Nonato.

### **Arquivo Histórico Ultramarino**

#### **Projeto Resgate, Capitania do Piauí. CD-ROM**

##### **CAPITANIA DO PIAUÍ**

1770, julho, 20, Oeiras do Piauí.

CARTA do [governador do Piauí], Gonçalo Lourenço Botelho de Castro, ao rei [D. José], sobre a investigação realizada pelo tenente do Regimento de Cavalaria Auxiliar, Francisco Carvalho, aos índios aldeados no lugar chamado Pimenteiras, para poder fazer frente a estas investidas.

Anexo; 7 docs.

AHU\_ACL\_CV\_016, CX.11, D. 643.

1771, janeiro, 10, Oeiras do Piauí.

OFÍCIO do governador do Piauí, Gonçalo Lourenço Botelho de Castro, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, sobre os meios conseguidos para reparar os armamentos para os dois destacamentos que irão combater os índios.

Anexo: 1 doc.

AHU\_ACL\_CU\_016, Cx. 11, D. 651.

1771, maio, 16, Oeiras do Piauí.

OFÍCIO do governador do Piauí, Gonçalo Lourenço Botelho de Castro, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, sobre os ataques efetuados pelas suas tropas aos índios que se localizavam em Pimenteiras, devido às hostilidades destes para os moradores do Alto Piauí.

Anexo: 6 docs.

AHU\_ACL\_CU\_016, Cx. 11, D. 659.

1790, julho, 8, Oeiras do Piauí.

OFÍCIO do governo interino do Piauí, ao [governador e capitão-general do Maranhão e Piauí], Fernando Pereira Leite de Fóios, sobre os índios Pimenteira, que habitam nas cabeceiras da ribeira do Piauí, e atacam as fazendas mais próximas; solicitando auxílio para civilizar os índios, com vista ao aumento dos crentes e dos dízimos.

Anexo: 10 docs.

AHU\_ACL\_CU\_016\_Cx. 18, D. 929.

1798, março, 30, Oeiras do Piauí.

OFÍCIO do [governador do Piauí]. D. João do Amorim Pereira, ao [secretário de estado e Marinha e Ultramar], D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre a necessidade de se fazer guerra aos Pimenteira, devido aos ataques dos mesmos às fazendas de gado, matando as pessoas, e até animais, ou forçando-as a abandonar as sua casa.

Anexo; 1 doc.

AHU\_ACL\_CU\_016, Cx. 20, D. 1055.

1804, março, 6, Oeiras do Piauí.

CARTA do [governador do Piauí], Pedro César de Meneses, ao príncipe regente [D. João], sobre o envio da devassa que se tirou às violências cometidas pelos gentios Pimenteiras nas cabeceiras da ribeira do Piauí, e as razões do contínuo despovoamento da região.

Anexo: 6 docs.

AHU\_ACL\_CU\_016. Cx. 27, D. 1388.

### **Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro Rio de Janeiro - RJ**

Coleção: Instituto Histórico.

Resumo: Formalidades (cópia) observadas na posse do 1º governador da Capitania do Piauí João Pereira Caldas.

Carta Régia de 19 de junho de 1761, erigido na Cidade e Vila de Oeiras, capital do Piauí. Ofício de João Pereira Caldas mandando antepor o nome de S.M. o Rei D. José do Piauí (cópia) em 1759, 1761, 1762.

Lata 343, doc. 25, 3 docs.

Coleção: Instituto Histórico.

Resumo: Acontecimentos de índios em Parnaguá. Oeiras, 16 de maio de 1828.

Lata 133, pasta 17.

Coleção: Instituto Histórico:

Resumo: Circular (cópia) do Bispo do Maranhão e outros aos Governadores interinos da Capitania do Piauí, acerca das depredações do gentio em Parnaguá e autorizando servi-se do cofre das multas. (1811)

Lata 350, doc. 56.

Coleção: Instituto Histórico

Resumo: Exposição da luta com o gentio Pimenteira no Piauí, em 1807.

Carta do Governador Carlos César Burlamaqui.

Oeiras, 03 de outubro de 1809.

Lata 58, pasta 9.

Coleção: Instituto Histórico

Resumo: Ofícios e Relações de José Dias Soares, referentes à entrada que fez ao gentio Pimenteira, na Capitania do Piauí. (1811).

Lata 178, pasta 48, 7 docs.

Coleção: Instituto Histórico.

Resumo: Diário (cópia) dos mais notáveis acontecimentos da guerra aos Pimenteiros. Por Antonio do Rego Castelo Branco.

Lagoa do Tabuleiro, 30 de julho de 1779.

Lata 222, pasta 27.

Coleção: Instituto Histórico

Resumo: Informação (cópia) sobre os índios Xerentes e Pimenteira. Dadas por José da Cunha Lustosa e Domingos Dias Soares ao presidente da Província do Piauí. 1827.

Lata 178, pasta 49.

Mapa da população das capitanias do Maranhão e Piauí. (7 de julho de 1778)

Cons. Ultramarino. V. 5, p. 81.

Arq. 1.1.5 - Maranhão

Oeiras do Piauí

Cartas (2) de Francisco Marcelino de Gouveia, acerca de vilas em todas as Freguesias desta Comarca. (1762)

Cons. Ultramarino. V. 9, p. 189-190v.

Arq. 1.1.9

Sertão (Domingos Affonso)

Certidão dos bens do Real Fisco que foram de Domingos Affonso Sertão (1797)

Cons. Ultramarino. V. 9, p. 415v.

Arq. 1.1.9

Piauí

Desordens na Capitania do Piauí. Queixas contra Antonio do Rego Castelo Branco (1788/1789)

Cons. Ultramarino. V. 5º, p. 339v-341-343v-349v-355-370v.

Arq. 1.1.5 – Maranhão

## **Arquivo Histórico do Itamaraty**

### **Rio de Janeiro – RJ**

Piauí

Resumo de todas as pessoas livres e cativas, fogos e fazendas da cidade, vilas e sertões da Capitania do Piauí. (1762). Arquivo Particular de Duarte da Ponte Ribeiro. Lata 267, maço 2, pasta 01.

#### Piauí

Relação de todos os bens de raiz e por tais seculares que possuíram, e administraram os Regulares da Companhia denominada de Jesus nesta Capitania de S. José do Piauí. (1760-1762). Arquivo particular de Duarte da Ponte Ribeiro. Lata 267, maço 2, doc. 2

Capitanias do Brasil. Coleções Especiais. Documentação do Ministério Anterior a 1822. Diversos da Família Real. Lata 170, maço 3, pasta 5.

### **Arquivo Histórico do Exército Rio de Janeiro - RJ**

#### **Divisão de História - Mapoteca - II**

Planta da vila de Jerumenha de autoria de José Pedro Cezar de Menezes. 1809.

Mapa geográfico das Capitanias do Grão-Pará, Rio Negro, Maranhão e Piauí. 1780. Copiado no Arquivo Militar pelo Ten. Francisco Czischeki em 1822.

Planta da cidade de Oeiras da Capitania de São José do Piauí de autoria de José Pedro César de Menezes. 1809.

Carta geográfica da província de São José do Piauí de autoria de Major Schwarzmann e Mr Lê Chev de Martius. 1828.

Mapa da Capitania do Piauí e parte das do Maranhão e do Pará. [s/d]

Planta da Aldeia de S. Gonçalo dos índios de autoria de José Pedro César de Menezes. 1809.

Carta topográfica e administrativa da província do Piauí de autoria do Visconde J. de Villiers de L'ille Adam. 1850.

Carta Geográfica do Piauí de autoria de Henrique Galucio. 1761. Copiada pelo Cap. João Pedro de Gusmão Nascimento Mariz, em 1855. Corrigido por José Pedro César de Menezes em 1809.

### **Biblioteca FUMDHAM São Raimundo Nonato - PI**

São Raimundo Nonato - Piauí. Fichas de Inventários do Cartório do 1º Ofício. 1836-1899.

São Raimundo Nonato – Piauí. Fichas de Registro de Nascimentos do Cartório do 2º Ofício. 1894-1898.

# APÊNDICES

## APÊNDICE A

### Fazendas localizadas na região sudeste do Piauí em 1697

<b>FAZENDAS</b>	<b>MORADORES</b>
Fazenda Almas Santas	Silvestre Gomes, casado com uma índia, dois filhos e um índio.
Fazenda Tabuleiro Alto	Manoel dos Santos e dois negros.
Fazenda Curral do Campo	Manoel da Costa, um negro e uma negra.
Fazenda Grande	Antonio Gomes Pereira, um negro e uma índia.
Fazenda Sítio das Pimentas	João da Rua Siqueiros, um negro e um índio.
Fazenda Espinhos	João Francisco de Oliveira e dois negros.
Fazenda Salinas	João Vaz e dois negros.
Fazenda Cachoeira	Antonio Leitão de Abreu e um negro.
Fazenda Gameleira	Francisco Machado Guimarães, dois negros e uma índia.
Fazenda Serra	Lourenço da Costa Velozo, Manuel de Azevedo, dois negros e um mestiço.
Fazenda Riacho	José Freire de Andrade e dois negros.
Fazenda Sobrado	Manoel Pinto e dois negros.
Fazenda Alagoa do Jacaré	Cristóvão de Brito Sampaio, três negros e uma negra.
Fazenda Espinheiros	Francisco da Cunha e dois negros.
Fazenda Alagoa das Itariz	Manoel da Silva Soares, dois negros e três índias.
Fazenda Sítio de Baixo	Francisco Moniz e um negro.
Fazenda Sussuapara	Manuel de Araújo Costa, um negro e uma negra.
Fazenda Algodões	Sebastião Cardoso de Araújo, Alexandre Ferreira, dois negros e um índio.
Fazenda Catarens	Manoel Pinto de Carvalho, Antonio Rodrigues Calvo e dois negros.
Fazenda Tapera	Francisco Varela e dois negros.

Fazenda Pobre	Pedro Alves de Oliveira, um negro e um índio.
---------------	---

Fonte: CARVALHO, Pe. Miguel. Descrição do sertão do Piauí remetida ao Ilm<sup>o</sup> e Rm<sup>o</sup> Sr. Frei Francisco de Lima Bispo de Pernambuco por Pe. Miguel de Carvalho, datada de Piauí, 02 de março de 1697. In: ENNES, Ernesto. **A Guerra nos Palmares** (subsídios para a sua histórica). 1<sup>o</sup> Volume Domingos Jorge Velho e a “Tróia Negra” 1689-1709. São Paulo: Cia Ed. Nacional, 1938. (Brasiliana), p. 370/389.

## APÊNDICE B

### Fazendas localizadas no sudeste do Piauí nos séculos XVIII e XIX

<b>FAZENDA</b>	<b>PROPRIETÁRIO</b>	<b>DATA</b>	<b>DOCUMENTO</b>
Fazenda Conceição	Jesuítas	1766	Códices 147- pp. 62v, 151- pp.58-58v, 161- pp.63-63v
Fazenda Sítio da Aldeia	Faustino Pereira	1770	Piauí-Capitania. AHU, doc. 643. CD-ROM
Fazenda Poço		1770	Piauí-Capitania. AHU, doc. 643. CD-ROM
Fazenda São Lourenço		1770\1781	Piauí-Capitania. AHU, doc. 643\Códice 151-p. 139-139v
Fazenda São Victor		1770\1809	Piauí-Capitania. AHU, doc. 643. CD-ROM\Códice 161- p. 63-63v
Fazenda Cajazeiras	Fisco	1771	Códices 148 p. 22v-23,150- p. 77-77v
Fazenda Pobre	Fisco	1776	Códices 150 p. 148, 153- p. 115-115v
Fazenda São Romão		1776	Códice 150- p. 146v.
Fazenda Itans		1776	Códice 150- p. 148
Fazenda Fidalgo		1777	Códices 151-p. 56,161- p. 94v-5
Fazenda Serra	Fisco	1777	Códice 156- p. 41v-42
Fazenda Alagoa Verde		1781	Códice 151- p. 143\ p.155v-156
Fazenda Santo Antonio	Agostinho Paes Landim	1781	Códice 151-p.151v-152/p.154v-155
Fazenda Onça		1782	Códice- 151- p. 155v-156, 161- pp. 63-63v
Fazenda Cachoeira	Fisco	1788	Códice 152- p. 1v-2
Fazenda Espinhos	Fisco	1789	Códice 152-p. 31
Fazenda Salinas	Fisco	1789	Códice 152- p. 43-43v
Fazenda Picada		1790	Códice 152- p. 73-73v
Fazenda São Julião	Fisco	1792	Códice 153- p. 35-35v/43-43v
Fazenda Gameleira	Manoel Soares	1793	Códice 153- p. 154v
Fazenda Estivas		1793	Códice 153- p. 130
Fazenda Cavaleiro	Maria da Conceição	1798	Códice 152- p. 68v-69-69v-70

Fazenda Macacos		1798	Código 156- p. 41v
Fazenda Almas	Antonio Pereira da Silva	1798	Código 156- p. 129v-130
Fazenda Buriti		1798	Código 156- p. 123v-124-124v
Fazenda Enjeitado		1798	Código 150-p. 152-152v
Fazenda Jacaré		1779	Código 157- p. 106-106v
Fazenda Boqueirão	Fisco	1799	Código 157- p. 43-43v
Fazenda Tabuleiro Alto		1803	Piauí-Capitania. AHU, doc. 1388. CD-ROM
Fazenda Curral do Campo	Gabriel Dias Soares	1803	Piauí-Capitania. AHU, doc. 1388. CD-ROM
Fazenda Água Verde		1808	Código 161- p. 3v-4/26v-27
Fazenda Jibóia		1808	Código 161-26v-27
Fazenda Tambor		1809	Código 161- p. 63-63v
Fazenda Vereda		1809	Código 161- p. 63-63v
Fazenda Corimatá		1809	Código 161- p. 63-63v
Fazenda Poço das Ribeiras		1809	Código 161- p. 63-63v
Fazenda São João	Fisco	1809	Código 161- p. 63-63
Fazenda Caiçara	José Dias Soares	1809	Código 161- p. 62-62v/ 63-63v
Fazenda Deserto	Manuel Ribeiro Soares	1809	Código 161- p. 62-62v
Fazenda Caraíbas	Manuel Ribeiro Soares	1809	Código 161- p. 62-62v/ p. 63-63v
Fazenda Volta	Herdeiros de Francisco Lopes	1809	Código 161- p. 62-62v
Fazenda Boa Vista	Francisco da Cunha	1809	Código 161- p. 62-62v
Fazenda Formigas	Antonio Pereira da Silva	1809	Código 161- p. 62-62v
Fazenda Sã	Francisco Ribeiro Soares	1809	Código 161- p. 62-62v
Fazenda Cacimbas	Gonçalo da Silva	1812	Código 161- p. 160-160v
Fazenda Caracol			Código 163- p. 7v-8

Fonte: Documentos diversos do Arquivo Público do Estado do Piauí.

## APÊNDICE C

### Sesmarias concedidas a particulares no sudeste do Piauí nos séculos XVIII e XIX

SESMARIA	LOCALIZAÇÃO	PROPRIETÁRIO	DATA DE CONCESSÃO
Formigas	Sertão das Pimenteiras	Antonio Pereira da Silva	1787
Lagoa do Cavalo	Sertão das Pimenteiras	Antonio Pereira da Silva	1787
Salinas	Sertão das Pimenteiras	Francisco Pereira da Silva	1787
Almas	Baixão do Roção na Ribeira do Piauí	Cosme Damião da Costa Medeiros (Frade)	1798
Canto da Volta		Cosme Damião da Costa Medeiros (Frade)	1798
Data com 3 léguas de comprido e 1 de largura	Ribeira do Piauí	Ignácio Pinto de Oliveira Falcão	1798
Riacho Seco	Ribeira do Piauí	Joaquim Pereira Barbosa	1800
Riacho do Fidalgo		José Ferreira Manojó	1801
Carnaubeira		Cosme Damião da Costa Medeiros (Frade)	1802
Data nas terras devolutas nas catingas	Ribeira do Piauí	João Vitorino da Silva	1802
Terras juntas a Fazenda do Alegre		Cosme Damião da Costa Medeiros (Frade)	1807
Sítio na ribeira do Piauí		João de Souza e Thomaz Telles	1820

Fonte: Catálogo das sesmarias concedidas a particulares no Piauí, registradas nos livros 1º, 2º, 3º, 4º e 5º, existentes na Diretoria de Agricultura, Terras, Viação e Obras Públicas, organizado pelo Senador Antonino Freire da Silva quando esteve à frente da mesma repartição. In: **Revista do Instituto Geográfico Histórico Piauiense**. Tomo I, 1920, pp. 59-139.

**APÊNDICE D**  
**Fazendas localizadas no sudeste do Piauí no século XIX**

<b>PROPRIETÁRIO</b>	<b>POSSE DE TERRA</b>	<b>REGISTRO</b>
Francisco Rodrigues da Silva	Nas fazendas Cacimbas, Alegre e Aningá	1836
Antonio da Rocha Soares	Nas fazendas Sobrado, Água Brava e Sítio Ponta	1840
José Pereira de Oliveira	Na fazenda Cansanção	1841
Rosa Clara de Nazareth	Na fazenda Santo Antonio	1841
João Dias Borges	Na fazenda Sítio das Pedras	1841
Manoel Pereira dos Santos	Na fazenda Jenipapo	1844
Lourenço Pereira da Silva	Na fazenda Serra	1845
Manoel Ribeiro Soares	Na fazenda Tamanduá	1845
Ana Joaquina dos Anjos	Nas fazendas Juá, Picada e Poções	1848
Manoel Francisco	Na fazenda Picada	1848
Feliciano Pereira	Na fazenda Picada	1848
Gil Gomes Pereira	Nas fazendas Curral Novo, Cágados, Poções	1849
Antonio Martins dos Santos	Nas fazendas Santa Maria, Ponta da Serra, Curral do Campo, Olho d'Água e Cacimbas	1849
Ana Maria da Cruz	Na fazenda Papucos	1849
Domingos Teles da Silva	Na fazenda São Gonçalo	1850
Manoel do Nascimento	Nas fazendas Onça, Ponta da Serra, Cana Brava, Pedregulho e Bom Jardim	1851
Anna Ferreira da Conceição	Na fazenda Jenipapo	1852
Teotônio Ferreira dos Santos	Na fazenda Vereda	1852
Alexandrina Francisca da Conceição	Na fazenda Lages	1854
Bartolomeu Pereira Rego	Nas fazendas Curral Novo e Cágados	1854
José Ferreira dos Santos	Na fazenda Santo Antonio	1854
Francisca Dias Borges	Nas fazendas Queimada, Boa Vista, Santa Cruz, São Lourenço, Cavaleiro e Bom Jardim	1854
João Paulo da Silveira	Nas fazendas Picada e Poço	1854
Ângela Liberato Café	Nas fazendas Jenipapo, São Lourenço e Riacho Seco	1855
Benedito José de Magalhães	Nas fazendas Picada e Curral do Campo	1856
Maria Josefa de Jesus	Na fazenda Gameleira	1856
Clara Nunes do Espírito	Na fazenda Mulungu	1856

Santo		
Manoel Francisco Batista	Nas fazendas Picada, Poções, Curral Novo e Cachoeirinha	1857
Antonio Ribeiro Antunes	Nas fazendas Umbuzeiro, Campo Alegre e Canoa	1857
Maria da Conceição	Nas fazendas Picada e Sete Lagoas	1857
Ana Francisca Ribeiro	Na fazenda Campo Alegre	1857
Maria Madalena	Nas fazendas Barreirinho, Barra da Serra, Pedregulho, Bom Jardim, São Lourenço e Boa Vista	1858
Maria José do Nascimento	Na fazenda Queimadas	1858
Germana Vieira	Na fazenda Curral do Campo	1858
Maria do Carmo do Amor Divino	Na fazenda Riacho Seco	1859
Florência Lopes de Azevedo	Na fazenda Riacho Seco	1859
Benedita Cipriana	Nas fazendas Curral Novo, Poções e Boa Vista	1860
Maria Ribeiro da Conceição	Na fazenda Flechas	1860
Ana Maria de Jesus	Na fazenda Jatobá	1860
Eufrazia Gomes Ferreira	Nas fazendas Baixa Grande, Poções e Picada	1861
Lina Maria	Na fazenda Picada	1861
Teodoro Gonçalves Siqueira	Na fazenda Flechas	1861
José Bernardo Vieira	Nas fazendas Poções, Picada e Baixa Branca	1861
Manoel Irineu dos Santos	Nas fazendas Poço e Dois Irmãos	1862
Gabriel Ferreira dos Santos	Na fazenda Santo Antonio	1862
Francisco pereira dos Santos	Nas fazendas Santo Antonio e Lagoa das Pedras	1862
Isabel Maria da Conceição	Nas fazendas Curral do Campo, Santa Tereza, Tanque Novo, Santa Cruz, Olho d'Água e Riacho Seco	1862
Isidoro Pereira do Rego	Nas fazendas Curral Novo e Cágado	1863
Martinha Francisca Xavier	Nas fazendas Poções e Cavaleiro	1864
Maurício Teles da Silva	Nas fazendas Cansação, Rosilho, Lages, Cachoeirinha, Contendas e Cágados	1864
Manoel de Castro Lobo	Na fazenda Picada	1866
Francisco José Vieira	Nas fazendas Jatobazinho, Tapagem e Ponta da Serra	1867
Raimundo Pereira Leite	Na fazenda Brejinho	1867
Joaquim Teles Ribeiro	Na fazenda Angical	1867

José Pereira Mendes	Na fazenda Cavaleiro	1868
Bernaldo Ferreira Maciel	Na fazenda Cavaleiro	1868
Nicolau Pereira de Santana	Na fazenda Boa Vista	1869
Antonio Francelino de Sousa	Na fazenda Serrote	1869
João Caetano de Figueiredo	Na fazenda Saco	1870
Custódio Ribeiro Antunes	Nas fazendas Sete Lagoas e Curralinho	1870
Antonia Maria da Silveira	Na fazenda Jenipapo	1870
Candido Ribeiro Soares	Nas fazendas Poço, Dois Irmãos e Cacimbas	1872
Raquel Laudelina da Silveira	Nas fazendas Sete Lagoas e Jenipapo	1873
Faustino Pereira da Trindade	Na fazenda Guaribas	1873
Anna Antunes de Macedo	Nas fazendas Caiçara, Caldeirão, Tanque, Serra Nova e Sítio Caldeirão	1873
Margarida Maria de Jesus	Na fazenda Jenipapo	1873
Maria Ribeiro da Conceição	Na fazenda Flechas	1873
Manoel Salvador do Nascimento	Na fazenda Santo Tereza	1873
José Bernardino da Silva	Na fazenda Jenipapo	1874
Francisco Xavier de Macedo	Na fazenda Serra	1874
Rosa Maria de Jesus	Na fazenda Lages	1875
Silvério Ribeiro Soares	Na fazenda Traíras	1875
Vitorino Paes Landim	Na fazenda Serra Nova	1876
Ana Rosa da Conceição	Na fazenda Santo Antonio	1877
Jerônimo de Sousa Nogueira Lima Bozon	Na fazenda Lagoa	1877
Carolina Maria de Jesus	Nas fazendas Curral do Campo, Cavaleiro e Pracaty	1878
Isabel Francisca de Jesus	Na fazenda São Lourenço	1878
Pulquéria	Na fazenda Sítio Novo	1878
José Malaquias Rodrigues Junior	Na fazenda Ponta da Serra	1878
Felipe Rodrigues Coelho	Nas fazendas Cavaleiro, Poções, Curral Novo, Cansação, Curral do Campo e Lages	1878
Emília Francelina da Costa	Nas fazendas Boa Vista, Almas e Várzea Grande	1879
Carolino Gonçalves de Assis	Nas fazendas Boa Vista, Almas, Olho d'Água e Curral do Campo	1879

Basílio José da Silva	Nas fazendas Ponta da Serra, Sítio do Meio, Tanque e Riachão	1879
Antonio de Castro e Silva	Nas fazendas Poço Alegre, Ponta da Serra e Cacimbas	1880
Antonio Dias Borges	Nas fazendas Conceição e Lagoa das Pedras	1881
Modesto Vaz da Costa	Nas fazendas Mulungu, Poço, Santo Antonio e Tranqueira	1881
João de Macedo Peixoto	Na fazenda Conceição	1881
Ana Francisca de Santana	Nas fazendas Barreirinho, Fatura, Pedregulho, Barra da Serra e Santo Antonio	1881
Ângela Custódio Ribeiro	Na fazenda Poções	1881
Bartolomeu José da Silva	Nas fazendas Cacimbas, Boa Vista e Conceição	1881
Eugenia Maria de Jesus	Na fazenda Poções	1881
Francisca Maria de Jesus	Na fazenda Jurema	1881
Virgilio Alves de Souza	Na fazenda Picada	1882
Mariano Ribeiro de Medeiros	Na fazenda Poções	1882
Anna da Fonseca Brito	Na fazenda Santa Cruz	1883
Francisco Pereira de Lacerda	Na fazenda Sítio dos Morros	1883
Candido Pereira da Silva	Na fazenda Tamanduá	1883
Joaquim José de Souza	Nas fazendas Tamanduá e Conceição	1883
José de Souza Lima	Na fazenda São Lourenço	1883
Manoel Rodrigues da Silva	Nas fazendas Sete Lagoas, Jatobá, Gameleira, Cruz, Campo Alegre, Mocambo, São Gonçalo, Ponta da Serra, Caldeirãozinho, Cacimbas e Tapagem	1883
Francisco Ribeiro das Chagas	Na fazenda Sal	1883
Antonio Colleta Nunes	Nas fazendas Poço, Santo Antonio, Lagoa Santa e Jenipapo	1884
Maria Clara de Jesus	Nas fazendas Cachoeirinha, Poções e Curral Novo	1884
Manoel Francisco das Chagas	Nas fazendas Várzea Grande e Pedregulho	1884
Saturnino José de Sousa	Na fazenda Curral do Campo	1884
Sebastião Ribeiro de Lima	Na fazenda Lagoa	1884
Umbilina Francisca de Brito	Nas fazendas Lages, Barra da Serra e Pedregulho	1884
José Antonio da Sousa	Na fazenda Boa Vista	1884
Felismina Helena Ribeiro	Na fazenda Bom Jardim	1884
Firmino Carlos da Mota	Na fazenda Boa Vista	1884
Henrique Antunes	Na fazenda Poções	1884

Ribeiro		
Antonia Maria de Jesus	Nas fazendas Poço e Tranqueira	1884
Manoela Maria Francisca	Nas fazendas Riacho Seco e Boa Vista	1884
Maria Josefa do Espírito Santo	Na fazenda Queimadas	1885
José Antonio de Menezes	Na fazenda Sítio do Meio	1885
Isaias José da Silva	Nas fazendas Bom Jardim e Queimadas	1885
Manoel Rosário Pinto Bandeira	Nas fazendas Jenipapo, Lages e no Sítio Serra Talhada	1885
José Ferreira da Silva	Na fazenda Almas	1886
Raimundo Pereira de Brito	Na fazenda Lages	1887
Delfina Maria da Silva	Na fazenda Picada	1888
Jesuíta Ângela de Macedo	Nas fazendas Tanque, Caldeirão, Lagoa das Pedras, Conceição, Tamanduá, Pedra Branca, Pedregulho, Poções e Olho d'Água	1888
Domingos Dias Soares	Nas fazendas Caracol, Barra e Dois Braços	1888
Ana Clara de Jesus	Na fazenda São Lourenço	1890
Maria Ribeiro da Conceição	Na fazenda Poções	1891
Maria Madalena do Amor Divino	Nas fazendas Boa Vista, Queimadas e Curral do Campo	1892
Antonio Pedro Dias Braga	Nas fazendas Picada e Sítio da Serra Talhada	1892
José Ferreira dos Santos	Na fazenda Santo Antonio	1893
Antonio Dias da Silva	Nas fazendas Riachão, Boa Vista, Curral Novo e Cágados	1893
Rosalina Maria de Jesus	Nas fazendas Barreirinho e Serra	1894
Mariana Clara da Costa	Nas fazendas Mastruz, Bom Jardim, Umburana, Minador e Santa Cruz	1896
Gertrudes Maria de Jesus	Na fazenda Boa Vista	1896
Rosalina Francelina da Costa	Nas fazendas Água Verde, Traíras, Boa Vista, Almas, Lagoinha e Boqueirão	1896
Teodora Maria da Conceição	Nas fazendas Jenipapo e Jatobá	1897
Maria Eugenia das Virgens	Na fazenda Baixa Funda	1897
Clara Inês de Jesus	Nas fazendas Jenipapo, Queimadas e Bom Jardim	1897
Raimundo José de Magalhães	Nas fazendas Contador, Umbuzeiro e Poções	1897

Francelina Antunes de Miranda	Na fazenda Lagoa	1897
Reinaldo B. de Castro	Na fazenda Santo Antonio	1898
Francisco Antonio Gomes	Nas fazendas Boa Vista e Tanque Novo	1898
Maria Rosa de Menezes Macedo	Nas fazendas Conceição, Sítio Caldeira, Caiçara e São Victor	1899

Fonte: Acervo FUMDHAM. São Raimundo Nonato-PI. Inventários. Cartório do 1º Ofício.

## APÊNDICE E

### Fazendas localizadas na região de São Raimundo Nonato, sudeste do Piauí, na segunda metade do século XIX

<b>FAZENDA</b>	<b>PROPRIETÁRIOS</b>	<b>DATA</b>
Fazenda Tanque Novo	Tibúrcio Ribeiro Soares	1890
Fazenda Juá	Agostinho Dias de Souza	1893
Fazenda Irapuá	Joaquim José de Menezes	1894
Fazenda Tigre	Cinobilino Ferreira de Oliveira	1894
Fazenda Curral do Campo	Joaquim Raimundo de Souza	1894
Fazenda Canto do Poleiro	João Manoel da Mata	1894
Fazenda Curral Novo	Elias Coelho Cavalcante, Inácio Pereira de Oliveira	1894
Fazenda Barrinha	José Fernandes Braga	1894
Fazenda Barra da Serra	Francisco Lino dos Santos, Bernardino Ribeiro Soares	1894
Fazenda Picada	Antonio Francisco Ribeiro, Anacleto José Ribeiro	1894
Fazenda Pedregulho	Joaquim José Vieira	1894
Fazenda Oitizeiro	Constantino Pereira Rego	1894
Fazenda Riacho das Vacas	Manoel Vicente de Oliveira	1894
Fazenda Pitombas	Virgílio Leandro Deusdará	1894
Fazenda Caiçara	Macário Martins de Castro	1894
Fazenda São Lourenço	Bartolomeu Pereira de Santana, Manoel Paes Landim Filho	1894
Fazenda Boa Vista	Albino Gonçalves de Assis	1894
Fazenda Lages	José Leandro Deusdará, Benedito Pereira de Oliveira	1894
Fazenda Alagoinhas	Joaquim José da Silva, Efigênio Vaz da Costa, Raimundo Vaz da Costa, Victor José da Costa	1894
Fazenda Traíras	Clementino Ribeiro, Bruno Vaz da Costa	1894
Fazenda Lagoa Verde	Paulino Alves Ferreira, Manoel Jorge Holanda Cavalcante, Mamídio Rodrigues de Miranda, Avelino José de Freitas, Virgolino Gonçalves de Assis, Idalmo Gonçalves de Assis	1894
Fazenda Almas	Luis Inácio Ferreira, Paulino Pereira de Oliveira, Antonio Ribeiro Soares	1894
Fazenda Marisco	Francisco Gonçalves de Assis	1894
Fazenda Poço Cavado	Justino Paes Landim, Manoel Martins de Castro	1894
Fazenda Santa Tereza	José Ferreira de Oliveira, Epifanio Pereira de Oliveira	1894

Fazenda Junco	José Raimundo dos Santos	1894
Fazenda Onça	Amadeu Rubem de Macedo	1895
Fazenda Tanque	Joaquim Marques de Menezes, Agostinho Dias de Souza Manoel Antunes de Macedo Junior	1895
Fazenda Lagoa de Fora	Raimundo Antonio de Negreiros	1896
Fazenda Tranqueira	Rubem José de Macedo	1896
Fazenda São Vítor	Francisco Antunes de Macedo	1896
Fazenda Água Verde	Avelino José de Freitas	1896
Fazenda Pocinho das Pedras	Bartolomeu Pereira de Santana	1898
Fazenda Baixão	Joaquim José Borges	1898
Fazenda Barra	Homero José de Farias, Tibério José de Farias	1898
Fazenda Caldeirão	Macário Martins de Castro, Mariano Ribeiro Soares	1898
Fazenda Tamanduá	Jerônimo Belo da Silva	1898
Fazenda Mulungu	Manuel Rubem de Macedo	

Fonte: Acervo FUMDHAM. São Raimundo Nonato-PI. Registro de Nascimentos. Cartório do 2º Ofício.

## APÊNDICE F

### Fazendas localizadas no sudeste do Piauí no início do século XX

<b>FAZENDA\SÍTIO</b>	<b>PROPRIETÁRIO</b>	<b>LOCALIZAÇÃO</b>	<b>DATA</b>
Fazenda Santo Antonio	José Ribeiro Soares	São Raimundo Nonato	
Fazenda Sítio		Distante 12 km de São Raimundo Nonato	1912
Fazenda Santa Ana			1912
Fazenda São Vitor	Irmãos Antunes de Macedo	Distante 30 km de São Raimundo Nonato	1912
Fazenda Gameleira	Mariano Ribeiro Soares	Distante 50 km de São Raimundo Nonato	1912
Fazenda Campo Alegre		Distante 10 km de Caracol	1912
Fazenda Serra do Meio		Distante 36 km de Caracol	1912
Sítio Conquista		Divisa dos Estados Piauí-Bahia	1912
Sítio Floresta		Divisa dos Estados Piauí-Bahia	1912
Sítio Outeiro		Divisa dos Estados Piauí-Bahia	1912
Sítio Barrinha		Divisa dos Estados Piauí-Bahia	1912
Sítio Cágado		Divisa dos Estados Piauí-Bahia	1912
Sítio Barra		Divisa dos Estados Piauí-Bahia	1912
Fazenda Caraíbas		Divisa dos municípios de Caracol - PI e Remanso - BA	1912
Fazenda Tanque	Manuel Antunes de Macedo Junior	Situada a 32 km de São Raimundo Nonato	1912
Fazenda Caché	João Vaz da Costa		1920
Fazenda Sobradinho	João Vaz da Costa	Divisa dos municípios de São Raimundo Nonato-São João do Piauí	1920
Fazenda Redenção	Néfirno Ribeiro	São João do Piauí	1920
Fazenda Lisboa	Salomão Carvalho	São João do Piauí	1920
Fazenda Sete Lagoas	Gervásio de Oliveira	Atual município de Gervásio de Oliveira	Início do século XX

Fazenda Queimadas	Raimundo Ribeiro Soares e Francisco Ribeiro Soares	Divisa dos Estados Piauí-Bahia	Início do Século XX
-------------------	--	--------------------------------	---------------------

Fontes: PENA, Belisário; NEIVA, Artur. Viagem científica ao norte da Bahia, sudoeste de Pernambuco, sul do Piauí e de norte a sul de Goiás. In: *Memórias do Instituto Oswaldo Cruz*. Rio de Janeiro, 1916 e RIBEIRO, Manoel Bonfim Dias. *Néfimo, uma vida: o homem no seu tempo*. Salvador: ed. do autor, 1996.

# **ANEXOS**

## ANEXO A

### **Diário de Antonio do Rego Castelo Branco sobre a entrada de 1779 <sup>1</sup>**

Em que por ordem do Ilm<sup>o</sup>. Sr<sup>o</sup> Governador se faz menção dos mais notáveis acontecimentos de sua morada o gentio das Pimenteiras pelas hostilidades que praticavam com os nossos das cabeceiras do Piauí. Foi nomeado por comandante o Tenente Coronel João do Rego Castelo Branco e para executarem as suas ordens por causa da sua cegueira seus filhos os Ajudantes Antonio do Rego e Félix do Rego. Conceição, 15 de abril do ano de 1779.

Disposto tudo com a mais apurada circunspeção partiu da cidade de Oeiras parte da tropa, petrechos de guerra, e boca no dia 15 de abril do qual por diante segue este diário a sua narração fielmente. Neste dia se repartiu com a tropa um rolo de fumo, e se matou 3 bois.

A 16 cansou um cavalo da Intendência, prendeu-se um soldado por não querer ir servir nas cargas de El Rey; jantamos em distancia três léguas e viemos dormir a fazenda da Tranqueira onde mataram três bois.

A 17 de abril se expediu o soldado Luiz Antonio por correio ao Brejo do Padre Capelão para nos vir encontrar e ir confessando logo a tropa; e a Manoel Antonio Torres para ter tudo pronto e mandar chamar Miguel Gonçalves Manoel de Souza o ferreiro e o vaqueiro dos Espinhos; neste dia fugiu o soldado Braz da Purificação, e viemos jantar em distancia de 4 léguas, de onde se mandou ordem ao vaqueiro da Tranqueira para ir sobre o desertor: viemos dormir no Olho d'água das Embaubas, onde se mataram três reses. Nesse caminho tivemos notícias que o Padre Capelão se achava na fazenda das Itans para onde se expediram seis soldados, a prender João, Alexandre Felizardo, agregados daquela fazenda. Neste dia furtaram a chave do viramundo só afim de não serem castigados. Pela meia noite chegou o vaqueiro da Tranqueira chegou com o desertor preso, ao que o comandante mandou meter no viramundo para o qual foi feita nova chave de [...].

A 18 fomos jantar com quatro léguas a passagem do Piauí; e neste caminho nos topou o Padre Capelão, depois de ter levado uma grande queda num atoleiro: a jantar chegou o

---

<sup>1</sup> Diário (cópia) dos mais notáveis acontecimentos da guerra aos Pimenteiras, por Antonio do Rego Castelo Branco. Lagoa do Tabuleiro, 30 de julho de 1779. IHGB, Coleção Instituto Histórico, lata 222, pasta 27.

desertor Braz, e como por malícia se fazia molesto se lhe mandou botar uma grande asseada de malaguetas da qual se lhe deu bem pouco e foram os [...] Eleutério Pereira Atanásio de Souza, servindo de canudo um pau, que tinha um pouco menos de cano de pistola: de tarde fomos dormir a passagem da Serra, onde custou a passar tudo, às costas dos índios e moradores, e para a noite adiante tivemos um grande abalo, com muita chuva que de todas as partes nos cercava, orem por favor de Deus só tivemos poucas pingas. Neste lugar nos chegaram os soldados mandados as Itans sem efeito da diligencia por se terem ausentados os culpados a três dias.

A 19 viemos jantar às Cajazeiras de Cima com quatro léguas, onde se mataram quatro reses, e no caminho encontrarmos dois homens com notícias de ter o gentio dado na fazenda da Conceição e flecharam uma moça. Deste lugar fomos dormir a fazenda da Gameleira passando o Piauí com cargas a cabeça dos soldados. Nesta fazenda nos choveu a noite bastante.

A vinte viemos com três léguas fazenda da Cachoeira onde chegou um filho de Gonçalo Dias com cartas da cidade, e duas verrumas que faltavam na carga, e neste rancho se prenderam Atanásio de Souza, e Miguel Ribeiro e foram logo soltos: viemos com três léguas dormir na Barra do Brejo onde chegamos com caixas, e trombetas, tudo formado, achando os 2 capitães Manoel Antonio Torres e Ignácio Rodrigues com seus cabos e soldados que se pediram, gados bons e cavalos sendo tudo o que tocou a Inspeção do capitão Torres sem dúvida o melhor. Nesta noite se expediu Bento de Andrade a buscar José de Brito para certas averiguações do serviço, também se mandou a João do Rego a prender o mestiço Atanásio: Manoel Ribeiro Soares para Conceição com uma escolta de gente para observar os insultos do gentio.

A 21 se mataram 5 reses, gado da Intendência e chegou João do Rego com o Atanásio mestiço preso. Neste dia se repartiu a tropa, indo o ajudante Felix do Rego, com metade de todo o trem, aqui se prendeu para ir a conquista o preto Gonçalo, também se deram três arrobas de fumo a toda a tropa. A noite se fez uma grande conferencia; sobre ser, ou não útil a divisão da Tropa, e ouvidos os oficiais, dois moradores, e índios, e o padre Capelão, e havendo pareceres opostos, enfim se concordou não ser útil a divisão: o que Deus determinou pelo que adiante se verá e que toda a tropa entrasse pelos Macacos.

A 22 se entregou o gado de Alexandre da Cruz, com tangedores competentes, e ordem para ir dormir ao Riacho Fundo, e se repartiu toda a farinha pela tropa. Nesta manhã choveu muito com que nos alegramos: com muito trabalho e alguma chuva partimos de tarde, e fomos dormir ao Riacho Fundo; e logo se matou uma vaca para uma escolta que deve partir no dia

de amanhã. Aqui se despediram os capitães, e cabos vindo-nos o capitão Torres acompanhar, ficando com esta política os muitos obséquios que nos fez de vários mimos com que nos brindou. Aqui entregue ao dito capitão ficou um índio ajudante dos Gueguês, e um Acroá doentes, e viemos dormir ao Riacho Fundo retiro das Salinas com três léguas. Aqui se municiou a Tropa de pólvora, e bala, e munição, e se tirou uma tropa para acompanhar o ajudante Felix, que leva ordem de nos fazer os avisos do que encontrar de notável.

No dia 23 em distancia de quatro léguas, e uma grande volta, viemos jantar ao Jatobá por onde rodeamos pela enchente do Riacho Fundo; apartando-se de nós a maior parte das cargas de El Rey, e do padre Capelão, passando a nado a cabeça imenso trabalho, e nenhum perigo; e aqui se apartou Felix do Rego com 50 homens escolhidos para explorar as aguadas adiante da fazenda dos Macacos, fomos com uma légua dormir a fazenda do Peripiri; onde ao depois de arranchados veio um próprio a carreira chamar o padre Capelão para uma confissão o que prontamente fez o dito padre chegando outra vez pelas onze horas da noite, tendo caminhado de ida e volta quatro léguas. Nesta jornada fugiram duas reses e se matou uma.

A 24 partimos para a fazenda do Buriti com três léguas, passando o Riacho Fundo por cima de um pau onde se observou o ânimo do comandante como se houve com sua cegueira. Neste caminho fugiu uma rês, e se mataram duas, e falhamos a tarde para se ensurrarem, 13 alqueires de farinha, que se compraram, e foi a golilha o soldado Braz da Purificação

A 25 fomos jantar ao retiro da Vargem Grande com três reses fugidas em distancia de duas léguas, e dormir ao retiro do Marruás, passando-se tudo a cabeça no riacho Santa Maria.

A 26 com duas léguas e meia fomos jantar a um tanque da fazenda de Santa Maria, e dormir com duas léguas a fazenda das Almas com grande trabalho de subir uma serra com cargas a cabeça; e abrir uma catinga a facão; se mataram três reses, e fugiu uma.

A 27 com três léguas viemos jantar nos Macacos, tudo de bom pasto de criar gados, achamos tudo cheio de água por ter chovido a noite passada. Aqui falhamos meio dia por causa da chuva e mandamos gente a fazer curral adiante para o gado, e rancho na lagoa chamada do gentio, nesta abertura de caminho se quebrou o primeiro facão.

A 28 com quatro léguas fomos jantar a tal Lagoa do Gentio que fica bem ao sul, e a que chegaram ao mesmo tempo dois soldados da escolta de diante com aviso de que havia grande catinga, pouca água, e muita fome na gente da escolta; logo se mandaram quatro soldados, e dois índios Jaicós para abrirem picada para passar toda a Tropa e se matou uma rês para dita Tropa. Aqui se expediu com passaporte um soldado doente de mal de Amores: Este sertão é bom de pasto, porém muito seco, e falta de caça, porém abundantíssimo de mel,

e bom. Municiou-se toda tropa de pólvora, pedras, e munições; mataram-se quatro reses, fugiram duas, e aqui ficamos este meio dia.

A 29 deixando o gado com nove pessoas; cortando o sertão, sempre abrindo picada, tudo por catinga sumamente fechada, fabricada de unha de gato, caroá e toda qualidade de cipó assim seguimos, e depois de três léguas e meia, demos em um baixão no qual tinha havido grande enxurrada, e por ela acima se foi formando um riacho, com formas e *recautilados* de pedra tão altos que faziam admirar, e tudo isto, entre dois cordões de altas serras, um ao poente, que vem da fazenda das Almas, e outro ao nascente, que é o mesmo cordão de serras do Piauí, as quais correm com largura bastante entre uma e outra; e tudo que há entre uma e outra; é o tal sítio dos Macacos; não tendo a sul com quem extremar. Toda esta catinga é fabricada de morros, que se sobem, e descem com suma dificuldade, e há, alguns baixões de matas altas com almecegas, jaqueiras e outros paus dos agrestes, deste rancho partimos, e em distancia de meia légua subimos as cabeceiras deste riacho, cortando catingas, e subindo morros até que em distancia de légua descemos em um baixão, pelo qual subimos quase as nascentes, por este Cair da serra, a buscar aguada, que com efeito achamos quase em distancia de légua, o qual baixão nas suas cabeceiras é um boqueirão apertado, que onde começa será pouco mais de cem passos de largura, e para riba vai se estreitando de forma que na cabeceira chega um homem a topar com os braços abertos uma parede, e outra, ambas tão altas, e talhadas que todos puseram a sua altura em trezentos covados; coisa muito admirável, e que causa pavor a quem ali se vê sepultado. A mata é alta de paus de almecegas, biriba. Enfim no cimo deste boqueirão demos com um caldeirão de água que dava pelos peitos a qualquer homem, porém não podiam ali subirem algumas reses, que levamos nem os cavalos para beberem, foi preciso quebrar muita pedra, e abrir canal para correr água para baixo, o que fez ao outro dia com mesmo trabalho. Aqui ficamos esperando os avisos da Tropa de diante, que deixando-nos nesta cova, seguiu o rumo do sul procurando água para nos avisar: Logo que mandaram soldados abrir picadas pelo trilho da Tropa de diante também se mandaram o engenho de água atrás: Aqui se deu a última farinha a Tropa da comprada no Buriti. Nesta falha andei observando o que a natureza obrou nesta serra, que parecerá fábula o dizer o inferninho de pequenos boqueirões, que aqui há dentro deste grande, que parece labirinto, todos altíssimos, e talhados, e tão juntos que em parte não aparece sol nunca em baixo na terra: em cima do caldeirão grande entre uma, e outra parede caiu uma tão grande pedra de riba, que ficou ali bem encaixada, e na estimação de todos terá de peso a tal pedrinha 80 quintais, e todas as pedras que botamos abaixo, e quebramos para correr água estavam

cravadas de malacachetas, no caminho desta catanga nos fugiram sete reses; e foi a golilha um tangedor.

No 1 de maio se mandou uma rês morta a Tropa do ajudante Feliz; e outra já moqueada com uma carga de água para suprir aos da picada, e se expediram várias escoltas a descobrir, para as quais se mataram duas reses. A tarde se mataram 3 reses para a Tropa. A noite, chegaram os condutores de água, e carne com más notícias e poucas esperanças, por ser tudo catanga cruelíssima, sem água, e sumamente cerrada, a vista do que se mandaram sobre se os Jaicós a ver a Serra Grande do poente se dava melhor caminho e passagem.

A 2 como a ânsia do comandante era grande em saber com verdade a qualidade do sertão, partiu o Ajudante Antonio do Rego, e o Padre Capitão, e um soldado escoteiro a ver o que tinha descoberto a Tropa de diante, e com efeito, depois de cinco léguas por catangas asperíssimas, e inexplicáveis, apeando-se por mais de cento, e cinquenta ladeiras de subida e descida muito a pique topamos a tropa subindo uma serra alta, pelada, e que estava bem no meio da catanga, que também subimos, e do cimo avistamos ao Sul Terras atravessadas de nascente a poente que julgamos em distancia de doze léguas, e toda a mais companhia antes de lá chegar, era tudo catanga da qualidade da que deixamos atrás, sem a menor esperança de água, a vista do que nós resolvemos a voltar atrás com estas más notícias ao comandante a cuja presença chegamos as Ave Maria, e com esta tão nefasta nova se pôs inconsolável noite que lhe aplicamos.

A 3 conformado o comandante com a vontade de Deus, deu ordens a voltar tornando a vir dormir a Lagoa do Gentio, onde tinha ficado a maior força do gado, e deste lugar a mandamos pelo mesmo caminho por onde tínhamos vindo. Aqui trocamos com Miguel Gonçalves uma vaca da boiada por outra solteira. Neste lugar foi o soldado Braz a golilha por deixar no rancho uma arma de El Rey, e deram-se algumas licenças a soldados que queriam ir as suas casas, para adiante nos encontrar Piauí acima. Aqui falhamos a fim de dar de comer aos cavalos que deste lugar para dentro não acharão capim, mais que algum amargoso.

Aqui se sumiu um cavalo e cansou outro de El Rey.

A 4 viemos jantar aos Macacos, e dormir a uns boqueirões cabeceiras do Brejo do Buriti; se mataram 3 reses de algumas que apartamos, e cansou um cavalo de El Rey.

A 5 passando as cargas à cabeça por baixo de uma lapa de pedra viemos jantar ao Buriti com três léguas, ficando-nos cansado um cavalo de El Rey, e se prenderam dois soldados por maltratarem os cavalos, recomendando-se os cavalos cansados ao capitão Miranda para os mandar entregar ao Capitão Torres. Foram daqui dormir uma légua, onde

encontrou com três reses fugidas e se prenderam os tangedores, e um soldado que queria desertar.

A 6 viemos jantar ao Cansação, sem coisa notável mas que ficou dispensado por doente o soldado Agostinho José, e viemos dormir a barra do Riacho Fundo com dois cavalos, e 5 reses fugidas. Pelas 8 horas da noite nos veio visitar o Capitão Torres com muitos obséquios, e mimos, que nos cativou certamente, retirando-se essa mesma noite. Aqui deixamos dois soldados a esperar os Jaicós, que tinham ficado no lugar donde voltamos, e ainda não apareciam, deixando matalotagem para eles, e se mataram três reses para a tropa, e se entregaram os dois cavalos cansados ao Capitão Torres.

A 7 viemos jantar adiante das Salinas, de onde se escrevem ao Ilmo Srº Governador e viemos dormir aos Espinhos; nesta noite fugiu o mestiço Atanásio.

A 8 viemos jantar a Vargem dos Paus, onde se deu uma arroba de fumo aos soldados, e viemos dormir a Fazenda Grande onde se mataram quatro reses.

A 9 viemos ao Boqueirão, onde adoeceu um índio Gueguê, e de tarde querendo partir, repentinamente deu uma grande dor ao Comandante que o julgamos morto, e só pela madrugada lhe passou, e aqui passamos esta tarde.

A 10 jantamos na passagem do Piauí adiante do Tabuleiro Alto; aqui se nos incorporaram os Jaicós, trazendo o cavalo sumido, que por cansado, o deixaram nos Espinhos, e prenderam o mestiço Atanásio, que havia fugido nos Espinhos; e fomos dali dormir a Caída, onde se mataram quatro reses, e foi a golilha o soldado José Francisco.

A 11 viemos jantar ao Retiro da Amargosa, onde nos veio encontrar o cabo Manoel Ribeiro Soares, e se prendeu o mestiço Timóteo, por não querer ir com a tropa, e foram ao viramundo os pretos da administração, por não darem conta dos cavalos e viemos dormir a Água Verde onde se trocaram seis bois magros, por seis vacas gordas.

A 12 viemos às Almas, onde se mataram quatro reses, e passamos meio dia por falta de cavalos, e se deu a alguma farinha a tropa de duas cargas que tinha Manoel Ribeiro da conquista passada.

A 13 viemos jantar a Caiçara, e dormir a fazenda da Onça, onde se meteu de golilha o soldado Braz, e se mandou para adiante o soldado Antonio Cláudio Ferreira para que na Fazenda Santo Antonio conserte alguma ferramenta. Desta fazenda largamos o Piauí, e damos costas ao nascente, seguindo riacho a Conceição acima.

A 14 fomos jantar com 5 léguas, e dormir ao Tombadouro com duas léguas sem coisa notável mais, que fugirem duas reses e mataram-se quatro.

A 15 fomos jantar a Santo Antonio com três léguas, onde se prendeu um tangedor por deixar fugir gado; e fomos dormir sem coisa notável em distancia de três léguas.

A 16 viemos com duas léguas a fazenda da Conceição onde logo se escolheu tropa de 60 homens para com ela ir o Ajudante Felix do Rego, e se mataram para este efeito três reses.

A 17 aqui falhamos, e se expediu o ajudante Felix, e se municiou toda Tropa, se deu a última farinha que aqui se comprou, que foram 17 quartas, e deu-se fumo.

A 18 se expediu logo cedo o Padre Capelão com 50 homens, a metade do gado, e tudo mais preciso; nesta fazenda ficaram duas cangalhas quebradas; e duas armas de El Rey entregues a Manoel Ribeiro Soares, e uma caixa velha também de El Rey, por se não poder conduzir. De tarde partimos; e arrancharam sem coisa notável, com três léguas.

A 19 viemos jantar com uma légua, porque ali é que achamos o rancho em que dormiu o Padre Capelão com sua tropa; e também falhamos por causa do curral, e para endireitarmos, segundo as determinações do comandante até este sertão admirável de pastos, para criar gado, porém seco, suposto que nós achamos muita água para bom inverno.

A 20 partimos deste lugar sempre com rumo do por do sol, e nos arranchamos em distancia de três léguas, tudo por uma vargem muito bonita de pastos singulares; e daqui entramos em matos de angicais, aroeiras, juazeiros, umbuzeiros por entre o mato, o qual é alto e fabricado de bom capim, e em ranchos de toda a qualidade fomos dormir em distancia de duas léguas pelo mesmo rumo; e mata alta pela madrugada foi a golilha o soldado José Ignácio por achá-lo a ronda dormindo na sentinela, e se matou neste lugar uma rês para a tropa, o que também se fez na tropa do padre Capelão, pelos vestígios que vimos; neste dia se deram dois banhos, ao soldado Braz, por nunca se querer lavar, e andar sempre porco.

A 21 pelo mesmo rumo em distancia de légua e meia jantamos sem coisa notável, que não seja a continua picada que se abre; e algumas caças pássaros, como vi grandes canários, araras; e alguns paus agrestes; e matos de mulungu. É de advertir que nesta mata faz imenso frio, a noite, e neste lugar foi onde vi muriçocas amarelas ao meio dia; que, cantam e picam como as outras; daqui partimos sempre ao por do sol; e em distancia de três léguas encontraram três índios Jaicós da tropa do padre Capelão, com aviso de que já se tinham encontrado com a tropa do ajudante Felix, e visto doze ranchos muito antigos do gentio, o que nos pôs contentes inda que pouco pela antiguidade. Aqui se pôs nome do lugar de Lagoa do Encontro.

A 22 marcharam daí duas léguas; e nos incorporamos todos; e se mataram cinco reses para expedição das tropas escoteiras que no dia 23 domingo do Espírito Santo depois da missa haviam de seguir, e por esta razão se pôs o nome do lugar de Lagoa do Espírito Santo.

A 23 saiu o ajudante Felix com sessenta homens a procurar uma grande serra ao poente a ver se a passava e logo pouco depois saiu de ajudante Antonio do Rego com 30 homens para parte do sul, buscando umas lagoas que ficam nas pontas da dita serra, a ver se descobriam vestígios do gentio e água. Da tropa do padre Capelão fugiram quatro reses, e adoeceu muito mal o soldado Manoel de Souza.

No dia 24 chegou o ajudante Felix tendo caminhado cinco léguas sem poder transitar a serra pela muita catinga tudo seco; e só achou em distancia de duas léguas do rancho, muito caco de toda qualidade de louça de barro e isto com demasiada abundancia. No dito dia a noite chegou o ajudante Antonio do Rego; tendo andado até as tais lagoas oito léguas, a maior parte da catinga sem água alguma senão no fim das ditas serras, onde também achou alguns cacos de louça muito velha, e uma lagoa com bastante água que dava pelo umbigo; comprida com muito capim bom, e tudo cru sem mais vestígio algum.

A 25 partiu o ajudante Felix para as tais lagoas donde tinha vindo no dia antes o ajudante seu irmão, e logo atrás o padre Capelão: a tarde saiu a última tropa para melhor poderem passar à catinga, e a travessia onde arranchamos em distancia de uma légua para dormir.

A 26 nos incorporamos todos nas lagoas que pusemos o nome a Formiga fugiu-nos no caminho nove reses, pelas muitos e grandes catingas; e logo se mandou para trás o passador, e tangedores para ver o dito gado fugido.

A 27 muito cedo se expediram logo três tropas de moradores, Gueguês, e Acroás para descobrirem água e vestígios de gentio; e se mataram duas reses para suprimento delas.

A 28 se expediu logo de manhã a carne, e água as tropas, e os condutores se recolheram pela tarde com notícia de nenhuma aguada; porém com notícia de ranchos e vestígios de pouco mais de mês, com a qual notícia nos alegramos; e com maior excesso se mandaram matar logo duas reses e socorrer as ditas tropas. Nessa mesma tarde saíram os ajudantes com dois soldados de cavalo para vê se descobriam campo, e vestígios e nada descobriram.

Adverte-se que neste sertão todos os dias se matam muitas cobras, cascavéis, jibóias e caninanas.

A 29 se expediu pelas quatro horas da tarde o ajudante Felix com alguns soldados a seguir o trilho, e animar a tropa, e logo chegaram os condutores da carne e água, de também, com notícias de ter achado um tal ou que a caminho de alguns vestígios mais frescos; que tudo nos serviu de muito gosto, por vermos cacos de panelas que tinham cozinhado este ano e viram onde cavavam taiobas.

A 30 não houve coisa notável.

A 31 foi o ajudante Antonio do Rego pessoalmente se informar da tropa de diante; e dos vestígios, o qual com dois soldados marchou seis léguas e achou o ajudante seu irmão com a sua tropa, e como tinham saído as espias; e ainda se não tinham recolhido: voltou o dito ajudante no mesmo dia por levar ordem de lá não dormir; e neste dia a tarde saiu da Formiga com a sua tropa o Padre Capelão; e dormiram em distância de duas léguas, já no rumo do pôr do sol.

No 1º de junho saiu o Comandante com o resto da tropa e em distancia de três léguas encontraram aviso do ajudante Felix dizendo havido chegado as espias com a certeza de haverem visto rastros; ranchos até um canabral onde fizeram flechas; com recado que logo nos adiantássemos com gados e trazendo-nos vinte reses; já o não achamos, e de quatro aguadas que haviam neste lugar que pareciam olho de água, apenas chegamos e tudo se acabou e aqui ficamos à Divina Providencia sem sabermos da tropa adiante; nem eles de nós, por se terem abalados sem nos esperarem. É de advertir que este lugar fez admirar toda a tropa, porque depois de se romper um catingão de duas léguas sumamente fechado; e fabricado de toda qualidade de cipó mau, apenas se desce, de repente se dá em um círculo bem redondo e muito largo, todo de serra branca e totalmente nua e feito por natureza com tal graça, que parece uma grande cidade porque os morros são muito altos, redondos, e com três e quatro andares; que tudo parecem casas fortificadas com seus fortes em que há muito que admirar; e por esta razão todos uniformemente lhes puseram o nome de Castelos Brancos. Daqui deste círculo que tem vários brancos, digo braços que todos formam um grande boqueirão de mato alto, almecegas, paus de óleo de copaíba, jatobás. Deste lugar à Formigas são 6 léguas, como fica dito. Aqui foi a golilha um soldado dos da picada.

A 2 em distancia de légua e meia encontraram o ajudante Felix, a espera de fazer matalotagem, porque os vestígios deste lugar são mais frescos; e aqui dormimos, a espera que anoitecesse para se fazer fogo, que deste a Formigas só por noite o fazemos; e se apaga uma hora antes da manhã; aqui se deu pólvora e chumbo, e se mataram seis reses. Nesta tarde se conferiu se mandavam buscar socorro as povoações.

A 3 dia de Corpus Cristi; depois da missa expediu a tropa escoteira e logo com esta doze homens decretados, para nos mandar aviso do que a tropa achasse para não [...] do número que levava, porém logo pouco depois marchamos sempre abrindo picada por um boqueirão largo abaixo do poente com serra grande a sul, e outra a norte, tudo de pedra branca como as dos castelos, e depois de grande catinga; e mais de 30 subidas, muito a pique, que em

todas subiam cargas a cabeça; viemos jantar duas léguas de distancia com pouca água, e raros pés de agreste muito mau; e muitos cavalos quase cansados.

A tarde fomos dormir a um riacho muito seco que sequer deu água de cacimba, e pouco pasto para cavalos e encontramos a tropa de diante por ter nos bamburrais perdido, o tal referido trilho que rastejavam os índios com tal experiência que seguiam mais aqui, ou ali sem embargo usar o gentio de cautela de que onde o bamburral era grande que podia fazer trilho, depois que passavam, tornavam a levantar os capins e ramos; e pô-los em pé, como se não houveram por ali passado.

Neste mato achamos rancharia de mês, alguns jenipapeiros favorável lugar onde fizeram muita flecha, tudo cortado com ferramenta de bom corte. Ao por do sol deste lugar ao perto se nos oferece na frente uma alta serra com barreiras vermelhas, e muito ao longe outra, que julgam os Gueguês ser da outra parte do Gurguéia na fazenda das Flores, deles bem conhecida.

A 4 se expediu José Afonso o moço a buscar socorro escrevendo-se a Manoel Ribeiro sujeito que tem dado as maiores provas de capacidade, e desembaraço, para nos trazer ou mandar 50 cabeças de gado; e também se escreveu ao Sr<sup>o</sup> Governador. Este clima por aqui é muito ruim de pastos, só se descobriu algumas águas, e raros pés de agreste e sumamente abundante de carrapatos de toda qualidade e por se perder o trilho por aqui falhamos um dia e se mataram 7 reses.

A 5 marchamos no mesmo rumo, e sempre por catanga e algum mato alto e costeando a serra vermelha, de que acima tratei jantamos em distancia de 1 légua, em um lugar, onde, nos assegurou o principal dos Gueguês haver estrada larga; e vestígios no que totalmente nos enganou, porque estes são antiquíssimos e aquelas totalmente mentira. Adverte-se que desde que entramos das povoações inda não vimos um campo; com uma araquã com bala o não possa alcançar de uma a outra parte o que aqui há com muita abundancia de frio. A tarde costeando esta serra vermelha e dobrando com caras do sul em distancia de légua, encontramos a tropa de diante arranchada, por ter totalmente perdido o trilho do gentio; estava arranchada em um formoso olho d'água com poços que corre a norte; água singularíssima que corre de sul a norte. A noite chegaram alguns índios exploradores, ou espias com notícias de que trepando uma chapada ao sul fatalmente havia picada e caminho do gentio. Neste lugar chamamos a Lagoa dos Guaribas por vermos algumas das verdadeiras.

A 6 partiu a tropa escoteira com as mesmas direções; e nós logo atrás sempre por um olho d'água, que emparelha com este, maior que outro em que dormimos; e em mais de meia légua pela sua cabeceira subimos para cima da grande serra que deste nos ficava ao sul, donde

manam estes olhos d'água, a qual ladeira é muito a pique e muito má de subir; que tudo subiu a pé com cargas a cabeça, e esta ladeira tem um quarto de léguas e de morros brancos, como os castelos; o comandante subiu tudo isto por mão de seu filho Antonio do Rego, levando quedas a cada passo, depois demos na mais áspera e serrada catinga, que até aqui vimos, com 2 léguas de distancia sem pinga d'água, e nem pé de capim; foi-nos forçoso caminhar todo o dia, mandando dez homens abrir adiante picada; e atrás cavalos a buscar água, finalmente sem comer; ao por do sol chegamos a descida, onde encontramos alguns soldados da tropa de diante, que nos guiaram para o rancho por ladeira nada inferior a subida e chegamos totalmente destroçados pelas 7 horas da noite. Neste caminho fugiram seis reses. Deste lugar se avista em distancia de 3 léguas a mais alta, e comprida serra, que até aqui vimos, correndo de sul, a poente; e entre esta, e aquela, um baixão de sul, a norte onde vimos uma grandiosa do gentio; porém nela, e na catinga em cima muitos paus cortados a machado e um pilão velho. Neste lugar pusemos o nome de Boqueirão dos Galhos pela abundancia desta erva sem outro capim.

A 7 logo cedo se abriu cacimba para beber a cavalaria por ser pouca água e por se ter perdido a picada totalmente neste baixão cuja picada já seguíamos, suposto que velha, mandou o comandante escoltas, cada uma por sua parte. A noite chegaram estas sem notícias alguma e se mataram 7 reses para fornecimento de toda a Tropa; e aqui se juntou o gado que havíamos deixado na Formigas e seguiu atrás de nós com perda de cinco reses cansadas e duas fugidas.

A 8 se mandaram duas escoltas e com uma o ajudante Felix com ordem a subir a serra grande que fica junto de nós, e que não puderam vencer as escoltas de ontem pelas grandes catingas, e falta de água, e se mandaram matar duas reses para se secarem, e suprirem as escoltas quando se precise; e do meio dia, se expediram atrás duas cargas de água em burrascos com que levamos para este efeito.

A 9 chegaram os condutores de água com recomendação de se suprir logo o que assim se fez, e deu este condutor por notícia; que inda as escoltas não haviam subido a serra, por terem ido pelo baixão diretos ao norte; aqui nos pregaram os Gueguês haverem vistos fogos que julgavam da Gurguéia, ou gentio; suposto que por aqui só aparecera vestígios antiquíssimos. Pelas 8 chegou Felix com todas as escoltas; sem poderem fazer nada pela ruindade do sertão; e grandes catingas, por cujo motivo o comandante fazendo conselho mandou por uma da tarde; uma escolta de Gueguês para trás a buscar os vestígios que deixamos; e se ofereceu o capelão para ir, como foi a passar a serra que a vista se nos oferece; e como valor de ir a fé com seus alforjes as costas; cuja resolução fez pasmos a toda a Tropa.

A 10 se mandaram duas cargas de água ao Padre Capelão; e as 5 horas da tarde nos veio aviso que rompendo catingas tinham achado rastros de porcos e antas, o que nos deu esperanças de água; e que havia pasto e logo se mandaram aprontar três cargas de burrascos para água e se mataram para a Tropa 4 reses; e se expediu uma escolta para parte do Norte a descobrir, e se lhe deram 4 reses; e por cabo Filipe Carneiro.

A 11 com aviso do Padre Capelão partiu a Tropa ao rumo do por do sol, procurando ao dito Padre a chamada serra; e em duas léguas e meia de grande catinga, que toda se abriu na forma do costume, achamos ao por do sol a Tropa, e ali dormimos sem água, porém muito pasto; e bom para os cavalos. Aqui chegou a escolta dos Gueguês sem coisa notável.

A 12 se expediu os Jaicós, que certamente são soldados singulares e que tem dado sempre até aqui, mostra de bons, e fiéis; para o por do sol sobre uns rastros de bois que aqui se viram; os quais procuravam atravessar a serra de que tratamos; e tínhamos algumas desconfianças de ser gado das Gurguéia, e nós seguimos ao Norte, e em distancia de uma boa légua, demos em um claro; e tinha dois poços de água pequenos; e bom pasto. Aqui se expediram alguns Gueguês a explorar as partes do norte. Neste lugar achamos uma caiçara muito velha; que julgamos do gentio para pegar algum gado que ainda não sabemos de quem são esses gados, cuja diligencia procuramos muito averiguar mandando gente a ver o dito gado.

Ao meio dia nos chegou o nosso gado, que ontem deixamos para vir hoje, com duas reses fugidas.

Aqui pusemos o nome de Lagoa de Santo Antonio.

A 13 mandamos alguns soldados para descobrir se ver se descobriam alguma rês, cujos rastros vimos, a ver se reconhecemos o ferro. A tarde chegaram quatro soldados da Tropa de Felipe Carneiro que com sede voltaram; e se recolheram os soldados do gado sem efeito, mandando-se a este mesmo fim, os escravos do Padre Capelão. Este lugar é abundante de papagaios, dos que chamam curicas, e poucos verdadeiros. A água é mais barro que água; os pretos do Padre Capelão mataram um boi com o ferro de Antonio Pereira da Silva que é dos dízimos do Parnaguá.

A 14 se mataram 5 reses para a Tropa; e se viram dois patos do Poente para o Nascente; e se passou o dia sem coisa notável.

A 15 se expediu o ajudante Felix do Rego com uma pequena escolta, a descobrir para o por do sol para donde foram os Jaicós, mais a descobrir água, que outra coisa, por que a que aqui temos nem cozinhada, e coada pode ser boa; por ser quase barro. Neste lugar se acha a Tropa bem carregada de enfermos, de várias moléstias. Pelas 8 horas chegaram 3 soldados de

Filipe Carneiro quase mortos de sede, e logo com o maior excesso se lhes mandou acudir, com um troço de gente com água; que voltavam por não toparem os camaradas da dita escolta; e só com dois que quase mortos de sede os socorreram.

A 16 se mandaram dois soldados com carnes assadas a suprir os 5 soldados da dita escolta que só faltavam, e os mandamos procurar ao lugar dos altos donde saímos, por supormos lá iriam ter, no que nos enganamos, porque pelas 9 horas chegaram os 5 soldados; com cuja vista nos alegramos muito pelos supormos mortos; e logo se socorreram com o comer, de que vinham com muito faltos, e se mandou ao ajudante Felix carne, e duas cargas de água, e se mataram duas reses para secar e viemos dormir a fralda da serra em um boqueirão distante de uma légua, onde se descobriu água boa, porém só para gente e nenhum pasto para cavalos sendo forçoso mandá-los para a tal chamada lagoa, por ter ali bom capim. Deram por notícia os soldados que na serra grande do Norte viram várias pinturas de Tauá, feitas pelo gentio, de pássaros vários, onças ratos estes tudo muito perfeitos; porém antigo; e também pinturas desonestas.

A 17 se mandou uma carga de carne, e duas de água ao ajudante Felix, e chegaram os condutores da de ontem sem novidade alguma; e pelas 8 horas chegou o condutor sem novidade alguma; e se mataram 3 reses para a Tropa.

A 18 se mandaram duas cargas de água ao Ajudante Felix; e neste lugar adoeceram vários índios; e com o frio chegou um a queimar uma mão toda. Também se pôs muito mal de feridas na garganta o Ajudante Antonio do Rego. Na tarde deste dia, se mandou uma escolta a Lagoa da Formiga a encontrar socorro, que de fora se esperava; e se expediram para fora por esmorecidos os soldados Eleutério Pereira e Braz da Purificação, dando-se uma rês para matalotagem da dita escolta. Neste lugar foi onde vi mel de urucu chamado de preguiçoso, que faz covas no chão; e vi um que para haver de se tirar o mel, se cavou tanto, que foi forçoso pegar-se pelas pernas ao preto que abaixo o ia tirar. Neste lugar, digo sertão também é grande o número de antas, e andorinhas e falta de mel.

A 19 não houve coisa notável, mas do que não poder o ajudante Felix romper as terríveis catingas, e voltar para trás 3 léguas e procurar o Baixão, por cuja direitura dizem os Gueguês viram alguma fumaça ao longe cujas novidades e outras semelhantes são já pouco criveis na tropa.

A 20 se expediu Filipe Carneiro com doze homens, pelo mesmo rumo por onde andavam perdidos, com recomendação de procurar a Gurguéia, por todos os modos para daqui sairmos; e se mandavam ao ajudante Felix duas cargas de água; e a Filipe se deram duas reses

secas e se mataram quatro reses para a Tropa. Da tropa do Ajudante Felix no dia 18 saíram sem ordem sua oito Gueguês, procurando o por do sol, dos quais, e nem dos Jaicós há notícia.

A 21 se mandaram ao Ajudante Felix duas cargas d'água; e uma de carne seca, e pelas seis horas da tarde chegou Mathias Afonso Frade com o socorro de quarenta, e seis cabeças de gado, e José Afonso Velho com o resto das nossas cargas, que tinham ficado na Conceição.

A 22 se determinou ir o dito Frade com 20 homens, procurando o trilho que largou o Sargento Mor João Marcelino; no lugar onde nos enganou o principal e isto não tínhamos esperança do gentio; pela aquelas partes, mas para que não fique diligencia que se não procure fazer para cujo fim do novo gado se mandavam logo secar quatro reses, para partirem no dia 24 de São João.

A 23 se mandou o gado para uma aguada que a vista do Ajudante Felix havia descoberto ao Norte da parte de cá da serra, a qual em um espaço de dez léguas de asperíssima catinga nunca deu esperança de se puder passar.

A 24 partiu a escolta de Mathias Afonso para onde todos supunham o gentio, que era ao Norte; e por ser desnecessário procurar o trilho que acima se disse; e aplicar toda força para onde se julga precisa: logo se expediu José Paes Landim muito bom soldado a abrir a picada.

A 25 fomos jantar a tal chamada lagoa de Santo Antonio onde estava a nossa cavallhada e fomos dormir no Norte em distancia de três léguas, sempre por catinga, porém sempre em parte cobertas com piquizeiros puçazeiros cajueiros e muito agreste.

Porém dormimos sem água com uma áspera catinga, aonde ia morrendo de sede o Soldado Ignácio da Silveira porque esmoreceu, ficou sem fala, [...] [...]. Neste lugar foi onde vi grande número de papagaios e jacu e emas.

A 26 por catinga igualmente terrível chegamos ao rancho do Ajudante Felix; em uns poucos olhos de água tudo de norte e com dois cordões de serra a direita e esquerda; altíssimos: Aqui soubemos já que a escolta de Filipe se achava em distancia de seis léguas sem água, e que se lhe supria todos os dias; e que o principal dos Gueguês buscava uma serra; onde se dizia havia fogo; e ainda agora teria o Principal visto fogo no dia de ontem; falha a verdade que eu em Gueguês não creio por serem muito mentirosos. Aqui nos morreu um Acroá, ficando a este lugar o nome de Olho d'água do Defunto.

A 27 se expediu Mathias Afonso com uma escolta a animar o Filipe; e procurar com excesso o fogo, ou chamado fogo. Aqui se mataram 6 reses para a Tropa, e fugiram duas. Chegou neste dia um soldado de Filipe, dizendo que tal fogo não havia, porém o Principal teimava que havia fogo: Ao meio dia chagavam as duas escoltas do Filipe, e Mathias com

notícias de que chegou o dito até avistar as serras, e a mesma campanha dos Macacos; onde tínhamos chegado com a entrada que por aquele lugar fizemos; o que tudo foi bem conhecido dos moradores e Índios; e com a volta das ditas escoltas, o não quiseram fazer o principal dos Gueguês e o capitão João também Gueguê cujo procedimento deixou pouco satisfeito ao Comandante por julgar semelhante desobediência espiritualizada de traição. A vista do que desenganados de quantas mentiras se diziam dos Pimenteiras e que não podiam já ficar ao Norte; voltamos ao Sul a procurar o trilho que deixamos, já totalmente derrotados de cavalos. Aqui determinou o comandante adentrar o ajudante com 25 homens; e nós vamos seguindo atrás na forma dos avisos que de diante vierem. Este lugar é abundante no último extremo de onças; cujos rastros e urros, víamos e ouvíamos a cada passo.

A 28 viemos com seis léguas jantar a chamada Lagoa de Santo Antonio donde saímos, nesta jornada cansaram 3 cavalos da administração

A 29 depois da missa de São Pedro partindo o ajudante Felix com sua escolta a tomar o trilho dito e nós viemos dormir em cima de uma grande catinga sem água com 3 léguas; e aqui ficaram os três cavalos da administração que haviam cansado; e já muito de noite chegaram o Principal e o Capitão João, por não puderem romper o sertão como julgaram.

A 30 viemos com duas léguas jantar ao boqueirão dos Olhos; e dormir ao grande olho d'água que tem chamado Lagoa dos Guaribas, já da parte de cá da Serra. Aqui ficaram dois cavalos cansados, um da administração e outro do Padre Capelão; e um boi cansado.

No dia 1º de julho com 2 léguas chegamos no Olho dos Tabocas; onde nos logrou o Principal dos Gueguês, com a entrada larga que havia visto o gentio como acima deste; e já tinha saído deste lugar o ajudante Felix a procurar o trilho do gentio.

Neste caminho fugiram três reses; e se mataram quatro; e se remeteram 5 vivas ao do Ajudante. Aqui se prendeu por desobediência o soldado Marcelino dos Reis: por noite veio aviso do ajudante Felix de que havia achado trilho, porém sem água.

A 2 se mandaram três cargas d'água; e chegou aviso de que em distancia de 8 léguas inda senão tinha achado água; porém que continuava o trilho ao sul, por catingas, alguma coisa mais aberta de angicais, e imburanas; e imbuzeiros. Aqui fugiu o guia do gado e um tangedor.

A 3 se expediram quatro cargas de água em cavalos de selas dos ajudantes e chegaram os condutores d'água que levaram com notícia de que em distancia de dez léguas do sul para o nascente para onde seguia o gentio; não havia água, e que determinava o do ajudante buscar as veredas por onde passou o ano atrasado; havendo já dado na picada que tinha feito aquele ano a qual o gentio havia tapado de ramos; e paus; espalhando-se neste lugar; e totalmente

escondendo-se o seu trilho, para cuja razão para o haver de procurar com diligência a vista da falta de água, se ficou com doze homens, mandando os mais para o grosso da Tropa para melhor suprimento d'água, visto a falta de cavalos.

A 4 com o rumo que o gentio seguia ficava mais perto da formiga; nós resolvemos abalar para lá por ter água e muito pasto, que aqui de todo falta; e logo partiu o Padre Capelão com alguns soldados e o gado; e a mais tropa ficou de partir amanhã, por não se poder mover toda junta pela falta d'água no caminho e se mandou aviso ao ajudante Felix deste procedimento que tomamos e que a precisar água a procurasse na Formigas; onde se chegarem poderão escapar, digo a procurasse na Formigas para onde íamos; neste lugar ficaram dois cavalos da administração totalmente cansados; e se entregaram nove a dois soldados para com cuidado os levar a formiga, onde se chegarem poderão escapar. Deste lugar por moléstia dispensaram os soldados José Ignácio e Ignácio da Silveira, Pedro Vieira e Jerônimo Pereira mataram para sustento da tropa seis reses; e pelas quatro horas chegaram os condutores d'água, com recado que suprissem com mais, o que se fez; e se deu recado ao condutor para o dar ao ajudante Felix, que carecendo a escolta de coisa procurasse a tropa da Formiga.

Na meia noite para amanhecer no dia 5 chegaram 2 soldados com notícia de ter achado água, muito pasto, rasto de gentio do dia anterior; e paus de mel cortados; É crível a nossa alegria, suposto em alguns houve esmorecimento bastante, e logo se mandou esta notícia ao Padre Capelão para que logo e logo voltasse; e seguisse com maior cuidado atrás de nós. As mesmas horas se mandou a melhor gente, para adiante, com pólvora, e chumbo, e nós ficamos a partir ao meio dia, para caminhar toda a noite, por causa da travessia sem água. Pelo meio dia partiu a tropa ao sul sempre por um riacho de areia seco, que no fim de três quarto de légua formou um molho d'água muito grande, porém por apertados tais que meia légua se carregavam cargas a cabeça; e se algum cavalo o metiam a seguir digo a subir com a carga, revirava, como sucedeu a um do ajudante Antonio do Rego que rebentou da queda. Também em uma destas subidas revirou o cavalo com o Comandante, que só milagrosamente escapou, caindo-lhe o cavalo por riba, além da sua cegueira que mal se pode virar, se não fora o prodígio de Maria Santíssima. Enfim depois de caminhar mais de légua a pé pela mão, viemos dormir em riba da chapada sem água, e nem pasto. Aqui ficou cansado um cavalo da administração.

A 6 pela uma hora da madrugada que mal se divisava a lua, partimos sempre por uma muito áspera catinga, passando o que se não pode por papel explicar, e não se relata por não parecer fábula, deixando ao discurso de quem o tem, o como se pudera andar por catingas tais

que para haver de se passarem precisam facções continuados; enfim nos amanheceu com légua e meia de uma catanga que passamos, já em uma baixa de umbuzeiros, angicos mais aberta; porém sem capim; e fomos sempre rolando e em distancia de 5 léguas e meia nos arranchamos, e mandamos os cavalos a beber; e dormir na aguada que dizem ter pasto, é onde está o ajudante Felix, para que muito cedo nos venham no dia de amanhã; para pudermos seguir. Neste caminho ficou um cavalo da administração cansado. Pelas 5 horas da tarde nos chegaram 3 soldados da tropa de diante com aviso do ajudante Felix para logo nos adiantarmos com o gado para seguir o gentio, porque pelo meio dia andando o Sargento Mor João Marcelino, com 5 companheiros exploradores, repentinamente se encontraram com 12 homens do gentio; e se vendo no mesmo passo uns aos outros e abaixando-se o dito Marcelino, chegaram os tais índios a tempo que o Sargento Mor olhando para traz se achou só com seu ajudante Jerônimo Rodrigues e ambos acometeram valorosamente os inimigos; sem os quererem ofender; e fazendo alguns sinais de paz; responderam os Pimenteiras com três taquaradas juntas, de que se viraram ligeiramente e disparando o Sargento Mor a arma, matou um homem de guerra, e fazendo o mesmo o seu ajudante lhe faltou a arma fogo; e arrojando-a ao chão, partiu desarmado a pegar as mãos um índio; e certamente o fizera; se não fora a infelicidade de já na catanga o flecharem em uma emboscada, que ferindo-o em uma mão, veio a flecha a feri-lo no lado direito do peito, porém sem perigo: com esta notícia nada pudemos fazer, por nos faltar o gado, que ainda não chegou; estamos a espera dele, com certeza de terem na noite que fez fugido os tangedores Domingos Ramos, Domingos Ferreira, Atanásio da Rocha, Gonçalo Pereira deixando o passador no último desamparo, a Tropa na maior consternação; neste caso logo mandamos Luiz Antonio Ribeiro, excelente soldado pela sua verdade e esperteza a topar com o gado e trazê-lo logo para se seguir o gentio já espantado.

Na madrugada do dia 7 ao sair da lua partimos, ao amanhecer chegamos a Lagoa, que é de pouca água, porém muito, e bom pasto, campos formosos, e grandes, e é o primeiro que vimos neste sertão. Aqui logo se mandou a Cavalaria buscar as cargas, que tínhamos deixado no rancho, que serão 3 léguas de distancia mandando água, e seis soldados encontrar o gado, que com muita ânsia se espera, para se matar e seguir o trilho. Neste lugar se vêem emas e seriemas e vimos uma picada, que julgamos de Francisco Carvalho; onde há uma cruz pregada no chão, grande lavrada a machado; e alguns ossos de gado, que julgamos daquela Tropa. A noite nos chegaram 221 reses; e logo se mataram 7 para a tropa de diante. Aqui lhe pusemos nome de Lagoa da Cruz.

A 8 meio dia partiu a tropa de 80 homens com o seu Cabo ajudante Felix do Rego; e se mandaram 2 soldados os irmãos Landim a buscar socorro fora; e escreveu-se ao Ilmo Srº Governador.

A 9 se mataram duas reses para sustento da bagagem; e muito cedo se cuidou em fazer um forte de couros de bois; para nossa defesa; o que se efetuou; ficando assim entrincheirada a nossa bagagem.

A 10 não houve novidade alguma.

A 11 pelas 5 horas da tarde entre o sul, e o nascente vimos uma fumaça com o que nos alegamos muito sendo este o sinal, que deu o comandante a Tropa para fazer quando desse no gentio; ou vêem suas roças; e em esperanças, passamos toda noite.

A 12 Logo cedo nos chegaram da Lagoa da Formiga quatro índios mandados pelo Capelão com certeza de que se retirava para a Conceição por algumas enfermidades que padecia, com a qual notícia de algum modo nos entristecemos.

Pelas 5 horas da tarde chegou a tropa, que deu por notícia ter o gentio morto um índio Gueguê em uma emboscada; e flechando outro Acoroá; e que as emboscadas eram a cada passo em distancia de seis léguas, tudo por catinga serradíssima; e esteve a tropa quase morta de sede; porque deste lugar não acharam água, senão em outro que chamaram Salitre, por haver sal, e se julga olho d'água; em distancia de 3 léguas; desta lagoa chegaram a Aldeia em distancia de 9 léguas, já sem gente. Aldeia é sem água, e se sustenta este gentio; de raízes de umbus, e paus de água, cujas raízes se achavam sumamente cavadas, muitas roças, pouco mantimento, por ser tudo catinga, julga-se povoação nova, e de trezentos moradores, casas arrumadas ao modo dos Brancos, cobertas de cascas de pau, viram várias letras, pinturas de mulher com saias, chiqueiro de porcos de casa; e outras coisas que nos confirmaram a desconfiança de comércio com cristãos fora as ferramentas que observamos pelo corte delas, várias flechas de fiska de ferro. Neste ataque das emboscadas foi onde totalmente perderam os Gueguês a reputação de bons soldados, porque todos voltaram costas fugindo, e só o Sargento Mor João Marcelino, o Capitão João, digo Capitão Antonio de Souza; o índio Manoel do Rego se portaram animosos, e fora destes todos os moradores que se houveram com valor, e honra, com especialidade Marcelino dos Reis. Os índios tinham toras de embiruçu muito altas, e grossas para pelejarem por detrás delas, e tinham trincheira nova, emboscadas para o caminho da Conceição. O terreno do lugar é do tamanho da praça de Oeiras e por dentro sumariamente limpo, e a trincheira tapada como quintal dos Brancos e tinham 56 toras grandes dos embiruços.

A 13 com esta certeza, e necessitados de tudo voltamos mandando abrir a picada até a Formiga; e partimos, ao jantar, e largando fogos, e deixando três cangalhas por não haver em que se carregarem, e uma espada, duas facas flamengas e uma carta do comandante, tudo no braço da cruz, para mesmo convidando-os para a paz, cuja carta é do teor seguinte:

Moradores deste sertão das Pimenteiras “Tenho procurado a vocês por três vezes com esta para a paz, que pretendem os brancos ter com vocês e só agora ultimamente os vim a topar em tempo tal, que não pudemos conversar coisa alguma sobre a paz, a qual muito desejo e nem reparem vocês as mortes que houveram de parte a parte a que eu não dei causa, antes os meus soldados fazendo-lhes a vocês sinais de paz, vocês os ofenderam primeiramente, porém de tudo me esqueço, só por querer a sua amizade, e espero que vocês apenas leiam este aviso, vão os que puderem a fazenda da Conceição onde deixo gente para logo logo me irem chamar a minha casa onde moro; e por sinal de amigo com esta carta lhes deixo uma espada e duas facas: e no caso, que vocês não queiram a minha amizade, ponham-se prontos com muita flecha, trincheiras novas, e toda qualidade de armas, que vocês souberem manejar porque eu infalivelmente para os ver, aqui os venho procurar para os amarrar, tomar suas mulheres, e filhos, para os entregar ao meu Governador e ultimamente levar a chumbo, e bala, a todos os que não quiserem ser amigos dos brancos; e quando queiram ser nossos amigos, eu os irei arrancar, onde há muita terra, e boa, e há muita gente vermelha; e também tem padre; e o meu Governador dará a vocês toda a qualidade de ferramentas que precisarem, e tudo que vocês quiserem e vejam que isto tudo é verdade.” João do Rego Castelo Branco.

Isto assim feito viemos dormir com 5 léguas no rumo da Formigas sem água, e com perda de uma rês.

A 14 viemos jantar em distancia de três léguas; largando sempre fogos e viemos com 4 léguas dormir a Formigas onde achamos os nossos soldados com 5 cavalos da administração, e logo se mataram seis reses. Aqui se adiantou o soldado Dragão Luiz Cardozo e por assim o pedir. Neste lugar da Formigas deixamos uma Cruz; e no braço dela uma carta semelhante a passada com um machado e duas facas flamengas.

A 15 dormimos sem água em distancia de 5 léguas.

A 16 achamos milagrosamente água em distancia de quatro léguas; onde jantamos, e viemos dormir ao Tamanduá retiro da Conceição com 5 léguas; e pelo bom pasto aqui deixamos entregues a Agostinho Afonso e a José Afonso nove cavalos da administração e quatro cangalhas.

A 17 chegamos a Conceição com quatro léguas onde falhamos este dia. Neste lugar ficaram três índios Jaicós, quarenta e seis armas, e todos os petrechos e botica; que estavam

nos termos de serviço para se continuar a guerra, quando assim o queira o Ilmo Senhor Governador. E tudo ficou entregue a José Afonso; e a Agostinho Afonso, e mais uma cangalha; aqui se mataram 5 reses, e ficaram, digo ficou um índio Gueguê doente.

A 18 viemos jantar em distancia de duas léguas expedindo dois Dragões a aprontar cavalos pelas fazendas, e gado, e a prender Luiz Cardozo, por grandes e escandalosos excessos da sua audácia com os quais os porá o Comandante na presença do Ilmo Senhor Governador e dormimos a fazenda Santo Antonio.

A 19 viemos adiante do Tombador jantar sem água e dormir com 3 de distancia com água de cacimba.

A 20 viemos jantar a Onça, onde ficaram dois cavalos da administração e dois índios Acroás, e dormir a Caiçara.

A 21 jantamos nas Almas, e dormimos na Água Verde, onde se mataram as últimas quatro reses do nosso gado.

A 22 jantamos no Periquito, e dormimos na Picada.

A 23 jantamos adiante da Caída, e dormimos no Boqueirão; e aqui ficou uma cangalha da administração.

A 24 jantamos na Fazenda Grande e dormimos no Rancho do Meio, onde se mataram duas reses.

A 25 antes de chegar aos Espinhos, onde deixamos um cavalo da administração, nos encontramos com suma alegria com os Jaicós e Gueguês, que acima disse buscavam a Gurguéia; os quais nos certificavam, que no fim de nove dias de excessiva sede, por só beberem água de algum oco de pau, e de tão grande fome que chegaram a comer bruacas de couro de boi assadas: saíram do Brejo de Santa Anna de Estevão Ferreira quase mortos; sendo a travessia do sertão tudo catinga, e sem água, nem caça; o qual Estevão o supriu com uma rês; e no Rio Grande de Antonio Pereira com outra; aqui nos Espinhos com três quartos de carne: nesta travessa do sertão não acharam vestígios algum do gentio; nem caças por falta de água. Estes índios Jaicós tem merecido nesta conquista o nome dos melhores soldados dela, pela verdade, valor e diligencia, acompanhado tudo de boa vontade com que no pouco, e no muito os havemos experimentado: viemos jantar ao Estreito, e dormir na barra do riacho Fundo, onde se mataram quatro reses; e nos veio encontrar, e visitar o Capitão Torres.

A 26 falhamos até o meio dia, a ver se chegavam alguns índios Gueguês; que ficaram atrás, e não vindo Gueguês; fomos dormir adiante da barra do Brejo onde nos obsequiou o Capitão Torres, com mimos e obséquios costumados.

A 27 viemos jantar ao Paulista, e dormir a Gameleira.

A 28 jantamos na serra, onde nos veio entregar João Pereira da Costa três tangedores, dos que haviam desertado, e se achavam presos, os quais tornaram a ficar entregues ao dito João Pereira em uma corrente com três colares, para que conservados nela sirvam em toda qualidade de serviço nas fazendas de Sua Majestade até o contrário ordenar o Ilm<sup>o</sup> Senhor Governador e fomos dormir a fazenda Sobrado.

A 29 jantamos na fazenda do Pobre, onde se mataram 5 reses, e se mandaram os Acroás para sua Aldeia por ficar mais próximo deste lugar, e por seu condutor e soldado Dragão Marcelo de Souza e viemos dormir a Fazenda da Tranqueira.

A 30 viemos jantar a lagoa do Tabuleiro e dormir a cidade de Oeiras fim de todos os nossos passos.

Na Lagoa do Tabuleiro nos vieram aparecer os dois Dragões expedidos a prender o soldado Luiz Cardozo o que não fizeram por não quererem ou por frouxidão, por cujo motivo o Comandante lhes deu uma forte repreensão.

Estes são em suma todos os acontecimentos desta expedição, e para continuação desta guerra, quando assim o queira o Ilm<sup>o</sup> Senhor Governador deixou o Comandante ordem vocal a Manoel Ribeiro Soares, cabo de esquadra do Regimento de Cavalaria Auxiliar para prontificar dez homens, para que juntos com os moradores da Fazenda Conceição pudessem ir por todo mês de agosto a cavalo largarem fogos, pelo Lugar da Formiga a todo aquele sertão; e a observar juntamente se o gentio, tinha ou não vindo reconhecer a saída da Tropa; e que de tudo fez esse aviso ao dito Comandante para este o participar ao Senhor Governador.

Lagoa do Tabuleiro, 30 de julho de 1779

Por expediente do Comandante Tenente Coronel João do Rego Castelo Branco  
Antonio do Rego Castelo Branco

Relação dos soldados que se achavam para a expedição da Tropa pela mostra que lhes passou em 15 de abril de 1779, e são os seguintes;

Cavalaria auxiliar

Luis Antonio Ribeiro, José Antonio de Oliveira, Manoel dos Santos, Antonio Cláudio da Silva, Braz da Purificação, Miguel Ribeiro, Afonso Borges, João do Nascimento - 9

Cavalaria de Ordenança

Antonio Soares, Pedro Pereira, João Ferreira Costa, José Rodrigues [...], Antonio José, Antonio de Oliveira, Bernardo Pereira, Antonio Carvalho, Nazário Pinheiro, Atanásio de Souza, Lourenço Gomes, Thomaz Pereira, Agostinho José, José Rodrigues de Carvalho, Francisco Felix, José Carvalho, Antonio Gomes, José Ignácio, José do Riacho do Meio, ....., José Raimundo de Almeida, Antonio Pereira, Manoel Soares, Narcizo da Costa, Antonio Soares, Boaventura de Barros, Ventura \ fugiu, Matheus, Feliciano de Barros, Eleutério Pereira, Inácio da Silva, Antonio Rodrigues - 31

### Índios Gueguês

Principal Gonçalo Severino, Sargento Mor João Marcelino, 1º Capitão João de Barros, 2º Capitão Antonio de Sousa, Ajudante Jerônimo Rodrigues, Sargento Lourenço Ferreira, Sargento Manoel José, Sargento Francisco de Vasconcelos, Sargento João Cordeiro, Sargento Feliciano Vieira, Cabo Rodrigo de Macedo, Cabo José do Rego, Cabo Jerônimo dos Santos, Raimundo do Rego, Alexandre Soares, Manoel do Rego, Estanislau José, Antonio Gameiro, Manoel de Souza, José Moreira, Domingos Fernandes, Manoel Duarte, Francisco de Araújo, José Gonçalves, Luiz Fernandes, Malaquias Rodrigues, Manoel Neto, Antonio Fernandes, João de Passos, João Pinto, [...] Luiz, Antonio de Azevedo, Joaquim Antonio, Ignácio Paes, Thomé Pereira, Manoel Tabaquista, Bernardo da Cunha, Custódio Rodrigues, Jacinto do Rego, Estanislau da Costa, Felício Pereira, Antonio Vieira, Gabriel de Barros, Euzébio de Faria, José Soares - 45

### Índios Acoroás

Capitão João do Rego, Sargento Manoel Machado, Sargento Manoel de Castro, Cabo Francisco de Araújo, Cabo Fernando José, Cabo Leonardo Tavares, Felix do Rego, Pedro Baião, Antonio Joaquim, Manoel da Rocha, Antonio Baião, Cristóvão Paes, Miguel Soares, Antonio do Rego, Cipriano Vieira, Antonio José, Joaquim Teixeira, Pedro Batista, Manoel Ferreira, Serafim dos Anjos, Felix de Araújo, Joaquim Pereira, Salvador Ferreira, Antonio da Silva, Antonio José, José Rodrigues, Domingos da Silva, João Vieira, Bento Gomes, Francisco de Novaes, Ignácio Alves, João Calistro, Ignácio Rodrigues, José de Goyos, Antonio Gonçalves, Francisco Borges, Manoel Teixeira - 37

### Índios Jaicós

Alferes Manoel Vieira da Rocha, Sargento Manoel Cardoso, Sargento João da Rocha, Victoriano de Brito, José da Mota, Lucas Machado, Silvestre Pereira, Rafael da Rocha, Marcelino Pereira, Antonio José, Cristóvão da Rocha, Antonio Marcelino - 12

Somam todos – 132

#### Lista de toda a Tropa

Padre Capelão Manoel de Barros Tavares, Tenente Coronel João do Rego Castelo Branco, Ajudante Antonio do Rego Castelo Branco, Ajudante Felix do Rego Castelo Branco, Antonio Custodio da Silva, Miguel Ribeiro, José Raimundo, João do Nascimento, Antonio Barboza, Eugenio Afonso, Paulo da Costa, Antonio Pereira da Silva, Antonio Rodrigues, Pedro Pereira, Nazário Pinheiro, Lourenço Gomes, Agostinho José, José Ignácio, José Francisco, Antonio Pereira, Manoel Soares, Narcizo da Costa, Antonio Soares, Feliciano de Barros, Jerônimo Pereira, José Ribeiro, José Alves, João Barbosa, Felix Gonçalves, Antonio dos Santos, Lourenço de Matos, Antonio Cardozo, Domingos Ferreira, Marcelino dos Reis, Domingos Ramos, Manoel Teixeira, Antonio Calisto, Pedro Vieira, Alexandre da Cruz, Manoel Gomes, Gonçalo Ferreira, Antonio Soares, Manoel Pereira, José de Souza, Luiz Antonio, Manoel dos Santos, Atanázio de Jesus, Braz da Purificação, Gonçalo Ferreira, José Soares, Ignácio da Silva, Dionísio José.

#### Dragões

José Gonçalves, Florêncio de Barros, Luiz Cardozo, Marcelo de Souza, Ignácio Pereira, Antonio de Souza.

#### Gueguês

Principal Gonçalo Severino, João Marcelino, João de Barros, Antonio de Souza, Lourenço Ferreira, João Cordeiro, Francisco de Vasconcelos, Manoel José, Feliciano Vieira, Rodrigo de Macedo, José do Rego, Jerônimo dos Santos, Alexandre Soares, Manoel do Rego, Estanislau José, Manoel de Souza, Manoel Duarte, João de Passos, João Pinto, [...] Luiz,

Antonio de Azevedo, Joaquim Antonio, Ignácio Paes, Thomé Pereira, Manoel Tabaquista, Bernardo da Cunha, Jacinto do Rego, Estanislau da Costa, Felício Pereira, Antonio Vieira, Gabriel de Barros, Euzébio de Faria, Raimundo do Rego, Antonio Gameiro, José Alvarenga, Domingos Fernandes, Francisco de Araújo, José Gonçalves, Luiz Fernandes, Malaquias Rodrigues, Manoel Neto, Antonio Francisco, Custodio Rodrigues, José Soares.

#### Acroás

Capitão João do Rego, Manoel Machado, Francisco de [...], Fernando José, Leonardo Tavares, Felix do Rego, Antonio Joaquim, Manoel da Rocha, Antonio Baião, Cristóvão Paes, Antonio do Rego, Antonio José, Joaquim Teixeira, Pedro Batista, Manoel Ferreira, Serafim dos Anjos, Felix de Araújo, Joaquim Pereira, Salvador Ferreira, Antonio José, José Rodrigues.

## ANEXO B

### Sumário de testemunhas contra José Leite <sup>1</sup>

“Ordenou-me V. S<sup>a</sup>. que procedesse um sumário de testemunhas contra José Leite, irmão do Padre João de Sampaio da Companhia denominada de Jesus, superior, que aqui foi na administração das fazendas pertencentes à capela, que instituiu Domingos Afonso Sertão, e que inquirisse se ele era compreendido em andar fazendo práticas sediciosas e espalhar notícias irreverentes contra o sagrado respeito de El Rey nosso Senhor, e contra o decoro de seus ministros de Estado e de sentir mal dos justíssimos procedimentos que tinham havido contra os regulares daquela sociedade, defendendo, e louvando as suas errôneas doutrinas, dando a entender, que tinha alguma comunicação com eles. E formando o auto com a matéria referida perguntei as testemunhas, que compõem o sumário, que apresento, no qual se a ele junta a indicada ordem de V. S<sup>a</sup>.

Depôs a testemunha número 1 que achando-se em o dia 12 do mês de abril do ano que corre, em casa da fazenda da Cachoeira, sita na Ribeira do Piauí, achando-se também nela Raphael Álvares de Carvalho, ouvira dizer a este o autuado José Leite, que tinha recebido carta de seu Irmão o Padre João de Sampaio, presenciando ler o autuado a dita carta; mas como estava separado do lugar aonde os sobreditos se achavam somente percebera expressar o autuado o seguinte: que sabia o dito que seu Irmão, quem eram os administradores das fazendas da predita capela; e quais eram os que lhes davam melhor benefício; e que na mesma ocasião lhe ouvira igualmente dizer, que se achavam excomungados todos os que haviam comprado bens dos ditos Regulares, e que estes ainda haviam de vir de Portugal, a este Piauí, e que também dissera, que tinha vindo um Breve do Papa a favor deles, e que em Portugal se não quisera aceitar, o que fora mal feito, dizendo mais estas palavras: toda a causa da prisão dos Padres foi Francisco Xavier de Mendonça, que esteve no Pará; mas que não dissera porque viera a dita carta dizendo a terra em que estava o dito seu Irmão cujo nome não soube dizer a testemunha.

Disse esta mais, que o autuado, naquele mesmo lugar, e tempo dissera, que S. Majestade Católica havia pedido ao Papa os Regulares, que tinham ido do Brasil para os

---

<sup>1</sup> SUMÁRIO do Ouvidor Geral Luiz José Pereira Freyre a João Pereira Caldas, datado de 21 de julho de 1766. APEP, p. 65v-73v, códice 147.

conservar no seu Reino, e que aquele Monarca era quem mais os favorecia. Declarou a testemunha que na referida ocasião se achava presente mais a pessoa, que referiu e não perguntei, nem ao dito Raphael Álvares por não se achar nesta Capitania. Como porta a fé. Escrivão na certidão junta ao Sumário a p. 16.

Esta mesma testemunha depôs finalmente que falando depois a Antonio Rodrigues de Matos, a respeito da correspondência, que o autuado dizia tinha com o mencionado seu Irmão, lhe dissera o dito Antonio Rodrigues, que o autuado lhe havia mostrado a carta que lhe havia escrito o predito seu Irmão: E depondo aquela testemunha sobre o requerimento disse que o autuado lhe dissera que havia recebido uma carta do seu Irmão o Padre João de Sampaio que se achava em Cadiz, mas que ele não mostrara.

A testemunha nº 2 diz, que também o ouvira dizer o mesmo a o autuado na ocasião em que este conversava com João Ferreira de Carvalho, ouvindo-lhe então dizer igualmente que os ditos regulares haviam sido expulsos inocentemente. E jurando o dito João Ferreira disse, que o autuado lhe havia dito, que tinha recebido uma carta de seu Irmão, declarando o lugar em que estava, cujo nome lhe esquecia, sem lhe dizer porque via lhe viera a tal carta, não depondo mais coisa alguma sobre o referimento. Disse mais a testemunha nº 2, que falando com Laureana de que não sabia sobrenome, lhe perguntara esta; se sabia de uma carta, que Antonio Rodrigues de Matos dizia tinha escrito o Padre João de Sampaio ao autuado seu Irmão. E depondo aquela testemunha referida; a qual é Laureana da Silva, disse que faltara a testemunha referente no conteúdo em que o referimento, com razão dele ter falado no dito assunto o mesmo Antonio Rodrigues.

A testemunha nº 3 afirma achando-se na fazenda da Serra em um dos dias do mês de maio próximo precedente com o autuado por saber que este tinha paixão dominante em aplauso dos sobreditos Regulares, para o convencer mostrara a coleção dos Breves Pontifícios, Leis Religiosas e Offícios que se passaram entre as cartas de Roma e Lisboa, sobre os absurdos em que no Reino de Portugal, e seus Domínios se havia precipitado os tais Regulares, depois de o ter autuado o ler a dita coleção lhe dissera seguinte:

Que eles não haviam sido cúmplices no crime, que lhes imputava, porque não tinham feito atentado algum contra a Real Pessoa de Sua Majestade Fidelíssima, que Deus guarde e que injustamente tinham sido expulsos e que nem contra Sua Majestade se haviam dado tiros alguns, e que tudo era levantado, que assim lhe havia dito na Bahia um Frade do Carmo chamado Frei Pedro, cujo sobrenome não referira, o que tinha participado ao seu convento um Religioso de sua Ordem da Província de Lisboa chamado Frei José Caetano: E que quando viera da Bahia falara no Distrito da Jacobina sobre os mesmos tiros com um soldado dos que

andam nas estradas, que saem das Minas para obrigarem os descaminhos do ouro, e a mulher deste dissera que se achava em cidade de Lisboa no tempo de tais tiros, e que não haviam sido dados em Sua Majestade nem na carruagem que ia o mesmo Senhor e que também se atirara um tiro no Conde de Valadares que ia diante de sua Majestade e que o errara dando em o Boleeiro, cuja mulher, não declarando o nome, tinha vindo do Reino com a mulher do Ouvidor da dita comarca da Jacobina por sua criada.

E por ser falso o que se dizia a respeito dos ditos tiros havia S. Majestade mandado recolher os exemplares da sentença proferida contra os Revs. que foram justicados: E que em fazendo termo a vida de S. Majestade que Deus conserve, e dilate por muitos anos cessariam todas as dependereis dos ditos Regulares e de Roma: E que todos que possuíam os bens que foram daqueles estavam excomungados, que assim o havia proferido em um Sermão o Arcebispo eleito da Bahia: E que o Padre Malagrida não fizera obra de qualidade alguma quando se estava no Cáceres do Santo Ofício, e que as outras, que ele imputavam se lhe haviam maquinado, e que por isso era Mártir, tendo-se feito o referido para fazer mais honroso procedimento dos ditos Regulares, e que um destes que assistia na casa de S. [...], que era irmão do Papa, morrera repentinamente, tanto que tocara um presente, que lhe haviam mandado de fora.

E que o Núncio havia presenciado uma devassa sobre o sucesso de três de setembro, em a qual jurara o Bispo do Porto, e algumas pessoas mais de caráter. E [...], e que dando uma delas parte ao Ministério, resultara ser mandado sair o dito Núncio para fora da Corte: E que El Rey de Espanha tinha pedido ao Papa os tais Regulares, os quais se achavam já em Castela, nos quais entrara o sobredito seu irmão que estava em Cadiz, e que por esta ação de piedade, o Papa sagrara as mãos daquele Monarca.

Depois outrossim a mesma testemunha, que o autuado lhe perguntara, se nos estudos, que havia tomado com os ditos Regulares achava serem errados as suas teologias, e se se devia rogar a Deus pela vida do Príncipe, não sendo este bom e se pedindo a Deus que seja bom, no caso de não o chegar a ser devíamos pedir a sua morte: Depondo mais, que respondendo ao autuado, que os Regulares expressados seguiam erros ímpios; e sediciosos, e que sempre devíamos rogara Deus pela vida do Soberano em todo o estado, em que se achasse, e nos termos de se achar em más estado, devíamos aplicar todas as boas obras pela sua tenção, então dissera o autuado que ele não segura essa opinião.

E que também este lhe dissera, que tendo o IVmº e Exmº conde de Oeiras pedido [...] deste título a S. Majestade e sendo o mesmo Senhor servido consultar este ponto como o Padre José Moreira por este dar a sua resposta exclusiva da pretensão, ele maquinara por esta

causa a expulsão do Paço, e também por ter apresentado mesmo Padre uma conta que deram a S. Majestade os moradores do Pará contra o IVm<sup>o</sup> Exm<sup>o</sup> Francisco Xavier de Mendonça Furtado, imputado-lhe a entrega da dita cidade à França por 2 milhões e meio. Declarou esta testemunha que o autuado lhe aparecera na Fazenda Cajazeiras, sendo passado dois dias seguintes, as que lhe havia falado na dita Fazenda da Serra, e que lhe pedira a sobredita atenção a qual em efeito lhe entregara e que quando se retirou daquele lugar o autuado proferira algumas palavras relativas a mesma coleção, das quais não tinha lembrança, e que quando se passara o que havia deposto, se não acharam mais do que eles e o autuado.

A testemunha n<sup>o</sup> 4 afirma que o autuado lhe dissera em um dos dias do sobredito mês de abril próximo, estando ambos sem mais pessoa alguma, que ele havia recebido uma carta de seu Irmão o Padre João de Sampaio, que se achava em Cadiz, na qual mandava muitos recados a todos daquela Ribeira do Piauí dizendo que logo vinha, dizendo-lhe juntamente, que nesta capital havia um homem, com quem se correspondia o dito seu Irmão, mas que não declarara quem ele era. E que igualmente lhe dissera que Sua Santidade havia dirigido um Breve ao El Rey Católico, para efeito de sustentar os Regulares da sobredita sociedade, que haviam ido ao Estado do Brasil, e que por este benefício lhe havia o Santo Padre concedido o poder comungar pelas suas Reais mãos, o que não poderá conseguir o nosso Soberano, dizendo-lhe ultimamente naquela ocasião, que Aqueles que possuíam bens Eclesiásticos estavam excomungados pela Bula da Cea.

Disse mais, que em outra ocasião falara o autuado com ele testemunha a respeito dos mesmos Regulares, dizendo que injustamente haviam sido expulsos do Reino, e que a causa havia sido, por haver o confessor de S. Majestade sido oposto a pretensão, que tivera o IVm<sup>o</sup> Exm<sup>o</sup> Sebastião José de Carvalho e Melo, para o mesmo Senhor lhe conferir a Mercê do título de Conde, cuja Mercê não concedera S. Majestade, por causa do dito confessor e que quando o autuado lhe dissera o referido não se achavam presentes senão eles, passando-se isto na casa da Fazenda da Serra, e que em outra ocasião lhe repetira o mesmo na casa da Fazenda das Cajazeiras, não se achando ele mais pessoa alguma que presenciasse o referido.

A testemunha n<sup>o</sup> 5 somente referiu que o autuado era demais gênio e que pressupõe saber mais do que os outros, não sendo bem quisto naquela Ribeira, referindo ao dito Antonio Rodrigues de Matos sobre o ponto de ter o autuado recebido em cartão se seu Irmão, o Padre João de Sampaio, o qual, Antonio Rodrigues é testemunha número 4 e depôs neste ponto como fica indicado: A testemunha número 6 depôs que diante dele se queixara o autuado de falarem mal dos sobreditos Regulares, dizendo que estes haviam de vir brevemente, do que

fora certificado por uma carta, que seu Irmão o Padre João de Sampaio lhe havia escrito, não lhe dizendo porque via lhe viera.

A testemunha última disse, que o autuado lhe expressara que esperava, que os Padres viessem brevemente nesta terra, por quanto tinham injustamente, não se lembrando se estava alguém presente, quando o autuado lhe dissera o referido. Depôs também que ouvira dizer a Francisco a Costa já defunto, que o autuado lhe dissera que havia recebido a sobredita carta, e que os Padres sabiam miudamente tudo o que se passara pelas fazendas da sobredita Capela, pois tinham nesse Piauí uma pessoa, que lhe dava parte de tudo, cuja pessoa não declarava.

Na forma da mesma ordem de V. S<sup>o</sup> depois de tiradas as primeiras testemunhas, perguntei ao autuado, e confessou que havia estado com Raphael Álvares de Carvalho achando-se também presente Hilário Vieira de Carvalho, o qual é testemunha número primeiro, no que concordou com este, não concordando no mais, dizendo que falara com o dito Raphael em matérias alteias, as quais referiu negando ter recebido a carta de seu Irmão dito Padre João de Sampaio: também confessou que estivera com João Ferreira de Carvalho, mas negou ter lhe falado na dita carta, sobre o que depôs o dito João Ferreira como deixou apontado.

Confessou que tinha ido nas fazendas das Serra, Cajazeiras sobreditas, suplemento o qual lhe havia dado p. ser o tenente de Dragões Fernando José Velozo de Miranda e Sousa, mas não confessou, o que este afirmou lhe ouvira dizer, confessando que dissera, que os ditos Regulares sabiam tudo quanto se passava no Piauí, por assim lhe ter dito um José Antonio Lisboa, dizendo-lhe juntamente que seu Irmão o Padre João de Sampaio estava em Cadiz, e que tinha visto uma carta deste sem lhe dizer para quem viera, nem porque via.

Confessou que também havia dito ao mesmo tenente que é testemunha número 3, que havia feito chorar um frade do Carmo chamado Frei Pedro, de quem ignorava o sobrenome, e isto por lhe ter dito, que o Padre Malagrida tinha sido bem castigado pelo Santo Ofício, dizendo então o dito Frei Pedro, que Lisboa era má terra, porque tinham castigado o Padre Malagrida, e que não sabia aonde tinha aquele Frei Pedro a sua conventualidade, o qual era sacerdote, e que passara com ele o referido na casa do Engenho da Ipujuça da Mata de S. João Distrito da cidade da Bahia.

Confessou finalmente que dissera ao mesmo Tenente, que quando fora o ano passado a dita cidade da Bahia estivera arranchado no caminho com um dos soldados que vão buscar os viandantes, o qual chamava João Baptista, e que a mulher deste lhe dissera que era Irmã do Boleeiro de El Rey Nosso Senhor, ao qual o Boleeiro haviam dado um tiro, com a qual lhe cortaram a trança da cabeleira, e que o Conde de Valadares corraera a cavalo diante de Padre

Malagrida, depois de dado o tiro, dizendo que não sabia como se chamava adita mulher estando em juramento dos Santos Evangelhos ao autuado, pelo que respeitando somente o que afirmava lhe haviam dito os terceiros, de que fizera menção ratificando o que havia dito.

Nas segundas perguntas perguntei ao autuado quem era a pessoa, que nesta Capitania tinha correspondência com os sobreditos Regulares e respondeu que não sabia, e que já tinha declarado nas primeiras perguntas o que lhe havia dito José Antonio Lisboa, a respeito de semelhante correspondência negando tudo o mais que lhe perguntei regulando-me pelos ditos das testemunhas, e estive pelo que havia dito nas primeiras perguntas.

Nas terceiras declarou, que sim tinha falado com José Antonio Lisboa, no tempo e lugar de que fizera menção nas primeiras perguntas, mas que ele lhe não falara nos Regulares da Companhia denominada de Jesus, nem na carta de que igualmente fizera menção, e que tudo o que dissera a este respeito era falso levantado por ele.

Declarou outrossim que o religioso, que com ele falara no Engenho da Ipujuça como havia expressado nas ditas primeiras perguntas lhe não dissera o que nestas referira, e que era falso tudo quanto expressara, sendo também verdade ter perguntado ao mesmo Religioso se tinha a sentença proferida contra, Padre Malagrida, e respondeu-lhe que não tinha a dizem ao mesmo tempo que havia tido notícia que o Santo Ofício havia promulgado uma pastoral contra os que sentissem mal da referida sentença, e o autuado retratou tudo o que em contrário havia dito por ser tudo falso e levantado por ele.

As ditas perguntas se contêm no apenso ao sumário letra B sendo o apenso letra A o auto de exame, a que precede nos papéis que foram apreendidos ao autuado, em que os quais não achei coisa alguma que o culpe.

O autuado pela sua própria confissão se acha convencido de perjúrio ele se auto culpa das ditas testemunhas, não obstante serem estas singulares, pois para prova do delito ingente, que compreende em si diferentes espécies, ou fatos particulares, se uma testemunha depõe de um ato ou espécie, e outra de outro, provam plenamente o delito ingente, o qual resulta destes atos diferentes, como explicam os Doutores e pelo sumário aparecem diferentes atos, que culpam o autuado aparece ter este dito, que os sobreditos Regulares haviam sido expulsos injustamente e que a causa da prisão fora se Ivmº e Exmº Francisco Xavier de Mendonça Furtado Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha, e Domínios Ultramarinos sobre a primeira parte depõem as testemunhas nº 2, nº 3, e nº 4 e nº 7, e sobre a segunda parte as testemunhas nº 1, nº 3 e nº 4, depondo mais estas duas últimas, que o autuado também imputara a causa da expulsão daqueles Regulares ao Ivmº e Exmº Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Reino pelo motivo que referira o autuado com o que difamou este aos

ditos Ministros do Supremo Despacho de S. Majestade juntos a sua Real pessoa, por cuja razão que ofende os Conselheiros deste caráter, ofende indistintamente ao Príncipe e comete crime de [...] Majestade, como resolvem os Doutores.

Aparece ter o autuado sentido mal do justificado que S. Majestade que Deus guarde foi servido mandar por em prática contra os sobreditos Regulares pelas justas causa expressadas na Real Lei de 3 de setembro de 1759, pela qual foram os mesmos Regulares da Companhia denominada de Jesus declarados notórios rebeldes, traidores, adversários e agressores que haviam sido atualmente eram da Real pessoa de S. Majestade e Estado, contra a paz pública dos Reinos e Domínios do mesmo Senhor, tendo em efeito do mesma Lei havidos por desnaturalizados, proscritos e exterminados.

Aparece ter dito o autuado, que fora mal feito não se ter aceito em Portugal o Breve Pontifício que emanou em benefício dos mesmos Regulares, como afirmou a testemunha número primeiro.

Aparece ter falado o autuado sem o devido acatamento na Real pessoa de S. Majestade quando disse que o mesmo Senhor não poderá conseguir o Breve que S. Santidade concederá a El Rey Católico como refere a testemunha nº 4, inferindo-se a vista do mais que o autuado proferiu com infidelidade que dissera expressando com anima, e intenção de deprimir o Real Nome de Sua Majestade.

Aparece ter o autuado sentido mal do feito procedimento do Tribunal da Suprema Junta da Inconfidência, contradizendo a verdade da sentença proferida em 12 de janeiro de 1759 contra os compreendidos no execrados e bárbaros insultos perpetrado na Real Sagrada e Augustíssima Pessoa de El Rey nosso Senhor em a noite de 3 de setembro de 1758, asseverando que os mencionados Regulares não tinham sido cúmplices do crime que lhes imputava e que nem contra Sua Majestade haviam dado tiros alguns, sendo uma outra coisa tudo verdade constante a vista dos feitos provados que na mesma sentença deduziram sentindo igualmente mal do dito procedimento do Sagrado Tribunal do Santo Ofício a respeito da sentença proferida contra o Padre Malagrida, e que tudo consta pela asserção da testemunha nº 3: Sendo tal a malícia do autuado que depôs outros do sobredito más sentimentos ao sobredito Padre Pedro, e ao mesmo tempo, que ele é que foi o autor, como confessa nas terceiras e últimas perguntas, dizendo que o contrário era falso, levantado por ele, com o que se manifestara sua calunia.

Aparece ter proferido o autuado a ímpia, e errônea proposição, dizendo, que se não devia rogar a Deus pela vida do soberano, em todo o Estado, em que este se achasse, como referiu a testemunha nº 3, abraçando nestes termos o ímpio, e sedicioso erro dos sobreditos

Regulares, no qual foram compreendidos, em a predita Suprema sentença de 12 de janeiro de 1759, sendo que em todo, e qualquer tempo deve ser referendado, e obedecido o Príncipe Supremo, pois tem a imagem de Deus, e é Deus na terra.

Aparece ter publicado o autuado, que tinha recebido uma carta de seu Irmão o Padre João de Sampaio, como de ouvido imediata depõem as testemunhas número 1 e número 2, com quem concordou a testemunha referida sobredito João Ferreira de Carvalho, e as testemunhas número 3, nº 4 e nº 6, sendo proibida pela sobredito Lei Régia de 3 de setembro de 1759, toda e qualquer correspondência com tais Regulares e isto debaixo de pena de morte natural, e irremissível, e de confiscação de todos os bens para o fisco de Sua Majestade e Fidelíssima Câmara Real.

Aparece à vista do referido, que o autuado é inquieto, e que tem espírito facinoroso, e revoltoso, sendo parcial daqueles infames Regulares, e por esta causa afirmou que estavam excomungados todos os que possuíam bens, que haviam sido deles, como referiram as testemunhas número 1, nº 3 e nº 4, sendo tal a sua animosidade, que disse o tinha ouvido em um sermão pregado pelo Exm<sup>o</sup> e Rm<sup>o</sup> Arcebispo da Bahia, sobre o que depôs a testemunha nº 3 o que foi excogitado pela sua maldade, a qual se manifesta por tantos atos com que ela se comprova, e se faz patente, o que se corrobora com o que espontaneamente confessou nas terceiras e últimas perguntas, as quais procedem, por me asseverar um Religioso de Nossa Senhora do Monte do Carmo, coadjutor do Pároco desta freguesia, que o autuado pedira licença para me dizer o que se haverá passado na confissão sacramental a respeito do que ele havia respondido nas perguntas, que eu lhe tinha feito, concluindo que era falso o que nelas havia afirmado juramentadamente contra o Religioso do Carmo da Bahia, e contra José Antonio Lisboa e que queria declarar judicialmente a verdade.

Nesta conformidade, como o autuado se acha convencido de falsário no que disse, referindo-se ao dito Religioso, e ao expressado José Antonio Lisboa, se presume por Direito, que tudo o mais que disse foi falso, e contra a verdade e que tudo foi levantado por ele sem temor de Deus, nem da justiça de Sua Majestade Fidelíssima.

O autuado tem dado prova que não é fiel vassalo do mesmo Senhor, em sentir mal da determinação de Sua Majestade tão justa, e tão incontestável contra os ditos Regulares proscritos e exterminados, atrevendo-se a dizer, que estavam inocentes, e que haviam sido expulsos injustamente, e que fora mal feito não se aceitar o Breve Pontifício a favor deles, e nestes termos se mostra que o autuado veio a murmurar dos justíssimos e retíssimos procedimentos de Sua Majestade seguindo alguns Doutores, não podendo ser julgado o

autuado por outro juiz senão por Sua Majestade, ou pelas pessoas a que o mesmo Senhor se servir em especial cometer a causa, como é expressado na ordenação Régia.

O intento do autuado foi estabelecer entre os habitantes desta capitania, a opinião dos referidos Regulares expulsos, levantando para este fim que se achavam favorecidos de Sua Majestade Católica, que já estavam em terras de Domínios deste Monarca, que Seu irmão o Padre João de Sampaio lhe tinha escrito achando-se em Cadiz, que mandava muitos recados aos ditos habitantes; e que lhes ainda haviam de vir de Portugal a esta Capitania, querendo desta sorte conservar a memória de tais Regulares, ao mesmo tempo que ficou danada pela rebelião, e alta traição cometida contra a Real Augustíssima Pessoa de El Rey Nosso Senhor; em cujo execrado e gravíssimo crime incorreram, conspirando contra a preciosíssima vida de Sua Majestade passando a atentar contra a Real fama do mesmo Senhor com inaudito atrevimento; e universal escândalo, como daclara na citada Real Lei de 3 de setembro de 1759, a qual se deve ter por muito justa, pois os Supremos Legisladores não determinam causa injusta, como diz a sagrada pagina.

Do que fica referido se vem no conhecimento conclusivo de que o autuado é motriz de práticas sediciosas, a fim de por os vassallos de Sua Majestade em mal sentimento das Reais determinações do mesmo Senhor, e juntamente constituídos em má fé, cujo efeito é pernicioso, e prejudicial à Republica, o que por bem desta se deve o enviar, sendo o autuado castigado conforme o merecimento da sua culpa, para satisfação da justiça e emendadas mais.

Justamente mandou V. S<sup>o</sup> proceder a prisão contra ele, visto ser o crime tão grave, e tão abominável; em cujos termos, e segundo as Leis Régias, foi aceita a prisão antes de se lhe formar culpa.

Pela que lhe formei se mostra, que o autuado deve ser conservado na mesma prisão com toda segurança e a bom recato; E como a culpa de que se trata é de inconfidência, parece-me que deve ser remetido com a culpa formada para Lisboa a ordem de Sua Majestade Fidelíssima que Deus guarde, sendo conduzido com muita segurança: diligencia que Vossa S<sup>a</sup> já pos em prática, remetendo ao autuado na leva de presos, que remeti a cadeia da capital do Estado na forma das Reais Ordens do mesmo Senhor, e isto depois de eu ter informado vocalmente Vossa S<sup>a</sup> que das testemunhas, que examinava, resultava culpa ao autuado.

Examinei com toda a circunspeção as testemunhas que depuseram com constância, sem variedade, e vacilação, nem acidente algum, que indicasse serem falsas, ou suspeitas.

A primeira Hilário Vieira de Carvalho, serviu já de vereador da Câmara desta cidade, tem até o presente satisfeito os pagamentos do ramo dos dízimos Reais, que rematou na Provedoria da Fazenda Real desta capitania.

Da segunda não tenho conhecimento é mestiço, declarou que era forro, ao achei timorato quando depôs.

A testemunha referida é João Ferreira de Carvalho, é bem estabelecido, tem corrido a renda dos dízimos Reais da Freguesia desta cidade, que é o maior ramo deles, e tem dado boa satisfação até agora e tenho achado verdadeiro.

A terceira testemunha é Fernando José Veloso de Miranda Sousa, distingui-se com o caráter de servir a Sua Majestade Fidelíssima e no Posto de Tenente da Companhia de Dragões da guarnição desta capitania; sendo ele quem por prova do seu honrado procedimento delatou o pernicioso autuado, e julgo a testemunha digna de crédito.

A quarta testemunha Antonio Rodrigues de Matos, é de mim conhecido, desde que andei na diligencia do seqüestro, a que procedi na formada Ordem de Sua Majestade nas fazendas da Capela, que administravam aqueles Regulares, de uma das quais chamada das Cajazeiras, ele era criador e creio que se seu procedimento não fosse verdadeiro, a não fiariam dele.

A testemunha número 5 é Gonçalo Dias da Costa é verdadeiro, o que me constou pelas boas contas que deve dos depósitos da Fazenda das Itãs seqüestrada a Antonio Madeira Brandão, pelo que se acha a dever a Fazenda Real.

Finalmente a testemunha número 6 Teodozio Álvares Ferreira mestiço forro, e número 7 Manuel Peixoto Rebelo, os conheço pelos próprios, e não os tenho achado faltos de verdade, nem me conta, que deste respeito sejam infamados.

No sobredito exame em os papéis apreendidos ao autuado aparece um escrito de obrigação de José Afonso Sertão da quantia de cinqüenta e cinco mil, quatrocentos, e quarenta reis passados ao autuado, achando-se nas costas do dito crédito, que fica em meu poder, e um recibo de quantia de onze mil cento e sessenta reis, e parece-me que se deve seqüestrar os bens do autuado, visto ser tão grave o crime.

E V. S<sup>a</sup> ordenará o que for mais justo, Oeiras do Piauí de julho 21 de 1766. Ao Senhor João Pereira Caldas. Do Ouvidor Geral da Capitania Luis José Duarte Freire.

**Oliveira, Ana Stela de Negreiros**

**O povoamento colonial do sudeste do Piauí : indígenas e colonizadores, conflitos e resistência / Ana Stela de Negreiros Oliveira. - Recife: O Autor, 2007.**

167 folhas : il., fig.

Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. História, 2007.

Inclui: bibliografia, apêndices e anexos.

1. História. 2. Povos indígenas. 3. Etnohistória. 4. Colonização. 5. Índios – Pimenteira. 6. Índios ( Piauí). I. Título.

981.34  
981

CDU (2. ed.)  
CDD (22. ed.)

UFPE  
BCFCH2008/51